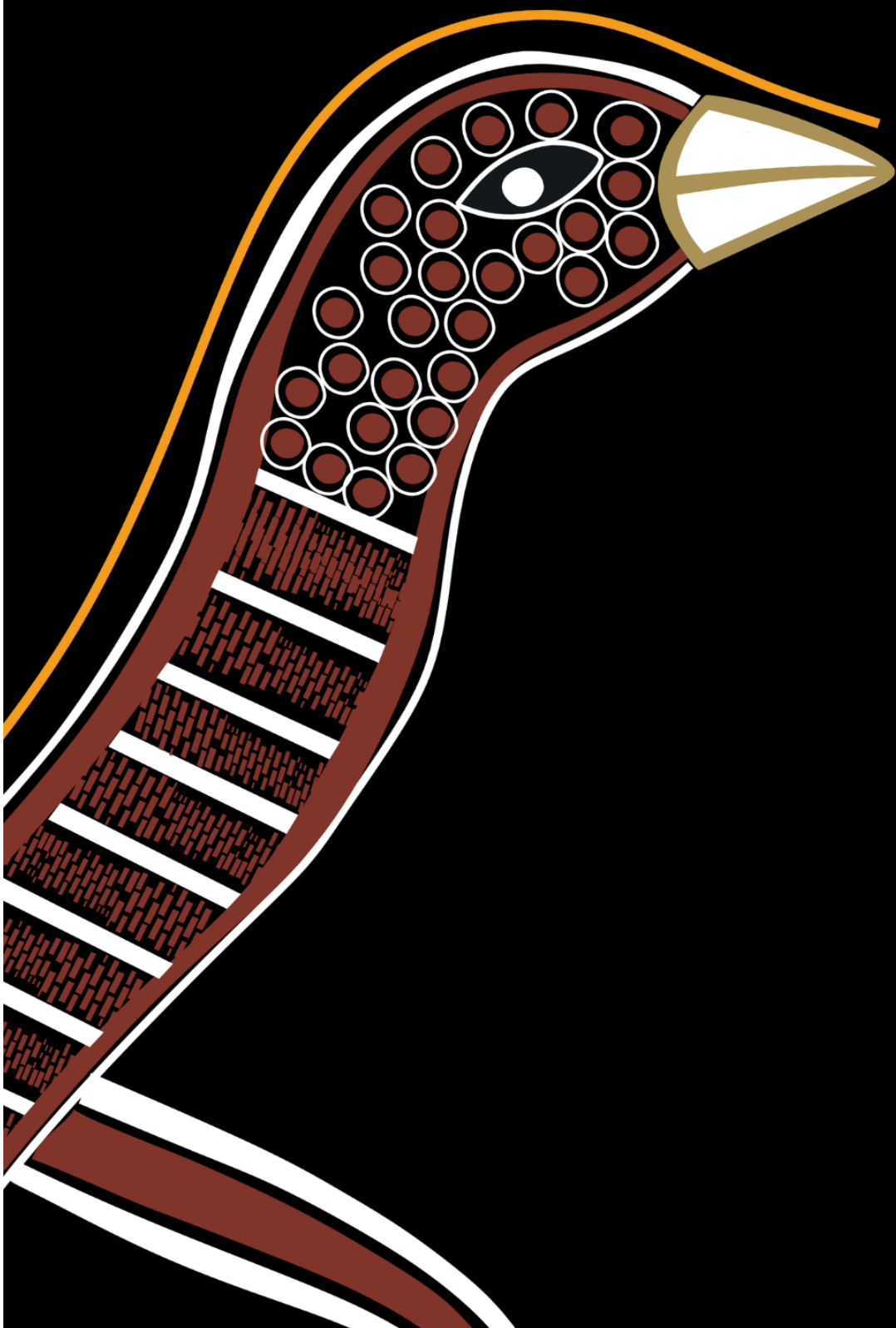


COMUNICAÇÕES LIVRES



XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

Discurso, mito e poder: a legitimação de Hatshepsut na Capela Vermelha

Alanna Vanessa Mendes Moreira

Mestranda em História

Universidade Federal de Goiás (UFG)

Bolsista CAPES

Resumo: Esta pesquisa analisa a Capela Vermelha de Hatshepsut, situada no Templo de Karnak, no contexto do Antigo Egito durante o Novo Império (c. 1550–1070 a.C.), destacando sua importância como instrumento religioso, político e simbólico durante o reinado de Hatshepsut. A pesquisa parte da constatação de que o poder faraônico estava profundamente ligado à religião, e que Hatshepsut, sendo uma mulher em um cargo tradicionalmente masculino, precisou construir mecanismos específicos para legitimar sua autoridade. A problemática central do estudo consiste em compreender como Hatshepsut conseguiu legitimar e manter seu poder como faraó em uma sociedade patriarcal, apesar da existência de um herdeiro masculino (Tutmés III) e das limitações impostas ao gênero feminino. O objetivo do trabalho é analisar os discursos da Capela Vermelha e demonstrar de que maneira esse monumento funcionou como uma ferramenta de legitimação teopolítica, ou seja, como Hatshepsut utilizou elementos religiosos, mitológicos e simbólicos para consolidar sua autoridade e se apresentar como governante legítima. Assim, por meio de sua ligação com o deus Amon, Hatshepsut, com o apoio do clero, constroi uma narrativa que a mantém no trono egípcio. A pesquisa conclui que a Capela Vermelha não é apenas um espaço religioso, mas também um instrumento político fundamental, funcionando como um “lugar de memória” que eterniza a autoridade da faraó. Assim, Hatshepsut não rompeu com as tradições egípcias, mas utilizou-as estrategicamente para sustentar seu poder, demonstrando a forte relação entre religião, política e construção da autoridade no Egito Antigo.

Palavras-Chave: Discurso; Egito; Faraó; Legitimação.

Introdução

Na Antiguidade, diversas sociedades dividiam as funções exercidas, segundo o gênero de cada indivíduo. Dessa forma, homens e mulheres possuíam papéis diferentes e estavam cercados por expectativas segundo cada um. Diferentes civilizações organizaram essas atribuições conforme sua cultura e seu tempo, mas, em grande parte delas, há predominância das estruturas patriarcais, que colocavam os homens em posição de maior destaque militar e administrativa, enquanto às mulheres estavam ligadas ao espaço doméstico, à reprodução e à vida cotidiana.

Todavia, existem casos em que postos de poder foram assumidos por importantes mulheres, uma vez que tal cenário não era definitivo, o que permitia variáveis exceções. Ao longo

da história, elas foram relegadas ao segundo plano, mas sua relevância é inegável e surge, portanto, a necessidade de lembrar sua memória e seus feitos.

Assim sendo, quando olhamos para o Antigo Egito, essa condição se faz presente. Ainda assim, algumas raras mulheres se mantiveram em posições relevantes e de destaque, sendo lembradas pela história como grandes figuras de poder. Tal situação se dá devido ao fato de que neste império, a figura feminina possuía maior liberdade social

Non se pode duvidar que, em muitos aspectos, o mundo egípcio se apresenta como singularmente moderno: a família possui uma estrutura leve (fundamentalmente pais e filhos), em oposição ao peso de uma estrutura tribal que une pelo sangue indivíduos distantes, obrigando-os a uma solidariedade automática; o sistema hereditário reparte os bens entre o cônjuge sobrevivente e os filhos em partes fundamentalmente iguais; no campo do direito privado, uma vontade livre e expressa documentalmente tem valor autônomo, e a mulher possui uma personalidade jurídica que lhe permite fazer testamento ou prestar testemunho sem necessidade de qualquer tutor; não existe o conceito de compensação pessoal por meio da vingança (falta, inclusive, uma palavra para designá-la), e até mesmo no mito as disputas entre os deuses são representadas diante de um tribunal (Donadoni, 1990, p. 16, tradução própria¹).

Este contexto ocorria, em especial, mas não unicamente, dentro da realeza. Segundo Robins (1996, p. 22), a importância feminina derivava da sua relação com o faraó. Tendo isso em mente, citaremos neste artigo o caso da faraó Hatshepsut, governante da XVIII dinastia, durante o Novo Império (c. 1550–1070 a.C.).

Hatshepsut destacou-se não apenas por ter assumido o trono em um contexto majoritariamente masculino, mas também por ter consolidado sua autoridade por meio de estratégias políticas, religiosas e simbólicas. Inicialmente atuando como regente de Tutmés III, ela gradualmente passou a adotar a titulação completa de faraó, sendo representada iconograficamente com atributos tradicionalmente masculinos, como a barba postiça e o traje real.

Esta governante é conhecida por suas grandes construções em templos e pela dedicação aos deuses, em especial o deus Amon, que foi muito importante para que ela pudesse se manter

¹ No se puede dudar que, en muchos aspectos, el mundo egipcio se nos muestra singularmente moderno: la familia tiene una estructura ligera (fundamentalmente padres e hijos), en oposición al peso de una estructura tribal que une por la sangre a individuos lejanos, obligándoles a una solidaridad automática; el sistema hereditario reparte los bienes entre cónyuge superviviente e hijos en partes fundamentalmente iguales; en el campo del derecho privado, una voluntad libre y documentalmente expresada tiene valor autónomo, y la mujer tiene una personalidad jurídica que le permite hacer testamento o prestar testimonio sin necesidad de tutor de ningún tipo; no existe el concepto de desquite personal mediante la venganza (falta, incluso, una palabra para designarla), e incluso en el mito las disputas entre los dioses están representadas ante un tribunal (Donadoni, 1990, p. 16).

no poder. Edificações dentro do Templo de Karnak comprovam tal situação, mas em especial, dar-se-á ênfase ao santuário da barca denominado de Capela Vermelha.

Este santuário estava ligado a funções religiosas dentro de festivais, como o Festival de Opet e do Vale. Suas inscrições demonstram uma profunda ligação com o principal deus de Tebas, Amon. Além disso, percebe-se um grande discurso religioso e político voltado à legitimação e permanência da faraó no trono egípcio.

De acordo com Gabolde (2014, p. 33), embora essas inscrições fossem acessíveis a um público bastante limitado (uma vez que nem todos tinham permissão para acessar o Templo de Karnak), elas eram direcionadas, em especial, aos deuses, para os quais não se pode mentir, e à posteridade. Nesse sentido, essas narrativas devem ser consideradas verídicas (levando em conta o contexto religioso e cultural da época), no sentido de serem verdadeiras para a faraó. Como exemplo disso, nota-se o seguinte trecho: “Tudo isso que surgiu (aqui) é verdade, sem uma palavra de distorção [...]” (Gillen, 2005, p. 22, tradução própria²).

Dessa forma, torna-se muito relevante a análise de parte desse discurso e inscrições, a fim de melhor entender as estratégias narrativas utilizadas por ela durante o seu reinado, fortalecendo seu governo em uma base religiosa, sempre levando em conta o contexto cultural vivenciado por ela durante seu governo.

Parte desse trabalho é resultado do meu Trabalho de Conclusão de Curso, realizado em 2025, ao qual também já foi, em parte, submetido aos anais do evento do Centro de Estudos sobre Diversidade Antiga da Universidade Estadual de Campinas (CEDA UNICAMP), em 2025. Todavia, cada artigo possui informações diferentes.

Hatshepsut e a Capela Vermelha

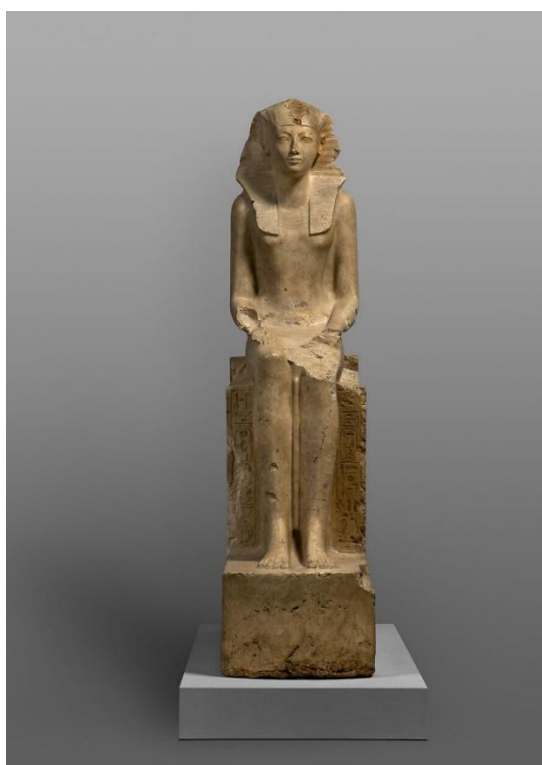
Como dito anteriormente, o posto de faraó era uma função majoritariamente masculina. Dessa forma, poucas mulheres, ao longo de mais de 3.000 mil anos de história, governaram o Egito. A grande maioria assumiu esse papel em período de decadência ou ausência de um herdeiro homem. Podemos citar, para fins de exemplo, nomes como Nitócris (VI dinastia),

² All this which has come into being (here) is true, without a word of misstatement [...] (Gillen, 2005, p. 22).

Sobekneferu (XII dinastia), Tausret (XIX dinastia), dentre outras. Percebe-se que tais governantes não são muito lembradas pela história, o que torna seus feitos apagados.

Tal cenário não se encaixa com a realidade vivenciada por Hatshepsut (figura 1). Filha do Faraó Tutmés I com sua Grande Esposa, Ahmose, Hatshepsut foi casada com seu meio irmão, Tutmés II. Após a morte do faraó, o casal de meio irmãos assume o trono egípcio, ele estando no posto de faraó e ela como sua Grande Esposa Real.

Figura 1- Estátua de Hatshepsut sentada.



Fonte disponível em: <https://www.metmuseum.org/art/collection/search/544450> Acesso em 21 maio 2026.

Esta função permitiu a ela exercer o papel sacerdotal de Esposa do deus Amon, o que a aproximou mais do clero de Amon. A última esposa divina, antes de Hatshepsut, teria sido Ahmose-Nefertari, esposa do faraó Amósis I (Robins, 1996, 48). É possível que Hatshepsut tenha se valido do cargo de Esposa do Deus, bem como de sua associação com Ahmose-Nefertari (com quem provavelmente possuía vínculos genealógicos por meio de sua mãe, ligada ao faraó Amósis I, considerando que seu pai não era filho legítimo de Amenhotep I) para ganhar recursos que sustentariam sua base de apoio em um eventual reinado (Shaw, 2000, p.

492).

De seu casamento, nasceu Neferura. Todavia, após a morte de Tutmés II, quem irá assumir o trono será Tutmés III, seu filho com uma esposa secundária. Esta situação gerava um problema: o jovem era ainda muito criança (cerca de 2 anos de idade) e não tinha capacidade de exercer essa função. Assim, Hatshepsut assume a posição de regente, como pode-se ver na tumba do administrador dos celeiros de Amom, Ineni (TT 81).

[O rei] ascendeu ao céu e se uniu aos deuses. Seu filho ocupou seu lugar como rei das Duas Terras e foi soberano sobre o trono daquele que o havia gerado. Sua irmã, a esposa divina Hatshepsut, encarregava-se dos assuntos do país: as Duas Terras estavam sob seu governo, e a ela se pagavam os impostos (Grimal, 1996, p. 225, tradução própria³).

Hatshepsut teria buscado se inspirar em uma tradição mais antiga, na qual as mães exerciam a regência enquanto seus filhos ainda eram jovens demais para governar. No entanto, por não ocupar esse papel materno na vida do jovem faraó, foi necessário que ela assumisse uma posição distinta para legitimar sua atuação no poder (Roth, 2005, p. 11). Dessa forma, a partir do ano 7, Hatshepsut teria assumido o trono, e comandou o Egito até o ano 20/21, quando as inscrições deixam de mencionar seu nome. Assim, o Egito passou por uma corregência entre dois faraós, sendo ela a faraó principal e Tutmés III o rei secundário (Sousa, 2013, p. 10). Essa situação não era algo novo, pois ao longo da história egípcia existiram diversos casos de governo compartilhado. Para Gralha (2017), uma situação teria permitido que ela tomasse a decisão de se tornar faraó

O Egito, que setenta anos antes do reinado de Hatshepsut tinha sido reunificado e ainda estava em processo de reorganização, não poderia ser palco de um novo conflito, agora interno, entre duas linhagens: thutméssidas e ahméssidas. Para que tal possibilidade fosse afastada, era necessário que o futuro monarca pudesse estar ligado às duas linhagens. Somente Hatshepsut possuía as qualidades necessárias (Gralha, 2017, p. 132).

Seu reinado foi marcado por uma relativa estabilidade e por uma política externa voltada à paz defensiva com os povos vizinhos. No quinto ano, organizou expedições ao Sinai com o objetivo de obter turquesa. Todavia, sua principal iniciativa foi a expedição para Punt, registrada no Templo de Deir-el-Bahari.

³ [El rey] ascendió al cielo y se unió a los dioses. Su hijo ocupó su lugar como rey del Doble País y fue soberano sobre la silla de aquél que lo había engendrado. Su hermana, la esposa divina Hatshepsut, se encargaba de los asuntos del país: el Doble País estaba bajo su gobierno y a ella se le pagaba el impuesto (Grimal, 1996, p. 225).

Durante o governo independente de Tutmés III, este faraó iniciou um apagamento do nome de Hatshepsut de diversos monumentos, a fim de que sua imagem e governo fossem esquecidos. Não se conhece o motivo que o levou a tal decisão, embora diversas hipóteses tenham sido formuladas pelos historiadores. Uma possibilidade sugere que, ao recorrer a Maat e Rá para a sua legitimação, teria sido necessário apagar sua memória para anular seu governo único. Outra hipótese diz que, para legitimar o herdeiro de Tutemés III, Amenófis II, tornou-se necessário apagar a memória de Hatshepsut, a fim de estabelecer uma ligação direta com a linhagem dos ahmíssidas (Laporta, 2012, p. 107).

Durante seu governo, a faraó reforçou sua ligação com o deus Amon. Para fortalecer sua realeza divina, ela criou seu mito de nascimento divino, onde o deus Amon, no corpo de Tutmés I, teria se relacionado com sua mãe, e a engravidado. Portanto, seu governo seria baseado no fato de ela ser filha de sangue de uma divindade. Além disso, Hatshepsut também se utilizou das representações para pautar seu governo. Assim, em diversos monumentos, a faraó se retrata em trajes masculinos

Ao conceber seu papel como rei e se apresentar ao seu povo, ela tomou três grupos como modelo: reis do sexo masculino, Mães de Reis e rainhas reinantes. De sua associação com cada um desses grupos, Hatshepsut derivou sua legitimidade como faraó mulher. Esses modelos iluminam a natureza de sua realeza e as razões para sua coroação aparentemente heterodoxa (Roth, 2005, p. 9, tradução própria⁴).

Este contexto se faz presente em suas diversas construções, que sempre narram sua lealdade a Amon, como filha e serva, sendo ele quem legitima seu reinado. Esse discurso se torna evidente nas inscrições da Capela Vermelha (figura 2), como nota-se no exemplo abaixo

[...] Tu és um rei [...] que fala contra seus inimigos, cuja faca está a serviço (?) da chama, cujo hálito está em brasa quando ela se manifesta, quando ela se põe a queimar os países dos descontentes. (Um rei) que os países estrangeiros temem como o autor do fogo, cujo sucesso corresponde à aparência da chama, um rico em valentia à altura do céu, cujo poder se exerce contra aquele que se volta contra mim. Eu te instalo em meus tronos. Eu pego para ti o cajado e o chicote. Eu te modelo, como quis te fazer, a fim de que faças a oferta diante daquele que te criou, de que restaures as capelas dos deuses, de que protejas este país graças à (boa) administração, de que o terror que tu inspiras se apodere daquele que age fora da lei, de que tu conduzas os tumultos sob o golpe do

⁴ In conceiving her kingly role and presenting herself to her people, she took three groups as models: male kings, Kings' Mothers, and queens regnant. From her association with each of these groups, Hatshepsut derived her legitimacy as a female pharaoh. These models illuminate the nature of her kingship and the reasons for her apparently unorthodox coronation (Roth, 2005, p. 9).

poder, de que tu imponhas a força na qualidade da valentia. E então esta terra estará em teu punho, os henmemet sob tua autoridade e os rekhyt te prestarão homenagem. Tu estabelece as leis, tu reprimes os desordeiros, tu vens ao som do estado de guerra civil. Tu governas os vivos e eles obedecem às tuas ordens. (Lacau; Chevrier, 1977, p. 109, tradução própria⁵).

Figura 2- Capela Vermelha



Fachada da Capela Vermelha (Burgos; Larché, 2008, p. 405).

Edificada no interior do Templo de Karnak, esta pequena capela possuía a função de abrigar a barca de Amon, durante alguns festivais religiosos importantes, como o Festival de Opet e do Valle, onde este santuário era um dos pontos da procissão.

Foi construída durante o período de corregência entre ambos os faraós, por volta do ano 17 do reinado de Hatshepsut (Larché, 2008, p. 136). O desenho básico da Capela Vermelha

⁵ [...] Tu es un roi [...] qui parle contre ses ennemis, dont le couteau est au service (?) de la flamme, dont l'haleine est embrasée quand elle se produit, lorsqu'il se met à brûler les pays des mécontents. (Un roi) que craignent les pays étrangers (?) comme l'auteur du feu, dont le succès est conforme à l'apparence de la flamme, un riche de vaillance à la hauteur du ciel, dont la puissance s'exerce contre qui se retourne contre moi. Je t'installe sur mes trônes. Je saisis pour toi le crochet et le fouet. Je te moule, toi que j'ai voulu faire, (afin) que tu fasses l'offrande en face de celui qui t'a créée, que tu restaures les chapelles de dieux, que tu protèges ce pays grâce à sa (bonne) administration, que la terreur que tu inspires saisisse celui qui agit en hors-la-loi, que tu enchaînes les troubleurs de toutes soient sous le coup de la puissance, que tu imposes ta force en la qualité de maître de la vaillance. Et alors cette terre sera en ton poing, les hnmhmnt sous ton autorité et les rkhty te rendront hommage. Tu établis les lois, tu reprimes les désordres, tu viens à bout de l'état de guerre civile. Tu gouvernes les vivants et ils obéissent à tes ordonnances (Lacau; Chevrier, 1977, p. 109).

consiste em dois cômodos: um vestíbulo, menor, e um santuário, maior. Dentro do vestíbulo, está uma pedra de diorito, onde era colocada a barca do deus Amon. Além disso, ela possui duas saídas (fachada leste e oeste), com uma escada pequena.

Após o fim do governo de Hatshepsut, a capela ainda não havia sido finalizada, sendo função de Tutmés III executar os acabamentos necessários. Entretanto, depois de alguns anos, o então faraó ordenou que a capela fosse desmontada e utilizou algumas partes em outras construções próprias. Em alguns blocos, o nome e a imagem de Hatshepsut foram removidos. Contudo, os discursos oraculares foram poupados do processo de apagamento.

Segundo Larché (2008, p. 138), o fato de alguns blocos não terem passado pela remoção do nome de Hatshepsut, deve significar que a capela foi desmontada antes da empreitada de apagamento efetivo proposto por Tutmés III, uma vez que apenas os blocos muito visíveis foram martelados. Para esses autores, a capela teria sido usada por, pelo menos, 15 anos.

Os primeiros blocos foram localizados, por estudiosos, nas proximidades do terceiro pilar do Templo de Karnak, apresentando um grande estado de conservação. As primeiras peças foram achadas em 1898, enquanto as últimas apenas em 1947 (Lacau; Chevrier, 1977, p. 23). Essas descobertas iniciais são atribuídas ao egiptólogo francês Georges Legrain. Em 1932, os 300 blocos encontrados foram armazenados no Museu do Ar Livre de Karnak (Grimal; Larché, 2003, p. 37). No entanto, as condições às quais eles ficaram expostos permitiram um desgaste acentuado em alguns blocos.

O primeiro bloco da reconstrução foi colocado em 1996⁶, pelo Centre Franco-Égyptien d'Étude des Temples de Karnak (CFEETK), todavia sua localização original segue sendo ocupada pela capela de granito de Philippe Arrhidée (Burgos; Larché, 2008, p. 13). O trabalho foi dirigido por Franck Burgos, com supervisão de François Larché, Hisham Ahmed Fahdi, Mohammed Ali Sallam e Hamdi Mourtada Ahmed (Grimal; Larché, 2003, p. 40). O apoio financeiro foi dado pelo grupo hoteleiro ACCOR e pela fundação Michela Schiff Giorgini (Grimal; Larché, 2007, p. 36).

A reconstrução da capela foi fruto de muito estudo para entender a melhor posição de cada bloco dentro da construção, dado o fato de que, inicialmente, não se sabia como montar

⁶ Grimal e Larché (2007, p. 36), alegam que os trabalhos de reconstrução começaram em 25 de março de 1997 e durou um ano. Em 2003, a capela já havia sido finalizada, todavia os acabamentos seguiam sendo feitos (Grimal; Larché, 2003, p. 40).

este quebra cabeça, além do fato de que faltavam partes. Os fragmentos foram fotografados por Antoine Chené com o auxílio de Frank Burgos, revelando que cerca de 60% das paredes encontravam-se preservadas. Esse levantamento permitiu a Burgos avançar na reconstrução, tendo como base as hipóteses de Pierre Lacau, Henri Chevrier e Clément Robichon (Grimal; Larché, 2003, p. 18).

Análise das inscrições

Para o início dessas análises, é importante ressaltar que, apesar de relativamente pequena, e incompleta, a capela carrega um extenso discurso, sendo necessário, para este artigo, selecionar algumas partes.

A religião egípcia associava o faraó ao deus Hórus, sendo ele a imagem viva da divindade. Daí a necessidade de que o governante fosse, preferencialmente, um homem. Todos os fatores que regiam essa sociedade estavam ligados a Maat, a deusa que personificava a justiça e a ordem cósmica, sendo função do faraó assegurar que o caos não dominasse o Egito. Dessa forma, já temos dois pontos importantes que ajudarão a entender o discurso de Hatshepsut.

Em certos momentos, Hatshepsut se refere ao deus Hórus: "Ele fez com que ela pudesse sentar-se na plataforma do trono, ela sendo nutrida como um Hórus, Senhor das Duas Terras [...]" (Gillen, 2005, p. 19, tradução própria⁷). Além disso, a faraó também destaca: "minha vida é estável sobre o apoio de Hórus" (Gillen, 2005, p. 21, tradução própria⁸). Pode-se notar que, por meio de sua ligação com o deus Amon, Hatshepsut é aceita como um faraó, sendo a imagem de Hórus. Seu gênero não se tornou um problema em seu cargo de poder. Sua semelhança com o deus é um fator que também pode ser visto no Obelisco de Karnak

Viva a Hórus feminina... filha de Amon-Ré, sua favorita, sua única, que existe por ele, a parte esplêndida do Senhor de Tudo [...] A quem ele escolheu para proteger o Egito, para defender o povo; a Hórus feminina, vingadora de seu pai" (Breasted, 1906, p. 130-131, tradução própria⁹).

⁷ He caused that she may sit on the throne platform, she being nourished as a Horus, Lord of the Two Lands (Gillen, 2005, p. 19).

⁸ my life is stable upon the Support of Horus (Gillen, 2005, p. 21).

⁹ Live the female Horus the daughter of Amon-Re, his favorite, his only one, who exists by him, the splendid part of the All-Lord [...] whom he chose to protect Egypt, to defend the people; the female Horus, avengeress of her father (Breasted, 1906, p. 130-131).

Em diversos monumentos egípcios, os soberanos são representados com trajes muito específicos como, por exemplo, o tocado real, as diversas coroas, as saias, os cetros, etc. Isso servia para reforçar sua realeza e "recorda que o faraó é um deus entre os homens" (Bresciani, 2000, p. 68, tradução própria¹⁰)

É possível que, na sua maior parte, estes paramentos tenham sido criados a partir das concepções e pensamento mítico-religioso dos governantes pré-dinásticos. Tais elementos e objetos parecem indicar um tipo de conexão da divindade com o monarca. A grande quantidade de deuses e um grupo de deuses primordiais e dinásticos pode ter levado a uma diversidade de paramentos e vestimentas representativas do poder divino [...] (Gralha, 2017, p. 112).

Este fator foi um elemento muito útil para Hatshepsut, uma vez que o cargo de faraó vinha acompanhado de elementos simbólicos muito fortes e significativos. Para tal, ela se utilizou de representações baseadas em aspectos masculinos, reforçando sua igualdade e seu poder. Segundo Gralha (2017), o cargo masculino não permitia uma figura feminina, portanto ela devia se representar como ““o monarca”” (Gralha, 2017, p. 132). Algumas dessas representações podem ser encontradas na Capela Vermelha (figura 3).

Figura 3- Inscrição da Capela Vermelha



Hatshepsut oferece um buquê e incenso, depois dois vasos de leite à barca de Amon, que está posicionada em uma plataforma. Bloco 18, lado santuário sul (Burgos; Larché, 2008, p. 248).

¹⁰ recuerdan que el faraón es un dios entre los hombres (Bresciani, 2000, p. 68).

O bloco acima representa Hatshepsut como um faraó masculino por duas vezes, enquanto apresenta oferendas à barca de Amon. Acima da primeira figura pode-se ler, contido no cartucho, seu nome de trono, Maat-Ka-Re, e, na segunda está escrito "Hatshepsut". Após da segunda representação está escrito: "Que ela seja a cabeça dos Ka de todos os vivos, após ter aparecido sobre o trono de Hórus, como Rá" (Lacau; Chevrier, 1977, p. 348-349). Segundo Gillen (2005), durante um dos discursos do deus, este se refere a Hatshepsut como "Hórus Vivo: forte de Kas, Uma das Duas Senhoras: florescimento de anos, Hórus Dourado: divino de aparências, Rei do Alto [e Baixo Egito]: Maat-Ka-Re, Filho de Re: um unido com Amon, Hatshepsut [...]" (Gillen, 2005, p. 20, tradução própria¹¹).

Tradicionalmente, um rei era do sexo masculino, identificado como uma manifestação de um deus masculino, o deus Hórus com cabeça de falcão. Publicamente, portanto, Hatshepsut era mais frequentemente representada como um rei homem em pleno vigor da vida. Ela raramente aparece como mulher, seja em estátuas ou em relevos esculpidos. Algumas das representações iniciais parecem ter sido alteradas de femininas para masculinas mais tarde em seu reinado (Roth, 2005, p. 9, tradução própria¹²).

Com relação a deusa Maat, Hatshepsut também se apresenta como uma serva escolhida por ela, através do intermédio de Amon: "Depois disso, ele a colocou diante dele, conduzindo-a à mansão de Maat, e ela recebeu a insígnia de sua serva [...]" (Gillen, 2005, p. 18, tradução própria). Em outra passagem do discurso, a rainha ressalta sua capacidade de estabelecer a justiça e punir aqueles que não obedecem à ordem e à lei: "Eu sou um rei que faz com que as leis sejam instituídas, que julga as questões e que pune aquele que se esquece de suas ações" (Gillen, 2005, p. 24, tradução própria). Esses elementos estão ligados às práticas de manutenção da ordem, já que cabia ao faraó conter a desordem e proteger o Egito de ameaças internas e externas (Brancaglion Junior, 2003, p. 65).

Além disso, em outra parte do discurso encontrado no monumento, existe a seguinte fala

[...] Aqueles que estão no céu o revelaram o segredo; aqueles que estão na Duat te guiaram. Levanta-te, tu que estás sob a forma de seu disco (aquele do deus). As aparições de sua Enéade se associam a ti. Os deuses estão a teu lado, quando

¹¹ Living Horus: strong of Kas, One of the Two Ladies: flourishing of years, Golden Horus: divine of appearances, King of Upper [and Lower Egypt]: Maat-Ka-Re, Son of Re: one united with Amun, Hatshepsut [...] (Gillen, 2005, p. 20).

¹² Traditionally, a king was male, identified as a manifestation of a male god, the falcon-headed Horus. Publicly, therefore, Hatshepsut was most often depicted as a male king in the prime of life. She rarely appears as a woman in either statuary or relief carving." Some of the early representations seem to have been changed from female to male later in her reign (Roth, 2005, p. 9).

tu apareces como representante de Rê. Toma, pois (para ti) o de te sentares sobre o Grande Trono que está no interior do domínio de teu pai. Eleva-te, pois, naquele que te criou, exalta-te naquele que te fez aparecer [...] (Lacau; Chevrier, 1977, p. 122, tradução própria¹³).

Nesse trecho, destacam-se alguns pontos relevantes para a análise. O primeiro é que Hatshepsut aparece sendo guiada e amparada por seus antepassados que estão no Duat. Esse lugar não deve ser entendido como um ambiente de morte, mas também como um domínio de poder, onde os faraós recebiam apoio espiritual, visto que “o destino do rei morto era celeste” (Brancaglion, 1995, p. 29). Dessa forma, o mundo dos mortos funcionava como um espaço de proteção e auxílio ao mundo dos vivos, como mostra a Carta aos Mortos (Bakos, 1995).

O segundo ponto a se analisar, é que seu governo recebe respaldo mítico, ligado a enéade (principais deuses egípcios). Além disso, se representa como a imagem terrena di deus solar, Rá. E o terceiro ponto, se refere ao trono do Egito. A frase sugere que Hatshepsut recebeu de seu pai o direito legítimo de governar, não sendo, portanto, um erro.

Seu discurso era uma narrativa firme e consistente, deixando de modo bem evidente sua descendência de Amon e sua determinação em cumprir a vontade divina de governar. Toda a sua argumentação gira em torno de um ponto central: o mito do nascimento divino. Sem a condição de filha consanguínea de Amon, esse discurso não teria o mesmo sentido e finalidade. Ao analisá-lo, percebe-se a presença constante da divindade, responsável por lhe conceder tudo o que era necessário para o seu governo.

Além disso, Gralha (2017, p. 146-155) alega que nas inscrições da Capela Vermelha, a faraó teria promovido um discurso a fim de divinizar-se em vida. Assim, ela seria representada como um ser divino, manifestação de Amon, enquanto Tutmés III era retratado como um faraó e governante secundário. Isso se dá através da sua diferenciação com seu corregente: ela sempre se mostra à frente dele, conduz os rituais, apresenta títulos mais completos (ela é muito chamada por seu nome de trono, enquanto Tutmés III aparece representado com seu nome de nascimento), etc. Portanto, ela se representava como a governante ideal, tal como podemos notar no seguinte

¹³ [...] Ceux qui sont dans le ciel ont révélé le secret; ceux qui sont dans la Douat t'ont guidée. Lève-toi donc sous la forme de son disque (celui du dieu). Les apparitions de son Ennéade s'associent à toi. Les dieux sont à ta suite, quand tu apparais comme représentante de Rê. Prends donc (pour toi) de t'asseoir sur le Grand Siègne qui est à l'intérieur du domaine de ton père. Éleve-toi donc en celui qui t'a créée, exalte-toi donc en celui qui t'a faite apparaître [...] (Lacau; Chevrier, 1977, p. 122).

discurso: "Eu sou (o) Único, que descansa com Maat, que a enriquece, que depende de seus negócios" (Gillen, 2005, p. 24, tradução própria¹⁴).

Ademais, o autor alega que “alguns poderiam ver Hatshepsut realmente como um deus, e não deusa, e legítima herdeira ao trono como faraó; outros poderiam, porém, não acreditar na sua divindade e legitimidade” (Gralha, 2017, p. 159). Tal argumento vai de acordo com Silverman (2002): "A extensão da literatura propagandística, que chamava a atenção para o direito de um faraó ao trono, é uma evidência implícita de que o povo não estava totalmente inconsciente da origem humana de seu soberano" (Silverman, 2002, p. 77), o que demonstra que nem toda a sociedade egípcia acreditava cegamente na propaganda política imposta pelos faraós. Por parte da população comum, isto não significava um problema, mas por parte da nobreza e do clero, esta falta de crença podia gerar problemas e até revoltas.

Conclusão

Dessa forma, com base nas inscrições e discursos apresentados na Capela Vermelha, nota-se que o governo de Hatshepsut foi pautado no discurso de legitimidade vinculado ao deus Amon. Por meio de tal feito, ela elaborou sua realeza divina, a fim de manter-se no trono.

Esse argumento, por certo, não convencia a todos, uma vez que sua narrativa sempre reforçava sua aceitação pela elite e, como garante Silverman (2002), o excesso de propaganda política demonstra que nem todos acreditavam nesse discurso.

Portanto, sua propaganda política não era passiva socialmente, mas atuava como uma estratégia legítima, cuidadosamente pensada em prol de seu governo. Assim sendo, a Capela Vermelha vai além de uma construção religiosa e passa a ser também um instrumento político por intermédio de suas inscrições e de seu contato com o clero.

Referências

- BAKOS, Margaret Marchiori. **Relações nem sempre amistosas: os egípcios e os seus mortos**. Revista Clássica, São Paulo, 1994/1995.
- BRANCAGLION JUNIOR, Antonio. **O eufemismo da morte no Antigo Egito**. Revista Clássica, São Paulo, 1994/1995.
- BRANCAGLION JUNIOR, Antonio. **Manual de arte e arqueologia egípcia**. Rio de Janeiro: Sociedade dos Amigos do Museu Nacional, 2003.

¹⁴ I am (the) One, who rests with Maat, who enriches it, who depends on its affairs (Gillen, 2005, p. 24).

- BREASTED, James Henry. **Ancient Records of Egypt: Historical Documents from the Earliest Times to the Persian Conquest, Collected, Edited, and Translated**. Vol. II – The Eighteenth Dynasty. Chicago: The University of Chicago Press, 1906.
- BRESCIANI, Edda. **A orillas del Nilo: Egipto en tiempos de los faraones**. Tradução de Juan Carlos Gentile Vitale. Barcelona: Paidós, 2001.
- BURGOS, Franck; LARCHÉ, François. **La Chapelle Rouge: Le Sanctuaire de la barque d'Hatshepsout, volume 1 fac-similés et photographies des scènes**. Editora Soleb, 2008.
- BURGOS, Franck; LARCHÉ, François. **La Chapelle Rouge: Le Sanctuaire de la barque d'Hatshepsout, volume 2 textes**. Editora Soleb, 2008.
- DONADONI, Sergio. **El hombre egipcio**. In: DONADONI, Sergio (org.). **El hombre egipcio**. Madrid: Alianza Editorial, 1991.
- GABOLDE, Luc. **Hatshepsut at Karnak: A Woman under God's Commands**. In: GALÁN, José M.; BRYAN, Betsy M.; DORMAN, Peter F. (org.). **Creativity and innovation in the reign of Hatshepsut**. University of Chicago, 2014.
- GILLEN, Todd J. **The Historical Inscription on Queen Hatshepsut's Chapelle Rouge: Part 2: Translation**. In: BINDER, Susanne (editor). **The Bulletin Of The Australian Centre For Egyptology**. Macquarie University, Sydney, 2005.
- GRALHA, Julio Cesar Mendonça. **Deuses, faraós e poder: legitimidade e imagem do deus dinástico e do monarca no Antigo Egito (1550–1070 a.C.)**. 2. ed. Rio de Janeiro: JCG Editor, 2017.
- GRIMAL, Nicolás. **Historia del Antiguo Egipto**. Tradução Blanca García Fernández-Albalat e Pedro López Barja de Quiroga. Editora Akal S.A., 1996.
- GRIMAL, Nicolas; LARCHÉ, François. **Cahiers de Karnak, n. 11**. Paris: Éditions Recherche sur les Civilisations, 2003.
- GRIMAL, Nicolas; LARCHÉ, François. **Cahiers de Karnak XII**, fascicule 1. Le Caire: Institut français d'archéologie orientale; Paris: Éditions Soleb, 2007.
- LACAU, Pierre; CHEVRIER, Henri. **Une Chapelle d'Hatshepsout à Karnak**. Serviço de Antiguidades do Egito e Instituto Francês de Arqueologia Oriental do Cairo. Livro I, 1977.
- LAPORTA, Virginia. **La figura regia de Hatshepsut: uma proposta de análise a partir de tres cambios ontológicos**. In **Antiguo Oriente: Cuadernos del Centro de Estudios de Historia del Antiguo Oriente** – n.º 10 (2012).
- LARCHÉ, François. **L'emplacement de la chapelle**. In: BURGOS, Franck; LARCHÉ, François. **La chapelle Rouge: le sanctuaire de la barque d'Hatshepsout. Volume 2: textes**. Direção de Nicolas Grimal. Paris: Soleb, 2008.
- ROBINS, Gay. **Las mujeres en el Antiguo Egipto**. Tradução de Marco V. García Quintela. Madrid: Ediciones Akal, 1996.
- ROTH, Ann Macy. **Models of authority Hatshepsut's Predecessors in Power**. In: ROEHRIG, Catharine H.; DREYFUS, Renée; KELLER, Cathleen A. (ed). **Hatshepsut: From Queen to Pharaoh**. New York, The Metropolitan Museum of Art, 2005.

SHAW, Ian. **Historia del Antiguo Egipto**. Tradução José Miguel Parra Ortiz. Oxford: Oxford University Press, 2000. Versão digital convertida para PDF, 2018.

SILVERMAN, David P. **O divino e as divindades no antigo Egito**. In: SHAFER, Byron E. (org.). *As religiões no Egito Antigo – Deuses, mitos e rituais domésticos*. Tradução de Luis S. Krausz. São Paulo: Nova Alexandria, 2002.

SOUSA, Aline Fernandes de. **A mulher-faraó: representações da rainha Hatshepsut como instrumento de legitimação (Egito Antigo – Século XV a.C.)**. ANPUH – XXVII Simpósio Nacional de História, Natal, 2013.

Finais de mundos e apagamentos simbólicos na formação de leitores idosos

Lucas Henrique da Silva Trentin

Pedagogo e Mestrando em Educação
Universidade Estadual Paulista (UNESP)
Agência de Fomento: CAPES
l.trentin@unesp.br

Resumo: Esta comunicação analisa produções acadêmico-científicas da Universidade Estadual Paulista (Unesp) sobre mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), com foco nas possibilidades e ausências de práticas em espaços formais e não formais, especialmente no que se refere ao público idoso. O recorte geográfico concentra-se no interior paulista, onde a Unesp se destaca como polo de produção científica pública. O período investigado abrange de 2013, com a criação do repositório institucional, até 2023, marcado pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à EJAI. Parte-se do pressuposto de que essas produções evidenciam avanços, mas também consolidam lacunas, sobretudo no que diz respeito às práticas de leitura destinadas aos sujeitos idosos, especialmente em contextos não formais, como os lares de longa permanência. Tais lacunas podem ser compreendidas como formas de ruptura e de “fim” simbólico, ao evidenciarem processos de invisibilização desses sujeitos nas narrativas científicas e educacionais contemporâneas. Metodologicamente, trata-se de um estudo de Estado da Arte, com levantamento de produções no repositório da Unesp a partir de palavras-chave como “EJA”, “idosos”, “leitura”, “literatura”, “ensino formal” e “ensino não formal”, com uso de operadores booleanos. Os dados são analisados por meio da Análise de Conteúdo, conforme Laurence Bardin (2011). No campo teórico, a pesquisa dialoga com Paulo Freire (2023), sustentando uma perspectiva crítica sobre mediação e formação leitora, articulada às dimensões históricas das exclusões educacionais. Os resultados parciais indicam a predominância de estudos voltados ao ensino formal, em detrimento de práticas em contextos não formais, além da fragilidade na articulação entre produção acadêmica e políticas públicas. Destaca-se, ainda, a invisibilização dos sujeitos idosos, compreendida como parte de um processo mais amplo de apagamento histórico. Conclui-se pela necessidade de ampliação de estudos e práticas que re-inscrevam esses sujeitos nas narrativas educacionais e sociais. Nesse sentido, a discussão proposta também busca problematizar as implicações dessas ausências no campo da formação leitora, considerando que a exclusão de sujeitos idosos dos processos de mediação da leitura contribui para a manutenção de desigualdades educacionais historicamente constituídas. Ao não contemplar esses sujeitos de maneira efetiva, as práticas e produções acadêmicas acabam por reforçar uma lógica de silenciamento, na qual determinadas experiências de vida e formas de relação com a leitura são desconsideradas ou marginalizadas. Tal cenário evidencia a urgência de uma ampliação do olhar investigativo, que inclua a diversidade etária como dimensão fundamental nas pesquisas em educação. Além disso, torna-se relevante refletir sobre o potencial transformador das práticas de leitura em contextos não formais, especialmente em espaços como instituições de longa permanência para idosos, onde a mediação pode assumir um papel significativo na promoção de vínculos sociais, memória e identidade. Ao considerar a leitura como prática social e emancipatória, reforça-se a necessidade de políticas públicas e iniciativas

acadêmicas que incentivem ações voltadas a esse público, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

Palavras-chave: Idosos; Formação de Leitores; Apagamentos Simbólicos.

Introdução

Esta comunicação envolve resultados parciais, retirados de uma pesquisa a nível de Mestrado Acadêmico do Programa de Pós Graduação em Educação da *Faculdade de Filosofia e Ciências da Universidade Estadual Paulista - Unesp*. Analisou-se as produções acadêmico-científicas da mesma universidade acerca da mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), com foco nas possibilidades e ausências de práticas em espaços formais e não formais, especialmente no que se refere ao público idoso. O recorte geográfico concentra-se no interior paulista, onde a *Unesp* se destaca como polo de produção científica pública.

O período investigado abrange de 2013, com a criação do repositório institucional, até 2023, marcado pelo fortalecimento de políticas públicas voltadas à EJAI. Parte-se do pressuposto de que essas produções evidenciam avanços, mas também consolidam lacunas, sobretudo no que diz respeito às práticas de leitura destinadas aos sujeitos idosos, especialmente em contextos não formais, como os lares de longa permanência. Tais lacunas podem ser compreendidas como formas de ruptura de vida e humanidade destes povos ao adentrar nos lares de longa permanência, além de evidenciarem uma espécie de “fim” simbólico para estes sujeitos, ao evidenciarem processos de invisibilização deste público nas narrativas científicas, educacionais e sociais.

Justificativa

Tal pesquisa se justifica pela alta presença de pessoas idosas na nomenclatura da Educação de Jovens, Adultos e Idosos. “Conforme dados mais recentes da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Pnad-IBGE). Do total de analfabetos, mais da metade tem 60 anos ou estão acima disso” (QUEIROZ, 2026, p. 1).

Este público carece de políticas públicas e falta de visibilidade acerca de seu aprendizado desde a infância. Na contemporaneidade, o desmonte educacional em torno da EJA é constante. Um exemplo ocorreu recentemente na cidade de São Paulo:

[...] As Diretorias Regionais de Educação da cidade de São Paulo (SP) realizaram reuniões com escolas municipais de Ensino Fundamental que atendem a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e Centros Integrados de Educação de Jovens e Adultos (CIEJA) para anunciar uma redução de oferta de vagas para a modalidade em 2025. (Matuoka, 2025, p. 1).

O quadro se intensifica diante das ações desenvolvidas nas esferas estadual e nacional. Em São Paulo, a implantação do Programa Ensino Integral (PEI), a partir de 2012, provocou o fechamento de grande parte das turmas noturnas da EJA cerca de 80% a 90%, sem a criação de alternativas em outras escolas dos respectivos territórios abrangidos. Quando se trata da perspectiva de formação e mediação leitora, este quadro se agrava com a falta de políticas institucionais intencionais e métodos que incentivem e desejem pelo ato de ler.

Assim, essa pesquisa preza pela constituição de espaços que promovam condições de leitura criativa e viva, onde a biblioteca se configure como um espaço onde os sujeitos intervenham e sejam tocados por seus livros e acervos no geral, de forma dialógica, no exercício da práxis (FREIRE, 2021). Principalmente ao se tratar de sujeitos idosos invisibilizados ao longo da vida do direito constitucional à educação, escrita e leitura, já que muitos deles acompanharam a fase de ensino e alfabetização antes da promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988), que dispõe em seu texto:

Art. 205. A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. Art. 206. O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; Art. 208. O dever do Estado com a Educação será efetivado mediante a garantia de: III - atendimento educacional especializado aos portadores de deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino; IV - atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade. Art. 213. Os recursos públicos serão destinados às escolas, podendo ser dirigidos a escolas comunitárias, confessionais ou filantrópicas, definidas em lei, que: I – comprovem finalidade não lucrativa e apliquem seus excedentes financeiros em educação. (BRASIL, 1988).

Deste modo, o trabalho realizado, busca dar voz, memória e legitimidade histórica ao público idoso, negado ao ato da leitura e escrita, entre tantos outros reverberados desta falta.

Buscando romper com os finais de mundos simbólicos que chegam para estas pessoas em forma de apagamento e restrição, ao adentrarem, por exemplo, em instituições e lares de longa permanência em que são condicionados a rotinas que nem sempre levam em conta a cognição afetiva e efetiva desses sujeitos numa perspectiva pedagógica e, além de interdisciplinar, transdisciplinar e intercultural, onde, envolve-se várias áreas do conhecimento e da cultura cotidiana para fazer com que o Educando compreenda e apreenda acerca dos objetos cognoscíveis do mundo.

A pesquisa possui relevância ao considerar que esses idosos, presentes em ambientes formais e não formais de ensino, devem ter acesso à educação, leitura e dignidade em um mundo cada vez mais pragmático, levando em conta a humanização destes sujeitos e os benefícios de práticas pedagógicas de mediação e formação leitora na perspectiva interdisciplinar para este público no seu cotidiano.

Desta forma, levantam-se às seguintes questões: quais lacunas e possibilidades acerca da mediação e formação de leitores, especialmente no que se refere aos sujeitos idosos, em ambientes formais e não formais de ensino, são evidenciadas nas produções acadêmico-científicas da *Universidade Estadual Paulista*?

Objetivo Geral de Pesquisa

Analisar as produções acadêmico-científicas da Universidade Estadual Paulista sobre mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no interior paulista, com ênfase nos sujeitos idosos, com a finalidade de identificar lacunas e possibilidades em ambientes formais e não formais de ensino.

Objetivos Específicos de Pesquisa

Além disso, como objetivos específicos, a pesquisa busca mapear as produções acadêmico-científicas da Universidade Estadual Paulista sobre mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos no interior paulista; Analisar as produções identificadas, por meio da Análise de Conteúdo proposta por Bardin, identificando lacunas, avanços e possibilidades no campo; Observar e analisar como as práticas de leitura e a formação de leitores são abordadas nas produções acadêmico-científicas, especialmente no que se refere aos idosos;

Investigar as abordagens sobre ambientes formais e não formais de ensino, identificando características e limites pedagógicos e estruturais; Propor possibilidades de mediação e formação de leitores em ambientes formais e não formais, a partir das lacunas e possibilidades identificadas e a partir de experiência formativa realizada perante o referencial teórico da pesquisa.

Fundamentação teórica

No campo teórico, a pesquisa dialoga com Freire (2023), ancorando-se sobre o livro *Pedagogia do Oprimido*, sustentando uma perspectiva crítica sobre mediação e formação leitora, articulada às dimensões históricas das exclusões educacionais. Ainda, destaca-se a interdisciplinaridade agindo como elemento didático e efetivo na construção de uma metodologia que considere e articule as diversas áreas do conhecimento, conforme Luck (2013), ao mesmo tempo em que se orientam as aulas de formação leitora para idosos. Considerando que:

A interdisciplinaridade, do ponto de vista da laboração sobre o conhecimento e elaboração do mesmo, corresponde a uma nova consciência da realidade, ao novo modo de pensar, que resulta num ato de troca, de reciprocidade e integração entre áreas diferentes do conhecimento, visando tanto produção de novos conhecimentos como a resolução de problemas, de modo global e abrangente (Luck, 2013, p. 46).

Deste modo, Paulo Freire e Heloísa Luck dialogam em prol de uma prática libertadora que inclua os conhecimentos de diferentes áreas para a promoção de uma educação articulada organizada e que faça sentido para os Educadores e Educandos, partindo dos pressupostos de seus próprios conhecimentos, que se encontram a partir da fala compartilhada, de forma metodologicamente dialógica (Freire, 2023), ao mesmo tempo que contemplam conhecimentos novos, levados à sala de aula a partir da reflexão das suas próprias vivências. Nesta perspectiva, todos aprendem, Educandos com Educandos, Educadores com Educandos e Educandos com os Educadores.

Na perspectiva da formação leitora isso não se desfaz, pelo contrário, ganha intensificação, pois, a literatura, como arte, possui o potencial de condicionar o sujeito leitor a refletir, opinar e compartilhar seus sentimentos sobre determinadas narrativas. Narrativas essas que podem dialogar ou não com sua realidade concreta (Perissé, 2014).

Gera-se assim a oportunidade de maior autonomia do sujeito, além do exercício do protagonismo ativo em deliberar o que se pensa e articular cognitivamente com o social acerca de

algum ponto interessante da narrativa literária, poema, poesia ou qualquer outro tipo de texto trabalhado na prática de formação leitora. Neste caso damos ênfase especial ao público idoso, por este motivo a literatura, nesta perspectiva, está articulada à memória e à história, que articulados, constituem como elemento importante para trabalhar a cognição efetiva e afetiva dos idosos perante suas condições etárias específicas.

Mapeamento: um estado da arte das produções acadêmico-científicas da Unesp

As pesquisas denominadas Estado da Arte vêm ganhando grandes proporções com o correr do tempo, especialmente na área educativa, colaborando na intensificação das tendências e contemplando tanto as potencialidades, como os desafios na produção do conhecimento em Educação (JACOMINI et al., 2023). Ainda, a pesquisa em Estado da Arte possibilita um processo de análise e um levantamento criterioso sobre determinada área. Dessa forma, esta metodologia organiza e sistematiza a produção científica, neste caso, foca-se na área da mediação e formação leitora na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, permitindo um mapeamento amplo do campo para exercer maior compreensão sobre as lacunas e possibilidades dentro deste escopo.

Portanto, pretende-se realizar uma análise inicial da produção acadêmica. Neste caso, voltamo-nos às produções acadêmico-científicas da *Universidade Estadual Paulista - Unesp*, com pesquisas relacionadas à mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos (EJAI), obtendo ênfase sobre os sujeitos idosos.

A escolha da Universidade se dá por sua expressiva produção acadêmica na área da Educação, especialmente no contexto do interior paulista, onde se encontram espalhados diferentes câmpus da mesma instituição, neste âmbito existem em funcionamento 6 cursos de pedagogia, a *Unesp* obtém a maior cobertura territorial de ensino superior público no estado, estando presente em 24 cidades. Sua estrutura multicampi permite a distribuição entre 22 cidades do interior paulista, sendo uma no litoral e uma na capital de São Paulo.

Alguns câmpus contam com o PEJA, segundo Miguel (2009) o projeto se configura como uma iniciativa de extensão voltada exclusivamente para a escolarização de pessoas que não conseguiram concluir o ensino básico regular, sendo esta, uma iniciativa da própria Universidade, gerando maiores condições de pesquisa e extensão sobre o tema da EJAI. Ainda, há décadas, à Universidade Estadual Paulista exerce influência como promotora da ciência no interior paulista

(SOUZA, 2016). Assim, o repositório institucional desta Universidade torna-se um importante espaço de sistematização e acesso às pesquisas desenvolvidas, principalmente na região do interior, permitindo elaborar reflexões mais críticas sobre como a produção desenvolvida no interior do estado de São Paulo tem abordado o tema sobre a mediação e formação de leitores na EJAI.

O estudo concentra-se em fontes de acesso confiáveis do repositório oficial, contemplando as teses e dissertações desenvolvidas no período vigente da pesquisa. Para a constituição da análise, serão utilizados alguns descritores para maior precisão dos achados da pesquisa, tais são relacionados diretamente ao objeto de investigação deste estudo, sendo também organizados em eixos temáticos.

O primeiro eixo refere-se ao campo educacional, contemplando o ensino e aprendizagem, inserindo termos como: “Educação de Jovens e Adultos”, “EJAI”, “educação de idosos”, “Educação formal” e “Educação não formal”. O segundo eixo refere-se às práticas de leitura, onde se incluem descritores como: “mediação de leitura”, “formação de leitores” e “práticas de leitura”. O terceiro eixo contempla os sujeitos da presente pesquisa, estabelecendo termos como: “idosos”, “terceira idade” e “envelhecimento”.

Tais descritores serão usados como estratégia de busca por meio de operadores booleanos. Segundo Picalho, Lucas e Amorim (2022), o uso deste método de busca garante melhores retornos, serão usados os termos AND e OR e aspas para obter resultados de expressões exatas, permitindo o refinamento e a ampliação dos resultados esperados pela pesquisa. O operador AND é utilizado para estabelecer interseções entre os termos, por exemplo: “EJAI” AND “mediação de leitura”, enquanto o operador OR permite a inclusão de variações ou até mesmo sinônimos, como exemplo: “idosos” OR “terceira idade”. O uso de aspas garante que a busca de expressões compostas de forma literal tenha maior precisão na identificação dos dados encontrados.

Os critérios de seleção das palavras-chave e dos trabalhos encontrados são definidos a partir da pertinência ao tema da EJAI e a proposta desta pesquisa, considerando a aderência sobre o assunto da mediação e formação de leitores. O estudo busca encontrar pesquisas vinculadas à *Unesp* e que tratam diretamente das práticas de leitura em contextos formais e também não formais de ensino, obtendo um recorte especial aos idosos.

Apagamentos Simbólicos

A noção de apagamento simbólico refere-se aos processos pelos quais determinados sujeitos e grupos sociais são progressivamente excluídos das narrativas históricas, educacionais e culturais. No caso das pessoas idosas, esse fenômeno manifesta-se tanto pela ausência de políticas públicas efetivas quanto pela reduzida produção de práticas pedagógicas e investigações científicas que considerem suas especificidades e potencialidades enquanto sujeitos históricos e leitores. A sociedade, nesta perspectiva, costuma ver o sujeito idoso como aquele que já praticou e vivenciou todas as experiências que poderiam lhe ser fornecidas no correr da vida, mas, muitos destes idosos sequer chegaram a obter contato com a escola pública.

Ao analisar a produção acadêmico-científica relacionada à mediação e formação de leitores na Educação de Jovens, Adultos e Idosos, observa-se que a presença dos idosos aparece de forma secundária em categorias mais amplas. Tal condição evidencia que, embora integrem a nomenclatura da EJAI, esses sujeitos nem sempre ocupam uma posição central nos debates educacionais atuais. Como consequência, as trajetórias de vida, experiências culturais e relações com a leitura acabam sendo pouco contempladas por essas pessoas, gerando situações constantes de desumanização.

Sob a perspectiva freiriana, essa espécie de apagamento não ocorre de maneira neutra. Trata-se de um processo historicamente constituído, relacionado às desigualdades de acesso aos direitos sociais, portanto, trata-se de uma escolha política que ressoa nos diversos âmbitos da sociedade civil e educacional.

Assim, no momento em que a leitura deixa de ser compreendida como prática de emancipação e participação social para determinados grupos, reforçam-se mecanismos de exclusão que limitam o exercício da cidadania e a construção da autonomia. Nesse sentido, os apagamentos simbólicos podem ser compreendidos como formas de encerramento de possibilidades humanas e educativas. Ao serem invisibilizados nos espaços de pesquisa, ensino e formação leitora, os sujeitos idosos vivenciam uma espécie de "fim de mundo" simbólico, marcado pela negação de suas memórias, saberes e experiências. Romper com essa lógica implica reconhecer os idosos como protagonistas de processos educativos e culturais, ampliando sua presença nas práticas pedagógicas e nas produções acadêmicas voltadas à formação de leitores.

Especificidades pedagógicas com o público idoso em instituições de longa permanência

No correr da pesquisa, identificamos as questões envolvendo idosos em situações de lares de longa permanência, consonante a isso houve a construção do projeto de Mediação e Formação Leitora, executado entre os anos de 2024 e 2026 em um lar institucional voltado ao bem estar de idosos, que moram neste ambiente e chegam nele por diversos motivos: econômicos, familiares, etc.

Com a prática desenvolvida nesta instituição em específico, pode-se compreender que, diferentemente de abordagens escolarizadas centradas exclusivamente na alfabetização ou no domínio técnico da leitura, as práticas desenvolvidas com idosos precisam valorizar a dimensão afetiva, cultural e social do ato de ler. A literatura, as narrativas orais, os poemas, as músicas e os textos memorialísticos podem atuar como importantes instrumentos de diálogo entre passado e presente, favorecendo processos de identificação, expressão e compartilhamento de experiências.

A interdisciplinaridade assume papel fundamental nesse processo. Ao articular conhecimentos provenientes da Educação, Literatura, História, Psicologia, Gerontologia e demais áreas afins, torna-se possível construir propostas que considerem a integralidade dos sujeitos. Nessa perspectiva, a leitura deixa de ser compreendida apenas como habilidade técnica e passa a constituir-se como prática de encontro, convivência e produção de sentidos.

Além disso, as atividades de mediação leitora em instituições de longa permanência podem contribuir para o fortalecimento dos vínculos sociais, da memória e do sentimento de pertencimento. Rodas de leitura, narrativas autobiográficas, contação de histórias e discussões literárias possibilitam espaços de escuta e expressão, valorizando saberes frequentemente desconsiderados em outros contextos sociais.

Portanto, pensar a formação de leitores idosos nesses espaços exige reconhecer que a educação acontece para além dos ambientes escolares formais. As instituições de longa permanência podem tornar-se ambientes de aprendizagem, cultura e humanização, desde que sejam desenvolvidas ações intencionais que promovam a participação ativa dos sujeitos e respeitem suas singularidades, contribuindo para o enfrentamento dos apagamentos simbólicos historicamente produzidos.

Considerações Finais

Os resultados parciais indicam a predominância de estudos voltados ao ensino formal, em detrimento de práticas em contextos não formais, além da fragilidade na articulação entre produção acadêmica e políticas públicas. Destaca-se, ainda, a invisibilização dos sujeitos idosos, compreendida como parte de um processo mais amplo de apagamento histórico. Conclui-se pela necessidade de ampliação de estudos e práticas que re-inscrevam esses sujeitos nas narrativas educacionais e sociais.

Nesse sentido, a discussão proposta também busca problematizar as implicações dessas ausências no campo da formação leitora, considerando que a exclusão de sujeitos idosos dos processos de mediação da leitura contribui para a manutenção de desigualdades educacionais historicamente constituídas. Ao não contemplar esses sujeitos de maneira efetiva, as práticas e produções acadêmicas acabam por reforçar uma lógica de silenciamento, na qual determinadas experiências de vida e formas de relação com a leitura são desconsideradas ou marginalizadas.

Tal cenário evidencia a urgência de uma ampliação do olhar investigativo, que inclua a diversidade etária como dimensão fundamental nas pesquisas em educação. Além disso, torna-se relevante refletir sobre o potencial transformador das práticas de leitura em contextos não formais, especialmente em espaços como instituições de longa permanência para idosos, onde a mediação pode assumir um papel significativo na promoção de vínculos sociais, memória e identidade. Ao considerar a leitura como prática social e emancipatória, reforça-se a necessidade de políticas públicas e iniciativas acadêmicas que incentivem ações voltadas a esse público, contribuindo para a construção de uma educação mais inclusiva e socialmente comprometida.

Referências Bibliográficas

BRASIL. Constituição (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 84. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2023.

FREIRE, Paulo. *A importância do ato de ler*. 52 ed. São Paulo: Cortez, 2021.

JACOMINI, Márcia Aparecida; WELLEN, Hericka Karla Alencar de Medeiros; PERRELLA, Cileda dos Santos Sant'Anna; MONÇÃO, Maria Aparecida Guedes. *Pesquisas Estado da Arte em Educação: características e desafios*. Educação e Pesquisa, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/3fp5VFrtYzSBQnPpxTfYtMM/>. Acesso em: 03 jun. 2026.

LÜCK, Heloísa. *Pedagogia interdisciplinar: fundamentos teóricos-metodológicos*. 18. ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

MATUOKA, Ingrid. São Paulo deve reduzir a oferta de vagas para a EJA em 2025. *Centro de Referências em Educação Integral*, 5 dez. 2024. Disponível em: <https://educacaointegral.org.br/reportagens/sao-paulo-deve-reduzir-oferta-de-vagas-para-eja-em-2025/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

MIGUEL, José Carlos. Programa UNESP de Educação de Jovens e Adultos – PEJA/Marília: articulação entre teoria e prática na formação do educador e a perspectiva de integração social e comunitária. *Educação: Teoria e Prática*, Rio Claro, SP, v. 19, n. 33, p. 69-85, jul./dez. 2009. Disponível em: <https://www.periodicos.rc.biblioteca.unesp.br/index.php/educacao/article/view/3216/2678>. Acesso em: 03 jun. 2026.

PERISSÉ, Gabriel. *Literatura e Educação*. Ed. 2°. Belo Horizonte: Editora Autêntica, 2014.

PICALHO, Antonio Carlos; LUCAS, Elaine Rosangela de Oliveira; AMORIM, Igor Soares. *Lógica booleana aplicada na construção de expressões de busca*. Ato: novas práticas em informação e conhecimento, v. 11, p. 1-12, 2022. Disponível em: <https://www.periodicos.capes.gov.br/index.php/acervo/buscar.html?task=detalhes&source=al&id=W4281966857>. Acesso em: 03 jun. 2026.

QUEIROZ, Christina. O novo perfil da Educação de Jovens e Adultos no Brasil. *Pesquisa FAPESP*, São Paulo, mar. 2026. Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-novo-perfil-da-educacao-de-jovens-e-adultos-no-brasil/>. Acesso em: 2 jun. 2026.

SOUZA, Marcelle. A Unesp levou ciência para o interior de SP, diz “fundador” da universidade. *UOL Educação*, São Paulo, 2016. Disponível em: <https://educacao.uol.com.br/noticias/2016/02/17/unesp-levou-ciencia-para-o-interior-de-sp-diz-fundador-da-universidade.htm>. Acesso em: 03 jun. 2026.

Subjetividade e irreverência: o filme-ensaio e a escrita da história

Marcelo Fidelis Kockel
Doutor em História
Universidade Estadual Paulista
marcelo.kockel@gmail.com

Resumo: O texto procura analisar o filme-ensaio como um dispositivo de reflexão sobre a teoria e a escrita da história na contemporaneidade. A partir das noções de subjetividade e irreverência, analisa-se como o cinema de caráter ensaístico constrói uma experiência estética e reflexiva que mobiliza afetos e problematiza as fronteiras entre passado e presente. Dessa forma, o filme-ensaio é analisado como um exemplo de escrita audiovisual da história que privilegia a dimensão afetiva e subjetiva da experiência, em contraposição a modelos tradicionais mais objetivos e lineares. Nesse sentido, o ensaio destaca o papel da imagem como um dispositivo capaz de expressar aquilo que escapa à produção historiográfica mais convencional. Além disso, discute-se como o filme-ensaio tensiona os limites entre documentário e ficção, propondo uma forma de conhecimento que articula estética e reflexão crítica. Assim, a subjetividade do realizador não é vista como obstáculo, mas como elemento constitutivo da narrativa, permitindo uma abordagem mais irreverente, íntima e sensível do passado. Ante isso, o texto sugere que o filme-ensaio contribui para pensar novas formas de escrita da história, além de desempenhar um papel significativo na compreensão de como o passado se manifesta de maneira não linear, instável e profundamente marcada pela experiência subjetiva.

Palavras-chave: Ensaio; Subjetividade; Irreverência; Escrita da história.

Making of...

De início, gostaria de destacar que o texto apresentado procura evidenciar uma forma aberta de escrita da história, que, numa atitude dissonante (MUNSLOW, 2010, p. 1), busca a heresia (ADORNO, 2003, p. 45) e resiste a uma naturalização da produção historiográfica. Por isso, ofereço ao leitor e aos ouvintes o ensaio como forma, não para abrir mão da dimensão epistemológica da historiografia, mas, sim, propor uma escrita mais experimental (BENSE, 2004, p. 24), mais corajosa e criativa, com mais irreverência e a partir de percepções, afetos e pensamentos, que não seriam possíveis de se encaixarem em termos convencionais (ANKERSMIT, 2001, p. 138).

Assim, assumo de antemão que as formas de expressão escolhidas para a escrita e a apresentação deste texto são dadas por preferências éticas, estéticas e emocionais, cujos aspectos mais instintivos e involuntários se configuram como parte do pensamento, e não um complemento meramente reiterativo (FICO, 2013, p. 258). Acredito, dessa forma, que a escrita historiográfica seria um gesto ao mesmo tempo científico e literário (JABLONKA, 2020, p. 15), a medida que problematiza a dualidade entre as experiências sensível e cognitiva.

Desse modo, o ensaio – a forma proposta aqui –, por se tratar de um produto bastardo e experimental, é a própria *negação* dessa dicotomia, porque nele as paixões invocam o saber, ao passo que as emoções arquitetam o pensamento (MACHADO, 2003). Por isso, ele se apresenta como uma tentativa de reconciliar pesquisa e criação, sensibilidade e cognição, auxiliando-nos a refletir sobre novas formas de encarar a produção historiográfica.

Dito isso, minha proposta será colocar em xeque algumas prescrições, transformando-as em interrogações e impasses, criando um espaço de conversação sobre a escrita e a teoria da história na contemporaneidade. Assim, de antemão, assumo conscientemente que este ensaio se apresenta como uma proposta inacabada, que não possui a ambição de ser conclusiva. Ao invés disso, apresento um pensamento aberto que não pretende solucionar, mas, sim, colocar em trânsito um problema: como alguns impasses da historiografia contemporânea podem ser fertilizados pela produção cinematográfica?

Partindo dessa inquietação, pretendo analisar de que forma o filme-ensaio, especificamente, pode funcionar como dispositivo para refletir sobre algumas categorias historiográficas – tempo, memória, ficção, arquivo e subjetividade. Assim, estabelecendo analogias, na perspectiva de um exercício móvel, ensaio de uma apresentação, busco evidenciar a maneira pela qual o cinema ensaístico pode constituir-se como um elemento fertilizador e agudizador para formas alternativas de se pensar e escrever sobre o passado.

1º episódio – Subjetividade e escrita da história

Em 2014, durante o mestrado, enquanto trabalhava em um museu de arte contemporânea na cidade de Ribeirão Preto, SP, percebi que alguns artistas visuais recorriam a procedimentos experimentais e à própria subjetividade na elaboração de suas obras, buscando suscitar reflexões sobre o mundo que escapassem aos modelos tradicionais de representação. A partir dessa

constatação, pensei: seria possível ao historiador apropriar-se de processos criativo semelhantes aos dos artistas visuais na composição de seus textos, rompendo com determinadas convenções da escrita acadêmica? Poderia o historiador escrever de forma mais acessível e envolvente para o leitor mesmo diante dos códigos de escrita e dos parâmetros científicos?

Pensando nessas inquietações, você historiador, já considerou explorar os aspectos intuitivos, afetivos e involuntários de sua subjetividade num trabalho de pesquisa acadêmica? Já pensou em mobilizar conscientemente o seu “eu”, entrelaçando memórias e angústias pessoais ao processo de pesquisa e de escrita, visto que as interpolações de si estão cada vez mais presentes nos textos historiográficos?

O fato é simples: todo historiador, ao redigir um texto, acaba, direta ou indiretamente, falando sobre si mesmo. Se antes ele não podia abandonar sua posição de terceira pessoa¹⁵, por estar submetido aos protocolos de sua disciplina, agora pode assumir sua posição como narrador em primeira pessoa (COSTA LIMA, 1989, p. 104). Portanto, a objetividade, que tantos historiadores propuseram ao longo da história, hoje em dia não tem nada a ver com o desaparecimento do eu (JABLONKA, 2020, p. 363). Afinal, a história é inseparável do historiador, “[...] não podemos escapar à inevitabilidade de nossa própria subjetividade – só podemos ver o mundo a partir de nossa própria perspectiva (JENKINS, 2014, p. 23).

Dessa forma, a natureza genuína da história só pode ser compreendida quando ela for vista não apenas como um empreendimento empirista objetivo, mas como uma criação por parte dos historiadores de uma forma narrativa particular sobre o passado (CUNHA, 2019, p. 211). Ou seja, por mais que parte da historiografia tente apagar a subjetividade do historiador, ela está presente no texto, no estilo pessoal da escrita, na escolha do objeto pesquisado, na forma de problematizar esse mesmo objeto, no gênero escolhido para expressar sua narrativa (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 48).

De forma semelhante, um cineasta, ao escolher o roteiro, o ângulo da câmera, a composição da *mise en scene* e a montagem da sequência dos planos, cria estratégias para falar com o seu público (NICHOLS, 2016, p. 105). Em suma, tanto o historiador quanto o realizador de um filme tomam decisões que irão marcar suas obras; eles escolhem seus usos retóricos, suas formas

¹⁵ Concebida como uma operação racional – neutra e objetiva – de reconstrução factual e descrição contextualizada de eventos passados, a história, sobretudo durante o século XIX, implicava um distanciamento entre o historiador e o seu objeto, que apenas a narrativa impessoal poderia garantir (TRAVERSO, 2023, p. 12).

de argumentação e suas figuras de linguagem, e isso implica na produção do sentido que pretendem expressar e no público que pretendem atingir.

Assim, o historiador, bem como um cineasta, quando produzem, vão, paralelamente, tratar de suas escolhas temáticas, dos seus objetos, de maneira inconsciente ou, até mesmo, autoconsciente, deixando transparecer os seus desejos, sentimentos, afetos, emoções e paixões. “Quase sempre pesquisamos não apenas aquilo que nos interessa, mas aquilo que nos apaixona, que nos afeta, que nos move e nos comove, que mexe com as nossas ideias, mas também com nossos afetos, com nossas emoções” (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 17).

Ante isso, é possível escolher um objeto de pesquisa por sua beleza, pelo prazer estético que ele desperta, pelos afetos que ele provoca. Em outras palavras, podemos escolhê-lo por sua dimensão poética, pela emoção estética que provoca, pela alegria ou pela sensação de sublimidade que ele proporciona. Por outro lado, podemos escolher um objeto devido ao desagrado que ele nos causou, pelo desprezo ou rejeição que provocou, pela agressão aos nossos sentidos. Dessa forma, a escolha de um objeto historiográfico (ou cinematográfico) surge dos afetos do mundo, a partir de percepções, emoções e impulsos que ele desperta, da memória involuntária e impressão estética que proporciona, do trabalho da imaginação que ele motiva (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 18-19).

Assim, se o historiador reconhecer que suas escolhas estão carregadas de uma carga afetiva que o motiva, ele poderá torná-las explícitas e até mesmo confessar suas decisões, refletindo sobre elas, sobre si mesmo e sobre sua própria prática de pesquisa. Como qualquer escritor, o historiador pode ser visto como uma espécie de mago – mas um mago que revela os seus truques (JABLONKA, 2020, p. 386). E, ao fazer isso, ele assume um princípio de honestidade intelectual (TRAVERSO, 2023, p. 3), pois esclarece a posição de onde fala, as circunstâncias de sua investigação, além das próprias dúvidas e incertezas. “Humilde e lúcido, ele prefere a retidão à objetividade, a honestidade ao neutralismo, a intranquilidade à certeza, o cheio ao vazio, a explicitação à ciência infusa” (JABLONKA, 2020, p. 383-384).

Dessa forma, ao percorrer os aspectos mais instintivos e involuntários de sua subjetividade, o historiador seria capaz de trazer ao texto historiográfico o perfil de “um sujeito carregado de emoções, angústias, medos e expectativas”, que, ao expor o seu processo de pesquisa na busca de um passado sensível, como uma experiência complexa, vai “além da fria relação metodológica entre sujeito e objeto” (TURIN, 2019, p. 82-83). Afinal, o seu texto

historiográfico é sempre escrito no presente, constituindo o seu “pacto historiográfico”, mas, também, introduzindo o seu “pacto autobiográfico”, ao assumir a sua identidade como autor, narrador e protagonista (TRAVERSO, 2023, p. 83-84).

Não se trata mais de apenas reviver a história, mas de transmitir experiências de si mesmo, que, no presente, reconta a história (TRAVERSO, 2023, p. 134). Assim, é possível dizer que a prática historiográfica, mais do que uma operação metodológica, é uma tentativa de mover o passado para uma consciência viva no presente, à medida que os eventos são constituídos por um ato poético e linguístico no momento em que o historiador escreve o seu texto. Em contrapartida, também podemos pensar a partir do oposto, de que o passado, como aponta Elco Runia, move o presente (RUNIA, 2014). Afinal, não há momentos em que o passado nos força a reescrever nossas próprias histórias? Não há momentos em que o passado pode ser concebido não como algo ausente e, portanto, passivo, mas como dotado de presença? Dessa forma, devido a nossas circunstâncias existenciais, não seríamos agentes no presente, movidos pelo passado, sensíveis às demandas que ambos, passado e presente, impõem sobre nós? (TELLES, 2019, p. 17)

Em outras palavras, nós, historiadores, ao estarmos em contato com pessoas, eventos e sentimentos do passado, acabamos por constituir aquilo que somos (RUNIA, 2006a, p. 5)? Ou melhor: o passado, ao flutuar pelo aqui e agora, não nos faz sentir, pensar e fazer coisas que estão em desacordo com aquilo que acreditamos ser, nos obrigando a reescrevermos a história sobre nós mesmos (RUNIA, 2006b, p. 316)?

Pensando nessas indagações, não seria equivocado pensar que nós, historiadores, poderíamos escrever sobre nós mesmos de maneira “mais ou menos livre, mais justa, mais original, mais reflexiva, não para abrandar a cientificidade da pesquisa, mas, pelo contrário, para reforçá-la” (JABLONKA, 2020, p. 22). Ou seja, em conformidade com Ankersmit, seria possível dizer que, enquanto historiadores, nós temos de fazer uso de toda a nossa subjetividade quando escrevemos história, sem permitir que qualquer parte dela seja sacrificada no altar de alguma ilusão científica (ANKERSMIT, 2010, p. 195).

Sendo assim, a subjetividade não seria um obstáculo para o conhecimento histórico, mas aquilo que possibilitaria o acesso a verdades decorrentes. Desse modo, prefiro considerar que subjetividade e objetividade, bem como estética e epistemologia, pensamento e experiência, real e ficcional, memória e esquecimento, frequentemente se interpenetram (ou estão à serviço de) e modificam-se uns aos outros, e que esse jogo de interpolações pode se apresentar em um texto de

pesquisa historiográfica à medida que articula emoções, pensamentos, intenções e argumentos com a criatividade narrativa.

Isso não significa um descompromisso com o ofício do historiador ou uma falta de sincronia com questões éticas relevantes para o século XXI – há, de certo modo, uma tendência, entre aqueles que adotam tal experimentalismo na produção historiográfica contemporânea, de levarem a cabo reflexões acerca de passados silenciados – ainda vivos na sociedade – e de minorias éticas, políticas e sociais. Assim, posso afirmar que não apenas os níveis supracitados se implicam, mas, também, a dimensão ética deve ser concebida como um *continuum* e não como mutuamente excludente do caráter estético-narrativo. Nesse sentido,

Não se deve hesitar em abraçar um tema que nos toca pessoalmente, empreender uma pesquisa motivada por um acontecimento pessoal, uma busca identitária; admiração, amor, desejo, lembrança de infância, sentimento de dívida, mas também abandono, suicídio, perda, exílio, ultraje ao racismo, ao antissemitismo, à misoginia, à homofobia, à dominação social. Pesquisador, não temas a tua ferida. Escreve o livro da tua vida, aquele que te ajudará a compreender quem és (JABLONKA, 2020, p. 358).

Por isso, é possível (e talvez necessário) que o historiador assuma o seu eu, o seu enraizamento espaçotemporal, a sua categoria social, os seus interesses, a sua filosofia e a sua posição no campo (JABLONKA, 2020, p. 363), procurando entrelaçar os aspectos estéticos, éticos e epistemológicos de sua pesquisa, vistos não como critérios transcendentais, mas, sim, adequados à realização de um juízo prático à situação atual da teoria da história e da historiografia contemporânea. Afinal, nenhum historiador pode escapar a sua própria subjetividade (JABLONKA, 2020, p. 364).

2º episódio – o filme-ensaio e as imagens de arquivo

Uma vez que o filme ensaio tende à digressão, à dispersão, à incerteza e à fragmentação (LÓPEZ, 2015, p. 79), apresentando-se como uma linha de linha de fuga, de caráter labiríntico, escorregadio e sinuoso (LÓPEZ, 2015), alheio à sistematização ou a um método construtivo que oriente ou implique a produção historiográfica (TEIXEIRA, 2022b, p. 11), ele se constitui por um ato em pensamento (DELEUZE, 2018b), uma forma que pensa (GODARD, 1989), mas que pensa diferentemente da *doxa*, do discurso acadêmico, mas, também, do senso comum e do consenso. Por isso, ele promove o dissenso e nos permite sair da zona de (des)conforto em

direção a desafios e riscos que o ato de buscar novas formas de escrita historiográfica implicam (TEIXEIRA, 2019, p. 28).

“Multiforme, polimorfo, polifônico e polissêmico”, o filme-ensaio remete, apropria-se, atravessa e estabelece passagens entre o documentário, a ficção e o experimental, sem, contudo, se confundir com nenhum deles. Por esse motivo, não se constitui como representação passado, mas como reflexão sobre ele (TEIXEIRA, 2015, p. 359-360). Dessa forma, ao problematizar a autenticidade da representação, o filme-ensaio não parte do pressuposto de que teria o poder ou a necessidade de ser fidedigno à realidade.

Ante isso, na contramão de alguns historiadores de arte que tendem a se debruçar sobre a contextualização ou sobre uma suposta propriedade da arte que consistiria na mera representação de um referente exterior, minha proposta será pensar o cinema como o próprio acontecimento, singular em sua materialidade sensível, e não como um enunciado de reconhecimento sobre algo que lhe antecede. Ou seja, o intuito aqui é compreender o filme-ensaio não como um reflexo ou espelho da realidade – não apenas como representação de um referente –, mas como matéria enunciável que constitui a sua própria realidade e que pode funcionar como um dispositivo provocador para se pensar algumas inquietações que incomodam o historiador na contemporaneidade.

Desse modo, é possível pensá-lo em sua tonalidade poética, em seu discurso subjetivo, que arrisca em suas reflexões e atua num campo de incertezas e hesitação. Entretanto, ao mesmo tempo em que não pretende ser um discurso fiel e objetivo em relação ao passado, contrariamente, o ensaio cinematográfico – “não nos remete a um centramento do eu, a um narcisismo do realizador, a um fechamento na esfera da vida privada, a uma autobiografia ou autorretrato enquanto enunciado e visibilidade de um si” (TEIXEIRA, 2022a, p. 103). Ele é, em suma, uma visão subjetiva e irreverente de autoreflexividade, mas também de reflexão (e não representação/ reflexo) sobre o mundo e a história.

Dessa forma, o caráter ensaístico traz para um outro patamar o ato de pensar que se torna o próprio filme, pois envolve diretamente o ensaísta, com a inscrição de sua subjetividade juntamente com os materiais de que se apropria e que ressignifica em novas combinatórias (TEIXEIRA, 2022b, p. 11-12). Fala-se sob determinado ponto de vista, a partir de demandas criativas, escolhas estético-formais e afinidades eletivas dos seus realizadores (TEIXEIRA, 2022b, p. 13), que não visam falar *de si*, mas, sim, a *a partir de si*, ou consigo mesmo (LÓPEZ, 2015, p. 87).

Tratam-se de modos de subjetivação em que o ensaísta parte de si, compõe-se a partir de seu entorno, inscreve-se na cena, mas não para permanecer aí fechado, enclausurado, mas para sair fora de si, ir além de si, abrir-se ao mundo e ao devir de suas forças, potencializar suas resistências (TEIXEIRA, 2019, p. 28).

Por isso, a apropriação de materiais, a técnica do *found footage* – a retomada de imagens já existentes, tanto do próprio arquivo quanto do arquivo de *outrem*, sua transformação e reposição num novo ciclo criativo – é uma prática intensa na realização do filme-ensaio, à medida que está fortemente implicada no ato de pensar diferentemente do que se pensava antes, num reforço de inscrição da subjetividade móvel, plástica, instável e incerta (FOUCAULT, 1984) – do realizador/ensaísta (TEIXEIRA, 2019, p. 31-32). Nesse sentido, “ressignificar o material apropriado torna-se, portanto, a maneira privilegiada do realizador inscrever, desdobrar, expandir seu pensamento por sobre as significações dominantes, gerando novos sentidos sobre o material apropriado” (TEIXEIRA, 2022a, p. 242). Assim,

[...] o ensaísta constrói um circuito de trocas, de intercâmbios, de passagens de sensações e pensamentos entre ele e figuras estéticas, cujo propósito é promover uma conexão entre o eu e o mundo, tão crucial ao empreendimento ensaístico. São esses modos de construção e inscrição de uma subjetividade pensante, de maneira direta (corpo e/ou voz) e indireta (intercessores) que vem singularizar o filme-ensaio em relação aos outros domínios audiovisuais (o ficcional, o documentário e o experimental). Daí se poder nomeá-lo como um quarto domínio, um exercício de grande teor experimental das imagens audiovisuais na contemporaneidade (TEIXEIRA, 2019, p. 35).

Em uma parcela significativa dos casos, esse quarto domínio da produção audiovisual recorre a arquivos pessoais e públicos a fim de construir atos performativos, poéticos e sensoriais, para lidar com uma ausência. Situações, afetos, intensidades, marcas e traumas do passado são teatralizados de modo a permitir que as imagens sejam experimentadas não de um modo único, como revelação de uma verdade histórica, mas como um processo lacunar que procura mostrar uma experiência particular (MARTINS; MACHADO, 2014a, p. 137) – capaz de lançar o espectador dentro de um universo familiar e íntimo, estranhamente opaco (MARTINS; MACHADO, 2014b, p. 72).

O arquivo seria, portanto, o espaço e o momento da operação de montagem fílmica, caracterizado pela incerteza, pela descontinuidade e pela fragmentação. Por isso, as imagens de arquivo não podem contribuir para saber a totalidade da história, entretanto, elas ainda podem oferecer algum tipo de amparo. Trata-se de um saber limitado: uma aproximação infinita de

fragmentos do passado, mas não sua compreensão em uma certeza revelada (DIDI-HUBERMAN, s.d.).

Esse conceito ampliado de arquivo abre possibilidades para problematizar a relação entre as imagens e o passado (TACCETTA, 2023, p. 27-28). Em suas fissuras e formas variáveis, as imagens de arquivo permitem um acesso ao passado que transforma a história cronológica em uma sensação não linear de *becceidade* (WORTEL, 2019, p. 181), conceito definido por Gilles Deleuze e Félix Guattari como um acontecimento puro, uma atmosfera, uma presença imediata, sentida de forma intensa num instante único e singular (DELEUZE; GUATTARI, 2012, p. 49).

Em outras palavras, as imagens de arquivo oferecem uma espécie de experiência do passado que pode nos envolver de forma direta, envolver nossos corpos enquanto realidade física. Essa experiência direta do passado é definida por Hans Ulrich Gumbrecht como um *Stimmung* capaz de catalisar sensações, apreços, afeições e desejos interiores (GUMBRECHT, 2014, p. 14). Trata-se, para Frank Ankersmit, de um tipo de experiência histórica *sublime*, como um *Rausch* [estado de êxtases] nietzscheano, em que todas as delimitações espaciais e temporais são suspensas, criando uma trama temporal entre passado e presente, que, em vez de se separar, convertem-se em um espaço de encontro (ANKERSMIT, 2010, p. 118). É esse tipo de acesso e contato com o passado que as imagens possibilitam ao produzir, segundo Deleuze e Guattari, “um bloco de sensações, composto de perceptos e afectos” (DELEUZE; GUATTARI, 2010, p. 193, grifos do autor).

Dessa forma, o cinema ensaístico de arquivo, mais do que uma mera descrição de um fato ocorrido, pode se apresentar como a inspiração que ancora a sensibilidade, a emoção e a intuição do espectador, produzindo um corpo transtornado em que emoções distintas se entrelaçam: o arrepio, a fascinação, o medo, a dor, a volúpia. Essas afecções dos sentidos humanos – interpelações que nosso corpo recebe dos signos do mundo por meio dos cinco sentidos – podem funcionar como ponto de partida para se pensar a história (ALBUQUERQUE JR., 2021, p. 27). É por isso que o filme-ensaio pode nos auxiliar em nossa operação historiográfica, pois, por meio dele, os acontecimentos não chegam racionalizados, eles se manifestam como impressões e digressões, como expressão de sentimentos e sensações.

Trata-se, portanto, de um cinema no qual os realizadores transformam uma experiência subjetiva em imagens destinadas ao espectador. Este, por sua vez, também é atravessado pela dor evocada, ainda que distinta daquela experimentada e expressa pelo cineasta. Essa dor resulta da

transposição do que é visto na tela para a própria experiência pessoal do espectador, completando assim um ciclo: do vivido para o representado, e do representado para o vivido, embora experimentado por outra pessoa, em outro tempo e em outro lugar.

Assim, os elementos de arquivo, interpolados pela subjetividade do realizador e pela relação que a imagem estabelece com o espectador, podem ser interpretados como um modo alternativo de se referir ao passado – não mais pela lógica crono-normativa do historicismo nem pela linearidade da historiografia profissional, mas, sim, por meio de uma “temporalidade estilhaçada”. É essa imagem de estilhaços que nos permite, como historiadores, refletir sobre uma história que não é apenas lacunar e descontínua – porque lhe faltam peças –, mas também complexa, já que os fragmentos do passado de um arquivo entram em ressonância com os modos de sentir no presente (TACCETTA, 2018, p. 55).

Nessa perspectiva, as imagens de arquivo promovem uma suspensão da cronologia que dá lugar a compulsões de novas temporalidades, nem lineares nem normativas, mas arquivísticas (TACCETTA, 2023, p. 37). É nessa temporalidade arquivística que o filme-ensaio funde experiências familiares em uma memória compartilhada (TACCETTA, 2018, p. 61). Afinal, ele partilha um sistema de evidências sensíveis que revelam, simultaneamente, a existência de um *comum* e dos recortes que nele definem lugares e partes respectivas. Trata-se, segundo Jacques Rancière, de uma partilha do sensível que, ao mesmo tempo em que molda um *comum*, o decompõe em partes exclusivas (RANCIÈRE, 2005, p. 15).

Desse modo, ao estabelecer conexões entre arquivos íntimos e públicos, entre silêncios individuais e coletivos, entre histórias privadas e a história do mundo (MARTINS; CUNEGUNDES; MACHADO, 2022, p. 185), esse tipo de “narrativa plástica”, embora relate histórias pessoais por meio de fragmentos de intimidade (TACCETTA, 2015, p. 89), funciona como exercícios de fecundação que dão forma à memória coletiva. Assim, “as fronteiras entre público e privado, história e memória, individual e coletivo se diluem e a dimensão subjetiva revela-se a partir da aproximação afetiva do realizador” (MARTINS; SICILIANO; MACHADO, 2018, p. 82).

Um exemplo desse tipo de filme é *História e Memória* (1991), da diretora Rea Tajiri, que investiga a experiência de sua família durante o encarceramento forçado de cerca de 120 mil japoneses e nipo-americanos nos Estados Unidos após o ataque de Pearl Harbor, durante a Segunda Guerra Mundial. A diretora combina imagens de arquivo público e privado –

cinējornais, propagandas governamentais, fotografias, lembranças familiares – e narração autobiográfica para refletir sobre a dificuldade de acessar um passado marcado por fantasmas, silêncio e esquecimento. O filme evidencia a distância entre a história oficial e a memória vivida, propondo uma reconstrução subjetiva do passado a partir dos vestígios deixados pela experiência traumática.

De modo semelhante, *Coelho na Lua* – cujo título remete a uma antiga lenda japonesa que simboliza a persistência da memória cultural mesmo diante da violência do deslocamento, da exclusão social e da repressão à cultura japonesa nos Estados Unidos – também aborda a memória do encarceramento de japoneses-americanos durante a guerra, enfatizando os testemunhos de sobreviventes e o impacto intergeracional desse evento. O filme-ensaio articula entrevistas, materiais de arquivo e memórias familiares para discutir como o trauma continua presente nas gerações posteriores. “A família Omori passou três anos e meio no campo de Poston, no Arizona. A mãe morreu logo após ser liberada, e o pai retomou a vida como agricultor de morangos. Nunca falaram sobre o assunto e aceitaram o pedido de desculpas e os US\$ 20 mil do governo americano” (GRAU, 1999). Isso afetou diretamente a vida da diretora.

Para não ficarmos apenas no exemplo do caso nipo-americano, *Diário inconcluso* (1983), de Marilu Mallet, insere-se no cenário dos exílios latino-americanos produzidos pelas ditaduras militares apoiadas pelos Estados Unidos durante a Operação Condor nas décadas de 1970 e 1980. O ensaio cinematográfico conta a história da própria diretora enquanto exilada política após o golpe de Estado no Chile em 11 de setembro de 1973, derrubando o governo democrático constitucional de Salvador Allende. Marilu Mallet transforma sua câmera em instrumento de autorreflexão, registrando as tensões entre a vida pessoal, a maternidade, a identidade cultural e a experiência do exílio. O filme assume a forma de um diário fragmentário, no qual passado e presente se entrelaçam, marcada pela memória afetiva e pela subjetividade da realizadora.

Em *Homenagem a Bontoc*, Marlon Fuentes revisita a participação de filipinos na Feira Mundial de Saint Louis, em 1904, quando cerca de mil nativos da região de Bontoc foram exibidos como objetos etnográficos pelo império norte-americano. Na tentativa de compreender a sua herança filipina, o cineasta constrói uma narrativa híbrida entre documentário, ficção e autobiografia, apresentando a busca imaginária por um suposto avô desaparecido durante a exposição. Ao problematizar arquivos e representações racistas, o filme denuncia os mecanismos de apagamento da história colonial e questiona a própria autoridade dos documentos históricos.

A obra é frequentemente reconhecida como pioneira na utilização de estratégias autoetnográficas para reinterpretar a experiência colonial. Embora tenha alcançado um público relativamente restrito, a obra tornou-se referência nos estudos sobre documentário experimental, memória e pós-colonialismo. Sua importância reside tanto na recuperação de episódios pouco conhecidos da história filipina quanto na problematização das formas pelas quais o passado é narrado, documentado e imaginado.

Valsa com Bashir, por sua vez, aborda a memória traumática da Guerra do Líbano de 1982 por meio de uma inovadora combinação de documentário e animação. Ari Folman, um veterano da guerra, procura recuperar suas lembranças reprimidas sobre o conflito e sobre o massacre de Sabra e Chatila, entrevistando antigos companheiros de guerra para reconstruir acontecimentos esquecidos. O recurso da animação permite representar as dimensões psicológicas – sonhos, alucinações e imagens mentais – que envolvem as poucas recordações do evento, sugerindo que a memória não seria algo estável, mas fragmentária, sujeita a lacunas, distorções e esquecimentos, devidamente justificadas pelo trauma. Nos minutos finais, ocorre uma ruptura radical, a animação desaparece e é substituída por imagens de arquivo das vítimas e dos sobreviventes. O espectador é retirado do espaço subjetivo das memórias de Folman e confrontado com a materialidade da violência.

No Brasil, especificamente, a produção de filmes-ensaio e imagens arquivos pessoais e públicos, memória íntima e coletiva, está estritamente relacionada à ditadura militar. Nessa linha, destaco o trabalho da cineasta Flávia Castro, cujo pai, o jornalista e militante político de esquerda Celso Afonso Gay de Castro, viveu uma trajetória marcada pela luta armada e exílio político. Durante a ditadura militar, foi obrigado a deixar o país e passou por Argentina, Venezuela, Chile e França, de onde enviava cartas aos seus familiares. Em 1984, foi encontrado morto em Porto Alegre, no apartamento de um ex oficial nazista, aos 41 anos, sob circunstâncias registradas como suicídio, mas que permaneceram cercadas de suspeita. A ausência de respostas e o mistério em torno da morte de Celso de Castro levaram sua filha a buscar explicações. Esse movimento resultou no filme *Diário de uma busca* (2011), dirigido pela própria cineasta, no qual ela retoma as cartas enviadas pelo pai e percorre cidades como Porto Alegre, Santiago, Buenos Aires, Caracas e Paris – cenários do exílio familiar – para coletar depoimentos sobre a vida e a morte de seu pai.

O suposto e questionável suicídio também serve de mote para o documentário *Em busca de Iara* (2013), que reconstrói a trajetória política de Iara Iavelberg, militante dos grupos de luta

armada VPR e MR-8 e companheira de Carlos Lamarca. Morta em 1971, aos 27 anos, na cidade de Salvador, Iara tem sua história revisitada pela sobrinha, Mariana Pamplona, responsável pelo roteiro e narração do filme. A partir de documentos, entrevistas, depoimentos e imagens de arquivo (fotos e filmes), a produção busca reconstituir os passos de Iara, na tentativa de entender suas escolhas, seu papel na luta armada e, sobretudo, as circunstâncias de sua morte – que, até 2003, era oficialmente registrada como suicídio, o que foi contestado desde que as forças da repressão entregaram seu corpo à família.

O horror da ditadura também age e reverbera na vida da cineasta Petra Costa. No ensaio cinematográfico *Elena* (2012), a voz *over* da própria diretora parece escavar a presença-ausência de sua irmã mais velha, Elena, a partir de imagens de vídeo, fotografias e cartas, interpoladas por entrevistas e depoimentos daqueles que conviveram com a família durante a década de 1980. O filme é uma jornada interior e exterior de Petra em busca da irmã. Fruto da ditadura militar, Elena vivenciou a infância na clandestinidade, enquanto seus pais fugiam do regime. Posteriormente, foi para Nova Iorque para realizar o sonho de ser atriz, onde pôs fim a própria vida em dezembro de 1990, quando a diretora tinha apenas sete anos de idade.

Fico te devendo uma carta sobre o Brasil (2020), dirigido e narrado por Carol Benjamin, por sua vez, apresenta três gerações de uma família atingida pela ditadura militar brasileira. Em busca de seu pai, preso político do regime aos 17 anos, que se recusa a falar sobre o passado, a cineasta desvenda um dossiê de cartas pessoais e arquivos de imagens públicas que pertenciam a sua avó, Iramaya Benjamin, sobre a prisão dos filhos: César Benjamin, pai de Carol, e Cid Benjamin, seu tio. Ao mergulhar nesse arquivo pessoal, a diretora entrelaça a sua história e de sua família com a história do país, enfatizando a persistência do passado no presente do cenário político brasileiro contemporâneo – um presente marcado pela eleição de um presidente que, publicamente, elogiou um torturador da ditadura militar.

Epílogo (breve e inconclusivo)

Apesar de suas diferenças temáticas e estéticas, os filmes-ensaios supracitados compartilham algumas preocupações: a valorização da memória subjetiva e a exploração do arquivo – público e privado – como espaço de disputa política. Neles, a memória não surge como simples recuperação do passado, mas como processo de construção narrativa marcado por ausências, silêncios e fragmentos. Dessa forma, essas obras demonstram como o cinema

contemporâneo pode funcionar simultaneamente na elaboração de um trauma – íntimo e coletivo – e na intervenção e reflexão teórica-historiográfica a partir de uma perspectiva irreverente e subjetiva.

Referências bibliográficas

ADORNO, Theodor. O ensaio como forma. In: ADORNO, Theodor. **Notas de literatura**. Trad. Jorge de Almeida. São Paulo: Duas Cidades, 2003.

ALBUQUERQUE JR, Durval Muniz de. A fabricação dos tempos: a materialidade da narrativa histórica. In: SANTOS, Wagner Geminiano dos (Org.). **Durval Muniz de Albuquerque Jr: a arte de inventar-se historiador nas tessituras da escrita da história**. Vitória: Editora Milfontes, 2021. *E-book*.

ANKERSMIT, Frank. **Historical representaton**. Stanford: Stanford University Press, 2001.

ANKERSMIT, Frank. **La experiencia historica sublime**. Traduccion: Nathalie Schwan. Cidade do México: Universidad Iberoamericana, 2010.

BENSE, Max. Sobre el ensayo y su prosa. In: BENSE, Max. **Cuadernos de los seminaries permanentes**. Ensayos selectos. México: UNAMM, 2004.

COSTA LIMA, Luiz. **A aguarrás do tempo**: estudos sobre a narrativa. Rio de janeiro: Rocco, 1989.

CUNHA, Marcelo Durão Rodrigues da; BRITO, Thiago Vieira de. Alun Munslow, pós-modernismo e desconstrutivismo na História. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). **O futuro da história**: da crise à reconstrução de teorias e abordagens. Vitória: Editora Milfontes, 2019.

DELEUZE, Gilles. **Cinema 2**: a imagem-tempo. Trad. Eloisa Araújo Ribeiro. São Paulo: Editora 34, 2018.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Vol. 4. Trad. Suely Rolnik. São Paulo: Editora 34, 2012.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **O que é a filosofia?** Trad. Bento Prado Jr e Alberto Alonso Muñoz. São Paulo: Editora 34, 2010.

DIDI-HUBERMAN, Georges. El archivo arde. Trad. Juan Antonio Ennis. s.d. Disponível em: <https://filologiaunlp.files.wordpress.com/2012/05/el-archivo-arde1.pdf>. Acesso em: 20 set. 2025.

FICO, Carlos. Violência, trauma e frustração no Brasil e na Argentina: o papel do historiador. **Topoi**, Rio de Janeiro, v. 14, n. 27, p. 239-261, jul-dez. 2013.

FOUCAULT, Michel. **História da sexualidade III**: o cuidado de si. Rio de Janeiro: Graal, 1984.

GODARD, Jean-Luc. **Introdução a uma verdadeira história do cinema**. Trad. Antonio de Padua Danesi. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAU, Adriane. Coelho na Lua: o horror japonês nos EUA. **Folha de S. Paulo**. Ilustrada. São Paulo, sexta feira, 09 de abril de 1999. Disponível em:
<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/ilustrad/fq09049929.htm>. Acesso em: 03 jun. 2026.

GUMBRECHT, Hans Ulrich. **Atmosfera, ambiência, Stimmung**: sobre um potencial oculto da literatura. Trad. Ana Isabel Soares. Rio de Janeiro: Contraponto: Editora PUC-Rio, 2014.

JABLONKA, Ivan. **A história é uma literatura contemporânea**: manifesto pelas ciências sociais. Trad. Verónica Galíndez. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2020.

JENKINS, Keith. **A história refigurada**: novas reflexões sobre uma antiga disciplina. Tradução: Roberto Cataldo Costa. São Paulo: Contexto, 2014.

LÓPEZ, Antônio Weinrichter. Um conceito fugidio: notas sobre o filme ensaio. TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **O ensaio no cinema**: formação de um quarto domínio das imagens na cultura audiovisual contemporânea. São Paulo: Hucitec, 2015.

MACHADO, Arlindo. O filme-ensaio. **INTERCOM – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação**. XXVI Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação – BH/MG – 2 a 6 Set 2003.

MARTINS, Andrea França; CUNEGUNDES, Patrícia; MACHADO, Patrícia. Te devo uma carta sobre o Brasil e este sonho: conversa com Carol Benjamin. **Revista Imagofagia**, v. 25, p. 185-203, 2022.

MARTINS, Andrea França; MACHADO, Patrícia. A imagem-excesso, a imagem-fóssil, a imagem-dissenso: três propostas cinematográficas para a experiência da ditadura no Brasil. **Estudos da Língua(gem)**. Vitória da Conquista, v. 12, n. 1, p. 135-156, jun. 2014a.

MARTINS, Andrea França; MACHADO, Patrícia. Imagem-performada e imagem-atestação: o documentário brasileiro e a reemergência dos espectros da ditadura. **Galaxia** (São Paulo, *Online*), n. 28, p. 70-82, dez. 2014b.

MARTINS, Andréa França; SICILIANO, Tatiana. Quando o cosmos é carne: a montagem por correspondências de Gúzman. In: MARTINS, Andréa França; SICILIANO, Tatiana; MACHADO, Patrícia (Orgs.). **Imagens em disputa**: cinema, vídeo, fotografia e monumento em tempo de ditaduras. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2018.

MUNSLOW, Alun. **The future of history**. New York: Palgrave Macmillan, 2010.

NICHOLS, Bill. Documentary Reenactment and the Fantasmatic Subject. **Critical Inquiry**, n. 1, v. 35, p. 72-89, 2008.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Trad. Mônica Saddy Martins. Campinas: Papirus, 2016.

- RANCIÈRE, Jacques. **A partilha do sensível**: estética e política. Trad. Mônica Costa Netto. São Paulo: EXO experimental.org: Ed. 34, 2005.
- RUNIA, Eelco. **Moved by the Past**: Discontinuity and Historical Mutation. New York: Columbia University Press, 2014.
- RUNIA, Eelco. Presence. **History and Theory**, Middletown, v. 45, n. 3, p. 1-29, February 2006a.
- RUNIA, Eelco. Spots of time. **History and Theory**, Middletown, v. 45, n. 3, p. 305-316, Oct. 2006b.
- TACCETTA, Natalia. Disappearance and archive fevers in film: the rewriting of history and practical uses of the past, **Rethinking History**, 27:1, p. 26-50, 2023.
- TACCETTA, Natalia. Memórias de infância en dictadura: de la potencia del documento al afecto de archivo, **452°F: Revista de Teoría de la Literatura y Literatura Comparada**. n. 18, p. 53-73, 2018.
- TACCETTA, Natalia. Narrativas plásticas de la memoria en el espacio-tiempo posdictadura. **FHUMyAR – Materia Artística. Revista de la Escuela de Bellas Artes**, n. 1, p. 86-106, 2015.
- TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. **Arqueologia do ensaio no cinema audiovisual brasileiro**: formações e transformações. São Paulo: Hucitec, 2022a.
- TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Do experimental ao filme-ensaio: passagens. **Significação**, São Paulo, v. 49, n. 58, p. 1-17, 2022b.
- TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Filme-ensaio e formas de inscrição da subjetividade. **Doc On-line**, n. 26, p. 25-35, nov. 2019.
- TEIXEIRA, Francisco Elinaldo. Incidências e avatares de um cine-ensaio no Brasil. In: TEIXEIRA, Francisco Elinaldo (Org.). **O ensaio no cinema**: formação de um quarto domínio das imagens na cultura audiovisual contemporânea. São Paulo: Hucitec, 2015.
- TELLES, Marcus Vinicius de Moura. **A relação entre representação e experiência**: um estudo crítico da “filosofia existencialista da história”. Tese (Doutorado em História). Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas. Universidade de São Paulo. São Paulo, 2019.
- TRAVERSO, Enzo. **Singular Pasts**: The “I” in Historiography. Translated: Adam Schoene. New York: Columbia University Press, 2023.
- TURIN, Rodrigo. Ivan Jablonka: subjetividade, ficção e escrita da história. In: BENTIVOGLIO, Júlio; AVELAR, Alexandre de Sá (Orgs.). **O futuro da história**: da crise à reconstrução de teorias e abordagens. Vitória: Editora Milfontes, 2019.
- WORTEL, Elise. De la historia a la haecceidad: reformulaciones especiales del pasado en el cine post-patrimonial. In: CHAUVIN, Irene Depetris; TACCETTA, Natalia (Orgs.). **Afectos, historia y cultura visual**: una aproximación indisciplinada. Ciudad Autónoma de Buenos Aires: Prometeo Libros, 2019.

A Recepção do “Breviário da história romana” em *Gradus secundus*, de Paulo Rónai

Mateus Batista Resende

Bolsista de iniciação científica PIBIC-CNPq. e PRPq. (UFMG)

Graduando em

Letras

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

mateus.batista.054@gmail.com

Matheus Treviza

m

Doutor em

Linguística

Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

mattrevi2017@gmail.com

m

Resumo: Esta contribuição discute o trabalho pedagógico de Paulo Rónai (1907-1992), intelectual húngaro-brasileiro de grande relevo no cenário cultural do país, tendo atuado como professor, tradutor, crítico literário e escritor. O foco recai sobre sua atuação no Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, onde regeu as cadeiras de latim e francês, experiência que culminou na criação e difusão da série didática *Gradus* (do *primus* ao *quartus*), publicada e republicada por sucessivas editoras brasileiras desde a década de 1940. Embora tenha sido originalmente concebida para o ensino de língua latina a jovens do antigo curso ginasial, a coleção *Gradus* consolidou-se, ao longo das décadas, como um instrumento fundamental de acesso ao idioma clássico também para adultos em diversos cursos de Letras pelo Brasil. A metodologia proposta por Rónai em cada volume estrutura-se a partir da apresentação de um texto que encabeça as lições, seguido de uma exposição gramatical sucinta e exercícios de fixação, contando ainda com complementos pedagógicos como ilustrações temáticas, jogos e glossários. Observa-se que cada volume da série concentra temas específicos em seus textos: *Gradus primus* prioriza a educação na Roma Antiga e narrativas míticas greco-latinas; *Gradus secundus* centra-se na história romana por meio de adaptações do “Breviário da história romana”, de Eutrópio (século IV d.C.); *Gradus tertius* utiliza o fabulário de Fedro (século I d.C.); e *Gradus quartus* foca em passagens historiográficas de Júlio César (século I a.C.). No caso específico do *Gradus secundus*, Rónai (2007, p. 5) explicita que, por considerar o texto original de Eutrópio demasiadamente árido e pouco atraente para o público jovem, optou por recontextualizar os trechos do compilador latino dentro de uma moldura narrativa ficcional, simulando o cotidiano de um mestre-escola e seus alunos no século de Augusto. Tal gesto de Recepção e reescrita didática revela uma estratégia de humanização do conteúdo histórico, a fim de conferir maior interesse ao estudo da língua (e cultura). Assim, a análise aqui proposta sugere que não apenas a inserção dos textos em uma narrativa escolar fictícia, mas também a seleção criteriosa dos episódios recontados e o modo de apresentação das histórias em *Gradus secundus*, são elementos determinantes no processo de transposição didática e

Recepção da obra de Eutrópio na modernidade brasileira, evidenciando o caráter inovador e adaptativo da pedagogia de Paulo Rónai no ensino das línguas clássicas.

Palavras-chave: *Gradus secundus*; Eutrópio; Recepção clássica.

Apresentação de Paulo Rónai

Falar em Paulo Rónai significa evocar um poliglota, crítico literário, tradutor e mestre de grande importância para a difusão e ensino de várias línguas e literaturas no Brasil. Importa primeiramente lembrar a origem estrangeira de Rónai, na verdade nascido com o nome de Rónai Pál em Budapeste, na Hungria (13 de abril de 1907), embora posteriormente naturalizado brasileiro e falecido em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro (1 de dezembro de 1992).

Em sua terra natal, Rónai, filho de família modesta (o pai era proprietário judeu de uma livraria em Budapeste), teve a oportunidade de desenvolver seu pendor para o contato com as línguas e literaturas de outros povos. Como lembra ele próprio, um idioma como o latim desfrutou de grande prestígio na cultura húngara dos séculos XVIII-XIX – quando a língua clássica era muitas vezes citada em trechos de romances, servia de veículo para discursos no parlamento magiar e inspirou modelos poéticos, na escola literária dita “latina” (RÓNAI, 2012, p. 191).

Esse tipo de presença da cultura clássica na Hungria fez com que o latim se tornasse um dos pilares da educação dos jovens, sendo que, como assevera Rónai: “no curso secundário do meu tempo ainda se aprendia latim em seis aulas semanais durante oito anos” (RÓNAI, 2012, p. 191). Também conhecedor de outros idiomas, por formação escolar ou interesse próprio,¹⁶ o intelectual húngaro acabou direcionando a própria formação profissional para especializar-se em alguns deles:

Doutor em Filologia Latina e Neolatina, Rónai estudou na Sorbonne e na Alliance Française de Paris, e na Università per Stranieri di Perugia, na Itália. Em Budapeste, lecionou latim, francês e italiano entre 1934 e 1940, e foi professor da *Società Dante Alighieri*, de 1933 a 1938. Foi tradutor e redator da *Nouvelle Revue de Hongrie*, além de colaborar em diversos jornais e revistas húngaros e franceses.¹⁷

Sua relação com a língua portuguesa e a cultura brasileira, particularmente, foi auspiciosa: como esclarece o *Dicionário de tradutores literários do Brasil*, Rónai aprendeu português sozinho

¹⁶ Como poliglota, Paulo Rónai conhecia nove idiomas: húngaro, latim, grego, português, espanhol, francês, italiano, alemão e hebraico.

¹⁷ Verbete PAULO RÓNAI. In: **Dicionário de tradutores literários do Brasil**. Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/PauloRonai.htm>. Acesso em: 01/06/2026.

enquanto morava na Hungria.¹⁸ Em 1939, ao publicar uma antologia de poesia brasileira moderna, ele se aproximou do diplomata Ribeiro Couto. Esse contato foi crucial: mais tarde, Ribeiro Couto intercedeu junto ao Itamaraty para trazê-lo ao Brasil, salvando-o do Holocausto. Ele se estabeleceu no país em 1941 e naturalizou-se brasileiro em 1945.

Já aclimatado em terras brasileiras, depois de um percurso que incluiu passagem por Portugal, Rónai lecionou latim e francês em várias escolas, tendo sempre vivido no Rio de Janeiro. Entre essas instituições, contam-se o Colégio Metropolitano (1941-1943), o Liceu Francês (1941-1949) e o prestigiado Colégio Pedro II (a partir de 1958 e depois de disputado concurso, como esclarecem Portinho e Dutra – 1994, p. 22). Ainda merece destaque, na trajetória docente desse mestre, que, entre 1974 e 1977, lecionou literatura francesa na Faculdade de Humanidades de Pedro II.¹⁹

Além do aspecto pedagógico, vale a pena mencionar outras brilhantes facetas de Paulo Rónai: como crítico literário, por exemplo, ele foi analista atento – além de amigo e editor póstumo – de João Guimarães Rosa,²⁰ cujo livro de contos *Sagarana* (1946) confessa que o encantou.²¹ No âmbito da tradução, sua iniciativa mais notável foi coordenar o esforço tradutório da *Comédia Humana* de Honoré de Balzac, num processo de trabalho iniciado em 1945 e apenas finalizado em 1955:

O empreendimento da tradução de *A Comédia Humana* para a língua portuguesa não foi somente um dos trabalhos mais ambiciosos de Paulo Rónai, com a coordenação da edição nacional, seleção de tradutores, cotejo das traduções com seus originais, redação da biografia de Honoré de Balzac, padronização dos textos, seleção dos ensaios representativos sobre Balzac para introduzirem

¹⁸ Em entrevista à **Folha de São Paulo**, publicada em 27 de abril de 1991 com o título PAULO RÓNAI: faz 50 anos que o tradutor e ensaísta chegou ao Brasil (disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/270491b.htm>. Acesso em: 01/06/2026), o intelectual esclarece: “Um dia, numa das minhas aulas de italiano no colégio israelita, vi que um dos meus alunos não prestava atenção. Ele estava lendo um livro. Perguntei que livro era. Era uma gramática portuguesa. Perguntei a ele por que estava lendo esta gramática nas aulas de italiano. Ele respondeu: ‘Porque vamos imigrar para o Brasil’. Eu pedi a ele a gramática, publicada por uma livraria húngara de São Paulo e anotei o endereço. Escrevi a essa livraria, que era muito pequena, pedindo que me mandassem uma antologia da poesia brasileira e eu mandaria livros húngaros em troca”. A livraria mandou uma “antologia da poesia paulista” e Rónai, com um dicionário português-alemão, começou a traduzir de nosso idioma.

¹⁹ Veja-se, adicionalmente, no verbete PAULO RÓNAI do **Dicionário de tradutores literários do Brasil**, disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/PauloRonai.htm>. Acesso em: 01/06/2026: “Foi fundador e o primeiro presidente da Associação dos Professores de Francês do Rio de Janeiro, fundador e o primeiro secretário-geral da Associação Brasileira de Tradutores e professor visitante na Universidade da Flórida, em 1967. Ministrou cursos e conferências sobre literatura brasileira em Paris, Toulouse, Rennes, Neuchâtel, Budapeste e Tóquio, e colaborou em diversas revistas estrangeiras”.

²⁰ A obra **Rosa & Rónai: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador**, organizada por Ana Cecília Impellizzeri Martins e Zsuzsanna Spiry (Editora Bazar do Tempo, 2020), reúne ensaios do intelectual húngaro sobre a obra rosiana, produzidos ao longo de três décadas.

²¹ Veja-se entrevista mencionada na nota de número 3.

cada um dos 17 volumes da obra, mas também um trabalho que envolveu a redação de notas dele próprio, que longe de serem simples subsídios informativos aos leitores, direcionam e caracterizam a tradução dos textos de Balzac. (ESQUEDA, 2004, p. 84)

Outra realização de Rónai que se deve referir, antes de dar prosseguimento à exposição aqui em pauta, diz respeito à organização, com o filólogo Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, de *Mar de histórias*, famosa antologia do conto mundial dividida em dez volumes. Reúne mais de duzentos contos clássicos de autores de dezenas de nacionalidades, organizados cronologicamente, desde as origens até a literatura contemporânea do pós-guerra. A elaboração durou mais de quarenta anos (de 1945 até a década de 1980),²² com os organizadores selecionando narrativas de diversas tradições, sendo cada conto precedido por uma introdução crítica e notas explicativas.

Apresentação do método *Gradus*, para ensino do latim

Na série de livros *Gradus (primus a quartus)*, de Paulo Rónai, encontramos um dos mais utilizados recursos didáticos para ensino do latim a crianças e adultos em nosso país. Originalmente publicados em volumes separados até aquele de número quatro (este último, de difícil acesso hodiernamente),²³ tais livros de Rónai surgiram a partir da década de 1940. Desde então, passaram por sucessivas mudanças de editor (F. Briguiet & Cia. à editora Cultrix, vinculada à Universidade de São Paulo, e mais recentemente – 2024 –, para o volume três,²⁴ à editora “Cântico” de Cascavel, Paraná), mas continuaram a ser republicados com sucesso junto ao público interessado.

Esse público, importa esclarecer, correspondeu ao infanto-juvenil na época de surgimento da série, dado que até a década de 1960 do século XX, quando o ensino da língua latina foi suprimido do *curriculum* obrigatório dos alunos nas escolas públicas e particulares do Brasil,²⁵ semelhante disciplina perpassava sua formação, por vezes, desde o curso ginásial. Uma vez limitado o alcance a este tipo introdutório de formação clássica para os jovens alunos brasileiros, o latim e sua cultura continuaram a ser estudados por um público mais restrito e maduro, sobretudo nas Faculdades de Letras do país, em que o contato com os autores

²² VILELLA, 2012, p. 75 ss.

²³ RÓNAI, Paulo. **Gradus quartus**. Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1955.

²⁴ RÓNAI, Paulo. **Gradus tertius**. Cascavel: Cântico, 2024.

²⁵ SOBRINHO, 2013, p. 22: “A década de 50 representará, pois, um momento de transição, de novos, mas velhos, discursos sobre a utilidade e a importância do latim, de se questionar sobre a necessidade da disciplina, o que culminará com a LDB de 1961 e seus atos adicionais, que, ao desobrigarem a necessidade de oferta, contribuirão para a retirada do latim dos currículos”.

greco-romanos (ou outros), bem como com as bases da Filologia, pressupõe o mínimo domínio dos rudimentos do velho idioma do Lácio.

Dessa maneira, *Gradus primus* (ou os volumes seguintes da série) tem continuado em uso até nossos dias, por autodidatas adultos ou alunos de nível universitário de disciplinas afins em cursos de Letras, sobretudo. Alguns fatores de peso para o sucesso desta empreitada didática e editorial, que já ultrapassa a sétima década de existência, dizem respeito à progressão gradual dos tópicos de gramática latina; à atenção dada ao ensino do vocabulário do idioma; à leveza e clareza das exposições de conteúdo linguístico; à tentativa de introduzir no método, junto com a língua de Roma, sua literatura e cultura.

De modo mais preciso, podemos dizer que o método conta, a cada lição, com uma estrutura de ensino baseada em pequenos textos motivadores (em latim) e exercícios para aprendizagem e fixação dos conteúdos ensinados. Como complemento pedagógico a esses elementos, há sempre o título do texto, uma ilustração em sintonia com o assunto da lição, o glossário de termos latinos e as regras gramaticais. Anedotas, provérbios e partes lúdicas (como palavras cruzadas) complementam o aspecto de palatabilidade de *Gradus secundus* e/ou de outros volumes do método.

Sobre o tópico da cultura, desde o volume inicial, correspondente a *Gradus primus*, pontuam as lições da série personagens – a do mestre Orbílio Pupilo,²⁶ a da matrona Cláudia,²⁷ a de reis como Rômulo e Anco Márcio, a do herói Múcio Cévola²⁸ etc. –, reminiscências literárias

²⁶ Nascido em Benevento, Lúcio Orbílio Pupilo (c. 114 a.C. – 14 a.C.) foi um educador e gramático latino. Famoso pela severidade, ele é lembrado historicamente devido à aplicação impiedosa de castigos corporais, sendo imortalizado por seu aluno, o poeta Horácio (65 a.C. – 8 a.C.). Este testemunho aparece nas **Epístolas** (livro II, Epístola 1, verso 70), em que o antigo aluno resgata memórias de sua infância, apresentando o professor com o termo latino *plagosus* (“o açoitador”). O poeta utiliza esse adjetivo para recordar como sofria punições físicas do mestre, enquanto era obrigado a memorizar as lições.

²⁷ O famoso epitáfio de Cláudia, datado do século II a.C., eterniza o ideal da matrona romana. Escrito sob ponto de vista “masculino”, o texto presta homenagem a uma mulher cuja identidade exata hoje é ignorada, servindo como um monumento atemporal que celebra a perfeita devoção ao lar, a modéstia e a virtude feminina. A inscrição foi catalogada como CIL I 1211. E 133 (*Corpus Inscriptionum Latinarum*). Veja-se Palmer (1988, p. 350).

²⁸ Caio Múcio Cévola é uma figura lendária de Roma que, em 508 a.C., tentou matar o rei etrusco Lars Porsena. Ao ser capturado, queimou a própria mão direita para demonstrar sua bravura. Esse feito lhe rendeu o apelido de *Scaenola* (que significa “canhoto”), ato registrado na obra *Ab Urbe condita* II, 9-14 por Tito Lívio (59 a.C. – 17 d.C.).

de autores (de Ovídio Nasão²⁹ e Horácio³⁰ aos historiadores clássicos,³¹ do fabulista Fedro³² a Caio Júlio César³³ etc.) e referências a práticas sociais antigas (os jogos gladiatórios,³⁴ o culto religioso, a guerra etc.) que ambientam seu público leitor diante das particularidades da Roma dos Césares, ou mesmo anterior.

Apresentação de Eutrópio e da obra *Breuiarium historiae Romanae*

Assim como se dá com várias outras personagens da Antiguidade, pertencentes ao mundo das Letras ou não, a biografia de Flávio Eutrópio permanece em geral obscura.³⁵ Entretanto, dados oriundos do próprio “Breviário da história romana” ajudam a situá-lo de forma aproximada no mundo a que pertenceu. Bleckmann e Gross (2018, p. 3), editores de língua alemã da obra em jogo, comentam que o autor participou da campanha persa do imperador Juliano, o Apóstata (331-363 d.C.) – *ingenti apparatu Parthis intulit bellum, cui expeditioni ego quoque interfui* –,³⁶ não na condição de soldado, mas sim na de *comes* (“membro de comitiva”).

Na continuidade de suas explicações a respeito da personagem de escritor em pauta, os filólogos alemães continuam:

Apesar de algumas dúvidas expressas recentemente, continua a ser relativamente seguro que Eutrópio foi *magister memoriae*³⁷ na corte de Valente.

²⁹ As lições XIX (mito das Idades do mundo – Idade áurea), XXIII-XXIV (Deucalião e Pirra) e XXIX-XXX (Dédalo e Ícaro) de *Gradus primus* evocam personagens e lendas de que o poeta Ovídio Nasão (43 a.C. – 17 d.C.) se ocupara na epopeia de nome *Metamorfoses*.

³⁰ Na lição XIII de *Gradus primus*, é explicitamente dito que Quinto Horácio Flaco frequentava a escola de Orbílio Pupilo. Também é dito que este aluno, um dia, seria um grande poeta (lírico, satírico etc.).

³¹ *Gradus secundus* possui as lições (textos) preenchidas por excertos adaptados do “Breviário da história romana”, obra atribuída a Flávio Eutrópio (século IV d.C.).

³² O autor escolhido para preencher as lições de *Gradus tertius*, com efeito, é o fabulista de nome Fedro. Fedro (século I d.C.) foi um famoso autor romano nascido na Macedônia e ex-escravo alforriado pelo imperador Augusto, tendo reescrito em versos latinos, bem como popularizado, as fábulas do grego Esopo (século VI a.C.).

³³ O autor que preenche os textos das lições de *Gradus quartus*, com excertos de sua obra **Comentários da Guerra da Gália**, é Caio Júlio César. Nessa obra, o general romano contava à sua maneira uma série de campanhas militares (58-50 a.C.), nas quais dominou territórios que hoje englobam a França, a Bélgica e partes da Suíça e Alemanha.

³⁴ A lição XVIII de *Gradus primus* comenta a questão dos espetáculos de circo em Roma Antiga, muitas vezes animados pela presença de gladiadores em luta renhida. Evoca-se, aí, a saudação típica desses lutadores ao imperador que os assistia (*ave, Caesar, morituri te salutant* – “ave, César, os que vão morrer te saúdam!”), como registrou o biógrafo Suetônio Tranquilo (69 d.C. – 141 d.C.) em **Vida dos doze Césares** (“Vida de Cláudio” 21, 6).

³⁵ Viola (2025, p. 15) comenta que a enciclopédia bizantina *Suda* – século X-XI d.C. – refere esta personagem como itálico e autor de outras obras além do *Breuiarium historiae romanae*. O mesmo estudioso (VIOLA, 2025, p. 15) também diz que Marcelino Empírico, escritor do século IV-V d.C. e natural de *Burdigala* (atual Bordeaux), nomeia um Eutrópio (?) como seu conterrâneo (*De medicamentis*, praef. 2). Libânio de Antioquia, rétor grego do século IV d.C., dá notícia de si mesmo e de certo Eutrópio (?) como acusados por Festos, governador da Ásia romana, de conspiração contra o imperador Valente (reinado entre 364-378 d.C.).

³⁶ EUTRÓPIO, *Breuiarium historiae Romanae*, X, 16, 1: “Com grande aparato declarou guerra aos Partos, expedição em que eu mesmo tomei parte” (tradução nossa).

³⁷ Trata-se de uma espécie de secretário particular do imperador.

Por fim, também parece estabelecido que a dedicatória da obra histórica ocorreu logo após 369, especificamente após a aceitação do título de *Gothicus maximus* por Valente. Outras informações a serem descobertas na própria obra são – com exceção de uma referência ao acampamento de *Circesium*, que Eutrópio deve ter conhecido como participante da expedição de Juliano (Eutr. 9,2,3) – muito vagas para extrair delas informações para a biografia do autor.³⁸

No tocante à obra que se identifica com o *Breuiarium*, é um resumo conciso da trajetória de Roma. A obra compila os fatos mais marcantes desde a fundação da cidade por Rômulo até o reinado de Joviano (363-364 d.C.). Abrange mais de 1.100 anos de história, relatando as guerras, conquistas e vidas dos imperadores em dez livros curtos; não enfatiza as causas dos processos históricos e destaca o papel político e ordenador do senado (VIOLA, 2025, p. 21). Bleckman e Gross (2018, p. 3) complementam estes dados dizendo que os livros I a VI tratam da história da república e os livros VII a X tratam da história do Império como uma série de biografias imperiais.

O *Breuiarium* é conhecido por sua linguagem clara, concisa e objetiva, o que o tornou extremamente popular durante a Idade Média, o Renascimento e outros tempos como ferramenta para ensinar a língua clássica. Algumas características observáveis na obra, do ponto de vista linguístico, são a recorrência abundante ao *cum* narrativo³⁹ do latim e o emprego de estruturas que contribuem para a concisão – a exemplo do ablativo absoluto⁴⁰ da mesma língua. Além disso, destacam-se o reforço de elementos de importância e a busca pelo pronto entendimento do texto, obtidos por meio de coordenações – não tanto subordinações – e termos reiterados.

Masters (2023) também reporta que a tradição manuscrita em latim do *Breuiarium* é notavelmente vasta, registrando testemunhos desde o século IX d.C., período ao qual pertence o relevante códice “G” de *Gotha* (*Gothanus* 101). A expressiva Recepção e a circulação da obra de

³⁸ BLECKMANN; GROSS, 2018, p. 3-4: “Trotz einiger jüngst geäußelter Zweifel kann ferner weiterhin als relativ sicher gelten, dass Eutrop *magister memoriae* am Hofe des Valens war. Schließlich scheint auch festzustehen, dass die Widmung des Geschichtswerks bald nach 369 erfolgte, nämlich nach der Annahme des Titels eines *Gothicus maximus* durch Valens. Andere im Werk selbst zu entdeckende Angaben sind mit Ausnahme eines Hinweises auf das Lager Kirkesion, das Eutrop als Teilnehmer der Julian-Expedition gekannt haben muss (Eutr. 9,2,3), zu vage, um daraus Informationen für die Biographie des Autors zu gewinnen” (tradução nossa).

³⁹ Trata-se do uso da conjunção temporal *cum* (“quando”) acompanhada de pretérito imperfeito ou mais-que-perfeito do subjuntivo, com ideia de processo inacabado no primeiro caso e acabado no segundo (por exemplo, *cum ueniret* – “como/quando chegasse” – versus a forma *cum uenisset* – “como/quando tivesse chegado”). Veja-se Serbat (1975, p. 78).

⁴⁰ Neste tipo de oração reduzida, o latim emprega sujeito e verbo – este, na forma nominal do particípio presente ou particípio passado – no caso ablativo, com intento de oferecer coordenadas circunstanciais “acessórias” a uma oração com verbo finito. Por exemplo: *Duce pacem faciente, milites Romam reuerterunt*. – “Fazendo o chefe a paz, os soldados voltaram a Roma”. – *Facta pace, milites Romam reuerterunt* – “Feita a paz, os soldados voltaram a Roma” (SERBAT, 1975, p. 85ss.).

Eutrópio, inclusive na Idade Moderna, são atestadas por sua presença editorial: o compêndio contou com nove edições impressas anteriores a 1800, das quais quatro demandaram reimpressões subsequentes para atender à demanda intelectual da época.⁴¹

A Recepção do “Breviário da história romana” em *Gradus secundus*, de Rónai

Nesta seção de nossa exposição, uma vez situados o autor do método moderno referido, a proposta pedagógica desse mesmo método e o significado essencial da contribuição historiográfica de Eutrópio, passamos efetivamente a tecer comentários sobre a Recepção do *Breniarium* em *Gradus secundus*. Para isso, será de utilidade situar primeiro a que nos referimos, precisamente, com a ideia de “Recepção”, presente desde o nosso título. Além disso, apontaremos para alguns teóricos que tiveram peso na constituição e difusão de tal conceito, hoje em curso frequente na academia brasileira.

Segundo as colocações de Paulo Sérgio de Vasconcellos (2022, p. 8), remonta aos estudos de Hans Robert Jauss, na década de 1960 do século XX, uma série de pressupostos que vieram a consolidar-se no âmbito da Teoria da Recepção. Este intelectual germânico, assim, criticou em seu tempo tanto a visada marxista das obras literárias quanto aquela formalista. Isso porque, no primeiro caso, estava subjacente às análises a noção de que os textos seriam apenas “determinados” pelas estruturas sociais de produção; na segunda situação, inversamente, “desconfiava-se” da história, como se o objeto artístico pudesse ser dissociado dela. Por sua vez,

Jauss introduz na equação, superando as noções de produção da obra controlada pelo autor e a representação da realidade, o fator instável de sua recepção, ou seja, a categoria do leitor que não é mais visto em sua posição social (como no viés marxista) ou de passivo receptor de algo que já está dado na obra e lhe cabe apenas decodificar da maneira mais fiel (como no viés formalista). Temos, aqui, uma relação dialógica entre a obra e o leitor. (VASCONCELLOS, 2022, p. 9)

De fato, a partir desse tipo de pensamento crítico, ressalta-se a importância fundamental do leitor, em sentido lato (mais do que somente quem “lê” um texto ou obra de arte, ainda quem disso se apropria a fim de traduzir, interpretar, recriar, aproveitar etc.), como peça-chave do processo de construção de sentidos dos textos. Isso significa que a perspectiva da Recepção desestabiliza a noção de serem os textos objetos estáticos, cujos significados estariam para

⁴¹ MASTERS, Kristin. “Introduction”. In: Eutropius. *Breuiarium ab urbe condita*. Carlisle, Pennsylvania: Dickinson College Commentaries, 2023. Disponível em: <https://dcc.dickinson.edu/eutropius/intro/introduction>. Acesso em: 04/06/2026.

sempre fixados pelo autor e acessíveis de modo “correto” apenas pelos entendidos. Eis o motivo de o excerto acima referir uma relação “dialógica” entre a obra e o leitor: resguardados certos limites, o significado do texto pertence em última instância a quem o lê e interpreta, recorrendo para isso não só à letra estrita, mas ainda a seu próprio repertório de saberes e associativo, à perspectiva cultural, cronológica e ideológica em que se insere etc.

No âmbito dos Estudos clássicos – frequentemente voltados a perscrutar o destino dos monumentos literários e de outros itens da cultura greco-latina em períodos posteriores –, a visada trazida pela Teoria da Recepção desempenhou um papel de grande relevo na reformulação de perspectivas e métodos. Lorna Hardwick (2003, p. 1ss.) entende o processo de Recepção dos clássicos greco-romanos como algo distinto da ideia passiva de “Tradição clássica”, pois no primeiro caso existe a plena consciência de os significados atribuídos aos Antigos serem construtos múltiplos, associáveis à participação de várias épocas ou leitores.

Quando se fala em “Tradição clássica”, no entanto, vêm-nos à mente questões como a ideia da transmissão de um “legado” e de certa fixidez dos sentidos. É como se as belas realizações da Grécia e de Roma Antiga estivessem para sempre cristalizadas de maneira única e imutável, cabendo ao público acolhê-las comodamente, já que estariam prontas. Isso implicava, de um ponto de vista metodológico e crítico, sobretudo na busca de padrões expressivos que nos chegassem imutáveis da Antiguidade, com total desconsideração do caráter transformado de cada ressignificação posterior.

Ora, o olhar para objetos artísticos de ordem variada, sob a ótica da Recepção clássica, quer sejam eles obras literárias ou de outra natureza, peças de teatro, itens de artes plásticas, filmes etc., significa, inversamente, manter a sensibilidade aguçada para as diferentes possibilidades de atribuir sentidos aos “mesmos” objetos da Antiguidade. Por isso, algumas palavras-chave para os processos de Recepção dos antigos são, entre outros (HARDWICK, 2003, p. 9-10), a “adaptação” (emprego mais livre que o tradutório de um texto prévio); a “hibridização” (fusão de culturas); a “refiguração” (seleção e remodelagem de material de obra anterior); a “transplantação” (tomada de texto ou imagem de outra época e seu desenvolvimento como algo distinto).

Entendemos que o que se dá com os textos presentes nas lições de *Gradus secundus*, em contraponto com o *corpus* originalmente constituído por excertos do *Breniarium historiae Romanae* de Eutrópio, seja em conjunto uma espécie de refiguração. Como explica Paulo Rónai, no

prefácio da quarta edição da obra (1954), a reformulação do volume buscou atender ao mesmo tempo às exigências dos Programas oficiais de ensino (que previam Eutrópio como assunto do segundo ano ginasial, na disciplina de latim) e ao desejo de tornar esta matéria mais palatável para os alunos:

Justamente por não ser o latim disciplina das mais populares, deve ser ensinado de maneira divertida e agradável. [...] Como Eutrópio, o autor indicado para o 2º. ano ginasial, nada tem de muito atraente, encaixei os trechos desse compilador em pequenas leituras cujo conteúdo forma um único assunto [...]: a vida de um mestre-escola e de seus alunos do século de Augusto. São eles que leem a história de seu país, explicada e comentada pelo professor. [...] Mas é claro que a presença deles entre as personagens do livro me fez limitar os excertos de Eutrópio ao começo da nossa era. (RÓNAI, 2007, p. 6)

Essas palavras do autor do método *Gradus secundus* já dão a entender que a extensiva narrativa histórica eutropiana não é totalmente recoberta pelos textos presentes no livro didático. Na verdade, Rónai “refigura” Eutrópio ao escolher, dentre os muitos episódios e personagens focados pelo autor antigo, apenas alguns para serem temas de suas lições no método moderno. Assim, a fase da realeza e seus protagonistas – como Rômulo, Sêrvio Túlio e Tarquínio, o Soberbo – preenchem as lições IV a XI; o começo da república e alguns heróis do período – a exemplo de Régulo, general da Primeira Guerra Púnica (século III a.C.) – ocupam as lições XIII a XX; por fim, a figura de Augusto, primeiro imperador de Roma, encontra-se nas lições XXVI a XXVIII.

As passagens e eventos semelhantes de Eutrópio também estão refigurados por Rónai, no mesmo contexto, na medida em que, além da seleção operada por este, passaram por remodelagem, deixando de ser pontos de uma obra historiográfica contínua para se tornarem lições de um método de ensino no qual há, inclusive, entremeio de assuntos diferentes entre elas.⁴² Olhando para cada lição em separado, com foco sobre as que dialogam diretamente com o *Breviarium historiae Romanae*, cremos que seria mais adequado falar em um processo de adaptação por parte de Paulo Rónai:

[2] Fundada a cidade, a qual chamou de Roma a partir do seu próprio nome, ele fez aproximadamente o seguinte. Recebeu na cidadania uma multidão de vizinhos e escolheu cem dos mais velhos, por cujo conselho faria todas as coisas, os quais nomeou senadores por causa da velhice. Então, como ele próprio e o seu povo não tinham esposas, convidou as nações vizinhas à cidade

⁴² As lições I-III abordam o cotidiano de Orbílio Pupilo e seus alunos. A lição XII apresenta uma *magistra* de ficção, Semprônia, em seu trabalho escolar com alunas. Já as lições XXI-XXV correspondem a uma miscelânea de assuntos e atividades, como adágios, enigmas e provérbios de uso popular.

de Roma para um espetáculo de jogos e raptou as virgens delas. Tendo explodido guerras por causa da injúria das [mulheres] raptadas, venceu os ceninenses, os antemnates, os crustuminos, os sabinos, os fidenates e os veientes. Todas essas cidades cercam a urbe. E tendo ele desaparecido após uma tempestade surgida de repente, no trigésimo sétimo ano de seu reinado acreditou-se que ele tinha passado para os deuses, e foi consagrado. Depois, em Roma, os senadores governaram por cinco dias cada e, com eles reinando, completou-se um ano.⁴³

VI. SOBRE O RAPTO DAS SABINAS

QUINTO: – Mas diz-nos, mestre, como a pequena urbe se transformou em uma grande cidade.

ORBÍLIO: – Rômulo recebeu na cidadania muitos homens dos povos vizinhos.

LÚCIO: – Apenas homens?

ORBÍLIO: – Perguntas bem: faltavam esposas ao rei e ao povo. Por isso, Rômulo convidou os sabinos, vizinhos da cidade, para os jogos e raptou as filhas deles.

AULO: – Como os sabinos suportaram a injúria?

ORBÍLIO: – Irados, moveram guerra contra os romanos.

AULO: – Quem venceu na guerra?

ORBÍLIO: – Os romanos. Mas, pouco depois, os vencedores fizeram as pazes com os vencidos.⁴⁴

As duas passagens citadas, em Eutrópio e Rónai, abordam basicamente o episódio mítico do rapto das sabinas. Entretanto, já pela forma, mesmo sem adentrar os pormenores do conteúdo, nota-se que o pedagogo moderno adaptou o que recebeu da Antiguidade: assim, embora o latim – mais simplificado, para uso entre jovens aprendizes – tenha continuado a ser a língua de expressão, passou-se de uma narrativa estrita para sua inserção num diálogo fictício. Além disso, muitos detalhes do próprio rapto – como a lista de povos vencidos pelos romanos após o evento – ou de seu entorno – como a questão do surgimento e atuação do senado em Roma e o “desaparecimento” de Rômulo em guerra – foram omitidos por Rónai, de acordo com sua observação de que os textos para instrumentalização do latim aos alunos modernos não

⁴³ EUTRÓPIO, *Breviarium historiae Romanae* I: [2] *Condita ciuitate, quam ex nomine suo Romam uocauit, haec fere egit. Multitudinem finitimorum in ciuitatem recepit, centum ex senioribus legit, quorum consilio omnia ageret, quos senatores nominauit propter senectutem. Tum, cum uxores ipse et populus suus non haberent, inuitauit ad spectaculum ludorum uicinas urbi Romae nationes atque earum uirgines rapuit. Commotis bellis propter raptarum iniuriam Caeninenses uicit, Antemnates, Crustumino, Sabinos, Fidenates, Veientes. Haec omnia oppida urbem cingunt. Et cum orta subito tempestate non comparuisset, anno regni tricesimo septimo ad deos transisse creditus est et consecratus. Deinde Romae per quinos dies senatores imperauerunt et his regnantibus annus unus completus est* (tradução nossa).

⁴⁴ RÓNAI, 2007, p. 37-38: **VI. DE SABINIS RAPTIS** – **QUINTUS:** – *At dic nobis, magister, quomodo urbs parua in ciuitatem magnam se conuerterit.* **ORBILIUS:** – *Romulus multos uiros e finitimis in ciuitatem recepit.* **LUCIUS:** – *Solum uiros?* **ORBILIUS:** – *Recte quaeris: regi et populo uxores deerant. Ideo Romulus Sabinos, uicinas urbi, ad ludos inuitauit atque eorum filias rapuit.* **AULUS:** – *Quomodo Sabini iniuriam tulerunt?* **ORBILIUS:** – *Irati bellum Romano commouerunt.* **AULUS:** – *Quis in bello uicit?* **ORBILIUS:** – *Romani. Sed paulo post uictores cum uictis pacem fecerunt* (tradução nossa).

deveriam ser muito longos.⁴⁵

Por outro lado, o fato de os romanos terem feito as pazes com os sabinos após a guerra – dado que sequer é encontrado no autor antigo – obviamente não está expresso no referido capítulo do livro I de Eutrópio. Isso posto, parece-nos que Rónai adota, reportando-se ao “mesmo” episódio lendário retomado de Eutrópio, mais liberdades do que seria aceitável para uma tradução, assim se configurando neste caso “adaptação” do antigo pelo moderno, nos termos de Hardwick (2003, p. 9).

Conclusão

O recorte operado nesta exposição permitiu-nos observar que, na transição da primeira para a segunda metade do século XX, a participação do latim e da cultura antiga, em geral, não era de todo inócua no Brasil. Em que pese à gradativa eliminação da disciplina de língua latina na formação dos alunos dos cursos ginasial e clássico – a partir dos anos 50, sobretudo –, esforços como os de Paulo Rónai, que pôs a própria cultura a serviço do magistério e da publicação de obras divulgadoras do latim, propiciaram o contato de gerações de educandos com o universo da Roma Antiga.

Esperamos ter demonstrado que essa releitura não ocorreu de forma mecânica, mas sim com o pleno emprego de liberdade e de uma razoável dose de criatividade. Dessa maneira, os modos pelos quais o extensivo relato de Eutrópio foi refigurado e/ou adaptado pelo mestre moderno revelam, sob a ótica elucidadora da Teoria da Recepção, que os autores clássicos não permanecem estanques quanto à letra e ao significado de suas contribuições, mas antes passam por um contínuo processo de reinterpretação ativa pelos pósteros. Longe de significar sua morte ou “deturpação”, semelhante processo atribui aos clássicos a possibilidade de renovar-se e sobreviver na cultura humana.

Referências bibliográficas

BLECKMANN, Bruno; GROSS, Jonathan. “Einleitung”. In: EUTROPIUS. **Breuiarium ab Vrbe condita**. Ediert, übersetzt und kommentiert von Bruno Bleckmann und Jonathan Gross. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2018, p. 3-42.

CAIO SUETÔNIO TRANQUILLO. **A vida dos doze Césares: a vida pública e privada dos**

⁴⁵ RÓNAI, 2007, p. 5: “Estou cada vez mais convencido de que o manual de latim destinado a uma série ginasial deve ser o mais reduzido possível no que diz respeito às leituras e às regras de gramática, e ao mesmo tempo ter abundância de explicações e exercícios. Só assim a matéria poderá ser dada integralmente dentro do ano letivo, isto é, dentro das 50 ou 60 horas a que ele praticamente se reduz entre nós”.

maiores imperadores de Roma. Tradução de Sady-Garibaldi. São Paulo: Prestígio, 2002.

ESQUEDA, Marileide. **O tradutor Paulo Rónai: o desejo da tradução e do traduzir.** 2004. 213 f. Tese (Doutorado em Linguística Aplicada) – Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2004.

EUTROPIUS. **Breuiarium ab Vrbe condita.** Ediert, übersetzt und kommentiert von Bruno Bleckmann und Jonathan Gross. Paderborn: Ferdinand Schöningh, 2018.

HARDWICK, Lorna. **Reception studies.** Oxford: Oxford University Press, 2003.

HORACE. **The epistles.** Translated by David Ferry. New York: Farrar, Straus and Giroux, 2020.

MARTINS, Ana Cecília Impellizieri; SPIRY, Zsuzsanna (org.). **Rosa & Rónai: o universo de Guimarães Rosa por Paulo Rónai, seu maior decifrador.** São Paulo: Editora Bazar do Tempo, 2020.

MASTERS, Kristin. “Introduction”. In: EUTROPIUS. **Breuiarium ab urbe condita.** Carlisle, Pennsylvania: Dickinson College Commentaries, 2023. Disponível em: <https://dcc.dickinson.edu/eutropius/intro/introduction>. Acesso em: 04/06/2026.

PALMER, Leonard Robert. **The Latin language.** Norman: University of Oklahoma Press, 1988.

PAULO RÓNAI: faz 50 anos que o tradutor e ensaísta chegou ao Brasil. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 27 abr. 1991. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/especial/mais/historia/270491b.htm>. Acesso em: 01/06/2026.

PORTINHO, Waldívia Marchiori; DUTRA, Waltensir. “Paulo Rónai, tradutor e mestre de tradutores”. **TradTerm**, São Paulo, vol. 1, p. 21-30, 1994.

RASO, Ana Paula M.; GUERINI, Andreia. “Paulo Rónai”. In: **Dicionário de tradutores literários do Brasil.** Florianópolis: Universidade Federal de Santa Catarina, 2016. Disponível em: <https://dicionariodetradutores.ufsc.br/pt/PauloRonai.htm>. Acesso em: 01/06/2026.

RÓNAI, Paulo. **Gradus primus.** São Paulo: Cultrix, 2007.

RÓNAI, Paulo. **Gradus quartus.** Rio de Janeiro: F. Briguiet & Cia., 1955.

RÓNAI, Paulo. **Gradus secundus.** São Paulo: Cultrix, 2007.

RÓNAI, Paulo. **Gradus tertius.** Cascavel: Cântico, 2024.

RÓNAI, Paulo. “Prefácio para a quarta edição”. In: RÓNAI, Paulo. **Gradus secundus.** São Paulo: Cultrix, 2007 [1954].

RÓNAI, Paulo. “Saldos de balanço”. In: RÓNAI, Paulo. **A tradução vivida.** Rio de Janeiro: José Olympio, 2012, p. 190-193.

SERBAT, Guy. **Les structures du Latin.** Paris: Picard, 1975.

SOBRINHO, José Amarante Santos. “O latim no Brasil na primeira metade do século XX: entre leis, discursos e disputas, uma disciplina em permanência”. **PhaoS**, Campinas, n. 13, p. 39-63, 2013.

VASCONCELLOS, Paulo Sérgio de. “Recepção e intertextualidade: convergências e divergências”. **Nuntius Antiquus**, Belo Horizonte, vol. 18, n. 2, p. 1-47, 2022.

VILELLA, Adauto Lúcio Caetano. **Paulo Rónai e o Mar de histórias: a prática crítico-literária de um intelectual húngaro no exílio**. 2012. 221 f. Tese (Doutorado em Letras) – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Juiz de Fora, 2012.

VIOLA, Leonardo. “Introdução”. In: EUTRÓPIO. **Breviário da história romana**. Tradução e introdução de L. Viola. São Paulo: Madamu, 2025, p. 15-26.

A escravidão no folhetim “*O Comendador*”, de Francisco Pinheiro de Magalhães (Jornal do Commercio, 1856)

Mário Henrique da Silva Castro

Mestre em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

marioh.professor@gmail.com

Resumo: O presente trabalho analisa a representação da escravidão no romance-folhetim *O Comendador* (1856), de Francisco Pinheiro de Magalhães, publicado no Jornal do Commercio, no contexto da expansão da imprensa e da popularização do romance no Brasil oitocentista. A análise concentra-se na construção da instituição escravista por meio da caracterização da fazenda do Comendador Gonçalves Amarante. Observa-se que a escravidão aparece como elemento da ambientação e da crítica social, integrada às relações de poder da época. O romance evidencia a violência estrutural do sistema, destacando precariedade, desumanização e mortalidade. Argumenta-se que Francisco Pinheiro recorre a uma matriz sentimentalista para construir sua crítica, utilizando cenas de sofrimento como mecanismo de sensibilização do leitor. Além disso, o narrador explicita posição contrária à escravidão, associando-a ao atraso material e à degradação moral da sociedade. Conclui-se que *O Comendador* constitui fonte relevante para compreender a construção de sensibilidades e discursos sobre a escravidão no Brasil do século XIX.

Palavras-chave: Literatura Brasileira; Escravidão; Século XIX.

Introdução

O romance de folhetim, uma modalidade de publicação que emergiu na França no início do século XIX, desenvolveu significativa importância no panorama literário do Brasil Imperial. Publicado em periódicos, o romance de folhetim democratizou o acesso à literatura e promoveu a participação ativa do público leitor na construção da narrativa, expondo as tendências culturais, sociais e políticas da época.

A popularização do gênero no Brasil, a partir da década de 1830, e a difusão da imprensa no país, amplia o público leitor e coloca em pauta questões sociais, culturais e políticas, como o escravismo.

Neste contexto, a obra *O Comendador*, de Francisco Pinheiro de Magalhães, aborda em seus capítulos características comuns aos romances do século XIX, como o heroísmo, a coragem,

amizade e o amor. Para além desses temas, trata também da instituição escravista e suas consequências, por meio da abordagem sentimentalista ligada à escrita abolicionista.

Este artigo pretende analisar as características principais do romance de folhetim, a relevância da obra de Pinheiro de Magalhães na formação de uma mentalidade crítica a cerca da escravidão, e contribuir para o entendimento do romance brasileiro no século XIX.

Partindo da compreensão da literatura como fonte para a análise das sensibilidades e dos debates sociais do século XIX, este estudo busca compreender de que maneira a escravidão é representada no romance *O Comendador* e quais sentidos essa representação produz no interior da narrativa. A partir da análise textual da obra e do diálogo com a bibliografia especializada, procura-se identificar os mecanismos narrativos mobilizados por Francisco Pinheiro de Magalhães para construir sua crítica à instituição escravista.

Romance de folhetim e sua popularização no Brasil no século XIX

O romance folhetim, Le feuilleton é uma forma de narrativa que surgiu na Europa, mais especificamente em Paris no início do século XIX, e teve significativo impacto na produção literária brasileira da época. O gênero caracteriza-se por ser publicado em capítulos por meio de periódicos e se estruturar de forma muito parecida com a crônica, geralmente localizada no rodapé dos jornais, tendo como característica sua periodicidade (Mayer, 1996).

A publicação em folhetim não necessariamente veio a surgir somente em forma de um romance publicado em folhetim, tendo características diversas como a escrita de receita e resenhas de livros, portanto trata-se da lógica de produção em folhetim, não sendo especificamente uma lógica de produção de romances mas um espaço geográfico do jornal — no “pé de página” — destinado a uma variedade de escritas de acordo com o interesse editorial e público. Sobre a definição de romance folhetim, Marlyse Meyer caracteriza como:

Com o tempo, o apelativo abrangente passa a se diferenciar, alguns conteúdos se rotinizam e o espaço do folhetim oferece abrigo semanal a cada espécie: é o “feuilleton dramatique” (crítica de teatro); “littéraire” (resenha de livros); “variétés” e così via (Mayer, 1996 p.58).

Os romances de folhetim são conhecidos por serem publicados em partes ou “folhetins”, por meio de jornais ou revistas, geralmente uma vez por semana. Essas publicações permitiam que os leitores acompanhassem as histórias ao longo de vários meses. O formato serializado não

apenas tornava a literatura acessível para um público mais amplo — por ser mais barato para o público a compra dos números avulsos do jornal do que do livro acabado, um objeto caro, ainda mais no Brasil oitocentista⁴⁶ —, como também permitia a participação ativa dos leitores na construção das narrativas. Tanto no Brasil quanto na França, o romance após sua publicação em jornais eram comumente adaptados e reeditados para a sua publicação em livros sendo distribuídas geralmente em capítulos.

As histórias frequentemente optam por um estilo mais leve e envolvente para atrair a atenção de um público amplo e variado, em literatura especializada ou não. Os escritores de romances populares enfrentavam o desafio de manter os leitores interessados ao longo dos capítulos, criando tramas cheias de reviravoltas e suspense com elementos melodramáticos. Essa abordagem refletia a busca por entretenimento que estava em sintonia com as tendências culturais do século XIX.

O Romance de Folhetim ganhou notoriedade e popularidade no Brasil a partir dos anos de 1830, essa popularidade pode ser associada principalmente ao crescimento da imprensa no país e o crescimento da alfabetização, ampliando o público leitor, e por consequência a difusão dos romances através dos jornais.

A veiculação do Romance de Folhetim no Brasil do século XIX teve importante valor literário. Além disso, o gênero teve papel fundamental na formação de opinião pública da época, por tratar em suas histórias questões morais, sociais, culturais e políticas que, através de seu formato em periódicos, dispunha de uma maior proximidade com o público leitor, justificada pela acessibilidade das obras a diferentes pessoas e de condições econômicas distintas.

⁴⁶ Por meio das pesquisas realizadas acerca das publicações de folhetins no Jornal do Commercio e da dissertação *De social à socialista: Publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)*, defendida por Mateus Ribeiro de Sant'Ana na Universidade Federal de Uberlândia em 2022, foi possível identificar que a circulação dos romances em formato de folhetim nos periódicos constituía uma alternativa mais acessível economicamente do que a aquisição das obras em volumes encadernados. Embora a pesquisa não apresente valores monetários exatos em réis que permitam estabelecer uma comparação quantitativa precisa entre os custos do jornal e do livro, a documentação analisada demonstra que a publicação fragmentada das narrativas nos periódicos ampliava significativamente o acesso à leitura, permitindo ao público acompanhar os romances por meio da compra cotidiana ou assinatura do jornal. Em contrapartida, as edições em livro eram comercializadas posteriormente pelas tipografias e livrarias, inclusive em versões “baratas” e “de luxo”, indicando a existência de diferentes faixas de consumo. Dessa forma, a própria lógica editorial e comercial evidenciada nas fontes e na bibliografia especializada aponta que o romance-folhetim representava uma modalidade de leitura mais popular e menos onerosa do que a compra da obra completa em volume.

SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. *De social à socialista: publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022, p. 51.

Enredo de *O Comendador*, de Francisco Magalhães

O folhetim *O Comendador* de Francisco Pinheiro de Magalhães foi um romance publicado no Jornal do Comércio no Rio de Janeiro, entre 29 de Abril e 29 a 28 de maio do ano de 1856.

“*O Comendador*” narra a história de Alfredo de Aguiar, um jovem rapaz que acaba por se envolver em eventos dramáticos e emocionantes. A história se inicia em um luxuoso baile na cidade do Rio de Janeiro, em meados de 1840⁴⁷, na casa do Sr. Silveira, onde a elite carioca se reúne em celebração ao oitavário do casamento da filha do anfitrião.

A trama se desenvolve em uma dinâmica inicialmente de alegria e descontração, que, ao longo da narrativa, se desvia para conflitos mais intensos, demonstrando frequentemente a bravura de Alfredo para com seus amigos e familiares. O antagonista deste romance é Gonçalves Amarante, o Comendador, um homem influente que deseja matar Alfredo por vingança e poder. Gonçalves é descrito como uma figura opressora e cruel, que busca eliminar todos que considera inimigos ou desafiam sua autoridade. O Comendador vê Alfredo não só como um rival, mas como um obstáculo ao exercício de dominação, frustrando seus planos e desafiando seu poder sobre os demais personagens da trama.

O romance *O Comendador*, de Francisco Pinheiro de Magalhães, percorre por temas como coragem, honra, e as complexidades sociais na sociedade da época, além de apresentar um retrato da vida urbana no Rio de Janeiro do século XIX. Ao longo do romance, os personagens se deparam com dilemas morais que colocam à prova seus princípios de lealdade, fidelidade e amor, resultando em uma história repleta de romance, aventura e drama.

A representação do escravizado na ótica do comendador Gonçalves Amarante

No romance, o comendador Gonçalves Amarante, antagonista da história, é retratado como um senhor de escravos, possuindo em torno de quinhentos escravos que trabalhavam na produção e colheita de vinte mil arrobas de café. Todos estes escravizados se dedicavam somente

⁴⁷ O ano não é especificado na história, apenas é descrito que o romance se passa na década 1840.

a este serviço e nada além disso. Por consequente, a fazenda do comendador não possuía nenhuma outra cultura se não a de café.

A primeira representação da figura do escravizado, exposta com melhor descrição, nos é apresentada no capítulo XII do romance. Quando o narrador nos apresenta a fazenda de Gonçalves Amarante, o comendador, descreve não só a ambientação, bem como a rotina e o trato com os escravizados na fazenda, que por sua vez é pautada por grande crueldade. Inicialmente é exposto a visão de dualidade entre senhor e escravizado, homem branco e homem negro, intelecto e força física, presente no seguinte trecho:

No interior delas, ao longo das paredes, corriam as tarimbas, sobre as quais dormia toda essa escravatura sem travesseiro e sem a menor coberta, tanto de inverno como de verão. Entre aquelas tarimbas mediava um espaço de terra mal batida, sobre a qual amontoavam-se cascas de frutas silvestres, matérias orgânicas em putrefação, o que dava a esse lugar antes o aspecto de um chiqueiro de porcos, do que de uma habitação humana. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

Outro trecho que reforça a visão desumanizante de Gonçalves para com os escravizados é notada no seguinte fragmento retirado do capítulo VI do romance, partícula onde o narrador expõe um pouco da trajetória e moralidade do comendador:

O Sr. Comendador Gonçalves de Amarante era Mineiro e filho de pais pobres; começara por tropeiro, passou depois a negociante de burros, no que, à força de barganhas e de criminosas espertezas, ganhou algum dinheiro; dotado de ambição, deixou essa profissão, por conta de outrem, a princípio, e depois pela sua, a levar escravos à serra acima, para vendê-los ali. Muitas vezes, à força de maus tratos, arruinou alguma de suas mercadorias; mas era tão sagaz, que, apesar disso, soube arranjar uma boa fortuna neste infame negócio. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap VI).

Neste trecho, além da construção de um caráter cruel, ambicioso e moralmente duvidoso associado à figura do comendador Gonçalves de Amarante, percebe-se também uma certa inclinação crítica do narrador em relação ao escravismo. Ao caracterizar o tráfico de escravizados como um “infame negócio”, o texto ultrapassa a simples descrição da trajetória econômica do personagem e introduz um juízo moral negativo acerca dessa prática. A fortuna do comendador aparece, portanto, vinculada não apenas à exploração comercial, mas também à violência e aos “maus tratos” impostos aos escravizados, reforçando uma representação degradante dessa atividade. Tal perspectiva sugere uma sensibilidade crítica em relação à escravidão, aspecto que será discutido de maneira mais aprofundada no próximo subcapítulo.

O sentimentalismo abolicionista no romance *O Comendador*, de Francisco Pinheiro

Os personagens e a figura de pessoas escravizadas nos romances do século XIX eram frequentemente construídos por meio de tipificações literárias. Entre as mais recorrentes encontra-se a do escravo nobre, caracterizado pela superação moral de sua condição através da submissão e da virtude, como ocorre em *A Escrava Isaura*⁴⁸. Outra tipificação recorrente é a do escravizado infantilizado, representado como completamente dependente e subalterno à autoridade senhorial, aspecto observável em *O Demônio Familiar*⁴⁹. Também aparece com frequência a figura do escravo vingativo, que busca retaliar os sofrimentos do cativo através da violência ou da destruição moral de seus senhores, como em *As Vítimas-Algozes*⁵⁰. Soma-se ainda a tipificação do negro erotizado, associada à promiscuidade e à sexualização dos corpos negros, perceptível em narrativas como o conto “Pai Raiol, o feitiçeiro”, inserido na própria obra de Macedo (Monteiro, 2018).

Essas representações funcionavam não apenas como elementos narrativos, mas também como instrumentos de construção simbólica acerca da escravidão e das populações negras no imaginário oitocentista. Nesse sentido, a literatura produzia imagens capazes de orientar moralmente o leitor, mobilizando sentimentos específicos diante das personagens escravizadas. Em muitos casos, tais representações recorriam ao sentimentalismo como estratégia narrativa, especialmente por meio da exposição do sofrimento físico e emocional dos sujeitos submetidos ao cativo.

No romance *O Comendador*, entretanto, os sujeitos escravizados não ocupam posição central no desenvolvimento da narrativa. Diferentemente de romances abolicionistas nos quais a personagem escravizada conduz o enredo, em *O Comendador* os escravizados aparecem majoritariamente como parte da ambientação social que estrutura a trajetória do antagonista. Ainda assim, Francisco Pinheiro mobiliza determinadas convenções do sentimentalismo ao apresentar cenas de sofrimento vinculadas à escravidão, utilizando a figura do negro sofredor como mecanismo de construção moral da narrativa. O sofrimento dos escravizados atua

⁴⁸ GUIMARÃES, Bernardo. *A escrava Isaura*. São Paulo: Martin Claret, 2012.

⁴⁹ ALENCAR, José de. *O demônio familiar*. São Paulo: Martin Claret, 2002.

⁵⁰ MACEDO, Joaquim Manuel de. *As vítimas-algozes: quadros da escravidão*. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.

simultaneamente em duas frentes: evidencia a crueldade moral do comendador Gonçalves de Amarante e desperta no leitor sentimentos de compaixão e indignação.

Essa estratégia aproxima-se daquilo que Brycchan Carey⁵¹ definiu como “retórica da sensibilidade”(Carey, 2000). Em seu estudo sobre os discursos antiescravistas britânicos dos séculos XVIII e XIX, Carey argumenta que escritores e publicistas recorreram frequentemente a descrições intensificadas do sofrimento humano com o objetivo de persuadir emocionalmente o público leitor. Segundo o autor, a retórica sentimental buscava convencer os leitores de que determinados indivíduos estavam submetidos a dores e injustiças intoleráveis, mobilizando assim sentimentos de simpatia, piedade e identificação emocional(Carey, 2005).

De acordo com Carey, a chamada “retórica da sensibilidade”(Carey, 2000) estruturava-se justamente na capacidade de produzir comoção através da descrição de cenas de dor, violência e vulnerabilidade, deslocando o debate da esfera puramente racional para o campo da emoção e da empatia. A exposição do sofrimento físico dos escravizados, dos castigos corporais, das humilhações e das separações familiares tinha como finalidade provocar no leitor uma reação afetiva diante da escravidão. Tal perspectiva também aparece em estudos sobre o discurso abolicionista, os quais demonstram que a literatura e a imprensa frequentemente utilizaram narrativas sentimentalizadas para sensibilizar o público quanto às mazelas do cativo(Carey, 2005).

Nesse sentido, embora *O Comendador* não possa ser compreendido como um romance abolicionista propriamente dito, Francisco Pinheiro utiliza mecanismos narrativos semelhantes ao representar os sofrimentos ligados ao universo escravista. As passagens que descrevem maus-tratos, violência e degradação dos escravizados cumprem importante função moral dentro da narrativa: ao mesmo tempo em que reforçam a imagem cruel e corrupta do antagonista, também produzem um efeito de sensibilização do leitor diante das consequências humanas da escravidão. O sofrimento do escravizado, portanto, transforma-se em elemento de persuasão emocional, articulando compaixão, repulsa moral e dramaticidade narrativa dentro da construção folhetinesca do romance.

A modalidade sentimentalista está fortemente presente no capítulo XII do romance, o mesmo que nos apresenta a fazenda do comendador Gonçalves Amarante e seu trato com os

⁵¹ CAREY, Brycchan. *British abolitionism and the rethoric of sensibility. Writing, Sentiment and Slavery, 1760-1807*. New York: Palgrave Mac Millan, 2005.

escravizados. Francisco Pinheiro descreve a rotina e estadia dos escravizados de modo a ilustrar um quadro de sofrimento, dor, choro, encarceramento e morte de um povo subjugado.

A alimentação a que estavam sujeitos os escravos constava unicamente de feijão cozido sem gordura, e de angu de farinha de milho. Isto era invariavelmente o mesmo em todos os dias do ano. Quanto à roupa, apenas recebiam por tamina de seis em seis meses, os escravos uma ceroula e uma camisa de algodão grosso de Minas, e as escravas uma saia e camisa do mesmo. Tudo isso reunido concorria para que a mortandade fosse horrorosa, não só nos adultos como nas crianças. Com efeito, apesar de ter tido sempre mais de duzentos escravos, Comendador nunca pôde ver vingar uma cria sua. Ele atribuía isto a feitiços, entretanto que a verdadeira razão era bem clara. Além das causas que acabamos de apontar, causas as mais próprias para debilitarem a organização a mais robusta, a escrava que acabava de ter um filho ia logo, ao cabo de três ou quatro dias, quando muito, para o serviço da enxada, e, debaixo do azorrague de desalmados feitores, trabalhava desde antes de amanhecer até depois do sol posto. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

Francisco pinheiro também usa da figura materna para acentuar o tom sentimentalista, expondo as condições em que as escravas mães passavam no cativela na fazenda do comendador, intensificando o apelo emocional e ao contrário da visão do comendador, evidencia o caráter da figura humana presente nos escravizados.

Elas nem sempre tinham a felicidade de encontrar nos monturos alguns farrapos de panos, que emendando uns aos outros, durante as poucas horas de seu descanso, formassem com eles uma coberta para nela envolverem as míseras criancinhas, que de ordinário ficavam nuas e expostas a todas as intempéries, e assim se criavam até morrerem. Além disso, era somente quando vinham para as suas infectas senzalas que essas mães, quase sempre transformadas em espectros animados, e exaustas por um trabalho além de humanas forças, entregavam aos sequiosos filhinhos seus seios murchos, mirrados, que apenas davam algumas gostas de um leite aquoso, que era antes um veneno do que um alimento. Debalde a pobre criancinha, chorando de fome, os apertava com lábios sôfregos; debalde a pobre mãe, misturando com as dele as suas lágrimas, comprimia os peitos com seus descarnados dedos, o leite não corria, e freqüentemente em seu lugar mamava sangue, que o sedento filho com voracidade sorvia. A mãe, então, curtindo agudas dores e desesperada caía junto dele, e no dia seguinte, quando os feitores, ao amanhecer, entravam nas senzalas para correrem para fora a chicote aquelas que se demoravam, encontravam muitas vezes a criancinha segura ainda aos seios maternos; tanto mãe como o filho pareciam dormir a sono solto, sono tão profundo que nem as pancadas daqueles carrascos podiam despertá-los. Ambas tinham morrido, ambas haviam deixado de uma vez essa vida de martírio a que outras menos ditosas ficavam ainda sujeitas. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

O que evidencia o caráter antiescravista ou até mesmo abolicionista de Francisco Pinheiro encontra-se em um trecho ainda no capítulo XIX, onde o autor transita de narrador do romance e comenta sua opinião acerca do escravismo, cunhada sobre preceitos cristãos e morais

Como cristão, como homem, como Brasileiro, daqui bradamos-lhe: coragem, arrisca alguma coisa para ganhar muito e muito, acabai com a maldita escravatura, que como a cárie nos corrói os membros, nos desmoraliza, nos amesquinha e rebaixa perante o mundo civilizado, nos enfraquece e mesmo nos empobrece, apesar de suas enganosas aparências em contrário, pois se opõe não só ao progresso moral, mas também ao material. Muito se fez acabando com o tráfico, que ameaçava afogar-nos debaixo de uma onda negra; mas isto ainda não basta; acabai, ainda vos repetimos, com a escravatura; povoai de colonos as vossas grandes fazendas, e em breve sereis ricos, a humanidade folgará, e o Brasil será uma poderosa, moralizada e respeitada nação. (PINHEIRO, Francisco, p1, cap XII).

Por fim, ao encerrar o capítulo, Francisco Pinheiro destaca que os personagens inseridos naquele ambiente já se encontravam habituados às atrocidades e ao sofrimento cotidiano produzidos pela escravidão, tratando aquelas cenas de violência como parte natural da realidade da fazenda. Entretanto, o narrador demonstra preocupação com o impacto que tais descrições poderiam causar no público leitor, reconhecendo o caráter perturbador, doloroso e até chocante do quadro apresentado. Ao comentar que os leitores poderiam sentir incômodo diante das cenas narradas, Francisco Pinheiro estabelece uma aproximação direta com seu público, rompendo momentaneamente com a narrativa para chamar atenção à brutalidade da instituição escravista.

Dessa maneira, ao encerrar juntamente com o capítulo a descrição dos sofrimentos vivenciados pelos escravizados, o autor reforça o tom sentimentalista da obra e evidencia a intenção de sensibilizar moralmente seus leitores. O desconforto provocado pelas cenas de dor, morte e degradação humana funciona, portanto, como parte importante da construção narrativa do romance, buscando despertar sentimentos de compaixão, indignação e reflexão diante das mazelas do cativeiro e da naturalização da violência escravista na sociedade oitocentista.

Considerações Finais

A análise do romance de folhetim *O Comendador* evidencia a complexidade e a relevância dessa modalidade de publicação no contexto brasileiro do século XIX. Inserido no ambiente de expansão da imprensa e de ampliação do público leitor, o folhetim constituiu não apenas uma forma de entretenimento popular, mas também um espaço de circulação de debates morais, sociais e políticos. Nesse sentido, a publicação seriada em periódicos permitiu que temas ligados à escravidão alcançassem um público mais amplo, integrando-se às discussões que atravessavam a sociedade imperial oitocentista.

Ao longo da narrativa, Francisco Pinheiro de Magalhães utiliza a instituição escravista não apenas como elemento de ambientação, mas como componente central da construção moral do antagonista Gonçalves Amarante e da crítica social presente na obra. As descrições das senzalas, das condições de trabalho, da alimentação precária, da violência cotidiana e da mortalidade dos escravizados revelam um quadro de profunda degradação humana, expondo as contradições e brutalidades do sistema escravista. A escravidão aparece, portanto, associada à violência, à desumanização e ao atraso moral da sociedade brasileira.

Nesse processo, o autor recorre de maneira significativa a elementos do sentimentalismo oitocentista. A construção de cenas marcadas pelo sofrimento físico e emocional dos escravizados — sobretudo das mães e crianças submetidas ao cativeiro — opera como mecanismo de sensibilização do leitor. Ao enfatizar lágrimas, fome, morte, dor e separação familiar, Francisco Pinheiro aproxima-se daquilo que Brycchan Carey definiu como “retórica da sensibilidade” (Carey, 2000), estratégia narrativa que buscava mobilizar sentimentos de compaixão, empatia e indignação diante das injustiças da escravidão. Desse modo, o sofrimento do escravizado não atua apenas como elemento dramático, mas também como instrumento de persuasão moral e crítica social.

Além disso, a obra apresenta momentos em que o narrador explicita posicionamentos críticos em relação à escravidão, associando-a não somente à degradação moral, mas também ao atraso material e econômico do país. Ao defender o fim da escravidão e a substituição do trabalho escravo pelo trabalho livre, o romance demonstra como a questão escravista já se encontrava inserida nos debates intelectuais e políticos que atravessavam o Brasil em meados do século XIX. Ainda que *O Comendador* não possa ser classificado propriamente como um romance abolicionista, a obra evidencia sensibilidades críticas que dialogam com o crescimento das discussões antiescravistas no período.

Dessa forma, conclui-se que o romance de Francisco Pinheiro de Magalhães constitui uma fonte relevante para a compreensão das formas pelas quais a literatura em folhetim participou da construção de imaginários, sensibilidades e discursos acerca da escravidão no Brasil oitocentista. Ao articular melodrama, sentimentalismo e crítica social, *O Comendador* demonstra como a ficção publicada nos jornais podia atuar simultaneamente como entretenimento popular e espaço de reflexão sobre os problemas morais e sociais do Império brasileiro.

Referências bibliográficas

- ACEITUNO, Yolanda Caballero. **Anti-slavery and sentimentalism in Aphra Behn's Oroonoko**. The Grove: working papers on English studies, Jaén, n. 13, 2006.
- CAREY, Brycchan. **British abolitionism and the rethoric of sensibility. Writing, Sentiment and Slavery, 1760-1807**. New York: Palgrave Mac Millan, 2005.
- CAREY, Brycchan Anthony Oliver. **The Rhetoric of Sensibility: Argument, Sentiment, and Slavery in the Late Eighteenth Century**. 2000. 1 v. Tese (Doutorado em Filosofia) – Queen Mary and Westfield College, University of London, Londres, 2000.
- CHARTIER, Roger. *À beira da falésia: a história entre certezas e inquietudes*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 2002.
- DARNTON, Robert. **A questão dos livros**. Tradução por Daniel Pellizzari. São Paulo: Cia. das Letras, 2010.
- JORNAL DO COMMERCIO**. Rio de Janeiro, 29 abr. 1856.
- MEYER, Marlyse. **Folhetim: uma história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- MONTEIRO, Francisco César Manhães. **A figura do negro escravizado no romance brasileiro**. Universidade Federal do Rio de Janeiro Disponível em: https://www.16snhct.sbhct.org.br/resources/anais/8/1545143398_ARQUIVO_ArtigoFranciscoManhaes-rev.pdf. Acesso em: 15 de agosto de 2024
- SANT'ANA, Mateus Ribeiro de. *De social à socialista: publicação e recepção do romance Os Mistérios de Paris, de Eugène Sue, na imprensa fluminense (1844-1857)*. 2022. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022, p. 51.
- SAYERS, R. S. **O negro na literatura brasileira**. Rio de Janeiro: Edições o Cruzeiro, 1958.
- SILVA, Keicy Salustiano da. **Nos rastros da persuasão: a retórica da simpatia e da inferiorização racial na escrita do abolicionista Joaquim Nabuco**. In: SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 31., 2021, Rio de Janeiro. **Anais [...]**. São Paulo: ANPUH-Brasil, 2021.
- SOUSA, Caroline Passarini Sousa. *Abolicionismo e gênero: mulheres escravizadas e políticas de abolição gradual nos séculos XVIII e XIX*. In: 32º Simpósio Nacional de História – ANPUH Nacional, São Luís. *Democracia e direitos humanos: desafios para uma história profissional*. São Luís: Associação Nacional de História, 2023. p. 1-20.

Dilma e Temer: motivações presentes na formação de coligações partidárias

Rafael Gomes Saad

Mestre em História

Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ)

Rafaelsaad633@gmail.com

Resumo: Este trabalho tem como propósito apresentar o tema de pesquisa que o autor pretende desenvolver durante o doutorado. Intitulado provisoriamente de “Dilma Rousseff e Michel Temer: benefícios, contradições e problemas decorrentes das escolhas tomadas no processo de formação das coligações partidárias”, seu objetivo consiste em compreender as motivações e interesses presentes na decisão do Partido dos Trabalhadores (PT) em formar uma chapa eleitoral com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para disputar as eleições presidenciais de 2010 e 2014. Em ambos os pleitos a candidata do PT, Dilma Rousseff, concorreu ao cargo de presidente da República tendo Michel Temer, do PMDB, como candidato a vice. Continuando o debate iniciado durante nossa monografia de conclusão de curso e nossa dissertação de mestrado, desejamos examinar a interação entre presidente e vice em um governo e a ascensão desse vice ao cargo de presidente. Tendo como foco os presidentes Juscelino Kubitschek, Jânio Quadros e o vice eleito conjuntamente com ambos, João Goulart, o objetivo de nosso primeiro trabalho consistiu em descobrir as motivações de um cidadão para eleger, por meio do voto, um candidato a presidente de um partido junto com um candidato a vice-presidente de outro partido, em eleições separadas. Guiado por um interesse semelhante, mas apresentando um objeto diferente, em nosso segundo trabalho analisamos os interesses do Congresso Constituinte de 1891 em eleger, através de pleitos separados, o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto como os primeiros governantes da República. Ainda que ambos fossem militares, eles não estavam na mesma chapa eleitoral e não representavam os mesmos projetos e grupos. Guiado pela percepção de que os vice-presidentes são frequentemente vistos como sujeitos coadjuvantes na arena política, mas que, ao assumirem a chefia da Nação, por vezes demonstram uma orientação ideológica e uma linha de ação bem distinta da de seu antecessor, é que desejamos realizar nossa pesquisa de doutorado. Se a historiografia é bastante cuidadosa para discutir governos e realizações políticas, ainda existem lacunas a serem preenchidas no que se refere a importância dos vice-presidentes e aos interesses e motivações presentes na formação de coligações eleitorais. Na República brasileira, em que por diversas ocasiões e razões, os vice-presidentes ascenderam à Chefia do Executivo Nacional, nosso tema torna-se ainda mais relevante.

Palavras-chave: Dilma Rousseff; Michel Temer; coligações partidárias.

Introdução

Proclamada em 15 de novembro de 1889, a República brasileira detém uma trajetória de mais de 130 anos. Ao longo de sua história esse regime político, que substituiu a Monarquia,

passou por diversas fases no que se refere a democratização. Paulatinamente, em meio a um processo que envolveu avanços, estagnações e retrocessos no decorrer de décadas, diversos grupos – como mulheres e analfabetos – conseguiram conquistar o direito de voto, inserindo-se então no processo eleitoral. Desde a Constituição de 1988, o alistamento eleitoral e o direito ao voto passaram a englobar todos os brasileiros maiores de 18 anos (BRASIL, 1988).

Se as eleições em todos os níveis – municipal, estadual e federal – são importantes para ditar os rumos da política nacional e o destino dos brasileiros, é inegável que a eleição presidencial possui uma relevância maior. Chefe de Estado e de Governo, o presidente da República detém poderes e atribuições capazes de afetar positiva ou negativamente a vida de milhões de brasileiros. Se, em razão disso, o presidente da República e/ou os postulantes a esse cargo são figuras conhecidas e debatidas, o mesmo não pode ser dito sobre o vice-presidente.

Pouco debatido ou até mesmo invisibilizado, o vice-presidente está longe de ser um mero coadjuvante na arena política. Ainda que seja o substituto do Chefe do poder Executivo, o vice-presidente não necessariamente partilha da mesma ideologia ou segue o mesmo plano de governo do titular do cargo. Esse embaraço torna-se ainda mais agudo quando se constata que, na República brasileira, por diversas ocasiões e razões, os vice-presidentes assumiram a chefia da Nação e tocaram uma política distinta da de seu antecessor. Em razão dessa recorrência, desejamos debater não apenas a importância dos vice-presidentes, mas também o modo pelo qual foram escolhidos para a suplência da Presidência da República.

Para cumprir com os objetivos propostos, nosso trabalho está dividido em três seções. Em cada uma delas apresentamos governos em que o vice-presidente ascendeu ao comando do poder Executivo. Tendo como base o fato de que João Goulart foi escolhido como vice-presidente de Juscelino Kubitscheck, eleito em 1955, e de Jânio Quadros, eleito em 1960, na primeira seção realizamos algumas reflexões sobre a importância do voto e suas motivações. Na segunda seção nosso foco esteve em investigar o governo composto pelo marechal Deodoro da Fonseca e pelo Marechal Floriano Peixoto, escolhidos, respectivamente, como presidente e vice-presidente da República em 1891. Na última seção apresentamos nossas reflexões iniciais sobre o tema de pesquisa que pretendemos desenvolver durante o curso de doutorado, ou seja, o governo, eleito em 2010 e 2014, da presidenta Dilma Rousseff e do vice Michel Temer. Ao investigarmos governos inseridos em contextos temporais bastante espaçados entre si,

pretendemos demonstrar como a problemática envolvendo a figura do vice-presidente mantém-se atual e relevante.

Antes, contudo, de adentrarmos propriamente no tema de nosso estudo, vejamos o aporte teórico-metodológico que foi empregue em sua elaboração. No presente escrito utilizamos uma metodologia de trabalho com fontes impressas. Devido ao registro diário/semanal/quinzenal que realizam da vida cotidiana ou de alguma temática específica, os jornais apresentam uma gama de possibilidades para a compreensão do passado. A partir dessa perspectiva não estamos querendo indicar que os jornais são registros fidedignos de “como o passado de fato ocorreu”, e nem os apontar como meros instrumentos de manipulação, interpretações estas que impediriam quaisquer potencialidades do uso dessas fontes. Na verdade, compreendemos os fatos registrados pelos jornais como sendo construções, em que a busca pela objetividade se faz presente de forma relativa e não absoluta (CAPELATO, 1988, p. 20-22).

Conectado a isso, estaria o papel de agente histórico que o jornal exerce. Entendemos o impresso como sendo um agente histórico em virtude do periódico não apenas realizar o registro dos fatos, mas também por buscar atuar na realidade presente (MOREL, 2014, p. 20). Essa atuação pode ser percebida pela presença de projetos, valores e ideias contidas no jornal, que interagem com o contexto no qual ele está inserido visando produzir modificações no cenário político e social (DE LUCA, 2008, p. 133; GUIMARÃES, 2021, p. 8).

Com relação ao quadro teórico, o presente trabalho encontra-se inserido no debate da renovação da História Política, como exposto René Rémond no livro *Por uma História Política*. Dentre os aspectos que caracterizam esse movimento, faz-se necessário mencionar a pluridisciplinaridade. Em outras palavras, a História Política se renovou a partir do contato com outras disciplinas, fator que a permitiu absorver as mais distintas contribuições, tais como: técnicas de pesquisa, vocabulário, conceitos, problemas e interrogações (RÉMOND, 2003, p. 29-30). Essas interfaces foram de suma relevância para um campo interdisciplinar como o da História Política, impossível de ser estudado/tratado de forma isolada.

A Terceira República: as eleições de 1955 e 1960

A construção desta seção teve como base a monografia de conclusão de curso do autor. Elaborada em 2023 e intitulada “A consciência do voto e os vice-presidentes: a importância de saber em quem se vota (1955-1965)”, esse trabalho teve como propósito investigar se o brasileiro tem consciência do voto e ciência sobre em quem está votando. Como forma de examinar essa questão realizamos um estudo de caso sobre João Goulart, eleito vice-presidente do Brasil em 1955 e 1960, objetivando comparar sua pessoa, trajetória, ideologia e crenças com os presidentes que foram eleitos junto com ele. O intuito dessa confrontação era verificar se havia concordância política, ideológica e programática entre os homens escolhidos para compor o poder Executivo em 1955 e 1960. Com base nessa comparação buscávamos também constatar se exista ou não coerência no voto dos brasileiros.

A opção por recuar no tempo para investigar uma questão que ainda se apresenta extremamente atual deve-se ao formato eleitoral distinto dos pleitos mencionados anteriormente. Diferentemente do sistema vigente, em que se elege presidente e vice-presidente de forma conjunta, em 1955 e 1960 estavam previstos pleitos separados para escolha dos candidatos a compor o poder Executivo (BRASIL, 1946). A existência de escrutínios específicos para esses dois cargos possibilitava que o eleitor escolhesse como presidente e vice-presidente dois indivíduos de partidos distintos e que não estavam coligados. Foi exatamente isso que ocorreu em 1960 com a eleição de Jânio Quadros, do Partido Trabalhista Nacional (PTN), e João Goulart, do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) (GOMES; FERREIRA, 2018, p. 272). Uma outra peculiaridade desse antigo sistema eleitoral era a possibilidade do candidato a vice-presidente receber mais votos que o postulante ao cargo de presidente. Isso ocorreu em 1955, quando João Goulart obteve aproximadamente 513 mil votos a mais que Juscelino Kubitschek (BANDEIRA, 2010, p. 139).

Essas duas singularidades relacionam-se com o porquê escolhemos nos basear nas eleições de 1955 e 1960 para investigar se o brasileiro tem consciência do voto e ciência sobre em quem está votando. Em outras palavras, se havia escrutínios separados para a escolher o presidente e o vice-presidente da República, o que levava um cidadão a eleger, por meio do voto, candidatos de partidos diferentes e não coligados para esses respectivos cargos? Esses indivíduos apresentavam aproximações que permitiam o diálogo e a execução de um projeto político comum ou suas diferenças eram inconciliáveis? Vejamos a seguir as reflexões produzidas para responder esses questionamentos.

No que se refere a dúvida sobre se o brasileiro tem consciência do voto, nossa resposta seria que sim. O direito de voto sempre foi algo almejado e motivo de luta para os grupos que não o tinham, como as mulheres e os analfabetos. Das eleições para o Executivo e Legislativo federal em 1945 até as eleições para governador, senador e deputado federal em 1962, o percentual de votantes aumentou de 13,4% para 20% da população total (NICOLAU, 2002, p. 25). Esse incremento representava um forte indício de como os brasileiros entendiam a participação nas eleições como algo benéfico e buscavam se fazer presente na vida política do país por meio da escolha de seus representantes.

No que se refere ao questionamento sobre se o brasileiro tem ciência a cerca de quem é o sujeito no qual ele está votando, nossa resposta também é positiva. A eleição de João Goulart em 1960, que não estava coligado formalmente com Jânio Quadros, não pode ser entendida como algo fortuito. Se o candidato do PTN, com suas propostas de promover uma melhor eficiência administrativa e combater a corrupção (QUELER, 2019, p. 398), conseguiu obter o apoio da população, João Goulart, a partir da defesa do programa das reformas de base (BANDEIRA, 2019, p. 144-146), também teve êxito nesse processo. O fato de ambos terem sido eleitos em 1960 era um forte indicativo de que suas proposições conseguiram se conectar com os desejos da população. No caso específico de João Goulart, que estava se reelegendo, sua vitória era um indício de que seus projetos e sua figura detinham maior respaldo junto a população do que as propostas e o personagem Milton Campos, candidato a vice-presidente da chapa de Jânio Quadros.

Antes de encerramos a atual seção, faz-se necessário realizarmos um breve comentário como forma de completar nossas reflexões. Como argumentamos, o brasileiro tem consciência da importância do ato de votar e do que ele representa, bem como ele sabe em quem está votando. No entanto, tendo isto em vista, poder-se-ia indagar se o voto do brasileiro é racional/preciso no que se refere a escolha de candidatos que estão comprometidos com as demandas dos eleitores. Esse raciocínio poderia conduzir ao entendimento de que um voto racional seria o de um trabalhador em candidatos defensores das demandas trabalhistas, de um negro em políticos comprometidos com pautas antirracistas ou de fazendeiros em políticos defensores do latifúndio, por exemplo.

No decorrer de nossa monografia, contudo, pudemos perceber que o voto e suas motivações não funcionam assim. Em outras palavras, não se pode pensar o voto de modo tão

simplista, imaginando que cada grupo e/ou setor socioeconômico da sociedade tenha candidatos e/ou partidos previamente estabelecidos nos quais poderia votar, e que, o que fugisse a isso seria uma prática irracional. Na verdade, o voto deve ser pensando como reflexo das mais variadas influências que um indivíduo sofre ao longo de sua vida, como sua origem, classe, cor, condição socioeconômica e sua categoria de trabalho, por exemplo. Assim, não é possível determinar o que é um voto consciente e o que não é, pois não podemos indicar qual aspecto da vida de um indivíduo atuou de forma mais intensa no momento de escolha de seus candidatos.

Retomando o exemplo citado anteriormente, em 1960 um eleitor poderia ter votado em Jânio Quadros por consentir com sua proposta de combater a corrupção, e também em João Goulart por acreditar que uma maior lisura e eficiência administrativa estaria em consonância com as mudanças nas estruturas brasileiras propostas pelo candidato a vice-presidente. O que desejamos ao evocar esse exemplo não é apontar se esse raciocínio do eleitor é racional ou não, mas sim, demonstrar como os elementos que compõe o voto são mais complexos do que parecem. Para além da plataforma eleitoral, a própria figura de um candidato, seu comportamento, gestos e roupas que o filiam a classe trabalhadora ou as elites do país, são elementos que podem contribuir para ele receber mais ou menos votos. Por fim, acreditamos que com esse comentário sobre a racionalidade do voto e a complexidade que envolve esse ato, conseguimos responder às indagações que motivaram a realização de nossa monografia de conclusão de curso.

A Primeira República: a eleição de 1891

A construção da atual seção teve como base a dissertação de mestrado do autor defendida em março de 2026. Intitulada “Deodoro e Floriano: semelhanças e diferenças no estabelecimento da República”, esse trabalho teve como propósito compreender as motivações e interesses do Congresso Constituinte de 1891 em eleger, através de pleitos separados, o marechal Deodoro da Fonseca e o marechal Floriano Peixoto como os primeiros governantes da República. Ainda que ambos fossem militares, eles não estavam na mesma chapa eleitoral e não representavam os mesmos projetos e grupos. Em razão desses aspectos, acreditávamos que suas vitórias tivessem sido motivadas por causas distintas. Antes, contudo, de expormos as reflexões produzidas para responder o questionamento proposto, faz-se necessário realizarmos uma breve contextualização.

Em 15 de novembro de 1889 a Monarquia brasileira foi derrubada. Enfrentando um período de crise e instabilidade política desde o término da Guerra do Paraguai (1864-1870), o regime político vigente sucumbiu diante de um levante organizado por parcelas do Exército. Liderando essa insurreição estava o marechal Deodoro da Fonseca, uma das figuras mais respeitadas e notórias da caserna à época. Instalada a República, coube a ele o posto de Chefe do Governo Provisório, cargo o qual deveria ocupar até que a Constituição do novo regime fosse promulgada e seus governantes definitivos fossem escolhidos. Esse processo de legalização da República foi concluído em 25 de fevereiro de 1891, data em que o marechal Deodoro foi eleito presidente do Brasil (CARONE, 1983, p. 51-52).

Para ocupar o cargo de vice-presidente, o Congresso Constituinte de 1891 elegeu um outro militar de grande prestígio, o marechal Floriano Peixoto. Tal qual Deodoro, Floriano também lutou na Guerra do Paraguai (SAES, 2005, p. 20-21) e foi um dos principais responsáveis pelo sucesso da conspiração que derrubou a Monarquia (SAES, 2005, 34-35). Se em um primeiro momento pode parecer que os congressistas elegeram dois oficiais semelhantes para formar o 1º governo constitucional da República, faz-se necessário examinar esse fato com maior acuidade. Em que pese tais semelhanças, eles representavam grupos, valores, projetos e interesses distintos. A escolha dos constituintes por Floriano e não por Eduardo Wandenkolk, candidato a vice-presidente que integrava a chapa de Deodoro, significou a formação de um governo composto por dois militares heterogêneos. Em pouco tempo, a opção por Floriano mostrou-se justificada.

Para que fosse possível compreender o resultado dessa eleição indireta, no qual não foi a população, por meio do voto, que escolheu os candidatos que iriam compor o Poder Executivo, mas sim o Congresso Constituinte de 1891, fez-se necessário lançar luz não somente nesse pleito, mas também na vida prévia de ambos os sufragados. Um dos elementos mais importantes da trajetória de Deodoro e Floriano foram as formações distintas com que tiveram contato na Escola Militar da Corte. Enquanto que o primeiro estudou na referida instituição antes da criação da Lei de Promoções do Exército de 1850, o segundo a frequentou após essa reforma.

Criada com o objetivo de impedir que oficiais jovens, e bem relacionados politicamente, obtivessem promoções para os altos escalões do Exército antes do tempo devido, a reforma de 1850 produziu consequências não previstas para a caserna e para o Império. Enquanto que os oficiais que estudaram na Escola Militar da Corte, antes da reforma, obtiveram uma formação

mais obsoleta e tendencialmente apresentavam posições mais aderentes em relação à Monarquia, os que a frequentaram no pós-1850 passaram por uma formação mais moderna e obtiveram uma melhor educação, tendendo a apresentar posições mais progressistas e contestatórias em relação ao governo Imperial (SAES, 2005, p. 22-26).

Escolhidos como os primeiros governantes da República, suas vitórias se deram por motivos diferentes. No caso de Deodoro, que vinha tendo uma relação conflituosa com os constituintes, sua vitória se deu em razão dos rumores de que um golpe militar eclodiria caso ele não fosse eleito presidente da República (CARONE, 1983, p. 50-52). Já Floriano, seu triunfo significou a consagração de um agente que, embora militar, não representava o mesmo projeto defendido por Deodoro e estava afinado com os opositores do mesmo (CARVALHO, 2019, p. 94; FAUSTO, 2015, p. 219; SAES, 2005, p. 131-133). Um dos motivos dessa aliança forjada entre o vice-presidente e os adversários de Deodoro foi a insatisfação de ambos para com a política econômica do Governo Provisório.

Impelida a eleger Deodoro em razão do rumor golpista que rondou os dias prévios ao da realização do pleito presidencial, a oposição congressista avaliou que a eleição de Floriano poderia ser a forma mais efetiva de fazer um contraponto a Deodoro dentro do próprio poder Executivo. Em um momento instável, no qual a República nascente caminhava para se institucionalizar, Floriano Peixoto, pela posição de liderança que também possuía na caserna, era quicá o único agente capaz de se contrapor a Deodoro com certo respaldo do Exército. Isto não quer dizer, no entanto, que todas as ações de Floriano seriam aceitas pela caserna, até porque dentro dessa instituição haviam adeptos e opositores aos dois marechais, mas sim que, por ele ser um militar, seus atos encontrariam uma melhor acolhida dentro do Exército do que se emanassem de um civil.

Ao escolher Deodoro como presidente, o Congresso Constituinte não apenas evitou a eclosão de um golpe, como também aumentou sua possibilidade de agir mais livremente em relação ao pleito subsequente. Ainda que tenham vivido os mesmos acontecimentos e fizessem parte da mesma geração (SIRINELLI, 1996, p. 131-137), Deodoro e Floriano representavam grupos, valores, e interesses distintos. Esses contrastes foram percebidos e apropriados pelos adversários do Chefe do Governo Provisório, constituindo-se no principal motivo para a vitória eleitoral de Floriano em 1891.

A escolha por Floriano, contudo, não significava que ele representava o projeto da oposição congressional, liderada pelo Partido Republicano Paulista (PRP). Na verdade, haviam grandes divergências entre esse militar e os políticos de São Paulo sendo a aliança que realizaram, tanto na Constituinte como durante o Governo de Floriano, puramente tática (CARVALHO, 2019, p. 94; FAUSTO, 2015, p. 219; SAES, 2005, p. 131-133). No entanto, durante o momento de escolha dos primeiros governantes constitucionais da República, Floriano representava a melhor forma da oposição congressional se fazer presente no Executivo e, conseqüentemente, buscar neutralizar as forças de Deodoro.

A segunda redemocratização: as eleições de 2010 e 2014

A construção da presente seção teve como base o embrionário projeto de pesquisa que o autor pretende desenvolver durante o curso de doutorado. Intitulado provisoriamente de “Dilma Rousseff e Michel Temer: benefícios, contradições e problemas decorrentes das escolhas tomadas no processo de formação das coligações partidárias”, seu objetivo consiste em compreender as motivações e interesses presentes na decisão do Partido dos Trabalhadores (PT) em formar uma chapa eleitoral com o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB), para disputar as eleições presidenciais de 2010 e 2014. Em ambos os pleitos a candidata do PT, Dilma Rousseff, concorreu ao cargo de presidente da República tendo Michel Temer, do PMDB, como candidato a vice.

Para que seja possível compreendermos essa decisão do PT, faz-se necessário observarmos não apenas os meses que antecederam os pleitos de 2010 e 2014, mas também os dois mandatos presidenciais de Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010). A importância de analisar o governo que antecedeu a presidência de Dilma deve-se ao fato de que foram nesses anos que a aproximação do PT com o PMDB, que culminou na formação de uma coligação partidária, começou a se desenvolver. Diferentemente de sua sucessora, Lula não contou com a participação do PMDB na aliança eleitoral encabeçada pelo PT para disputar as eleições de 2002 e 2006. Se em 2002 o PMDB se uniu com o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), indicando Rita Camata como candidata a vice-presidente da chapa capitaneada por José Serra (GUILHERME, 2020, p. 220), em 2006 o panorama eleitoral foi mais obscuro. Sem integrar oficialmente as coalizões construídas pelo PT e pelo PSDB, a decisão de apoiar Lula ou Geraldo Alckmin variou em cada

unidade federativa, de acordo com as decisões dos diretórios estaduais do PMDB (TEMER REAGE..., 2006, p. 1) (ATRAÍDOS PELO..., 2006, p. 1).

Se haviam sido rivais no pleito de 2002, no início do ano seguinte alguns quadros do PMDB já estavam compondo as bases do governo Lula. Para que possamos compreender exitosamente como ocorreu essa aproximação entre os dois partidos, faz-se necessário não tratarmos o PMDB como sendo uma agremiação completamente homogênea e coesa. Na verdade, dentro do partido haviam grupos com interesses e objetivos distintos, fator esse que é parte da explicação do porquê a aliança com o PT somente foi cabalmente firmada durante o término do 1º mandato de Lula. Para os fins desse trabalho nos guiaremos pela divisão proposta por André Singer para compreender as posições assumidas pela agremiação, ou seja, “PMDB da Câmara” e “PMDB do Senado” (SINGER, 2018, p. 177- 180).

Enquanto o PMDB da Câmara era liderado por Michel Temer, ex-deputado constituinte, deputado federal desde 1991, até então 2 vezes presidente da Câmara dos deputados e presidente do PMDB desde 2001, o PMDB do Senado era encabeçado por José Sarney, político que já havia ocupado os cargos de governador, deputado, senador e presidente da República. Foi com o grupo de José Sarney que Lula conseguiu construir uma aliança já no primeiro semestre de 2003. Com relação ao PMDB da Câmara, negociações infrutíferas em 2002 e 2003 com PT foram responsáveis pela não adesão da facção liderada por Temer às bases do governo (SINGER, 2018, p. 179-180).

Em 2005, com a explosão do escândalo midiático do mensalão e diante da possibilidade de ter de enfrentar um processo de impeachment, Lula foi impelido a fortalecer sua relação com o PMDB do Senado entregando-lhes novas pastas ministeriais. Se a proteção contra a crise do mensalão custou algumas concessões para o grupo comandado por Sarney, o PMDB da Câmara não foi incluído no acordo. À margem do pacto, Temer não poupou críticas aos senadores José Sarney e Renan Calheiros, articuladores das negociações com Lula, e nem aos quadros do PMDB que aceitavam assumir os cargos oferecidos pelo governo petista (SINGER, 2018, p. 181).

Se o presidente da República conseguiu superar a crise do mensalão sem precisar se aliar com o grupo de Temer, um outro acontecimento, também em 2005, foi fundamental para que Lula decide-se costurar um pacto com o PMDB da Câmara: a vitória acirrada de Aldo Rebelo, do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), nas eleições para a presidência da Câmara dos deputados. Por apenas 15 votos de diferença, 258 contra 243 de José Thomaz Nonô, do Partido da Frente

Liberal (PFL), o candidato do PCdoB foi eleito (SINGER, 2018, p. 178). Realizado em setembro, esse pleito ocorreu no mesmo período em que o escândalo do mensalão já se fazia presente no noticiário brasileiro. Caso o candidato do PFL tivesse sido vitorioso, isto poderia aumentar a instabilidade da presidência petista e até mesmo ocasionar a abertura de um processo de impeachment, atribuição de competência do presidente da Câmara.

O risco que esses dois acontecimentos correlacionados representaram para a permanência de Lula à frente da presidência da República, devem-se vistos como fundamentais para a sua decisão de formular uma aliança com o PMDB da Câmara, objetivando contar com o apoio integral da agremiação no Legislativo e assegurar menores percalços em uma possível 2º mandato (MOTTA, 2025, p. 429; SINGER, 2018, p. 178). Curiosamente, o acordo entre o PT e a facção comandada por Temer prejudicou justamente o fiel da balança que impediu o agravamento da crise do mensalão: o deputado Aldo Rebelo.

Presidente da Câmara federal no biênio 2005-2007, Aldo Rebelo participou das eleições que definiram o novo mandatário dessa casa para os próximos dois anos. No entanto, mesmo tendo cumprido uma função essencial para assegurar a estabilidade do Governo Lula, o candidato do PCdoB não foi apoiado pelo presidente da República reeleito e nem pelo PT. Em acordo promovido com o PMDB da Câmara, pactuou-se que Arlindo Chinaglia seria o candidato do PT e do PMDB nesse pleito e que Temer o sucederia no biênio 2009-2011. Como parte também do acordo firmado entre as duas agremiações, alguns nomes pertencentes à facção comandada por Temer foram agraciados com pastas ministeriais e outros cargos públicos (SINGER, 2018, p. 181-182). Com base nesses movimentos o Chefe do poder Executivo desejava costurar uma sólida aliança com o partido que, durante os dois mandatos presidenciais de Lula, fortaleceu sua bancada na Câmara dos deputados e no Senado Federal. Construído esse acordo, o presidente da República conseguiu concluir seu 2º governo sem maiores percalços (MOTTA, 2025, p. 429).

Com as eleições de 2010 se aproximando, Lula se envolveu intensamente na construção da candidatura que deveria sucedê-lo em seu posto. Embora houvesse acumulado um grande capital eleitoral e político durante os 8 anos em que esteve à frente da Presidência da República, e tenha deixado seu cargo com uma aprovação recorde 87%, a tarefa de eleger um sucessor não eram tão simples (MOTTA, 2025, p. 432). Um dos principais óbices enfrentados consistia no fato de que Lula não possuía um sucessor natural. Possíveis postulantes como o ex-ministro Chefe da Casal Civil, José Dirceu, e o ex-ministro da Fazenda, Antonio Palocci, tiveram seus nomes

envolvidos no caso do mensalão, o que inviabilizou suas candidaturas (MOTTA, 2025, p. 427). Sem um nome consolidado para sucedê-lo, Lula decidiu escolher Dilma Rousseff.

A escolha de Lula era ousada e suscitou alguns questionamentos. Primeiramente, nos 121 anos de vigência do regime republicano até aquele momento, 1889 a 2010, nenhum dos mais de 30 presidentes do Brasil foi uma mulher. Em segundo lugar, por mais que Dilma já houvesse ocupado diversos cargos na máquina pública, inclusive durante o próprio Governo Lula, ela nunca tinha se candidato a nenhum cargo eletivo. Para agravar ainda mais o cenário, Dilma era lida como uma figura de perfil mais técnico do que político, característica que poderia dificultar a campanha eleitoral, em especial no momento de pedir/conquistar o voto da população. O fato dela ter ingressado no PT somente em 2001, não sendo então uma “petista histórica”, foi outro elemento que gerou receio entre algumas lideranças do partido (MOTTA, 2025, p. 432-433).

Para compor a chapa de sua sucessora, o presidente da República atuou para articular uma aliança com o PMDB, de modo que esse partido indicasse o candidato ao posto de vice-presidente (GUILHERME, 2020, p. 217). Por mais que a aproximação entre o PT e o PMDB já estivesse ocorrendo desde 2003, o acordo que Lula buscou realizar em 2010 não era um simples passo adiante na parceria dos dois partidos. Firmada a coalizão eleitoral, o PMDB deixava de ser um mero aliado que facilitava as relações do poder Executivo com o Legislativo, para ser tornar coparticipante na Presidência da República (GUILHERME, 2020, p. 226-227). Isso permitia que, para além da habitual negociação de postos na máquina pública por verbas parlamentares e votos no Congresso (GUILHERME, 2020, p. 217), o PMDB pudesse se interessar por mais, objetivando imprimir parcialmente seus interesses na própria linha política seguida pelo governo.

Se o propósito almejado por Lula ao estimular a coalizão com o PMDB não era obscuro, ou seja, garantir a Dilma uma poderosa base de apoio no Legislativo que lhe conferisse suporte para uma governança sem maiores percalços (MOTTA 2025 p. 433), essa estratégia continha riscos inerentes. Motivado pelos riscos políticos provocados pelo escândalo do mensalão, o plano de erigir uma ampla maioria parlamentar poderia tornar Dilma refém do PMDB. Se gerir os interesses dessa agremiação que detinha forte presença no Legislativo e passaria a ser coparticipante no poder Executivo não seria tarefa fácil para um político experiente, o que não era o caso de Dilma, a missão tornou-se ainda mais árdua quando o PMDB decidiu o nome que indicaria para compor a chapa com o PT: Michel Temer (GUILHERME, 2020, p. 233-234).

Se em outubro de 2009, PT e PMDB selaram um pré-acordo para construírem uma coligação partidária visando a disputa da eleição de 2010, o nome do candidato a vice-presidente somente foi definido posteriormente. Apreensivo com a possibilidade do PMDB indicar um nome de grande envergadura política como suplente de Dilma, Lula buscou imiscuir-se na decisão da agremiação. Em declaração realizada em dezembro do mesmo ano, o governante propôs que o PMDB apresentasse uma lista com três nomes para Dilma, pois, segundo argumentou, o encarregado de escolher o candidato a vice-presidente é quem está encabeçando a coalizão partidária (GUILHERME, 2020, p. 221). Em resposta Henrique Eduardo Alves, líder do PMDB na Câmara e integrante da facção de Temer, afirmou que somente caberia ao seu partido decidir quem seria o indicado para compor a aliança com Dilma. Aproveitando-se do mal-estar gerado pela declaração de Lula, setores do PMDB que eram contrários a formação da chapa com o PT aventaram que uma coalização com o PSDB para disputar as eleições presidenciais de 2010 não estava descartada (GUILHERME, 2020, p. 221).

Em reação a uma possível tentativa do PT de interferir na escolha do candidato a vice-presidente e até mesmo atuar para “vetar” determinados nomes, o PMDB, a partir da polêmica aberta por Lula, iniciou um processo de união e coesão. O centro aglutinador desse movimento, para onde os quadros do partido passaram a orbitar, era o presidente da agremiação: Michel Temer. O objetivo almejado com essa movimentação era fortalecer o nome de Temer e impô-lo ao PT como única opção possível para compor a coligação eleitoral. No entendimento do PMDB, o seu presidente partidário era o único quadro com experiência legislativa suficiente e habilidade política necessária para viabilizar os interesses da agremiação em um possível governo dividido com o PT (GUILHERME, 2020, p. 221-222).

No início de junho de 2010, os temores de Lula se confirmaram. O PMDB, ratificando a indicação que já havia realizado no mês anterior, informou que Temer era o seu escolhido para compor a coalizão partidária com Dilma Rousseff (GUILHERME, 2020, p. 223). A afirmação do pemedebista Geddel Vieira Lima, de que não haveria um possível Governo Dilma, mas sim um Governo Dilma e Temer, foi bastante elucidativa sobre as ambições que seu partido cultivava com relação ao mandato presidencial vindouro (GUILHERME, 2020, p. 224).

Se durante a campanha eleitoral de 2010 Dilma era lida como uma candidata de perfil mais técnico do que político, fator que a permitiu se blindar dos efeitos negativos do escândalo do mensalão e, ao mesmo tempo, se apresentar como uma continuadora das políticas lulistas

(MOTTA, 2025, p. 433), em 2014 o cenário era bem diferente. Após um mandato marcado por tentativas de aprofundar as políticas sociais de seu antecessor, combater a preponderância do rentismo na economia brasileira, fortalecer a industrialização e promover uma limpeza na máquina pública com o objetivo de enfrentar a corrupção e o clientelismo entranhado no estado, ação esta que afetava diretamente o PMDB, o caminho que Dilma teria de percorrer para conquistar sua reeleição não era simples (BASTOS, 2017, p. 3-4; MOTTA, 2025, p. 433; SINGER, 2018, p. 25-27).

Se as jornadas de protestos ocorridas em junho de 2013 contribuíram para abalar fortemente a aprovação da mandatária, cabe destacar que até outubro de 2014, mês em que ocorreu o pleito presidencial, Dilma vinha recuperando paulatinamente a sua popularidade (SINGER, 2018, p. 99). Diante de um cenário incerto, marcado também pelos efeitos negativos do julgamento do caso do mensalão (SINGER, 2018, p. 101), segundo semestre 2012, e o início da Lava-Jato, operação de combate à corrupção que produziu consequências desastrosas para a imagem de diversos quadros do PT (MOTTA, 2025, p. 437), a campanha eleitoral de Dilma apostou em um maior radicalismo para obter a vitória.

A recuperação do passado guerrilheiro de Dilma, que participou da luta armada contra a ditadura militar (1964-1985), para afirmar sua valentia e indicar que não reduziria os direitos da classe trabalhadora “nem que a vaca tussa” (SINGER, 2018, p. 195), foi combinada com fortes críticas aos dois principais candidatos da oposição, Marina Silva do Partido Socialista Brasileiro (PSB) e Aécio Neves do PSDB. A campanha eleitoral da petista associou esses dois opositores com os banqueiros e afirmou que, se eleitos, eles iriam executar um programa econômico prejudicial para os trabalhadores (MOTTA, 2025, p. 437; SINGER, 2018, p. 166).

Se a campanha de Dilma prometia executar um programa econômico antagônico ao de seus adversários, a renovação da aliança com o PMDB e com Temer representava um poderoso freio nessa ambição. Embora a força legislativa da agremiação do vice-presidente fosse essencial para que Dilma pudesse ser bem-sucedida em executar sua plataforma política, esse partido possuía seus próprios interesses. Oscilando entre o centro e a direita do espectro político a depender da conjuntura, o PMDB era uma agremiação altamente fisiológica e representante dos interesses do capital (SINGER, 2018, p. 155-157). Diferentemente do PT que desejava intensificar políticas sociais, aumentar a presença do Estado na economia e fortalecer o protagonismo das empresas públicas, a plataforma do PMDB era voltada para dismantlar

programas sociais, conter gastos públicos e avançar no processo de privatizações (GUILHERME, 2020, p. 223; SINGER, 2012, p. 216-217)

Aliado a isso, a tentativa de Dilma de promover uma limpeza na máquina pública gerou grande insatisfação no PMDB, que perdeu o controle de diversos cargos comissionados (SINGER, 2018, p. 184-189). Em meio a essa crescente insatisfação e diante das incertezas sobre a viabilidade da presidenta conseguir se reeleger, o partido presidido por Temer realizou uma convenção, em junho de 2014, para decidir se deveria renovar ou não a coalizão eleitoral pactuada em 2010. Por uma curta margem, 60% contra 40% de votos, o partido decidiu manter a aliança (SINGER, 2018, p. 192). Essa pequena diferença pode ser lida como um indício dos fortes ressentimentos que se faziam presentes entre os quadros do PMDB e como prenúncio das dificuldades que Dilma teria em sua relação com os aliados durante um eventual 2º mandato.

Considerações finais

O estudo sobre os vice-presidentes mantém-se um tema que ainda carece de maior atenção. Escolhidos através de meios e regras diversas como eleições diretas, indiretas, pleitos separados ou escrutínios únicos em que aparecem em chapas indissolúveis com os candidatos a presidente, os vices não são meros coadjuvantes ou figuras simbólicas. Somente o fato de serem os suplentes do Chefe do Executivo, já os tornam figuras que necessitam ser bem conhecidas e debatidas. O caminho que percorreram, como os mencionados acima, para ocuparem o cargo de vice-presidente é outro elemento que não pode ser negligenciado.

Se a República brasileira, ao longo de mais de 130 anos de vigência, já demonstrou que os vice-presidentes ao assumirem a chefia da Nação por vezes demonstram uma orientação ideológica e uma linha de ação bem distinta da de seu antecessor, João Goulart, Floriano Peixoto e Michel Temer são exemplos cabais. Localizados em contextos temporais bem distintos, esses três personagens são um indicativo de que a ascensão do vice-presidente à Chefia do Executivo Nacional é um fato recorrente em nossa história republicana e uma temática que se mantém atual e relevante.

No sistema eleitoral vigente, em que as eleições presidenciais são disputadas por chapas indissolúveis, torna-se imprescindível discutir os interesses e motivações presentes na formação das coligações partidárias e quem são os sujeitos que as compõe. Se o fortalecimento desse

debate pode impelir os partidos a serem mais cuidadosos ou a modificar os critérios empregados durante o processo de formação das coalizões eleitorais, negligenciar esse tema pode tornar a população refém de vice-presidentes esfíngicos e pouco conhecidos, acarretando riscos para o programa político vitorioso nas urnas e até mesmo para a democracia.

Referências bibliográficas e fontes

ATRAÍDO pelo poder, PMDB pende para Lula nos Estados. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 28 jun. 2006. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2806200604.htm>. Acesso em: 8 jun. 2026.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil, 1961-1964**. 8ª ed. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

BASTOS, Pedro Paulo **Ascensão e crise do governo Dilma Rousseff e o golpe de 2016: poder estrutural, contradição e ideologia**. Revista De Economia Contemporânea, v.21, n.2, 2017.

BRASIL. **Constituição de 1946**.

BRASIL. **Constituição de 1988**.

CAPELATO, Maria Helena. **Imprensa e história do Brasil**. São Paulo: Contexto/Editora da Universidade de São Paulo, 1988.

CARONE, Edgar. **A República velha (Evolução Política) (1889-1930)**. 4ª ed., v. 2 São Paulo: Difel, 1983.

CARVALHO, José Murilo de. **Forças Armadas e política no Brasil**. São Paulo: Todavia, 2019.

DE LUCA, Tania Regina. **História dos, nos e por meio dos periódicos**. In: PINSKY, Carla (Org.). Fontes históricas. 2ª ed. São Paulo: Contexto, 2008.

FAUSTO, Boris. **História do Brasil**. 14ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2015.

GOMES, Angela de Castro de; FERREIRA, Jorge. **Brasil, 1945-1964: uma democracia representativa em consolidação**. Locus. Juiz de Fora, v. 24, n. 2, 2018.

GUILHERME, Cássio Augusto. **Conflitos e disputas na aliança PT e PMDB na eleição de 2010**. **Revista Transversos**. Dossiê: Historiografia e Ensino de História em tempos de crise democrática. Rio de Janeiro, n.º. 18, 2020.

GUIMARÃES, Valéria Dos Santos. **Entrevista com Roger Chartier - Representações das práticas, práticas da representação**. História (São Paulo), v. 40, 2021.

MOREL, Marco. **O surgimento da imprensa no Brasil: questões atuais**. Revista Maracanan, Rio de Janeiro, v.3, n.3, 2014.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **O lulismo e os governos do PT: ascensão e queda**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). O Brasil Republicano. O tempo da nova república: da transição democrática à crise política de 2016: Quinta república (1985-2016). 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora Civilização Brasileira, 2018.

NICOLAU, Jairo. **História do voto no Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

QUELER, Jefferson José. **O governo Jânio Quadros: entre a política e o personalismo**. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves. (org.). *O Brasil Republicano. O tempo da experiência democrática: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964: Terceira República (1945-1964)*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2019.

RÉMOND, René. **Por uma história política**. 2ª ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.

SAES, Guillaume Azevedo Marques. **A República e a Espada: a primeira década republicana e o Florianismo**. São Paulo: Universidade de São Paulo, 2005.

SINGER, André. **O lulismo em crise: Um quebra-cabeça do período Dilma (2011-2016)**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2018.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo**. Rio de Janeiro: Companhia das Letras, 2012.

SIRINELLI, Jean-François. **A geração**. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (coord.). *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1996.

TEMER reage a governistas do PMDB e apóia Alckmin. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, p. 1, 12 jul. 2006. Disponível em: <https://feeds.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1207200609.htm>. Acesso em 8 jun. 2026.

Sob a luz da memória: o Santuário da Saúde e da Paz no bairro Padre Eustáquio (1942-2025).

Laura Meniconi Rezende

Graduada em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

laurameniconi.historia@gmail.com

Resumo: Este trabalho é fruto de uma pesquisa de iniciação científica da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, chamada “Preservar para humanizar: educação patrimonial e inclusão social”. Esta pesquisa teve como objetivo valorizar a história local a partir das nove regionais da cidade, buscando identificar lugares de memória sob a ótica de Pierre Nora. Neste artigo, apresentamos o Santuário (conhecido popularmente como “Igreja Padre Eustáquio”) como lugar de memória que atenderia os requisitos necessários para se tornar patrimônio cultural na esfera municipal. Deste modo, investigamos o papel desempenhado pelo Santuário na vida dos moradores, o destacando como espaço de convivência, religiosidade, memória e construção identitária. Por meio de entrevistas de História Oral e da análise de documentos consultados nos acervos do Santuário e do jornal *O Diário*, discutimos a relevância de Padre Eustáquio e, sobretudo, do Santuário para a população local.

Palavras-chave: Santuário da Saúde e da Paz; Padre Eustáquio; patrimônio.

Introdução

O presente artigo é resultado de uma iniciação científica sobre patrimônio cultural, intitulada “Preservar para humanizar: educação patrimonial e inclusão social”, orientada pela Professora Silvia Rachi do Departamento de História da PUC Minas, com financiamento da própria instituição. O estudo teve como propósito problematizar o patrimônio cultural de Belo Horizonte, com especial atenção à valorização dos lugares de memória presentes nas nove regionais da cidade. Analisamos esse processo a partir da relação que a comunidade estabelece com o Santuário da Saúde e da Paz, que, a partir da pesquisa, consideramos como o principal legado de Padre Eustáquio.

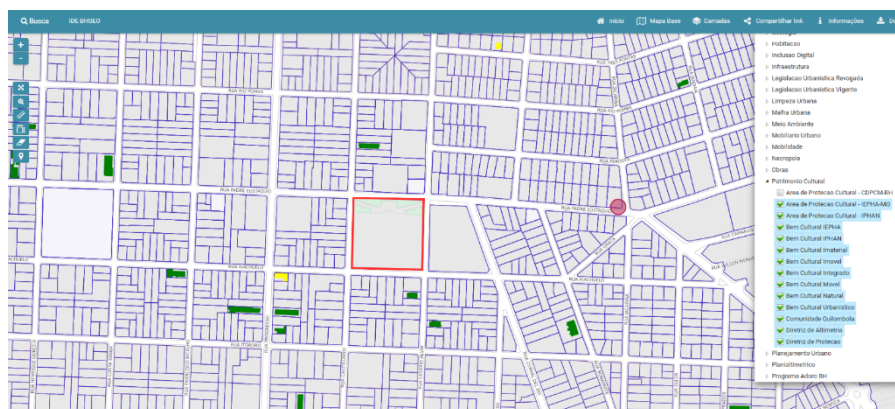
Propomos, assim, o reconhecimento do Santuário, situado no bairro que leva o nome do beato, como patrimônio cultural da cidade. Para tanto, investigamos a influência de Padre Eustáquio na formação e consolidação da região e os vínculos estabelecidos entre a população e o Santuário, desde sua construção, em 1942 — ano em que o líder religioso chegou a Belo

Horizonte — até 2025. Baseamos a pesquisa em entrevistas de história oral e na análise de documentos relativos ao beato e à Igreja, preservados, sobretudo, no acervo do Santuário, no jornal *O Diário*.

Uma das motivações para a realização desta pesquisa foi o baixo número de publicações a respeito do bairro Padre Eustáquio e do Santuário da Saúde e da Paz, conhecido popularmente como “Igreja Padre Eustáquio”. Portanto, é importante a continuidade desses estudos para auxiliar na visão mais ampla das histórias locais de Belo Horizonte. No caso desta pesquisa, a análise visa compreender os motivos pelos quais a igreja é elegível para se tornar patrimônio cultural em nível municipal, visto que é mais do que um lugar de referência e encontro na vizinhança: é um lugar de memória.

Procuramos no site BH Map, da Prefeitura Municipal de Belo Horizonte (PBH), se o Santuário, lugar de grande relevância cultural para o bairro Padre Eustáquio e consequentemente, para a capital mineira, era ou não reconhecido como patrimônio antes de iniciar esta pesquisa. A edificação se encontra entre as ruas Padre Eustáquio, Castigliano, Cesário Alvim e Riachuelo (envolta pelo quadrado vermelho). Segundo o *site*, ela não é tombada pelo IEPHA ou pelo IPHAN. Embora o Santuário esteja em uma área de proteção do Conselho Deliberativo do Patrimônio Cultural do Município de Belo Horizonte (CDPCM-BH), e de diretrizes de proteção da Prefeitura, ainda não possui proteção individual como patrimônio na esfera municipal, como percebe-se nas figuras abaixo. Na Figura 1, o quarteirão do Santuário encontra-se destacado por um quadrado vermelho, embora, no site BH Map, a indicação do endereço apareça deslocada de forma imprecisa, alguns quarteirões adiante (círculo vermelho).

Figura 1. Área de proteção da Prefeitura.



Fonte: BH Map. Disponível em: <https://11nk.dev/w7kyqw6>. Acesso em: 21 jul. 2025.

Neste sentido, a proposta é estabelecer diálogos entre a teoria sobre patrimônio cultural e as fontes primárias relacionadas ao tema. Para isso, mobilizamos referências como o sociólogo Henri Lefebvre (1972; 1974), o historiador Pierre Nora (1993), os estudiosos da memória Maurice Halbwachs ([1950] 2006) e Ecléa Bosi (1994), a antropóloga Laurajane Smith (2006), a socióloga Luciana Teixeira de Andrade (2012) e a historiadora Michele Abreu Arroyo (2012), além de autores que se dedicaram ao estudo da região do Padre Eustáquio, como Bruno de Carvalho Corrêa (2015), Raphael Coelho Neto (2012) e Cybele Nascimento Silva e Fabiano Gomes da Silva (2023). Conceitos como o direito à cidade, lugares de memória, materialidade e imaterialidade, memória coletiva e individual e bairros pericentrais, desenvolvidos e discutidos ao longo da historiografia, são fundamentais para o desenvolvimento desta pesquisa.

Lefebvre ([1972]/2016) abordou o direito à cidade, conceito que consideramos fundamental para o estudo dos espaços urbanos e de seus patrimônios. Trata-se de um princípio democrático que defende o acesso igualitário aos espaços urbanos, independentemente de gênero, raça, classe, credo ou outros marcadores sociais. Por meio deste conceito, o sociólogo defende a inclusão social e a participação ativa dos cidadãos na construção e na apropriação do espaço das cidades. Nessa perspectiva, o direito à cidade se opõe a processos como a segregação socioespacial, garantindo que todos possam construir e transformar o ambiente urbano (Vartuli, Rezende, 2024), de modo que ele atenda às necessidades de toda a população.

Dessa forma, a cidade é um direito de todos os seus habitantes, em todas as suas regionais. Seus espaços são apropriados pela população conforme suas percepções, crenças (neste caso) e vivências e, assim, diversos lugares passam a ser reconhecidos como patrimônio a partir do olhar de quem os vive. Considerando que esta pesquisa tem como foco o bairro Padre Eustáquio, localizado na regional Noroeste de Belo Horizonte, torna-se fundamental destacar o Santuário da Saúde e da Paz, espaço que expressa parte das identidades da vizinhança.

Essa valorização e apropriação do espaço urbano, então, não se restringe à sua dimensão física, mas também abarca o significado simbólico que a comunidade atribui aos seus lugares. Nesse sentido, a divisão tradicional entre “materialidade” e “imaterialidade” do patrimônio cultural, embora útil para fins administrativos, está atualmente em discussão, pois, para ser considerado patrimônio, um lugar precisa ser também um lugar de memória. Segundo Nora

(1993, p. 21), três fatores devem coexistir para que um local seja considerado lugar de memória: funcionalidade, materialidade e simbolismo. Funcionalidade refere-se à sua função, que, no caso do Santuário, é um lugar de fé; materialidade corresponde à edificação física; e simbolismo, aos significados que a comunidade atribui ao local. Esses três fatores podem estar presentes em diferentes intensidades, mas é fundamental que coexistam para caracterizar um lugar de memória.

Por isso, o simbolismo é tão importante quanto a funcionalidade e a materialidade, pois, sem o valor atribuído, qual seria o significado daquele lugar para a cidade? Atualmente, discute-se que a “materialidade” e a “imaterialidade” andam juntas no patrimônio. Mesmo um patrimônio considerado imaterial, como uma festa tradicional, tem sua materialidade: as roupas, as pessoas, as danças, o lugar onde acontece. Sobre esse aspecto, Laurajane Smith (2006, p. 3) utilizou como exemplo do Stonehenge na Inglaterra, que, sem seu simbolismo proporcionado pelos processos históricos, seria somente um conjunto de pedras sem significado, juntas em um campo.

Além disso, de acordo com Nora (1993, p. 22), é preciso ter **vontade de memória**. Esse fator é presente no Santuário, tendo em vista que Padre Eustáquio (1890-1943) é lembrado diariamente por meio da reafirmação e disseminação de seu lema “saúde e paz”, preservando seu túmulo para que os devotos possam ter um lugar onde orar. O local possui, ainda, fotos, estátuas, livros e até *souvenirs* que preservam sua imagem, memória e história. Conforme Vartuli e Rezende (2024, p. 229), é importante lembrar que nem todo lugar de memória é patrimônio, mas todo patrimônio é necessariamente um lugar de memória. Este é um dos motivos que levou ao surgimento desta pesquisa.

Diversas pesquisas serviram de base para este trabalho. Entre elas, destacam-se as obras dos Padres Venâncio (1944) e Angel Lucas (2003), que estudaram a vida do beato Padre Eustáquio. A compreensão da região como bairro pericentral⁵² de Belo Horizonte é enriquecida por Luciana Teixeira de Andrade e Michelle Abreu Arroyo (2012), enquanto Corrêa (2015) contribui para esta pesquisa ao abordar a memória e a configuração do bairro Padre Eustáquio. Por fim, Cybele Nascimento Silva e Fabiano Gomes da Silva (2023) analisam os dilemas de preservação do Santuário, entrelaçando a memória e a trajetória histórica do templo às da região do Padre Eustáquio, com ênfase em seus aspectos arquitetônicos e religiosos.

⁵² Termo encontrado no livro *Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida*, organizado por Luciana Teixeira de Andrade e Michelle Abreu Arroyo. Refere-se aos bairros “conformados fora do perímetro urbano [originalmente] projetado da cidade e que, desde seus primórdios, passaram a ser referência importante da moradia popular na cidade”; isso porque a área da Avenida do Contorno era considerada central no projeto original da cidade (Arroyo et al., 2012, p. 32).

Entre Ruas e Fé: A Cidade, o Padre e o Santuário

A fé católica é uma das crenças que compõem a diversidade religiosa na capital mineira. De acordo com o censo feito em 2022 pelo IBGE, 53% da população de Belo Horizonte acima de 10 anos se identifica como católica apostólica romana. Isto é, o catolicismo é a religião predominante na cidade. Elegemos uma igreja católica neste trabalho devido à percepção de sua influência no bairro Padre Eustáquio e na vida das pessoas que o habitam. Nossa intenção é evidenciar a relevância do Santuário para a comunidade local, focando na história social e do tempo presente.

Igrejas são reconhecidas como patrimônio cultural em todo o Brasil. Isso porque a religiosidade é um fator importante na história do Brasil desde o período colonial. Seja em forma de procissões ou por meio de oratórios nas residências privadas - considerando o catolicismo⁵³ -, a religiosidade esteve amplamente presente no cotidiano da população na História do Brasil. Desse modo, quando um padre holandês chega ao Brasil em 1925, Padre Eustáquio Van Lieshout durante a República Velha, e realiza milagres na visão de fiéis em várias cidades do país, a exemplo de Romaria (MG), Poá (SP), Patrocínio (MG), Ibiá (MG), São Paulo (SP), Rio de Janeiro (RJ) e Belo Horizonte (MG), é natural que suscite interesse por parte da população.

Antes de falar sobre a Igreja Padre Eustáquio, é necessário abordar um pouco da história do padre, tendo em vista sua influência e o fato de que a ideia de sua construção partiu dele. Nascido em 3 de novembro de 1890, em Aarle-Rixtel, no sul da Holanda (Jornal Estado de Minas, 2023), Humberto Van Lieshout, que mais tarde adotaria o nome de Padre Eustáquio, teve sua trajetória marcada pela dedicação à fé e ao serviço ao próximo (Jornal Estado de Minas, 2023).

Vindo de família religiosa, desde pequeno, Padre Eustáquio almejava servir à Igreja Católica e logo começou a estudar na escola latina de Gemert, uma das mais tradicionais da Europa, onde conheceu a história do padre Damião de Veuster, conhecido como “apóstolo dos leprosos” e se reconheceu na ideia de doar sua vida ao cuidado do próximo. Pouco depois de conhecer essa história, pediu transferência para o seminário dos Padres Sagrados Corações (Hulselmans, 1944, p. 13-16), que viria a ser sua futura congregação e iniciou os estudos em 1905 (Lucas, 2003, p. 8).

⁵³ Diversas religiões contribuíram para a construção da História do Brasil, como o Candomblé, a Umbanda, o Espiritismo, entre outras. Contudo, este estudo tem como foco o Catolicismo.

Sua primeira nomeação veio em 1919 e, em seguida, veio seu primeiro trabalho missionário, que ocorreu em Maassluis, porto perto de Rotterdam, na Holanda. Lá, o padre já começou a recomendar suas receitas de medicina do campo, que ajudavam a população e quando percebeu, tornou-se figura de apoio central para a comunidade, onde ajudava crianças, os mais necessitados e os doentes (Hulselmans, 1944, p. 18-20). Padre Eustáquio também recebeu condecoração do Rei Alberto da Bélgica pelo seu trabalho (Lucas, 2003, p.14).

Assim que chegou a Belo Horizonte, o Bispo da Arquidiocese, Dom Antônio dos Santos Cabral, mais conhecido como Dom Cabral, ofereceu ao padre e à sua congregação uma paróquia na periferia da cidade, chamada São Domingos (Lucas, 2003, p.14). O padre aceitou de bom grado, mas enxergava a necessidade de construir uma paróquia especialmente dedicada aos Sagrados Corações, com o mesmo nome de sua congregação. Nela, estava sempre atendendo à população, principalmente aos menos favorecidos e enfermos (Lucas, 2003, p. 20), como fazia desde quando atuava na Holanda. A Matriz dos Sagrados Corações começou a ser construída em 1942 e terminou seis anos depois, em 1949, já após o falecimento do padre.

O Padre também conseguiu a concessão do terreno para a igreja com o então prefeito de Belo Horizonte à época, Juscelino Kubitschek (Corrêa, 2014 *apud* da Silva; Silva, 2023, p. 9). Isso se deve ao milagre concedido pelo padre ao prefeito Juscelino e à sua esposa, Sara Kubitschek, visto que “dona Sara”, como era conhecida, não conseguia engravidar na época e, após a bênção de Padre Eustáquio, o casal conseguiu conceber sua filha. Juscelino era médico e não conseguia explicar o ocorrido sem atribuí-lo a um milagre. Desta forma, o político ficou muito grato a Padre Eustáquio e doou, em 1942, por meio do Decreto Lei Nº113, em setembro do mesmo ano, o terreno escolhido pelo próprio padre, onde hoje se situa o Santuário da Saúde e da Paz (Corrêa, 2014 *apud* Silva, 2024, p. 9).

Figura 2. Construção da Igreja



Fonte: Acervo da Causa de Canonização do Beato Padre Eustáquio. s/d

Sendo assim, um dos principais objetivos da construção desta igreja era a difusão dos valores pregados pelo padre: saúde e paz. Segundo Leandro Evangelista Silva Castro, funcionário que coordena o arquivo da Causa de Canonização, a igreja:

Que antes era tipo assim o lugar de tudo, porque se eu for pensar esse quarteirão era um lugar que oferecia duas coisas básicas pra uma pessoa da década de 1950. Era religião e saúde né. Aqui era tudo consultório médico até lá trás, eles atendiam TODAS (sic.) as especialidades, as obras sociais do Padre Eustáquio. Aqui tinha dentista, tinha obstetrícia, tinha neonatal, tinha tudo. E as propaganda (sic.) era assim: um dos complexos de saúde mais modernos de Belo Horizonte. É a famosa ASPE, Ação Social Padre Eustáquio. Então eu acredito que a vida social acontecia muito aqui nesse meiozinho, né? O teatro, as formaturas, as escolas, então, é um bairro orientado né, nessa convivência.

Esse relato aborda a presença de várias especialidades médicas, como odontologia, obstetrícia e neonatologia, e mostra como a igreja integrava e cuidava de aspectos da vida da população. Maria José Monteiro Sousa Costa, de 95 anos, moradora do bairro Padre Eustáquio desde a infância, confirma essa informação sobre o espaço:

Ali tinha um serviço de comunitário que ajudava as pessoas, sabe? Era uma coisa muito atuante. Tinha médico, tinha dentista e chamava União Operária. Sabe, o pessoal que trabalhava ali e tudo era o pessoal da União Operária. Então, foi um movimento muito atuante ali, sabe?

Mais do que um bairro, a região se tornou um ponto de referência para o cuidado, tanto do corpo quanto da alma, ou seja: da saúde e da paz. Além disso, o trecho destaca algo essencial: a convivência comunitária que se formou ao redor da igreja e das instituições ligadas a ela. O teatro, as formaturas, as escolas — tudo isso mostra que o a região não era apenas um espaço funcional, mas um cenário de encontros, celebrações e construção de memórias individuais e coletivas.

Para Halbwachs (1968 *apud* Barros, 2011, p. 317), existem dois tipos de memória: a memória coletiva e a memória individual. Segundo Barros (2011, p. 320), a memória coletiva:

Se refere não apenas a este processo de registro de acontecimentos pela experiência humana, como também à construção de referenciais sobre o passado e sobre o presente de diferentes grupos sociais e sob a perspectiva de diferentes grupos sociais, ancorados nas tradições e intimamente associados a mudanças culturais.

Nesse sentido, o patrimônio cultural pode ser compreendido como uma das expressões mais visíveis da memória coletiva, pois é por meio dele que comunidades atribuem valor a determinados lugares, práticas e objetos que representam suas histórias e identidades. No entanto, o patrimônio não é algo fixo ou neutro, mas uma construção social atravessada por disputas, seleções e esquecimentos, moldada continuamente pelas vivências coletivas e pela forma como os sujeitos se relacionam com o tempo e o espaço.

Paralelamente à memória coletiva, Ecléa Bosi (1994, p. 411) destaca o indivíduo como um memorizador seletivo, extraíndo das diversas camadas históricas os elementos que possuem um significado especial para si. Mesmo que a memória seja compartilhada socialmente como um lugar comum, sua apropriação passa por uma dimensão subjetiva, que faz com que cada pessoa vivencie o passado de maneira única e pessoal. Isso contribui para compreender como o patrimônio cultural — no caso, o Santuário da Saúde e da Paz — influenciou a vida de muitos devotos, ainda que cada um tenha construído com ele uma relação própria, marcada por seu contexto e trajetória individuais.

De acordo com Cybele N. Silva e Fabiano G. da Silva (2023, p. 10), a igreja é inspirada na arquitetura mexicana. Além disso, os autores ressaltam que o fato de a edificação ter sido

construída na forma de uma cruz latina reforça essa influência. Ainda conforme observado por Silva e da Silva (2023, p. 12):

O edifício ainda contempla interpretações e simbologias bíblicas nas concepções da fachada, esquadrias e ornamentação. As portas frontais em três partes, remetem à Santíssima Trindade (Fig. 07). Os vitrais na fachada, e as janelas laterais, também seguem a numerologia bíblica. Essa configuração também foi empregada no Santuário de Nossa Senhora da Abadia, na cidade de Romaria (Fig. 08). A igreja também construída por investida do Beato, recebe as mesmas simbologias bíblicas nas portas e vitrais.

Esse trecho destaca a simbologia presente na arquitetura do santuário, evidenciando como elementos estruturais — tais como portas, vitrais e janelas foram projetados com base em significados religiosos detalhados. A referência à numerologia bíblica nos vitrais e nas janelas laterais indica que a ornamentação não se limita a um aspecto meramente estético, mas também funciona como meio de transmitir mensagens religiosas. De acordo com Silva (2024, p.12) "as abóbadas da nave são denominadas por cada um dos apóstolos". Isto é, uma forma simbólica e artística de reforçar a fé cristã e o vínculo com a tradição apostólica no interior da Igreja.

As identidades locais, portanto, se consolidam ao redor do Santuário, que funciona como seu centro. Aos olhos de moradores, a Igreja estende sua bênção por toda a vizinhança, sendo um dos motivos que os levam a escolher a região para residir. Por volta das seis horas da tarde, a música Ave Maria, seguida do hino de Padre Eustáquio, toca diariamente há mais de vinte anos, transmitindo uma sensação de tranquilidade aos moradores, semelhante àquela vivida por quem reside no interior de Minas Gerais.

A devoção a Padre Eustáquio e à tradição de frequentar a igreja em momentos marcantes — como batizados, primeiras comunhões e casamentos — são passadas de geração em geração. De acordo com Leandro Evangelista Silva Castro:

O que que eu percebo é: a sociabilidade do bairro tá muito ligada à ideia da igreja como o lugar da memória da família. Porque tanto a devoção do Padre Eustáquio quanto o que tem hoje de pessoas ligadas à igreja, tem uma transmissão. No sentido assim "eu sou devoto do Padre Eustáquio porque minha mãe era, minha vó era, é o seu caso né, porque meu bisavô, como você mesma disse, né Laura, então eu vejo que a... a gente tem até... os padres têm o desafio de manter a devoção pra frente porque é muito raro um caso em que o devoto é criado, sabe novo. Ele geralmente tem uma relação familiar. Então tem uma transmissão é... na devoção.

Deste modo, Leandro sugere que a devoção ao padre missionário é transmitida a cada geração. Essa reflexão traz à tona a relação entre a sociabilidade local, a memória familiar e a

devoção religiosa, destacando como a Igreja Padre Eustáquio funciona como um ponto central tanto no aspecto religioso quanto social da vida dos moradores do bairro.

E quando não tem uma transmissão específica no Padre Eustáquio, por ser uma grande, uma igreja grande: um centro aqui nessa região toda [refere-se à regional noroeste da cidade], porque ele pertencia à região, as pessoas têm muito caso de casamento, de batizado, “eu crismei nessa igreja”, então a... a: não sei como que a gente poderia pensar isso. Mas a igreja como um lugar de realização de coisas da vida que marca as fases. É... “quando eu era criança participei disso”, então tem uma memória de criança ligada aqui, “a minha mãe casou aqui”, então eu vejo que é, é... é também muito curioso a linha do religioso e do social, enquanto identidade de bairro Padre Eustáquio.

O conceito de “transmissão” da devoção, em que a fé é passada de geração para geração, é um ponto crucial para entender a continuidade dessa ligação com o Santuário. O fato de as pessoas se identificarem como devotas porque suas mães, avós ou bisavós o eram, mostra como a devoção é muitas vezes algo enraizado na memória familiar e na construção das identidades de determinadas comunidades.

Maria José teve sua vida profundamente ligada à Igreja Padre Eustáquio. Foi ali que ela celebrou seu casamento, batizou três dos seus oito filhos e, recentemente, participou da missa de sétimo dia do seu esposo, mostrando o quanto esse espaço é parte essencial da sua história e da sua família. A importância que a igreja assume nas diferentes fases da vida de quem a frequenta reforça a ideia de que ela não é apenas um espaço de fé, mas também de memória social: um lugar onde eventos familiares significativos acontecem e se entrelaçam com a construção das identidades da região — como uma colcha de retalhos que costura afetos, histórias diversas, identidades e lembranças partilhadas.

Assim, o Santuário não é visto apenas como um local sagrado, mas como um marco na trajetória das pessoas, um ponto de conexão entre as etapas da vida e a história familiar. Acreditamos, portanto, que o Santuário da Saúde e da Paz representa não só um espaço de culto, mas também um lugar de continuidade e preservação das tradições e das memórias locais.

Antes de sua chegada e influência na cidade, a região que corresponde hoje ao bairro Padre Eustáquio se chamava Vila Bela Vista (Jornal Estado De Minas, 2023), e a avenida que leva seu nome era chamada de Avenida Contagem. Embora o padre não tenha residido por muito tempo na capital mineira, tendo em vista que sua chegada foi em 1942 e ele faleceu no ano seguinte, sua influência gerou o decreto-lei nº 196 de 25 de abril de 1951 assinado pelo prefeito Américo Renée Gianetti, que alterou o nome da região de “Vila Bela Vista” para “Vila Padre

Eustáquio” (Belo Horizonte, 1951) anos após a morte do homenageado em 1943. Dessa forma, percebe-se a relevância do padre na memória e na história local desta vizinhança da regional Noroeste de Belo Horizonte e da cidade. No lugar onde se situava a casa do padre hoje está um colégio que o homenageia em seu nome.

Em seu obituário no jornal O Diário, conhecido popularmente como *O Diário Católico*, devido à sua ligação com a Cúria Metropolitana da Arquidiocese de Belo Horizonte, usou as seguintes palavras para se referir ao padre:

FREI EUSTÁQUIO - Houve um dia em que seu nome passou de boca em boca: Frei Eustáquio. Até bem pouco antes, nunca se ouvira falar nele em Belo Horizonte. De repente criou-se em torno da sua figura um círculo de veneração e respeito. “Frei Eustáquio”, o incansável Frei Eustáquio, com sacrifício da própria saúde, queria atender a todos quanto necessitavam do seu auxílio, pobres e desamparados, doentes e aflitos. Sua figura mansa, sua face inundada de doçura, sua palavra espontânea iluminada de sinceridade, todas as qualidades que raramente se encontram reunidas num só homem fazia de “Frei Eustáquio” um vulto querido da cidade. Quem o visse ou com ele conversasse uma única vez jamais esqueceria a força convincente e suavíssima de suas palavras. Convencia pela sua doçura ao mesmo tempo que consolava. Agora, vê-se a cidade, subitamente, sem “Frei Eustáquio”. Morreu em rápidos dias de implacável moléstia. Alcançou o reino que não é deste mundo e para cuja glória ele vivera entre os homens.

O jornalista Gui D’alvim Filho adotou o termo “Frei” ao se referir ao Padre. Cogita-se que isso ocorra devido à forte influência franciscana no bairro vizinho, Carlos Prates, que contava com muitos Freis relevantes para a comunidade, a exemplo do Frei Zacarias van der Hoeven. O trecho acima destaca a figura do “Frei” e seu legado. Os termos “sua face inundada de doçura” e “sua palavra espontânea iluminada de sinceridade” indicam aspecto emocional, ressaltando o carinho do autor pelo Padre.

Maria José também se refere a ele desse modo: “A gente chamava ele de Frei. Frei Eustáquio. Eu não sabia falar, eu falava Frei Eustáquio. Todo mundo [falava] era Frei Eustáquio, foi Eustáquio, mas todo mundo tinha muita fé com ele”. Embora ele não fosse franciscano, e “frei” não fosse seu título oficial, isso evidencia como a devoção se constrói a partir de significados compartilhados oralmente, muitas vezes à margem dos registros institucionais.

O texto segue uma estrutura que primeiro exalta sua trajetória e impacto na cidade, para depois criar um contraste com sua morte, destacando a perda que o beato deixou e a saudade coletiva que ficou. Neste trecho, também há certa alusão a um possível “herói-sacerdote”, visto que ele é descrito como um homem de sacrifício e devoção extrema, alguém que se doou ao abrir

mão de sua saúde física para ajudar os necessitados, assim como a figura de Damião, a quem tanto admirava.

A seguir, consta uma imagem de Padre Eustáquio e, ao seu lado, o gerente do jornal *O Diário* em 1943, Mozart Meniconi. Não se sabe exatamente a ligação entre o jornalista e o beato, exceto que Meniconi era muito católico, estando bastante ligado à Arquidiocese da cidade, tendo realizado ele mesmo como advogado a Personalidade Jurídica da entidade. Embora houvesse essa proximidade entre o gerente e o meio católico da capital mineira, chama a atenção o fato de ter sido encontrado apenas um único trecho sobre Padre Eustáquio durante a pesquisa nas edições do jornal, contrastando com a importância do beato. Tal lacuna pode estar relacionada a critérios editoriais que pareciam privilegiar a visibilidade da alta hierarquia da Igreja Católica em Belo Horizonte, o que possivelmente contribuiu para a menor cobertura de manifestações vinculadas à religiosidade popular na cidade.

Por que um padre tão popular, conhecido por realizar milagres e de importância indiscutível como Padre Eustáquio, teve tão pouca cobertura no periódico? A questão permanece em aberto e aponta para possíveis escolhas editoriais que precisam ser melhor compreendidas. A hipótese levantada sobre isso é que o jornal direcionava seu foco principalmente à elite eclesial, com menor ênfase nas expressões populares de fé.

Figura 3. Padre Eustáquio e o jornalista e advogado Mozart Meniconi, gerente do jornal *O Diário* em 1943.



Fonte: Panfleto da Igreja s/d.

Pelas ruas do bairro, é comum encontrar padarias, farmácias e outros estabelecimentos comerciais que levam o nome do padre, e em todos eles sua foto está emoldurada, seja perto do caixa ou em outro local de destaque. Isso demonstra a forte ligação da comunidade com o padre, cuja memória e presença, mesmo após mais de 80 anos de seu falecimento, permanecem no cotidiano dos moradores da região.

Desde sua construção, a Igreja se firmou como espaço de convivência e elo de encontros e afetos, contribuindo significativamente para a formação das identidades do bairro. Antes mesmo de sua construção, os moradores costumavam se encontrar ali. Segundo Maria José:

Ali onde é a igreja, onde é a praça, aquilo ali era de chão e era um campinho de futebol. Então, chegava de tarde, a meninada toda ia para lá. E era muito interessante, porque tinha um frater. Ele era boníssimo, eu esqueci o nome dele. Ele ficava com uma cardenetinha na mão e os meninos iam jogar bola. E aí eles falavam ou um palavrão ou uma palavra diferente. Ele estava correndo lá no meio deles e falava assim, o que foi que você falou? O que foi que você falou? E escrevia, sabe? Mas era muito interessante.

Pelo relato, supomos que o ocorrido tenha sido um pouco antes da construção da Igreja, já que havia uma presença maior de padres na região naquela época. A moradora do bairro ainda relata:

A gente ia à missa cinco horas da manhã. Hoje eu fico pensando, pra que ir à missa cinco horas da manhã? Mas sabe por quê? Muitas pessoas por aqui trabalhavam no domingo, era no mercado, era nas feiras, sabe? Porque tinha muitas feiras, tinha feira na praça da igreja, tinha feira ali embaixo na rua Arquidaban, tinha feira lá adiante, onde tem a feira hoje, tinha uma feira por ali. Então, as pessoas trabalhavam muito. Aí levantavam cedo e ia à missa antes de ir para o serviço.

Esse trecho demonstra a presença significativa da igreja na rotina dos moradores da vizinhança. Embora hoje em dia não seja tão comum frequentar a missa às cinco horas da manhã, à época muitas pessoas trabalhavam aos domingos. Essa prática revela como a fé estava entrelaçada ao cotidiano de trabalho da comunidade, e como a Igreja já funcionava como espaço central não apenas religioso, mas também social, acompanhando o ritmo da vida dos seus fiéis. Além disso, sobre a construção e o início das atividades na Igreja, Maria José afirmou:

Ela demorou muito para ser construída. Foi construída aos poucos. Depois, fizeram a nave principal e fizeram as duas, de um lado e do outro. Quando eu casei, o Ezequiel [seu marido] gostava de ficar do lado de lá da igreja e a gente ocupava um banco inteirinho com os meninos. A gente vinha para a missa das oito. Aí eu arrumava as minhas, bem arrumadinha. E era muito bom, sabe? Era uma prática tão bonita. E as músicas. Eu tinha uma amiga que morava lá perto de mim. Antigamente, Laurinha, ali do lado de lá da rua Padre Eustáquio, ali era

um conjunto, acho que era do Iapetec, sabe? Então ali tinha um conjunto. E essa minha amiga morava depois da Avenida [D.] Pedro II. E ela vinha para a igreja para poder ensaiar os cantos. E cantava na hora das missas, sabe? Que legal. E tinha a missa das oito, era a missa das crianças. A igreja ficava cheia.

Nessa declaração, é possível perceber como a construção da Igreja Padre Eustáquio e sua vivência cotidiana se entrelaçam de maneira afetiva e simbólica com a história dos moradores. A entrevistada compartilha lembranças vivas, que revelam não apenas o processo lento e gradual da construção da Igreja, mas, sobretudo, o modo como esse espaço foi se tornando parte essencial da sua vida familiar e comunitária.

Na década de 1940, a praça onde a Igreja estava sendo erguida contava com um cinema bastante frequentado pelos moradores. Hoje, em frente a ela, acontecem feiras de verduras e artesanato. Além disso, a própria Igreja organiza o “Bazar Padre Eustáquio”, que conta com ampla participação da comunidade. A data de falecimento do Padre Eustáquio, 30 de agosto, também mobiliza moradores e devotos. Anualmente, neste dia, são montadas barraquinhas de comida, artesanato, roupas e outros comércios, e até fogos de artifício já foram utilizados para celebrar sua memória. A jornalista Adriana Spinelli, também devota do beato, declara que o conheceu por meio de seu ofício nesta data comemorativa:

A minha devoção a Padre Eustáquio começou foi há muitos anos, que eu nem lembro, uns 20, 30 anos ou mais. Foi quando eu comecei a fazer umas matérias pra Globo. Eu não conhecia ele, porque eu sou de São João Del Rei ele trabalhou intensamente aqui, evidentemente. Vira e mexe, eles [a Globo] me mandavam. Olha, tem a procissão, tem isso, para o Padre Eustáquio. E aí, eu fui conhecendo ele.

Esse relato mostra como a devoção ao beato Padre Eustáquio também pode surgir por outras formas, além da transmitida geracionalmente. Durante a cobertura de matérias jornalísticas relacionadas às festividades do dia 30 de agosto — data de celebração dedicada a Padre Eustáquio — e à realização de procissões e eventos litúrgicos, Adriana estabeleceu um primeiro contato com o universo devocional do beato. Sua vivência anterior com a religião católica em São João del-Rei possibilitou essa aproximação com a história e a influência do padre. E, embora não seja natural do bairro Padre Eustáquio, as práticas religiosas no Santuário lhe pareceram, de certa forma, familiares. Esse relato permite compreender como experiências profissionais e sociais, quando entrelaçadas à memória afetiva e a formas de religiosidade já internalizadas, podem contribuir para o surgimento de novas devoções e formas de pertencimento simbólico.

Considerações finais

A análise do Santuário da Saúde e da Paz revela o quanto esse lugar de memória transcende sua função religiosa para se configurar como importante patrimônio cultural que carrega memória, identidade, devoção e sentimento de pertença. Mais do que uma simples construção, o Santuário é lugar de encontro onde a história, a fé e as práticas sociais se entrelaçam cotidianamente, criando um ambiente de convivência e acolhimento para a comunidade local.

As formas de devoção a Padre Eustáquio são construídas e vividas por diferentes trajetórias. Seja pela tradição familiar ou por outras formas, a religiosidade demonstra-se como uma prática flexível e dinâmica, capaz de incorporar novas formas de pertencimento. Isso representa a dimensão viva da religiosidade local, no espaço físico do Santuário e na memória e nas relações interpessoais que a cercam. Além disso, o Santuário tem um papel essencial como depositário da memória do beato — não apenas física, com seu acervo e arquitetura, mas sobretudo simbólica. Nele, as identidades dos moradores do bairro e de seus moradores se fortalecem, seja através das celebrações tradicionais, das procissões ou da simples presença cotidiana de objetos que remetem ao beato como sua foto em lugares de destaque nas lojas. Essa dimensão afetiva, presente na transmissão oral e na partilha de símbolos entre amigos e familiares, demonstra que a devoção está enraizada nas relações sociais e na vida diária das pessoas, contribuindo para a construção de uma identidade religiosa local.

Em suma, o Santuário que carrega o legado de Padre Eustáquio constitui patrimônio vivo que dialoga com a história, a cultura e a religiosidade das pessoas que os mantêm presentes. Valorizar esse patrimônio significa, portanto, reconhecer seu papel no fortalecimento da memória coletiva e na construção de sentidos compartilhados que garantem a continuidade das tradições e a sensação de pertencimento. A partir desta pesquisa, conclui-se que o Santuário da Saúde e da Paz reúne elementos simbólicos, sociais e identitários que o tornam elegível para ser reconhecido oficialmente como patrimônio cultural da cidade, especialmente por seu papel no fortalecimento dos vínculos comunitários e na preservação da memória local.

Referências bibliográficas

ARROYO, M.; MAGNI, T.; CAJAZEIRO, K.; SOUZA, F.; FERREIRA, L.; FREIRE, C.; SILVA, S.; DINIZ, V.; SALLES, A.; Bairros pericentrais como espaços de trocas e construções simbólicas: notas metodológicas. In: ANDRADE, Luciana Teixeira de; ARROYO, Michele Abreu (org.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modo de vida. Belo Horizonte: Ed. PUC Minas, 2012.

BARROS, José D'Assunção. Memória e História: uma discussão conceitual. *Tempos históricos*, v. 15, n. 1, p. 317-343, 2011. BELO HORIZONTE. LEI Nº 196 de 25 de Abril de 1951. Disponível em: <https://leismunicipais.com.br/a/mg/b/belo-horizonte/lei-ordinaria/1951/20/196/lei-ordinaria-n-196-1951-muda-para-padre-eustaquio-a-denominacao-da-vila-bela-vista>. Acesso em: 10 mar. 2025.

BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade**: lembranças de velhos. 16. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 1994. 484 p.

COELHO NETO, R.; CORREA, B. C. Carlos Prates e Padre Eustáquio: processo de ocupação, formação do perfil socioeconômico e conformação atual. In: Luciana Teixeira de Andrade; Michele Abreu Arroyo. (Org.). Bairros pericentrais de Belo Horizonte: patrimônio, territórios e modos de vida. 1ed. Belo Horizonte: PUC Minas, 2012.

CORRÊA, B. C. Padre Eustáquio: o bairro e o Beato- entre as teias da memória e o esquecimento. In: XI ENCONTRO REGIONAL SUDESTE DE HISTÓRIA ORAL- **Dimensões do Público**: comunidades de sentido e narrativas políticas. Niterói: Caderno de Resumos, 2015. p. 81-81.

ESTADO DE MINAS. **Padre Eustáquio: moradores festejam os 72 anos do bairro**. Lilian Monteiro. Disponível em: https://www.em.com.br/app/noticia/gerais/2023/04/30/interna_gerais,1487972/padre-eustaquio-moradores-festejam-os-72-anos-do-bairro.shtml#google_vignette. Acesso em: 10 mar. 2025.

HALBWACHS, Maurice. *Memória coletiva*. Tradução de Cynthia Sarti. São Paulo: Centauro, 2006. Publicado originalmente em 1950, sob o título *Mémoire collective*, pela editora PUF, em Paris.

HULSELMANS, Pe. Venâncio. PADRE EUSTÁQUIO VAN LIESHOUT SS. CC.: **O vigário de Poá**. Rio de Janeiro: De Licencia Superiorum, 1944. JORNAL INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA (IBGE). Belo Horizonte (MG). *Cidades e Estados do Brasil*. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/belo-horizonte/pesquisa/10105/293337>. Acesso em: 8 jun. 2026.

O DIÁRIO. Edição de 31 de agosto de 1943.

LEFEBVRE, H. **Espaço e política**: O direito à cidade II. Tradução. Margarida Maria de Andrade, Pedro Henrique Denskie Sérgio Martins. 2 ed.rev.e ampl. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2016. Trabalho original publicado em 1972.

LEFEBVRE, H. **A produção do espaço**. Tradução: Doralice Barros Pereira e Sérgio Martins (do original: *La production de l'espace*. 4^{ed.} Paris: Éditions Anthropos, 2000). Primeira versão, fev. 2006. Trabalho original publicado em 1974.

LUCAS, Pe. Angel SS.CC. **Espiritualidade do Pe. Eustáquio Van Lieshout SS.CC.** Belo Horizonte: Congregação dos Sagrados Corações Província do Brasil, 2003.

NORA, P. *et al.* Entre memória e história: a problemática dos lugares. *In: Projeto História: Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados de História*, v.10, 1993.

SILVA, Cybele Nascimento; SILVA, Fabiano Gomes da. Objetos de fé e patrimonialização: um estudo da igreja do Padre Eustáquio e os dilemas de sua preservação como objeto devocional. PLANETA IFMG: 8º SEMINÁRIO DOS ESTUDANTES DE PÓS-GRADUAÇÃO, 2023.

SILVA, Cybele Nascimento. **Objeto de fé e patrimonialização**: um estudo de caso da Igreja do Padre Eustáquio e a necessidade de sua preservação. Monografia - IFMG, Ouro Preto, 2024.

SMITH, Laurajane. **Uses of heritage**. Oxford: Routledge, 2006.

VARTULI, S. M. A. R.; REZENDE, Laura Meniconi. **MOSAICO DE MEMÓRIAS**: patrimônio cultural e inclusão social. *Revista Eletrônica do Arquivo Público da Cidade de Belo Horizonte*, V. 11, P. 227-248, 2024.

União de estudantes ganenses no Brasil: antirracismo e resistência mediados pela tecnologia

Tanielly Rosária Santos Silva

Mestra em História

Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP)

taniellyrosaria@gmail.com

Resumo: Esta pesquisa analisa a experiência de estudantes ganenses no Brasil, a partir de sua inserção no ensino superior e das estratégias mobilizadas para enfrentar o racismo e garantir sua permanência. O estudo tem como foco o grupo NUGS-BRAZIL (National Union of Ghana Students), investigando como seus membros constroem redes de apoio, elaboram narrativas sobre suas vivências e utilizam ferramentas digitais como forma de expressão e resistência. A partir da análise de conteúdos produzidos pelo grupo, especialmente durante o período da pandemia de COVID-19, observa-se que as plataformas digitais se configuram como espaços de produção de memória, denúncia e articulação política. Nessas interações, os estudantes não apenas relatam experiências de discriminação racial e dificuldades institucionais, mas também constroem sentidos sobre pertencimento, identidade e permanência em um contexto marcado por desigualdades. A pesquisa dialoga com debates sobre migração internacional, relações raciais e experiências negras na diáspora, evidenciando como esses sujeitos elaboram respostas às violências cotidianas e produzem formas próprias de atuação e visibilidade. Ao considerar essas práticas como produções históricas, o trabalho busca contribuir para a compreensão das experiências negras contemporâneas, destacando a centralidade da agência desses estudantes na construção de seus próprios percursos e na disputa por reconhecimento e direitos no Brasil.

Palavras-chave: NUGS-Brasil; estudantes ganenses; mídias digitais.

Origens do NUGS Brasil

A criação da ramificação brasileira da *National Union of Ghana Students* (NUGS) ocorreu em um contexto marcado por desafios de adaptação, enfrentamento ao racismo e à ausência de redes institucionais de apoio aos estudantes africanos em mobilidade internacional. A chegada de estudantes ganenses ao Brasil foi impulsionada, sobretudo, por programas de cooperação educacional entre países do Sul Global, como o Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), que fomentaram a migração acadêmica para instituições públicas brasileiras. No entanto, ao contrário do que ocorria em países como China ou Ucrânia, esses jovens não encontraram estruturas organizacionais específicas que os acolhessem ou representassem. Foi a partir dessa lacuna e da experiência direta de enfrentamento das violências cotidianas, entre elas, o

racismo estrutural (ALMEIDA, 2019) e a xenofobia, que surgiu a necessidade de articular um espaço próprio de apoio, escuta e resistência.

A NUGS-Brasil foi fundada oficialmente em 2019, em Brasília (DF), por iniciativa de Janet Sallis, estudante de Gana que havia chegado ao país anos antes. Sua trajetória pessoal, marcada por uma vivência intensa de discriminação racial e solidão institucional, foi a principal força propulsora para a criação da organização. Por meio da escuta das experiências de outros estudantes africanos, especialmente ganenses, Janet percebeu a urgência de um espaço que acolhesse as dores, debates e identidades dessa comunidade. A fundação da NUGS-Brasil não se deu como uma mera extensão burocrática da entidade ganense, mas como uma ação política enraizada nas condições específicas da diáspora africana no Brasil. Assim, a organização surgiu simultaneamente como resposta ao silenciamento institucional e como afirmação de uma identidade negra-africana consciente, combativa e coletiva.

O processo de estruturação da União de Estudantes de Gana no Brasil (NUGS-Brasil) se baseou em princípios colaborativos, afetivos e políticos, e não partiu de um modelo formalizado com estatuto ou regimento. A organização surgiu de maneira orgânica, inicialmente como um grupo simples de WhatsApp criado por Janet Sallis, com o intuito de responder às necessidades cotidianas e urgentes dos estudantes ganenses em território brasileiro. As primeiras demandas compartilhadas incluíam indicações de cursos de português, informações sobre documentação acadêmica, apoio com traduções, bem como orientações sobre o envio de produtos e encomendas entre Gana e o Brasil. Em uma live realizada pelo Grupo de estudos “Raça Literatura e Subjetividade”, da Universidade Federal de Ouro Preto, em outubro de 2020, Sallis compartilhou o seguinte relato:

Assim, eu entrei nesse grupo... e com alguns anos aqui no Brasil, eu vi que seria importante a gente se organizar como uma associação de estudantes, né, pra poder nos reunir mesmo e ver as necessidades dos alunos que estão chegando e dos que já estão aqui, e como a gente consegue ter uma voz, também, acerca das coisas que a gente precisa, né, das nossas necessidades, porque a gente é estrangeiro de outro lugar. E a gente realmente precisava se juntar, porque os problemas normalmente são comuns, os problemas que a gente enfrenta aqui. (Mensah, 2020, transcrição nossa)

Esse grupo virtual rapidamente se consolidou como uma rede de apoio afetivo e funcional baseada na partilha de experiências e no enfrentamento comum das dificuldades da vida universitária e migrante. É importante destacar que, até o momento, a documentação sobre a NUGS-Brasil permanece escassa, e a organização possui apenas uma constituição oficial,

formalizada em 2020, construída de maneira coletiva pelos membros fundadores com base em suas vivências e nos paradigmas da NUGS (relatos orais em lives realizadas entre 2020 e 2022). Segundo o documento, entre os principais objetivos da organização estão a defesa dos direitos dos estudantes ganenses no Brasil, a promoção da solidariedade entre seus membros, o estímulo à discussão de temas como educação, desenvolvimento e relações raciais, e a contribuição para o desenvolvimento socioeconômico de Gana (NUGS-BRAZIL, 2020).

Essas diretrizes orientam uma série de ações práticas, como a organização de rodas de conversa, eventos culturais, lives temáticas, campanhas de apoio a estudantes em situação de vulnerabilidade e colaborações com coletivos brasileiros. Embora os encontros presenciais ainda sejam eventos pontuais (concentrados, sobretudo, em Brasília, São Paulo e Rio de Janeiro), a organização mantém forte presença digital e mobilização por meio de grupos e redes sociais. A NUGS-Brasil, assim, funciona como uma espécie de “embaixada afetiva” e política para os estudantes, e promove o acolhimento, a escuta e a reconstrução do pertencimento, ao mesmo tempo em que reafirma a identidade africana em contexto diaspórico.

A formalização, em 2020, ocorreu em um momento marcado pela pandemia de covid-19, quando estudantes estrangeiros em todo o mundo enfrentaram múltiplas dificuldades: isolamento social, precarização do acesso à saúde, insegurança alimentar, dificuldades financeiras e, no caso específico dos africanos no Brasil, o agravamento das experiências de racismo e xenofobia. Esse cenário intensificou a necessidade de articulação e solidariedade entre os estudantes ganenses no país. Assim, a constituição foi elaborada e oficializada justamente nesse período, como um esforço coletivo para criar uma estrutura mínima de organização, representação e acolhimento em meio à crise sanitária. A pandemia, embora restritiva no plano físico, gerou uma mobilização intensa no plano digital, impulsionando ações virtuais de escuta, formação e resistência.

Foi nesse contexto que as lives temáticas passaram a ocupar papel central na atuação da NUGS-Brasil. Organizadas por meio de redes sociais como Instagram e YouTube, as transmissões ao vivo tornaram-se espaços de visibilidade e debate, nos quais temas como gastronomia africana, experiências migratórias, enfrentamento ao racismo, autoestima da juventude negra e estratégias de sobrevivência foram discutidos de maneira horizontal, com participação ativa de estudantes e militantes brasileiros e ganenses. Essa presença constante de interlocutores do Brasil não apenas ampliou o alcance da organização, como também fortaleceu os laços entre estudantes africanos e brasileiros, criando pontes de solidariedade e reflexão

compartilhada. Ao possibilitar a escuta mútua entre diferentes vivências da diáspora, as lives reforçaram o papel educativo e político da NUGS-Brasil, ao mesmo tempo em que aprofundaram o diálogo entre Gana e Brasil para além das instituições diplomáticas formais.

Um dos marcos mais significativos desse período foi a criação da rádio *The Sankofa Show*, uma iniciativa comunicacional da NUGS-Brasil que foi além da função informativa. A rádio operava como um espaço de memória e resistência, produzindo episódios semanais com debates, entrevistas e momentos de expressão artística, como músicas e leituras poéticas. O nome *Sankofa*, palavra de origem Akan que significa “retornar e buscar aquilo que foi deixado para trás”, sintetiza a proposta da rádio: revisitar saberes ancestrais, valorizar as culturas africanas e reconstruir identidades em contexto de diáspora. Através dessa rádio, estudantes ganenses e convidados dialogavam sobre temas como educação, saúde, afetividade e espiritualidade negra, promovendo o que Paulin J. Hountondji (2008) chamaria de produção de conhecimento endógeno, uma fala que parte da experiência vivida para desafiar epistemologias coloniais.

Mesmo após o período mais crítico da pandemia, muitas dessas iniciativas continuaram ocorrendo no ambiente virtual, evidenciando o papel das mídias digitais como ferramentas fundamentais para a organização política e a construção de redes afetivas entre jovens africanos no Brasil. A pandemia, portanto, além de representar um tempo de crise, revelou-se também uma catalisadora de práticas inovadoras e colaborativas. A NUGS-Brasil, ao apostar na comunicação digital, reafirmou sua vocação como espaço de resistência e expressão, onde os estudantes não apenas denunciavam suas dores, mas também constroem formas próprias de existir, se comunicar e imaginar futuros possíveis.

Desafios da adaptação no Brasil e impactos do racismo

A escolha do Brasil como destino acadêmico por parte de estudantes ganenses não pode ser reduzida a fatores isolados ou meramente pragmáticos. Ao contrário, trata-se de uma decisão atravessada por uma complexa articulação entre oportunidades educacionais, experiências de pertencimento e imaginários culturais construídos ao longo de décadas de relações entre Gana e Brasil. A presença desses estudantes vem crescendo de forma significativa nas últimas décadas, impulsionada, entre outros fatores, pela participação de Gana no Programa Estudante-Convênio de Graduação (PEC-G), criado em 1965, mas ampliado de forma estratégica a partir dos anos 2000. De acordo com o Planejamento Estratégico da Embaixada do Brasil em Acra, em 2024

Gana registrou o maior número de aprovados da história no PEC-G, com 75 estudantes aceitos em instituições de ensino superior brasileiras (Brasil, 2024). Esse número expressivo é resultado de uma política de incentivo à cooperação educacional Sul-Sul, que, mesmo ainda marcada por tensões e limitações, oferece alternativas concretas para jovens africanos em busca de formação acadêmica internacional.

Contudo, o imaginário que sustenta essa escolha é construído também a partir de percepções muitas vezes idealizadas sobre o Brasil. Entre estudantes ganenses, circula a imagem de um país acolhedor, miscigenado e de forte herança africana, onde a cultura negra seria amplamente valorizada. Esse retrato, reforçado por produtos midiáticos e pela diplomacia cultural brasileira, quase nunca corresponde à experiência concreta de quem chega. Como aponta Sallis (2020), a chegada ao Brasil frequentemente é marcada por um choque: “é o primeiro contato real com o racismo institucional e cotidiano”, vivência que se contrasta com a experiência ganense, em que a maioria da população é negra e as relações raciais se dão em outros termos. Essa desilusão tem raiz em uma construção ideológica mais ampla, sustentada pelo mito da democracia racial, que, como analisa Sueli Carneiro (2003, p. 49), funciona como um “dispositivo ideológico que mascara e perpetua a exclusão histórica dos negros”. A expectativa de encontrar no Brasil um território acolhedor e fraterno para negros africanos é rapidamente desfeita pelas dinâmicas de exclusão que operam tanto no cotidiano universitário quanto na vida social.

Tal contradição gera frustração entre estudantes que chegam ao país motivados por um ideal de pertencimento e se deparam com formas sofisticadas de invisibilização e violência simbólica. A convivência com o racismo estrutural, a negligência institucional e os estereótipos racializados dirigidos aos corpos africanos não apenas provocam choques subjetivos, mas também funcionam como catalisadores de mobilização coletiva. É nesse contexto que surge a necessidade de criação de espaços de escuta e ação autônoma, como a NUGS-Brasil. A articulação do grupo, inicialmente motivada por demandas práticas como trocas de informações sobre moradia, documentos e bolsas, rapidamente se expandiu para incorporar questões identitárias, culturais e políticas que não encontravam lugar nas estruturas formais das universidades ou das embaixadas.

Assim, a NUGS-Brasil emerge não apenas como rede de apoio, mas como resposta coletiva a esse sentimento de deslocamento e à necessidade de reconstituir vínculos de pertencimento e dignidade em meio a uma experiência universitária por vezes marcada por

desamparo e silenciamento. Esse processo ressoa com a análise de Sueli Carneiro (2003) que denuncia o modo como o mito da democracia racial, ao apagar o conflito racial, impede a construção de políticas efetivas de inclusão e reparações. No caso dos estudantes africanos, essa negação do racismo se traduz em uma escuta institucional insuficiente, o que reforça a urgência de estruturas organizativas próprias.

A chegada desses estudantes ao Brasil é acompanhada não apenas por expectativas acadêmicas e culturais, mas também por um conjunto de desafios que frequentemente colocam em xeque sua permanência e bem-estar no país. Além do racismo estrutural, uma das barreiras mais recorrentes enfrentadas é o idioma. Embora o PEC-G ofereça o Curso de Português como Língua Estrangeira (CPLE) antes do ingresso na universidade (Brasil, 2024), o domínio da língua portuguesa exige tempo e dedicação. Muitos estudantes relatam dificuldades para acompanhar aulas, produzir trabalhos acadêmicos e lidar com demandas cotidianas logo após o início dos cursos. No caso dos estudantes ganenses, que falam majoritariamente inglês e línguas locais como o akan, ga ou ewe, esse processo de aprendizagem da nova língua exige um esforço que se soma ao enfrentamento de outras barreiras, como burocracias universitárias e falta de orientação institucional.

Essas barreiras linguísticas e institucionais, somadas à ausência de redes de apoio, tornam os primeiros meses no país especialmente vulneráveis. Foi nesse contexto que Janet Sallis, ao chegar a Brasília, vivenciou uma situação de engano e violência: acreditando ter alugado um quarto em uma república estudantil, deparou-se com um galpão precário e distante da universidade. Além do choque com as condições do local, ela conta que sofreu um furto cometido pela neta da locatária. Sem respaldo institucional, a experiência foi decisiva para que ela se mobilizasse a fim de encontrar outros estudantes ganenses e criar o NUGS-Brasil. Sallis menciona que esse episódio, embora traumático, não foi isolado: ele se soma a uma série de microagressões e situações discriminatórias que enfrentou ao longo dos anos, como olhares hostis, infantilização de sua fala e exotização de seu corpo.

Em Gana, a identidade negra é majoritária e não constitui, por si só, um marcador de exclusão; o racismo, como estrutura, está presente de maneira distinta – mais associado à presença de elites brancas estrangeiras ou à influência do capital internacional do que às relações cotidianas entre os próprios ganenses. Por isso, para muitos estudantes, a vivência no Brasil representa a primeira experiência direta com o racismo institucional e interpessoal, gerando um

impacto emocional profundo. A violência da descoberta de que a cor da pele pode ser fator de marginalização, algo que em Gana não ocupa esse mesmo lugar simbólico, desestabiliza não apenas a adaptação, mas também a autoestima, a saúde mental e o desempenho acadêmico. A escolha do Brasil como destino de estudo, que para muitos ganenses se baseia na ideia de aproximação cultural, acaba por expor contradições históricas do país em relação à sua população negra e à presença africana contemporânea.

Podemos afirmar, portanto, que a negligência com relação ao suporte habitacional, cultural e psicológico cria um cenário de extrema vulnerabilidade para esses estudantes, que frequentemente enfrentam barreiras linguísticas, culturais e raciais sem qualquer mediação institucional. É nesse contexto que se destaca a relevância de iniciativas coletivas, como a NUGS-Brasil, fundada por Sallis como resposta direta às dificuldades vivenciadas em sua chegada. A criação da organização não apenas possibilitou que estudantes ganenses se conectassem, mas também representou um gesto político de resistência e cuidado mútuo diante de um sistema que os invisibiliza. Conforme argumenta Sueli Carneiro (2005), as estratégias de autoproteção criadas por grupos racializados são fundamentais diante da omissão estrutural do Estado em garantir igualdade de condições.

A NUGS-Brasil tem desempenhado, desde sua fundação, um papel essencial no acolhimento de novos estudantes, funcionando como rede de escuta, orientação e fortalecimento identitário. A atuação da organização extrapola o suporte prático e se desdobra em ações culturais e educativas, como saraus, programas de rádio e rodas de conversa, que permitem a elaboração coletiva das experiências de deslocamento e racismo. Essas ações são também espaços de formação política e construção de vínculos, nos quais os estudantes reconhecem em si e nos outros as marcas da diáspora e do racismo estrutural brasileiro. Como discute Lélia Gonzalez (1988), a constituição de espaços de enunciação e identificação para sujeitos negros é uma estratégia vital na luta contra a alienação e o epistemicídio. Assim, a NUGS-Brasil não apenas atenua os impactos da solidão e da exclusão, mas reconfigura o espaço universitário como lugar também de pertencimento e potência negra.

O sarau literário

O Sarau Literário, realizado em 30 de novembro de 2020 pela NUGS-Brasil em parceria com o Grupo de Estudos Raça, Literatura e Subjetividade e o NEABI-UFOP, inseriu-se nas

mobilizações do Mês da Consciência Negra como um espaço de resistência e articulação intercultural. O documento central desta análise é o e-book produzido para a ocasião, que salvaguarda poemas de autores brasileiros e ganenses. Através da palavra e da oralidade, os poemas produzidos pelos estudantes de Gana e do Brasil denunciam violências cotidianas e desafiam apagamentos históricos hegemônicos. A literatura revela-se aqui um instrumento de transmissão de saberes e de manutenção e reinvenção das identidades afro-diaspóricas.

A coletânea reúne produções que exploram a vivência da diáspora, o impacto do racismo e a afirmação do orgulho negro, articulando dores individuais e coletivas. Entre as obras que compõem o volume, destacam-se: “Resistir é Mandingar”, de Ágatha Liberato, pedagoga negra formada pela UFOP; “Melanin Against the World”, de Maame, estudante ganense de biomedicina na UnB; e os poemas “Family Change in Africa” e “Testament for the First Accused: Nelson Mandela. For the Twenty Seven Years”, de autoria da embaixadora de Gana no Brasil, Abena Busia. A análise dessas produções evidencia como a literatura negra brasileira e africana se conectam e se fortalecem mutuamente no interior da NUGS.

No poema “Resistir é Mandingar”, Ágatha Liberato articula a resiliência por meio da ancestralidade e do movimento. A escolha do termo “mandingar” evoca a herança cultural e a sabedoria espiritual dos povos Mandinga em sua resistência ao colonialismo, utilizando a metáfora da mandinga como gesto de proteção, reinvenção e ocupação de espaços historicamente negados. “Melanin Against the World”, de Maame, subverte a marginalização sistemática do corpo negro ao reivindicar a melanina não como um fardo, mas como símbolo de poder e altivez, definindo a própria existência negra como um ato de insubordinação. Já as obras de Abena Busia dialogam com as fraturas da diáspora e as transformações sociais em solo africano, construindo, em seu tributo a Nelson Mandela, uma densa costura de eventos históricos.

A performance de “Resistir é Mandingar” no sarau revigorou a dimensão oral das tradições africanas e afro-diaspóricas, convertendo a palavra falada em um instrumento de tessitura identitária coletiva e de combate ao racismo. A obra de Liberato pulsa o conceito de escrevivência, cunhado por Conceição Evaristo (2020), na medida em que sua escrita emerge atravessada pela experiência pessoal e coletiva de ser mulher negra no Brasil. Longe de ser um exercício passivo de nostalgia, o poema aciona a memória ancestral como uma força viva e atuante na arena do presente, reivindicando a centralidade e o legado da cultura africana na formação da sociedade brasileira.

A obra de Maame dialoga com o pensamento de bell hooks (2014), especialmente no que se refere à construção da autoestima e da subjetividade negra em um mundo moldado pelo olhar branco. A crítica à hipersexualização das mulheres negras presente no poema também encontra eco nas discussões de Patricia Hill Collins (2009) sobre o controle social imposto aos corpos racializados. A performance do poema, carregada de emoção e intensidade, reforçou o papel da poesia falada como um meio de empoderamento e resistência, ressignificando a estética negra como um elemento central na luta contra o racismo.

O poema “Family Change in Africa”, de Abena Busia, dialoga diretamente com as discussões sobre identidade, diáspora e transformação social. A autora reflete sobre as mudanças estruturais nas configurações familiares africanas, abordando os impactos do colonialismo, da urbanização e da globalização nos laços comunitários e nas dinâmicas de gênero. Além disso, Busia destaca a resiliência das sociedades africanas diante das redefinições impostas ao longo da história. Sua obra se insere dentro de um movimento maior de produção literária africana que questiona as narrativas hegemônicas sobre o continente em geral, e sobre as mulheres africanas em específico, e resgata perspectivas internas que reafirmam a pluralidade das experiências africanas na contemporaneidade.

Após explorar as dinâmicas sociais e identitárias em “Family Change in Africa”, a análise se volta agora para outro poema fundamental de Busia: “Testament for the First Accused: Nelson Mandela. For the Twenty-Seven Years”. Nesse poema, a autora constrói uma narrativa histórica e emocional sobre a trajetória de Nelson Mandela, situando sua prisão dentro de um contexto mais amplo de resistência ao colonialismo e ao *apartheid*. Os versos não apenas homenageiam Mandela como indivíduo, mas também evocam a memória de inúmeros líderes e movimentos que lutaram contra a opressão na África e na diáspora. Por meio de uma escrita carregada de referências históricas, Busia transforma a figura do ex-presidente sul-africano em um símbolo de luta coletiva e questiona a noção de liberdade diante dos entraves do racismo. Desde os versos iniciais, o poema estabelece uma perspectiva de testemunho histórico. A autora evoca a memória de Patrice Lumumba e Sylvanus Olympio, líderes africanos assassinados nos anos 1960, como um prenúncio da violência que caracterizou os processos de descolonização na África. Essa introdução sugere que a prisão de Mandela não foi um evento isolado, mas parte de uma longa trajetória de perseguição política contra aqueles que desafiaram a dominação imperialista.

Nesse contexto, o sarau literário promovido pela NUGS-Brasil e o e-book que o documenta não são apenas registros de um evento pontual, mas ações que reafirmam a importância da produção intelectual e cultural dos estudantes ganenses no Brasil. O evento se configura como um espaço em que esses estudantes podem compartilhar suas experiências, elaborar suas vivências em um país marcado pelo racismo estrutural e reafirmar suas identidades a partir da palavra escrita. A produção do e-book assegura que essas trocas ultrapassem o momento do sarau e permaneçam acessíveis a outros estudantes e pesquisadores interessados nas relações Brasil-África. Dessa forma, a literatura se reafirma não apenas como um meio de expressão artística, mas também como uma estratégia de resistência e conexão entre esses jovens ganenses, fortalecendo redes de pertencimento e criando pontes entre suas trajetórias e as discussões mais amplas sobre diáspora, identidade e antirracismo.

Referências bibliográficas

- ALMEIDA, Silvio Luiz de. **Racismo estrutural**. São Paulo: Leya, 2019.
- CARNEIRO, Sueli. **A construção do outro como não-ser como fundamento do ser**. 198 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo. 2005.
- CARNEIRO, Sueli. **Mulheres em movimento**. Estudos Avançados, v. 17, n. 49, p. 117-132, 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142003000300008>. Acesso em: 11 de junho de 2026.
- COLLINS, Patricia Hill. **O pensamento feminista negro: saberes, consciência e política do empoderamento**. São Paulo: Unesp, 2009.
- EMBAIXADA DO BRASIL EM ACRA. **Planejamento Estratégico 2023–2025**. Ministério das Relações Exteriores, 2024.
- EVARISTO, Conceição. A escrevivência e seus subtextos. In: DUARTE, Constância Lima; NUNES, Isabella Rosado. **Escrevivência, a escrita de nós: reflexões sobre a obra de Conceição Evaristo**. Rio de Janeiro: Mina Comunicação e Arte, 2020.
- GONZALEZ, Lélia. **A categoria político-cultural de amefricanidade**. Tempo Brasileiro, n. 92, p. 69–82, 1988. Disponível em: [GONZALEZ, Lélia. A categoria político-cultural de amefricanidade. .pdf](#). Acesso em: 11 de junho de 2026.
- hooks, bell. **Ensinar a transgredir: a educação como prática da liberdade**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.
- HOUNTONDJI, Paulin J. **Saberes africanos e a filosofia**. São Paulo: Selo Negro, 2008.

NATIONAL UNION OF GHANA STUDENTS (NUGS). **About Us**. Disponível em: <https://nugs.org.gh/about-us/>. Acesso em: 10 de junho de 2026.

NATIONAL UNION OF GHANA STUDENTS – BRAZIL. **Constitution of NUGS Brazil**. 2020.

NUGS-BRASIL. **A influência do racismo na tomada de decisão**. Facebook, 7 de julho de 2020. Disponível em: <https://www.facebook.com/100079802143918/videos/2783810081853873>. Acesso em: 10 de junho de 2026.

Vozes e corpos negros em Sagarana, de Guimarães Rosa

Ana Carolina Santos Carvalho

Mestranda em Literatura, Cultura e Tecnologia

Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG)

anacarollinas2@hotmail.com

Resumo: Este trabalho apresenta os resultados de uma pesquisa de Iniciação Científica que investiga as expressões artístico-culturais afro-brasileiras na obra *Sagarana* (1946), de João Guimarães Rosa. Por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar, articulando literatura, história e performance, a análise foca em como personagens negros deixam de ser figurantes para se tornarem articuladores das narrativas e guardiões de saberes ancestrais, como o congado, a medicina de ervas e a religiosidade sincrética. O estudo examina a tensão entre modernidade e tradição, observando como a oralidade e a memória coletiva resistem ao silenciamento histórico. Conclui-se que a escrita rosiana, ao incorporar vozes e corpos negros, expande o cânone literário e contribui para a compreensão da identidade nacional plural e da resistência cultural afrodescendente no sertão mineiro.

Palavras-chave: Literatura; Memória; Sertão.

Introdução

Este trabalho é resultado de uma pesquisa de Iniciação Científica realizada no programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagens (POSLING) do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG), sob orientação do professor Dr. Roniere Silva Menezes. O estudo defende que as expressões artístico-culturais afro-brasileiras em *Sagarana* (1946), de João Guimarães Rosa, ultrapassam a condição de mera figuração, revelando-se como elementos articuladores fundamentais para a construção plural do sertão rosiano. Para isso foram realizadas leituras críticas dos nove contos que compõem o livro, assim como textos sobre a vida e obras do autor e publicações ligadas à noção de oralidade, expressões artísticas e culturais afrodescendentes, literatura, performance e memória.

As histórias posicionam os personagens negros não como meros figurantes, mas como articuladores das narrativas, além disso, o autor insere expressões vivas da cultura negra como o congado, a feitiçaria, religiosidade e as quadras populares coletadas e criadas pelo autor. Rosa não omite o preconceito racial nas narrativas, ao mesmo tempo ressalta a força da tradição popular,

em especial de matriz afro-brasileira, principal objeto de interesse desta pesquisa. Historicamente o povo negro brasileiro, mesmo sendo submetido ao silenciamento e ao regime escravista, soube criar estratégias para manter vivos os saberes, a religiosidade e as expressões artísticas. Em *Sagarana* a presença negra, muitas vezes aparece de forma sutil, que demanda uma leitura atenta aos vestígios, aos rastros e aos pequenos sinais, deslocando o foco dos grandes acontecimentos para valorizar as dimensões pequenas das histórias.

Por meio de uma abordagem qualitativa e interdisciplinar que articulou temas ligados à literatura, arte, cultura e história, a investigação examinou cantos, narrativas orais, hábitos, rezas e performances dos personagens negros no livro, levando em consideração o lugar social do autor, uma vez que Guimarães Rosa era um homem branco, médico, escritor e diplomata que não tem objetivo de trazer em sua produção a discussão sobre a cultura afro-brasileira, mas ao escrever as histórias ancoradas em Minas Gerais do início do século XX, termina por deixar eclodir em sua escrita figuras afrodescendentes. Assim, além da rica produção ficcional, o trabalho permite compreender melhor o país, a história, a cultura e o povo brasileiro. Portanto, por meio da investigação sobre cultura popular, a oralidade, a relação entre literatura e história, sobre raça e comunidade, os contos contribuem para melhor compreensão da noção a respeito da criação artística.

Rosa e Sagarana

Os primeiros caminhos da pesquisa levaram a entender as origens e a relação de Rosa com o território mineiro. Esse vínculo com os espaços do sertão iniciou-se desde os primeiros anos de vida. Nascido em Cordisburgo, o escritor passou parte da infância ouvindo histórias contadas por frequentadores da venda próxima à estação ferroviária e que pertencia a seu pai. Conviveu com “mascates, garimpeiros, praças da polícia, fazendeiros, caçadores e, principalmente, vaqueiros (...). (MENEZES, 2008, p.179) Embora tenha passado parte de sua vida afastado do sertão mineiro, ao longo desse período de sua vida, Rosa esteve envolvido em projetos relacionados às artes e à cultura.

Nesse sentido, a análise das fontes permitiu identificar um conjunto de aspectos que marcam as obras do autor. Muitos elementos estão ligados aos conflitos entre modernidade, tradição, tecnologia e natureza, especialmente em um momento de profundas mudanças no país.

A publicação de Sagarana, em 1946, foi considerada um acontecimento que marcou a renovação da prosa brasileira em um cenário pós-guerra. (BONOMO, 2011, P. 34)

Embora a obra tenha raízes em 1937, sua elaboração, nos anos em que Rosa atuou como cônsul-adjunto em Hamburgo (1939-1942) reflete a inquietação de um mundo transformado pelas tecnologias que tensionam as fronteiras do regionalismo tradicional. Esse cenário explica o conflito entre modernidade e tradição no plano da obra, em que a natureza e o mundo “bárbaro e informe” do interior ganham “expressão universal” a partir do rigor de uma técnica estética civilizada. Assim, a obra de Rosa reflete a tensão entre o local e o global, mediando a realidade sertaneja com as profundas mudanças de um século marcado pela velocidade e por avanços. (BONOMO, 2011, p. 41)

Essa articulação entre o local e o universal ganha materialidade na análise dos contos. Nos textos de *Sagarana*, por exemplo, os lugares e personagens cuja análise norteou a pesquisa, possuíam conhecimentos técnicos sobre o trato com os animais, plantações, relação com o espaço, saberes medicinais, lendas e crenças populares. O conhecimento técnico, no contexto das histórias, é uma das bases da modernização e do consumo do lugar. (MENEZES, 2008, p.179)

Dentre esses aspectos, destaca-se a cartografia do esquecimento, uma forte característica das obras de Rosa. O termo, que originalmente remete à ideia de traçar mapas, definir fronteiras e delimitar espaços físicos, ganha na prosa rosiana uma dimensão sensível. Essa cartografia não se limita a registrar as ausências, mas atua como um mecanismo fundamental para a própria manutenção da memória do sertão. Ao mapear o que a modernidade marginaliza ou apaga, como as velhas estradas de boiada, os causos antigos, a fauna nativa e os modos de vida tradicionais, Rosa transforma o esquecimento em um espaço de resistência e preservação de uma oralidade e de uma ancestralidade que, de outro modo, desapareceriam. Nesse sentido, fixar essas fronteiras invisíveis e registrar o saber do homem sertanejo diante do seu meio natural torna-se um ato de salvaguarda histórica, conforme se observa no seguinte fragmento do conto “Sarapalha”:

Tem os paturis...Tem os patos de cara vermelha... Tem o marreco de bico grande, e outro azulado, e um com enfeite de muitas cores... Tem o marrequinho rabudo, que assobia... Tem os irerês... tem as garças. Uma porção!... Mas não é toda raça de bicho de pena que voa por cima do rio, não senhor: gavião, passa dos grandes, dos de penacho, aguiados, sempre vindo do sertão... E nunca que voltam, parece que os outros matam esses, por aí... Eu cá nunca mato pássaro nenhum. O carapinhé costuma passar também, mas só

quando vem voando atrás de passarinho pequeno, querendo
pegar... (ROSA, 2015, p. 152)

O trecho destacado demonstra o conhecimento sobre o espaço geográfico e biológico que constitui uma cartografia viva e afetiva. A nomeação das espécies e a observação de seus hábitos de voo e fluxos migratórios revelam a profundidade dos saberes dos sujeitos que habitam o espaço. Ao registrar essa oralidade e esse domínio popular sobre a natureza, a escrita de Rosa resgata uma herança cultural que a modernidade tende a invisibilizar. Nesse sentido, o esquecimento é combatido pelo ato de nomear o sujeito da narrativa, ao mapear cuidadosamente o seu meio, atua como guardião de uma memória coletiva que torna o sertão um espaço universal.

Vozes e corpos negros em Sagarana

A análise dos contos de *Sagarana* revelou que a relação de Guimarães Rosa com o sertão vai muito além do ambiente onde nascem as histórias; ela está presente na construção de personagens vinculados ao espaço e aos seus saberes. A obra literária, constata que os sujeitos afrodescendentes, não ocupam o papel de meros figurantes, mas surgem como articuladores das histórias e do misticismo sertanejo. Nesse sentido, os corpos e vozes negras, surgem em contextos específicos e com posições e atividades distintas, relacionadas aos saberes e domínios ancestrais desse grupo, como, por exemplo, os trabalhos domésticos, cuidados com os animais, o protagonismo negro infantil em contexto de subsistência e a relação com o misticismo e a religiosidade.

As mulheres negras surgem nas histórias em posições realizando atividades domésticas. Em “O Burrinho Pedrês”, Maria Camélia, por exemplo, é retratada como uma mulher preta que desempenha atividades domésticas, servindo café ao Major, dono da fazenda e contando às mulheres da cozinha o que acontece nos espaços da casa, que poucas transitam. Maria Camélia mulher tem acesso aos espaços da casa e constata-se uma proximidade com o major através dos diálogos entre os personagens. (ROSA, 2015, p. 34). Assim como no conto “Minha gente”, o personagem principal avista e interage com uma mulher preta jogando milho para os animais.

Sob outra perspectiva, no conto “Sarapalha”, o autor insere uma personagem na história, a “negra velha”, que morava na fazenda. A maneira como Rosa descreve o lugar, uma fazenda denegrada e desmantelada do tempo dos escravos:

É aqui, perto do vau da Sarapalha: tem uma fazenda, denegrida e desmantelada; uma cerca de pedra-seca, do tempo de escravos; um rego murcho, um moinho parado; um cedro alto, na frente da casa; e, lá dentro, uma negra, já velha, que capina e cozinha o feijão. Tudo é mato, crescendo sem regra; mas, em volta da enorme morada, pés de milho levantam espigas, no chiqueiro, no curral e no eirado, como se a roça se tivesse encolhido, para ficar mais ao alcance da mão. (GUIMARÃES ROSA, 2015, p. 122)

Ao adotar a expressão “do tempo dos escravos” e descrever o abandono do espaço - o mato crescendo desmedidamente em volta da “enorme morada” - entende-se que o local abrigou uma produtiva fazenda e que restou apenas a decadência do patriarcado rural, principalmente em Sarapalha que foi devastada pela doença. A personagem da “Negra velha” aparece na narrativa fazendo serviços domésticos na fazenda do primo Ribeiro, cozinhando feijão, cortando lenha, fazendo café, cuidando da roça e da saúde dos primos. Em dois momentos da história, o primo Argemiro a chama quando o primo Ribeiro está em péssima condição de saúde, em uma das vezes ela a grita pelo nome “Ceição”, é a única vez que o autor coloca o nome da personagem.

Por outro lado, no conto “A hora e vez de Augusto Matraga”, o casal de idosos negros vai além das tarefas domésticas; eles personificam a caridade cristã e o acolhimento. A atuação do casal ao desempenharem papéis de servidão e trabalhos voltados à sobrevivência, como o preparo de alimentos, o zelo pelo ambiente e os cuidados ao homem em situação de debilidade física, transformam a rotina laboral em um exercício de caridade cristã. Ao se dedicarem ao cuidado, a servidão deixa de ser um estigma e passa a ser uma ferramenta de humanidade, onde o trabalho doméstico e o domínio das ervas tornam-se os fundamentos que permitem a reconstrução do pessoal de Augusto Matraga.

Para além da presença de pessoas negras adultas, é possível observar uma participação ativa das crianças negras nos contos de *Sagarana*. Guimarães Rosa retrata a infância negra através da servidão e resiliência. Nas histórias observa-se como, desde cedo elas são inseridas em um contexto de servidão e aprendizado, em que o trabalho doméstico ou no campo não é apenas uma tarefa, mas uma estratégia de sobrevivência e adaptação ao meio social. Ao longo das histórias, percebe-se que se referem às crianças negras, principalmente em situações que envolvem o cuidado e o tratamento dos animais, chamando-os de “mulatinho” ou “toquinho de preto”.

Em “O burrinho pedrês”, durante a conversa dos personagens surge a referência a um menino negro de sete anos, descrito de maneira pejorativa como “toquinho de preto”, “magrelo” e de “olhos graúdos” (ROSA, 2015, p. 69):

Um negrinho, que tinha também. Assinzinho, regulando por uns sete anos, um toquinho de gente preta... O fazendeiro que vendeu o gado pediu a seu Saulinho para trazer, para entregar a um irmão, no Curvelo, e seu Saulinho prometeu... A' pois, o tal pretinho era magrelo, com uns olhos graúdos, com o branco feio de tão branco, que até mesmo, Deus que me perdoe, mas eu acho que alguns pretos têm o branco-dos-olhos assim só para modo de assombrar a gente!... E, aquilo, ele chorava, sem parar, e de um sentir que fazia pena... Não adiantava a gente querer engambelar nem entreter... Eu pelejei, pelejei, todo-o-mundo inventava coisa para poder agradar o desgraçadinho, mas nada d'ele parar de chorar... (ROSA, 2015, p. 69)

O garoto, encarregado de acompanhar o gado, chorava pela separação dos animais, expressando sua dor em um canto melancólico: “*Ninguém de mim / Ninguém de mim / tem compaixão*” (ROSA, 2015, p. 71). Esse episódio sensibiliza o personagem João Manico e reforça a presença da oralidade como expressão de sofrimento e resistência.

Do mesmo modo, no conto “Minha Gente”, o personagem principal, interage com um garoto e com o intuito de distrair-se, promete dar dois mil-réis ao menino para ele pegar uma ave chamada Vira-saia, sem o milho para ajudar. O menino descrito pelo autor como “negrinho” captura o animal e ainda consegue pedir a mais, dois mil-réis ao contar uma história ao homem sobre ter perdido seu chicote nas matas e precisou prometer o dinheiro às almas, caso o achasse.

Embora Guimarães Rosa nem sempre deixa claro a etnia de seus personagens, a raça é revelada por meio de marcadores sociais, descrições físicas sutis e pelo próprio contexto das atividades desempenhadas. Dessa forma, a identidade racial em *Sagarana* constrói-se de maneira implícita, permitindo que o leitor depreenda a negritude a partir de elementos culturais inseridos na narrativa. No conto “Conversa de bois”, o menino Tiãozinho e seu falecido pai são pessoas negras. Essa dedução baseia-se no tratamento violento e desumano que Agenor Soronho, um homem ruivo com “mãos sardentas”, pratica com o garoto. Ele ameaça “acabar com a boa vida” de Tiãozinho, um comportamento que se insere em um contexto de relações de poder, opressão, preconceito racial e de classe.

Para além das relações de trabalho e sobrevivência mencionadas, a identidade dos personagens negros em *Sagarana* encontra-se enraizada nas práticas religiosas. Esta não se limita ao catolicismo, mas se manifesta em um sincretismo rico, onde o conhecimento de rezas, ervas e

rituais de matriz africana confere a esses indivíduos um papel de detentores de uma sabedoria ancestral no sertão.

Essa presença mística manifesta-se, como por exemplo, em contos como “Corpo fechado”, onde a religiosidade brasileira está no centro da história. O personagem Manuel Fulô, descrito como um homem simples, que trabalha pouco e esteve por um tempo convivendo com os ciganos, demonstra diversos preconceitos em suas conversas. Ao se referir a um amigo negro, “Miligido”, um dos homens valentões do vilarejo já falecido, Fulô, ao descrever o personagem como um home preto, e com pouco conhecimento. Ao citar o amigo “Miligido”, conhecido na cidade pelo comportamento violento, Manuel Fulô o descreve como um homem preto de pouco conhecimento.”(...) Esse era um homem bom... homem justo. O que ele era preto... mais preto que os outros pretos, engomado de preto... Eu acho que ele era preto até por dentro! Mas foi meu amigo.” (ROSA, 2015, p. 233).

Além da descrição de Miligido, Fulô traz outra informação sobre o personagem: “(...) um dia ele me deu uma escova de dente, quase nova... Eu acho que ele encontrou a tal nalgum lugar e não sabia que serventia aquilo tinha...” (ROSA, 2015, p. 233).

Contudo, a vulnerabilidade do personagem diante do perigo, quando ameaçado pelo valentão da região, é o ponto de virada em que o misticismo assume o controle. Então recorre-se ao ritual do “corpo fechado”, que não aparece apenas como superstição, mas como uma estratégia de proteção e sobrevivência. Ao conferir ao personagem negro o domínio sobre o sagrado e o invisível, Rosa subverte a hierarquia social, transformando a sabedoria ancestral no elemento motor que soluciona o conflito principal.

Por outro lado, o conto aborda a religiosidade e o misticismo, mas também a prática de saberes sobre as ervas medicinais dominadas pelas pessoas negras. Manuel Fulô, em uma conversa, conta sobre a ocasião em que recorreu-se aos serviços do boticário, “Raymundo”, quando estava com uma questão de saúde, entretanto, ao falar do “Toquinho das Pedras”, afirma que tem ódio do homem e menospreza seus trabalhos de pedreiro. Chama-o de feiticeiro por vender garrafada de raiz de mato e o critica por andar sujo e não sabe ler nem escrever. Ademais, ao descrever Toquinho como um “homem das águas, das pedras e de alma de pajé” (ROSA, 2015, p.253), Fulô atribui a ele traços que sugerem uma origem tanto negra quanto indígena. Tal descrição pode indicar a mestiçagem das identidades, ou apenas a confusão do personagem ao definir a etnia do homem.

O conto “São Marcos”, o misticismo surge como forma de punição e cura. A narrativa revela o embate entre o personagem, um médico chamado Izé (José) e um feitiçeiro, João Mangolô, um homem negro que morava em um lugar simples e afastado. Embora Izé conviva com pessoas que respeitavam a feitiçaria e a bruxaria e acreditavam nelas, como por exemplo, Nhá Tolentina, Dona Cesária e o menino Deolindinho, o médico além de debochar e desacreditar, não tinha simpatia pelo feitiçeiro e o ofendia com palavras racistas e preconceituosas sempre que o encontrava, “negro é cachaceiro”, “negro é vagabundo” e “negro feio”.

Diferente de “Corpo fechado”, em “São Marcos” a relação com o oculto deixa de ser apenas um pedido de proteção e passa a ser uma demonstração de poder sobre os sentidos humanos, especificamente por meio da figura do feitiço realizado por Mangolô, que após muitas ofensas e ameaças, priva o protagonista da visão, conduzindo-o a uma jornada de experiências e reconhecimento das forças do sertão. O conto reforça a ideia de que o saber ancestral negro e sertão detém o controle sobre a realidade, subjugando até mesmo aqueles que se consideram superiores pela cor, instrução e classe social.

Aprofundando a discussão sobre a agência dos personagens negros, no conto “A Hora e Vez de Augusto Matraga” a narrativa apresenta a servidão doméstica e é ressignificada pela caridade. O casal de idosos negros deixam de ser auxiliares para se tornarem os responsáveis pela sobrevivência de Matraga, unindo orações e tratamentos fitoterápicos em um processo de cura. O casal de negros tem um apego à devoção e à fé cristã católica e à Nossa Senhora do Rosário.

Essa relação entre o saber sobre ervas medicinais e a religiosidade demonstra que a redenção de Augusto Matraga é, antes de tudo, fruto do amparo negro. Ao aceitar o cuidado e os conselhos do casal, o protagonista, que era um homem violento e arrogante, submete-se a uma nova forma de vida, baseada na humildade e na paciência. É importante destacar que o modo de vida do casal reflete a união entre a ancestralidade negra e a devoção católica. Portanto, a agência desses personagens é o que viabiliza a transição de Matraga de um homem “perdido” para alguém que, finalmente, encontra sua “hora e vez” através da caridade recebida.

Rosa vai além da descrição de personagens e usa caminhos geográficos para mapear os espaços de vivências e sociabilidade das pessoas negras. Na novela “Duelo”, a Festa do Rosário aparece como refúgio do personagem Turíbio Todo que durante sua fuga, participou da celebração, dançando, assistindo peças de teatros e leilões ali realizados. (ROSA, 2015, p. 145). Em outra passagem, o Congado é citado destacando as festividades e dedicação da comunidade,

como na novela “Corpo Fechado”, durante uma conversa dos personagens, a manifestação é referenciada: (...) “a festa que os pretos davam a vida, que por sinal leva três dias, mas exigem que os ensaios duram o ano inteiro” (ROSA, 2015, p.236). O autor ainda menciona elementos como mucambos (ROSA, 2015, p. 109) e caminhos construídos por negros cativos (ROSA, 2015 p. 153). Essas menções demonstram o compromisso do escritor em registrar e mapear os espaços ocupados por pessoas negras e a permanência da cultura afro-brasileira no sertão.

Episódios assim evidenciam como Rosa insere, por meio de pequenos recortes, personagens e práticas da população negra no universo sertanejo, ainda que marcados pela hierarquia da época em que a obra foi escrita. Ao mesmo tempo, os contos preservam traços da cultura popular afro-brasileira, por meio de cantos, práticas religiosas, atividades domésticas atribuídas a pessoas negras e saberes sobre ervas medicinais. Dessa forma, os contos articulam a memória, oralidade e imaginário sertanejo, sem apagar a presença, ainda que marginalizada, da população negra no cenário narrado.

Guimarães Rosa e a canção popular

As quadras populares são trechos reconfigurados e criados por Guimarães Rosa. Elas se ligam à vida cotidiana, à memória coletiva e às experiências compartilhadas. Partem de uma filosofia gerada muitas vezes a partir da observação da natureza. A música está ligada aos sons sertanejos, mas recebe sua expressão em diversas quadras cantigas. (MENEZES, 2019, p. 330). Os estudos de Roniere Menezes (2019) caracterizam o papel das quadras populares presente no livro *Sagarana*, e busca refletir a respeito das canções do álbum *Remanso de Rio Largo*, do cantor e compositor Celso Adolfo. O álbum foi lançado em 2018 e é um trabalho marcado por uma recriação que presta uma homenagem a Rosa. Assim, Menezes reflete sobre as quadras populares e as canções do álbum, destacando a relação entre a música, literatura e cultura popular, investigando as fronteiras artísticas e a própria noção de hierarquia dos campos artísticos literários.

O estudo demonstra que as quadras possuem uma diferença quando apresentadas. As quadras não aparecem apenas como pano de fundo, ao invés disso dialogam com a narrativa, as canções são vistas como coro, comentário, mas possuem vida própria, e dialogam com temas ligados ao amor, natureza, boi, lamento, humor (MENEZES, 2019, p. 330). Além de ser acompanhado de diversos saberes em oposição ao período no qual o livro foi escrito. Por meio

das críticas do próprio autor, dialogando com João Condé, Antônio Cândido e Mário de Andrade destacam a importância das quadras e das músicas sertanejas. Neste ensaio, Menezes (2019) aproxima-se essas reflexões aos pensamentos de Mário de Andrade observando como ambos valorizam os saberes populares. Essa inovação insere na literatura brasileira elementos artísticos que legitimam a cultura do sertão. (MENEZES, 2019, p 336)

“Todo passarinh’ do mato
tem seu pio diferente
Cantiga de amor doído
não carece ter rompante...”
O burrinho pedrês, p. 44

O autor destaca que as criações musicais de Celso Adolfo, do cantor Tom Jobim, assim como as produções do escritor mineiro, contribuíram para o resgate da memória e da cultura do sertão. Guimarães Rosa propôs a inovação da língua e resgatou palavras e expressões arcaicas. Jobim usou as narrativas, contos e poemas como inspiração para seus trabalhos e no caso de Celso Adolfo inovou a canção contemporânea buscando recursos esquecidos pelo tempo e levando características da cultura popular oral do sertão para os seus lugares de origem. Apesar dos desafios enfrentados pela diferença de contexto e tipo de trabalho produzido, Adolfo e Rosa têm pontos em comum, como duas pessoas do interior de Minas Gerais e os interesses pela cultura oral sertaneja herdada pelo autor.

Nesse sentido, a obra de Rosa assim como as canções do Celso Adolfo evidencia que os suportes de artes são fundamentais para a salvaguarda da identidade do sertão, assim como a valorização das expressões tradicionais, a linguagem e a memória coletiva do sertão. Ressaltam-se as raízes compartilhadas dos autores, sendo ambos do interior de Minas Gerais, isso demonstra como a identidade regional pode servir de base para criações que dialogam com a contemporaneidade, rompendo barreiras e relatando as riquezas deste território. Ao fazer isso, Rosa e Adolfo contribuem para construção de uma identidade nacional plural, onde as tradições populares que por muito tempo foram vistas como inferiores, nesse contexto ocupam um lugar de resistência e inovação artística.

Conclusão

Esta pesquisa buscou investigar os vestígios, os rastros e os pequenos sinais da presença afro-brasileira em Sagarana (1946), constatando que essa participação ultrapassa o lugar de mera

figuração. Verificou-se que os sujeitos negros se constituem como articuladores das narrativas e do misticismo do sertão, detendo saberes que movem as histórias se subvertem as hierarquias sociais e intelectuais da época. Personagens como João Mangolô, em seu domínio sobre o oculto, e o casal de idosos de Augusto Matraga, através da caridade e dos saberes sobre ervas, demonstram que o saber ancestral negro detém o controle sobre a realidade, subjugando até mesmo aqueles que se consideravam superiores pela instrução ou classe social.

Ao longo da análise, observou-se como a escrita rosiana se deixa atravessar pela vida ao integrar elementos da canção popular, as quadras e os ritos do Congado e da Festa do Rosário. Essas manifestações não surgem como simples pano de fundo, mas como batidas que modulam a própria escrita, permitindo enquadrar a obra sob a ótica da literatura em campo expandido. Essa abertura do cânone é fundamental para o resgate de uma memória coletiva que a modernidade muitas vezes tentou invisibilizar, devolvendo a dignidade a corpos e vozes negras representadas para além dos estereótipos de servidão ou hipersexualização.

Em última análise, o estudo revela que a universalidade do sertão de Rosa é inseparável da resistência e da reinvenção das comunidades negras. Ao mapear esses espaços de sociabilidade e saberes tradicionais, o trabalho propõe um questionamento político necessário sobre a lógica de controle da produção intelectual no Brasil, que historicamente excluiu essas vozes da tradição canônica. Conclui-se que a obra de Rosa, ao permitir que esses saberes eclodam em suas histórias, reafirma a influência vital da cultura afro-brasileira na construção de uma identidade nacional plural e democrática, transformando o esquecimento em um espaço de salvaguarda e inovação artística

Referências bibliográficas

BENJAMIN, Walter. **Magia e técnica, arte e política: ensaios sobre literatura e história da cultura**. São Paulo: Brasiliense, 1994. p. 197-221.

BENJAMIN, Walter. **Sobre alguns temas em Baudelaire**. In: **Charles Baudelaire, um lírico no auge do capitalismo**. Tradução: José Martins Barbosa, Hemerson Alves Baptista. São Paulo: Brasiliense, 1989. p.114-119

BONOMO, Daniel Reizinger. **No surgimento de Sagarana**. Opiniões: Revista dos alunos de Literatura Brasileira, São Paulo, v. 1, n. 3, p. 32-47, 2011.

DALCASTAGNÈ, Regina. **Um território contestado: literatura brasileira contemporânea e as novas vozes sociais.** Iberic@l, 2012, 2, pp.13-18

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura: uma entrevista com Jacques Derrida.** Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014. p. 7-39.

HALL, Stuart. **Que “negro” é este na cultura negra?** Lugar Comum:Rio de Janeiro, n. 13-14, p. 147-159, 2001

LUDMER, Josefina. Literaturas pós-autônomas. **Ciberletras** – Revista de crítica literaria y de cultura, n. 17, julho de 2007.

LUDMER, Josefina. Literaturas postautônomas: otro estado de la escritura. **Revista Dossier**, Universidade Diego Portales, n. 17, 2012.

MENEZES, Roniere. **Mário de Andrade: arquivo, tradução e traição da memória.** In: SAID, Roberto & SÁ, Luiz Fernando Ferreira. Jacques Derrida: entreatos de leitura e literatura. Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2014, p. 235-249.

MENEZES, Roniere. **Cantigas de Sagarana na voz de Celso Adolfo.** Eixo e Roda: Revista de Literatura Brasileira, Belo Horizonte, v. 28, n. 1, p. 329-352, 2019.

MENEZES, Roniere Silva. **O traço, a letra e a bossa: arte e diplomacia em Cabral, Rosa e Vinicius.** 2008. 373 f. Tese Doutorado em Literatura Comparada – Faculdade de Letras, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008. p. 163-211

MARTINS, Leda Maria. **Afrografias da memória: o reinado do Rosário no Jatobá.** Belo Horizonte: Mazza Edições, 1997

NASCIMENTO, Evando. **Literatura no século XXI: expansões, heteronomias e desdobramentos.** Revista Brasileira de Literatura Comparada. 2016. p. 1-31.

ROSA, João Guimarães. **Sagarana.** 27. ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2015.

STARLING, Heloisa **Maria Murgel. Tom & Rosa.** Revista USP, São Paulo. p. 110–123, 2010.

Os invisíveis do bicho: Trabalhadores subalternos e repressão no Jogo do Bicho em Belo Horizonte (1897–1927)

Lucas Gabriel Gonçalves Correa

Graduando em História

Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais (PUC Minas)

lchistoria0@gmail.com

Resumo: O presente artigo analisa a participação de trabalhadores subalternos na dinâmica do Jogo do Bicho em Belo Horizonte entre 1897 e 1927, tendo como pano de fundo a trajetória dessa prática desde sua criação no Jardim Zoológico do Rio de Janeiro até sua difusão e consolidação na capital mineira. Com base na análise de processos criminais, relatórios policiais e periódicos da época, investiga-se a circulação do jogo em diferentes espaços urbanos, bem como as formas pelas quais a repressão estatal incidiu sobre os segmentos mais vulneráveis envolvidos nas apostas, enquanto os principais articuladores da atividade permaneciam, em grande medida, distantes dos autos judiciais. Ao evidenciar a atuação desses personagens frequentemente invisibilizados pela historiografia, mas marcados nas páginas processuais, o artigo busca contribuir para compreensão a loteria clandestina não apenas como uma contravenção, mas como um fenômeno urbano profundamente relacionado às estratégias de sobrevivência, às formas de trabalho informal e às dinâmicas sociais que marcaram a formação da cidade forjada sobre ideais republicanos.

Palavras-chave: Contravenção; História urbana; Subalternidade

O jardim que abrigou o jogo:

A criação da loteria clandestina conhecida como “Jogo do Bicho” remonta ao esforço do empresário João Viana Drummond, o Barão de Drummond, em viabilizar seu Jardim Zoológico, localizado na recém-criada Vila Isabel e inaugurado em 1888. Originalmente concebido como um centro de lazer e vanguarda científica (MORAES, 2021), o empreendimento teve como inspiração os modelos europeus e a aprovação para construção do mesmo foi noticiada pelo jornal O Fluminense, no dia 06 de setembro de 1884:

O ministerio do imperio declarou á Illma. camara municipal, em resposta ao officio de 3 de Setembro ultimo, que é aprovado o contrato que a mesma camara celebrou com o commendador João Baptista Vianna de Drummond, para por si ou por companhia por elle organizada, **estabelecer no bairro de Villa-Isabel um jardim zoologico, semelhante aos que ha em algumas**

idades da Europa. (JORNAL DO COMMERCIO, 1884, p. 2) [Grifo próprio]

Antes da abertura oficial do estabelecimento, a Companhia Jardim Zoológico passou a veicular anúncios na imprensa garantindo que todos os bondes da linha de Vila Isabel estendiam seu trajeto diretamente até o local, onde a própria empresa havia construído uma estação de desembarque. Segundo o anúncio, publicado em 08 de janeiro de 1888, esta abertura antecipada visava atender aos pedidos do público, desta forma, o nova atração carioca abriu suas portas para visitação antecipada, mediante cobrança de ingressos diferenciados por faixa etária (500 réis para maiores de 12 anos e 200 réis para crianças), cobrando taxas extras para a entrada de carros, cavaleiros e velocípedes que desfrutavam de uma espaçosa rua interna de 1.300 metros de extensão.

A directoria da Companhia Jardim Zoologico, attendendo a constantes pedidos do publico, para visitar o jardim onde já se podem vêr muitos animaes, boas construcções e grande parte do terreno ajardinado, deliberou franquear a entrada todos os dias do dia 6 do corrente, das 6 horas da manhã ás 6 da tarde. O preço será para pessoas maiores de 12 annos 500 rs., de 6 a 12 annos 200 rs. e gratis aos menores de 6 annos. [...] Todos os carros da Villa Isabel vão até o jardim, onde a companhia fez uma estação. (JORNAL DO COMMERCIO, 1888, p. 2)

A inviabilidade financeira decorrente dos pesados encargos de manutenção do Jardim Zoológico compeliu a sua respectiva sociedade anônima a pleitear auxílio junto ao parlamento imperial. Em petição enviada à Câmara dos Deputados em junho de 1888, João Batista Viana Drummond articulou um discurso pautado na utilidade patriótica do estabelecimento, oferecendo como contrapartida a cessão de espécimes mortos ao Museu Nacional e a construção de pavilhões para exposições agrícolas. O lobby político logrou êxito temporário junto à Comissão de Orçamento, que recomendou isenções fiscais urbanas e aduaneiras para a importação de animais.

O que chama a atenção ao analisar os pedidos do Barão nas sessões dos deputados é o indício de que as finanças do zoológico cruzariam o limiar das apostas urbanas, pois no dia 14 de agosto do mesmo ano, o empresário lançou um novo alvitre para a Camara de deputados:

Existem actualmente nesta cidade varios prados de corridas, nos quaes o movimento das apostas sobe a milhares de contos annualmente, revertendo 10 % da somma bruta para beneficio das respectivas sociedades. Não seria possivel estabelecer por lei que desses 10 % deduzidos 1 ou 2 % fossem destinados a estabelecimentos pios ou de reconhecida utilidade publica, como o Jardim Zoologico? Obter-se-ia assim facilmente não pequena quantia, sem gravame

para o contribuinte, **pois só o jogo, que convém reprimir, seria tributado.** (BRASIL, 1888, p. 412) [Grifo próprio]

Apesar de engenhosa, a proposta de taxar os prados de corrida não se concretizou a tempo de salvar as finanças do empreendimento. Com o advento da República em 1889, o cenário político-econômico transformou-se radicalmente, e as prometidas subvenções e auxílios estatais que mantinham o zoológico funcionando foram sumariamente cortados pelo novo regime (MAGALHÃES, 2005). A interrupção do auxílio financeiro estatal, motivada, conforme aponta o cronista Luis Edmundo (1878–1961), pela proximidade entre o Barão de Drummond e o deposto imperador Dom Pedro II, gerou uma crise de liquidez que colocava em risco a sobrevivência dos espécimes do parque (EDMUNDO, 2003). Diante da iminente insolvência, Drummond articulou uma nova estratégia pragmática junto ao poder público, embora as tratativas tenham começado anos antes, foi em outubro de 1890 que o Conselho de Intendência Municipal concedeu o direito de estabelecer jogos públicos lícitos no Jardim Zoológico. Tal abertura permitiu que, em julho de 1892, fosse oficialmente inaugurado o sorteio de animais que daria origem ao Jogo do Bicho.

A febre do Bicho:

Grande loteria no Jardim Zoologico [...] brevemente deve inaugurar-se no jardim zoologico uma grande loteria diaria, devidamente auctorisada e fiscalisada o systema d'esta loteria, que é ao mesmo tempo um bello divertimento, consiste no seguinte: no local em que se deve proceder á loteria haverá 25 quadros a oleo, representando cada um um dos animaes do jardim zoologico. (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892, p. 6)

Publicada no dia 05 de junho de 1892, o anúncio anexado à Gazeta de Notícias do Rio de Janeiro serviu como um preparativo para a primeira aparição da contravenção que mudou o cenário da sorte na Cidade Maravilhosa, como se referia o compositor André Filho a sua cidade de natal⁵⁴. Mais do que um simples divertimento para atrair visitantes, o comunicado expunha a complexa estrutura financeira montada para garantir a credibilidade do negócio perante a população urbana. A comercialização dos bilhetes ocorria em um amplo período, estendendo-se das 7 horas da manhã até as 4 horas da tarde, com a empresa assumindo o compromisso de vender até dois contos de réis em bilhetes para cada animal (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892). Para afastar qualquer desconfiança sobre a capacidade de pagamento dos prêmios, o anúncio encerrava com uma sólida garantia bancária, informando que um fundo diário de quarenta contos

⁵⁴ Referência a marchinha “Cidade Maravilhosa” composta por André Filho e posteriormente reinterpretada por diversos músicos, incluindo a alcunhada ‘madrinha do samba’, Beth Carvalho, no ano de 2011 (CARVALHO, 2011).

de réis estava devidamente depositado em uma instituição financeira para respaldar a operação (GAZETA DE NOTÍCIAS, 1892). Desse modo, antes mesmo do primeiro sorteio acontecer nos portões de Vila Isabel, o Barão de Drummond já desenhava os contornos de uma verdadeira empresa da sorte, estruturada para movimentar grandes somas de capital.

O desfecho prático de todo arranjo publicitário consolidou-se no domingo de inverno de 3 de julho de 1892, data que marcou a inauguração oficial dos novos divertimentos no Jardim Zoológico. Segundo o jornal O Tempo, a tarde do sorteio se deu em uma grande com direito a banda musical, que na ocasião tocou as “melhores peças do seu repertório” (O TEMPO, 1892a, p. 1). A nova organização do zoológico buscava distrair o público por meio de um amplo leque de atrações que incluía concertos, bailes públicos, espetáculos diversos, e uma grande gama de modalidades de entretenimento. A grande novidade daquela reestruturação, no entanto, residia na instituição de um prêmio de vinte mil réis por meio de um sorteio original. A dinâmica consistia na cobrança de um mil-réis (1\$) pelo bilhete de entrada, o qual garantia ao visitante a indicação de um dos vinte e cinco animais existentes no jardim (O TEMPO, 1892a).

O suspense concentrava-se em um poste de cinco metros de altura. No topo, repousava uma caixa fechada contendo o quadro do animal sorteado, que daria o prêmio estipulado ao portador do bilhete correspondente. Diante do sucesso imediato da iniciativa e do fluxo de apostadores, o próprio serviço de bondes foi ampliado para proporcionar maior comodidade ao público, consolidando a transição definitiva do zoológico em direção ao mercado de apostas do Distrito Federal.

O sucesso imediato do novo jogo expandiu a operação para além dos limites geográficos do zoológico, espalhando pontos de venda por endereços estratégicos do centro da capital, como a Rua do Ouvidor. Essa descentralização permitia a participação no certame sem a necessidade de visita física ao acervo, consolidando a loteria como um fenômeno autônomo (MAGALHÃES, 2005). Os sorteios ganharam espaço físico e também páginas em periódicos, que passaram a registrar os resultados diários por meio de crônicas satíricas e repletas de trocadilhos sobre os hábitos dos animais premiados. As páginas do Tempo traziam resultados diários de maneira criativa e humorística, como as publicadas nos dias 13 e 14 de agosto:

Ainda uma vez, foi hontem a vacca que no Jardim Zoologico deu a mamar...
queremos dizer deu premios aos seus admiradores. (O TEMPO, 1892b, p. 02)

Foi o cachorro que ladrou hon'tem no Jardim Zoologico. Elle ladrou, mas os
seus apostadores é que morderam. (O TEMPO, 1892c, p. 02)

Contudo, a transição do que Drummond apresentava como uma ‘diversão ingênua’ para uma rede organizada de apostas provocou uma reação enérgica das autoridades republicanas. O projeto, inicialmente saudado como um elemento de entretenimento para a Capital Federal, passou a ser rotulado como um foco de vício, levando o Poder Público a decretar a proibição da loteria em abril de 1895 (MAGALHÃES, 2005). A fundamentação jurídica para a repressão residiu na tese de que a premiação dependia exclusivamente da sorte, enquadrando-se assim no conceito de jogo de azar, nos termos do Código Penal de 1890.

Em termos práticos, o embasamento normativo dessa ofensiva estatal consolidou-se com a edição do Decreto número 133, de 10 de abril de 1895, sancionado pelo então prefeito do Distrito Federal, Francisco Furquim Werneck de Almeida (RIO DE JANEIRO, 1897). O texto da resolução explicitava a reação do Conselho Municipal ao autorizar o chefe do executivo a lançar mão dos “competentes meios legais” para obter a rescisão do contrato celebrado com João Baptista Vianna Drummond ou com a empresa por ele organizada (RIO DE JANEIRO, 1897, p. 13). A severidade da medida expressava-se na determinação imediata contida na alínea *b* do documento, que ordenava a abertura de um inquérito policial focado na “cessação dos jogos ilícitos” praticados no Jardim Zoológico, acumulando força legal para propor todas as ações e recursos necessários para decretar a nulidade plena do acordo (RIO DE JANEIRO, 1897, p. 14).

Tal interrupção, no entanto, não resultou na extinção da prática, mas sim na sua diáspora pelas ruas da Capital Federal, onde a loteria se desvinculou da infraestrutura do parque para consolidar-se como um fenômeno autônomo de mercado (MAGALHÃES, 2005). Ao perder o anteparo do Jardim Zoológico, os animais da sorte integraram-se organicamente ao tecido urbano, encontrando abrigo em uma rede comercial preexistente de quiosques e armazéns, ressignificando-se em um sistema resiliente de contravenção (MAGALHÃES, 2005). A repressão, ao tentar sufocar o divertimento nos limites de Vila Isabel, acabou por transformá-lo em um hábito onipresente, que desafiava a fiscalização ao se pulverizar por cada esquina carioca. Desse modo, o encerramento do vínculo oficial com o Jardim Zoológico não marcou o fim da criação do Barão de Drummond, mas o ponto de partida para a edificação de uma tecnologia do palpite que logo ganharia contornos nacionais.

As grades coloniais do zoológico, portanto, revelaram-se estreitas demais para segurar um bicho que aprendera a caminhar livre pelo asfalto. Expulso do seu berço oficial pela caneta do poder municipal, o jogo operou uma metamorfose radical, deixando de ser um lícito bilhete de

entrada para virar um um idioma boêmio compartilhado por bicheiros, malandros e trabalhadores. Ao dominar os becos e o comércio miúdo do Rio de Janeiro, a contravenção ganhou a musculatura necessária para romper fronteiras geográficas. O nomadismo da sorte ganhou os trilhos da modernidade e fincou garras definitivas no imaginário de outras capitais brasileiras, encontrando um laboratório perfeito para a sua expansão nas montanhas e nas ruas planejadas de Minas Gerais.

O jogo do barão na Cidade Jardim:

Se nas areias e avenidas do Rio de Janeiro o pavão ostenta o colorido de suas plumas em plena praça pública, no solo montanhoso de Minas Gerais o bicho se esconde com a astúcia do macaco, preferindo o silêncio das frestas ao barulho dos holofotes. Diante dessa camuflagem secular, vale propor uma reflexão contemporânea e deixar uma pulga atrás da orelha de todos os belo-horizontinos que gentilmente dedicam um tempo a esta leitura: por quantas bancas de Jogo do Bicho vocês passam rotineiramente pelas calçadas da capital sem sequer notar a presença delas? O questionamento não é uma mera curiosidade, mas joga luz sobre uma invisibilidade construída historicamente. Enquanto na cidade do Rio o sorteio começou como espetáculo e se tornou pilar cultural, em Belo Horizonte o jogo encontrou espaço nas próprias brechas do planejamento retilíneo de Aarão Reis.

Embora não seja possível precisar o momento exato da chegada da prática para o solo mineiro, as evidências periódicas sugerem que sua territorialização ocorreu ainda no crepúsculo do século XIX. Afirmação essa corroborada pelo jornal *O Pharol*, sediado em Juiz de Fora, que, em 23 de setembro de 1900, noticiou a decisão do Conselho Deliberativo de tributar em 20:000\$000 (vinte contos de réis) as agências lotéricas que exploravam a referida contravenção na capital (O PHAROL, 1900). A tentativa de disciplinar o delito por meio da via fiscal revelou-se, todavia, um fracasso. A loteria não foi contida pela taxaçoão ou pelas interdições subsequentes, ela persistiu e encastelou-se no cotidiano de Belo Horizonte, expondo as primeiras fissuras no projeto de ordem republicana.

Diante da ineficácia dos mecanismos tributários, o Estado deslocou o eixo de controle da esfera administrativa para a repressão penal direta. Contudo, essa transição para a via policial não se deu de forma homogênea, sendo fortemente moldada por uma seletividade institucional que poupava as elites e sufocava as classes populares. Enquanto a atenção policial recaía sobre o

“zé-povo”, bicheiros ambulantes e apostadores sem defesa nesta “república de privilegiados” (O PHAROL, 1902, p. 01), as elites políticas e os congressistas frequentavam *clubs* onde a roleta e a pavana operavam sob o manto da impunidade. A própria polícia, em suas ‘batidas’ esporádicas, era descrita como impotente diante de uma prática que amoitava durante as perseguições para reaparecer com mais vigor assim que a vigilância arrefecia (O PHAROL, 1903, p. 01).

A ambiguidade desta postura favoreceu a expansão do palpite, descrito pelo periódico juiz-forano como uma epidemia social, devido à presença constante em todas as faixas etárias e estratos da população. A prática assolava a capital a ponto ser presença cativa na primeira página do periódico, seduzindo “velhos, moços, creanças”, cujos poucos recursos eram drenados pela jogatina (O PHAROL, 1903, p. 01). Enquanto o projeto urbano buscava higienizar⁵⁵ e converter a massa trabalhadora em cidadãos produtivos, o bicho oferecia uma via de sobrevivência e lazer informal que subvertia a lógica do trabalho ordinário.

O fortalecimento desse mercado informal na nova capital, contudo, não se assentava apenas na brecha da fiscalização, mas se alimentava de uma simbiose estrutural com o próprio aparato governamental. Poucos elementos expõem de forma tão clara a ambivalência do poder público quanto a dependência mútua estabelecida entre o Jogo do Bicho e as loterias oficiais. A contradição era evidente, pois a lisura da contravenção amparava-se na legalidade estatal ao extrair os resultados das apostas por meio dos últimos algarismos do sorteio das loterias autorizadas. Para uma compreensão mais clara de tal relação embrionária, cedo a palavra aos peritos Alyntho Lehirmer e José Moura, que em 1923, foram encarregados de decifrar e explicar os mecanismos da dita contravenção:

Da-se o nome de grupo á reunião de 4 dezenas correspondentes a qualquer do numeros de 1 a 25. [...] São pois, ao todo, 25 bichos. Se o primeiro o maior da loteria, por exemplo, for 45.329, pelo jogo do bicho ganharam o milhar 5329, a centena 329, a dezena 29, e o grupo 8º Camello. Sabe-se que a dezena 29 pertence ao grupo 8º porque este grupo multiplicando-se por 4 da 32, que é sua última dezena, sendo as demais as as 3 imediatamente inferiores, 31,30, e 29 (MINAS GERAIS, 1923b, p. 14)

Em vez de mundos separados, os dois sistemas se misturavam de tal forma que o Bicho aproveitava a estrutura do Estado para validar sua própria existência. As manchetes da imprensa

⁵⁵ O higienismo, consolidado no Brasil entre o final do século XIX e o início do XX, ultrapassou a esfera médica para tornar-se um projeto de engenharia social. Amparado na aliança entre o saber científico e o poder estatal, buscava disciplinar corpos e condutas, criminalizando práticas tidas como “viciosas” ou “antihigiênicas”, como o jogo, a vadiagem e a prostituição. Mais que prevenir doenças, pretendia “sanear” moralmente a sociedade, moldando comportamentos segundo o ideal de progresso e civilização (DA COSTA, DE OLIVEIRA ARGUELHES, 2008)

paulista e mineira ratificam essa conexão. Em 1906, a rescisão contratual da loteria do Asylo de São Francisco, em São João del-Rei, foi interpretada como um golpe contra as “fontes que alimentavam o jogo do bicho” (O PHAROL, 1906, p. 1). Ao tentar sufocar a contravenção atacando as loterias, o Estado agia sobre o efeito, mas não sobre a causa. Essa repressão pontual forçava o sistema a uma adaptação constante: o jogo não desaparecia, apenas mudava de roupagem e de lugar, encontrando sempre novas formas de sobreviver às investidas oficiais.

A plasticidade do palpite popular em se reinventar e resistir às investidas institucionais decorria do fato de que a prática não operava no vácuo social, mas sim como engrenagem vital de uma cartografia boêmia e marginalizada que pulsava nas franjas da legalidade. Com base nos escritos de Marina Guedes Costa e Silva (2009), o Jogo do Bicho pode ser entendido como a ponta de uma “tríplice do prazer” (SILVA, 2009, p. 80) formada pela embriaguez, a prostituição e os jogos de azar. Pois o lazer projetado para a nova capital não era um fim em si mesmo, mas um dispositivo de ortopedia social⁵⁶. Enquanto elite da nova cidade buscava uma capital forjada à imagem dos ideais europeus, por meio de práticas que educassem os sentidos e os gestos, como as danças de salão regidas por rigorosos manuais de etiqueta (MARTINI, 2010), as camadas populares ocupavam os vazios do projeto urbano com formas de diversão que ignoravam tal pedagogia ((SILVA, 2009).

A segmentação entre o lazer permitido e o proibido encontrava sua expressão na institucionalização dos *clubs* e associações recreativas, como o *Club Bello Horizonte*⁵⁷ ou o *Sporte Club Horizontino*⁵⁸. Para funcionar, tais agremiações submetiam ao Chefe de Polícia estatutos minuciosos, que regulavam desde o valor das mensalidades para seus anexos até a criação de departamentos de esporte salutar, como a patinação e o *hand-ball*⁵⁹. A própria existência dessas associações revela o caráter seletivo da moralidade administrativa. Enquanto os clubes legalmente constituídos podiam regulamentar minuciosamente suas práticas, inclusive aquelas que

⁵⁶ O conceito de “ortopedia social” remete às formulações de Michel Foucault acerca do surgimento das sociedades disciplinares entre os séculos XVIII e XIX. Segundo o autor, trata-se de um conjunto de práticas e dispositivos voltados à correção, normalização e adestramento dos indivíduos, por meio de instituições como a escola, o hospital, o quartel e a prisão. (FOUCAULT, 2003)

⁵⁷ Ocupava um papel central na vida mundana da cidade, sendo um dos principais ponto de encontro “melhor sociedade” belo-horizontina. O clube era o cenário de prestigiados eventos de gala, palestras políticas e celebrações sazonais, como o baile de Réveillon (A IMPRENSA, 1911, p. 05).

⁵⁸ “O *Sporte Club Horizontino*, fundado em 24 de Dezembro de 1926, em Bello Horizonte, Capital de Estado de Minas Geraes, onde tem sua séde e fôro é uma sociedade sportiva cujo fim principal consiste em promover entre os seus associados a cultura phizica, em todas as suas modalidades, podendo realizar reuniões e divertimentos de character social e esthetico e ainda jogos de poker, truc, dama, xadrez e ping pong.” (MINAS GERAIS, 1910, f. 07)

⁵⁹ Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais – Arquivo Público Mineiro, 1842-1956. Fundo Chefia de Polícia. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.04.

tangenciavam o universo do jogo (como por exemplo: as roletas), as manifestações populares eram alvo de vigilância constante, sendo enquadradas como desvios a serem corrigidos.

O reverso de tal tolerância burocrática, destinada aos locais mais abastados da cidade, manifestava-se na severidade com que o governo minerio qualificava o divertimento das ruas. Afinal, sob a ótica da cúpula da segurança pública mineira, a contravenção dos bichos transcendia a mera infração legal, sendo convertida em uma sementeira de males para a ordem social capaz de assolar as classes desfavorecidas, com especial penetração entre os sujeitos em situação de mendicância devido à sua ampla acessibilidade.

O denominado jogo do bicho, que tão assustador desenvolvimento tem alcançado em numerosos pontos do Estado, produzindo os mais justos clamores da imprensa, em geral sempre patriótica e bem orientada, e dos bons cidadãos, deve attrahir a rigorosa vigilancia e severa acção dos meus prepostos. O virus desse prejudicialissimo vicio tem contaminado quasi todas as classes sociaes, a começar pelos mendigos, pois é accessivel até a esses desventurados, sendo incalculaveis os danos e desgraças que acarreta. (MINAS GERAIS, 1910)⁶⁰

O argumento oficial construía a imagem da prática como um vício dissolvente de caracteres que ameaçava diretamente a subsistência do núcleo familiar. Ao ecoar o que era classificado como “dolorosos appellos e pedidos providencias que á policia foram dirigidos por mães e esposas, referindo factos e consequencias commovedoras!” (MINAS GERAIS, 1928, p. 93), Minas Gearais assumia uma postura nitidamente tutelar e paternalista. Assim, o trabalhador era retratado como vítima de sua própria inclinação ao ganho fácil, preterindo a segurança do labor pela incerteza da sorte (MINAS GERAIS, 1910).

A ofensiva não se restringia ao plano discursivo, sendo acompanhada por ações policiais concretas, como demonstram os relatórios do Serviço de Investigações de Minas Gerais, os quais registram prisões em flagrante e a apreensão de bilhetes, valores e objetos vinculados às bancas que promoviam a atividade. Não obstante, o controle do Bicho mostrou-se incapaz de conter a prática, pois em 1926 o jornal *O Globo*, denunciava a ocorrência de jogatinas “livres e desenfreadas” na capital mineira (O GLOBO, 1926, p. 06). O fato de o bicho permanecer como alvo prioritário dos investigadores em solo belo-horizontino atesta que a longevidade da prática ultrapassava a barreira da ilegalidade.

⁶⁰ Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais – Arquivo Público Mineiro, 1842-1956. Fundo Chefia de Polícia. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.17.

Quem dita o jogo:

A permanência da loteria clandestina em Belo Horizonte não pode ser explicada apenas pela popularidade das apostas ou pela expectativa de ganhos rápidos. Sua continuidade dependia de um conjunto de agentes responsáveis por fazer circular dinheiro, informações e bilhetes pelos diferentes espaços da cidade. Os papeluchos, listas e talões frequentemente apreendidos pela polícia constituíam apenas a face mais palpável desse circuito, encarregado de arrecadar valores, registrar palpites e assegurar o pagamento dos prêmios. A durabilidade do bicho, mesmo diante das constantes investidas repressivas, estava diretamente relacionada à capacidade dessa rede de adaptação e inserção no cotidiano urbano.

No topo dessa estrutura encontravam-se os banqueiros, popularmente conhecidos como bicheiros. Mais do que financiadores, eles concentravam recursos, garantiam o pagamento dos prêmios e coordenavam a atuação dos demais participantes da rede. Seus nomes aparecem de forma recorrente nos depoimentos e interrogatórios, ainda que raramente fossem encontrados em situação de flagrante. A documentação indica que desempenhavam funções centrais de gestão e comando, controlando a arrecadação, distribuindo responsabilidades entre seus colaboradores e articulando os diversos pontos de coleta espalhados pela capital.

A centralidade desses personagens torna-se evidente quando observamos as relações de dependência estabelecidas ao seu redor. Em 1924, o investigador Leopoldo da Costa Leite afirmou que Elias Bedran⁶¹, funcionário de um armazém de secos e molhados, exercia a função de cambista a serviço de José Zauli, conhecido também pela alcunha ‘Fafine’:

Em poder dos mesmos dos conduzidos presentes, apprehendeu dezeseis listas e três mappas com inscrições do jogo do bicho, assim como a importancia de sessenta mil réis que se achava em uma gaveta de uma mesa, onde se bancava o referido jogo, [...] **que sabe que os accusados presentes bancam para José Zauli, vulgo ‘Fafine’, muito conhecido banqueiro do jogo do bicho desta Capital.** (MINAS GERAIS, 1924, p. 6) [grifo próprio]

A informação foi posteriormente confirmada pelo próprio Elias durante seu depoimento, o que ilumina a engenharia interna desse mercado informal. Apesar de expressamente mencionado como o eixo central daquela rede de apostas, Fafine não foi indiciado a comparecer perante a Justiça mineira. Fosse pela capilaridade de suas influências locais, pelo temor que sua

⁶¹ “Elias Antonio, com 18 annos incompletos, natural da Syria, solteiro, com a profissão de comerciante, filho de Antonio Bedram e Maria Bedram, residente nesta Capital, á rua Rio das Velhas, 467, sabendo ler e escrever.” (MINAS GERAIS, 1924, p. 09)

figura infundia ou pelas próprias amarras técnicas de uma legislação que punia o ato material da aposta e não a propriedade da banca, o fato é que figuras como José Zauli permaneciam invisíveis aos autos processuais. Essa assimetria punitiva não apenas preservava as lideranças do jogo, mas garantia a própria continuidade da atividade: ao blindar o capital e o comando do banqueiro, o sistema demonstrava uma resiliência capaz de absorver a perda de agentes descartáveis e se reorganizar imediatamente no dia seguinte.

A sobrevivência cotidiana do palpite dependia de quem ocupava a calçada. A face mais exposta dessa engrenagem era ocupada pelos cambistas, também chamados de anotadores. Eram eles que mantinham contato direto com os fregueses, recebiam os palpites, registravam as combinações escolhidas e recolhiam os valores apostados. O anteriormente mencionado Elias Bedran é um exemplo desta função, mas outro processo também chama a atenção. Trata-se do flagrante de uma ré detida em setembro de 1923, cujo prontuário expõe a face mais desamparada da atividade.

Vicencia Scarioli⁶², italiana de 64 anos, viúva e desprovida de recursos após a longa enfermidade do marido, adotou o apontamento de apostas como estratégia de subsistência, percorrendo cotidianamente as residências de seus fregueses no bairro da Floresta. A ação de Scarioli inverte a lógica das apostas, pois em seu caso, o sorteio desloca-se diretamente a intimidade do ambiente doméstico. Vinculada à rede do banqueiro Domingos Zauli, conhecido como Minguin, a anotadora submetia-se a uma engrenagem burocrática bem coordenada, entregando diariamente as listas e os valores arrecadados a um jovem emissário enviado por Minguin, recebendo em troca uma porcentagem sobre o total jogado.

Tratando-se de um caso inusitado — uma idosa italiana que levava o jogo a casa dos apostadores — um fator em específico chama a atenção: Vicenzia era analfabeta, mas declarou que sabia escrever os números. Essa singular competência aritmética sugere que a dinâmica do palpite não demandava letramento formal para funcionar com precisão, exigindo, em contrapartida, uma agudeza prática moldada pela urgência da sobrevivência. Manejar listas, carbono e lápis pelas ruas do Floresta traduzia-se em uma apropriação utilitária da escrita, por meio da qual a ré convertia sua necessidade imediata em domínio técnico. Ao decifrar e registrar graficamente os algarismos da jogatina, a imigrante idosa expunha a inteligência tática das classes

⁶² “Vicencia Scarioli, italiana, com sessenta e quatro annos de idade, viuva, de profissão domestica, residente nesta Capital à villa Serraville, no bairro da Floresta, não sabendo ler, sabendo apenas escrever numeros praticamente.” (MINAS GERAIS, 1923d, p. 08)

populares, que sabiam ler as brechas da exclusão social mesmo sem dominar o alfabeto da língua oficial.

O Jogo do Bicho, e aqueles que não são vistos:

A atuação dos cambistas, contudo, não encerrava a cadeia de relações que sustentava o funcionamento da loteria clandestina. Entre aqueles que desejavam participar do sorteio e os agentes encarregados de receber os valores, existia uma camada intermediária formada por indivíduos que realizavam apostas em nome de terceiros. Os processos revelam que empregados domésticos, menores de idade e trabalhadores braçais eram frequentemente incumbidos de transportar listas, entregar quantias ou registrar palpites para pessoas que permaneciam ausentes do momento do flagrante.

A presença desses intermediários pode ser observada no caso do carroceiro Manoel de Oliveira⁶³, detido em dezembro de 1923 nas proximidades da estação ferroviária. Flagrado ao entregar uma lista de apostas ao caixeiro Gasparo Boschi, Manoel alegou não atuar como jogador habitual, afirmando apenas ter atendido ao pedido de um jornalista chamado Francisco, que lhe solicitara o favor de registrar determinado palpite.

Se eram verdadeiras as alegações do condutor e das testemunhas, e o que tinha a allegar em sua defesa respondeu: que hoje o jornalista Francisco de Tal pediu ao declarante que lhe fizesse uma lista do jogo do “bicho” pelo systema dos passes, em que as apostas se fizessem nos números treze e vinte e cinco (13 e 25) alternadamente, e também alternadamente nos números vinte e um e treze (21 e 13) [...] o declarante se dirigiu ao armazem de Paschoal Boschi, **onde, já por diversas vezes, tem effectuado tal jogo.** (MINAS GERAIS, 1923a, p. 15) [grifo próprio]

O episódio de Manoel evidencia como indivíduos vinculados a ocupações ordinárias eram incorporados às rotinas da atividade, utilizando sua mobilidade pela cidade para transportar listas e valores entre diferentes agentes.

A inserção desses intermediários ocultos operava também nas reentrâncias do espaço privado, mobilizando sujeitos cuja própria subsistência dependia da subordinação no ambiente doméstico. Em 1926, a polícia surpreendeu as empregadas domésticas Maria Anastasia da Silva, de apenas quatorze anos de idade, e Regina Hilária transportando listas e quantias destinadas ao

⁶³ “Manoel de Oliveira, natural de Lagoa Santa, filho de José Martins de Oliveira, casado, carroceiro, residente nesta Capital, no bairro do Calafate, com quarenta annos de idade, sabendo ler e escrever” (MINAS GERAIS, 1923a, p. 14)

jogo. Ao ser interrogada, Maria Anastasia declarou que cumpria uma incumbência direta recebida de pessoas vinculadas à família de seu patrão, Américo Ferraz (MINAS GERAIS, 1926). Ao concluir seu depoimento, Maria afirmou “que com esta são tres vezes que a depoente vae levar lista do 'jogo do bicho' ao accusado presente, porém nunca fez jogo para si mesma” (MINAS GERAIS, 1926, p. 13).

Se o percurso de Vicencia ilustrava a infiltração da loteria clandestina da calçada para o recesso dos lares, os flagrantes de Maria e Regina desvelavam o movimento inverso: a saída do palpite gerado na intimidade burguesa rumo às bancas da rua. Em ambos os fluxos, contudo, a constante sociológica permanecia inalterada. O traço comum a esses dois cenários reside na engenhosidade das estratégias de evasão punitiva. Ironicamente, ao converter as empregadas domésticas em emissárias da jogatina, os patrões abastados utilizavam a invisibilidade social dessas mulheres como escudo, delegando a ponta mais perigosa e exposta do circuito ilegal àquelas que não possuíam salvaguardas para recusar tais tarefas frente à iminência do desemprego. Dessa forma, os opulentos participavam do mercado informal sem assumir o ônus da visibilidade policial.

Por fim, para além dos limites das posições empregatícias, as clivagens geracionais também operavam como ferramentas táticas para contornar o raio de alcance das punições penais. A exploração deliberada da menoridade desponta nos registros judiciais como um recurso de evasão jurídica, convertendo a infância e a juventude em escudos contra a ação do aparato policial. Sob o prisma da idade, os percursos de Maria Anastácia e Elias Bedran ganham novos contornos explicativos, embora revelem distâncias marcantes quanto ao grau de autonomia de suas condutas.

Se no flagrante da jovem Maria Anastácia a puerícia surgia atrelada à imposição e à subordinação laboral do lar, o envolvimento de Bedran sinalizava uma inserção distinta na engrenagem contraventora. Aos dezesseis anos, o jovem funcionário do armazém de secos e molhados parecia operar no mercado informal impulsionado por uma iniciativa mais autônoma, fazendo do palpite uma escolha deliberada de subsistência ou ascensão financeira.

Os documentos policiais registram seu indiciamento por dois anos consecutivos, em processos distintos, primeiro em 1923 e, posteriormente, no ano seguinte (MINAS GERAIS, 1923c; MINAS GERAIS, 1924). Ao reincidir na atividade, a situação de Bedran tensionava os limites do ordenamento Código Penal de 1890, que passava a flertar com as regras de

exasperação de pena por crimes da mesma natureza (PIRANGIBE, 1938). Mais do que isso, a persistência do garoto no comércio do bicho acionava os alarmes do Código de Menores. Diante de um histórico de reiteração, a lei autorizava o magistrado a classificar o agente como um indivíduo perigoso pelo seu “estado de perversão moral” (PIRANGIBE, 1938, p. 24), suspendendo as proteções tradicionais da menoridade e determinando seu recolhimento a estabelecimentos para condenados de menor idade ou a prisões comuns com separação de adultos.

Contudo, se a faixa dos dezesseis anos permitia margens de arbítrio, o limite ético da transferência de risco materializa-se nos autos de Mario Gagliardi⁶⁴, de apenas oito anos. O garoto era instrumentalizado pelo pai, Arthur Gagliardi⁶⁵, para transportar palpites e balanços até o bicheiro Valerio Fenati. Sob a ótica penal, a utilização da criança revela uma calculada apropriação da inimputabilidade: ao valer-se do Artigo 27, que isentava absolutamente menores de 9 anos (PIRANGIBE, 1938), a rede contraventora criava um ponto cego logístico. Em caso de abordagem, a materialidade do crime estaria com um sujeito intocável, imune até aos estabelecimentos disciplinares reservados aos menores entre 9 e 14 anos (Artigo 30). Paradoxalmente, a severidade da lei, que visava salvaguardar a moralidade republicana, acabava convertida pela ambição dos banqueiros em mero obstáculo logístico a ser contornado.

Considerações finais

A análise dos processos criminais demonstra que a permanência do Jogo do Bicho em Belo Horizonte não decorria apenas da popularidade das apostas, mas sustentava-se na existência de uma rede articulada de agentes que viabilizam sua circulação cotidiana pelos diferentes espaços da cidade. Ao direcionar o olhar para os trabalhadores subalternos envolvidos nessa dinâmica, a pesquisa procurou evidenciar que a repressão policial incidia principalmente sobre aqueles que ocupavam as posições mais vulneráveis da cadeia. Empregados domésticos, menores de idade, e trabalhadores menos favorecidos surgem repetidamente nos autos como os responsáveis por transportar valores, registrar apostas ou intermediar contatos entre clientes e banqueiros. Embora

⁶⁴ “Ahi presente Mario Galiadi, digo, Gagliardi, com oito annos de idade, natural desta capital qual é tambem residente, solteiro, estudante, sabendo assignar o nome.” (MINAS GERAIS, 1920, p. 04)

⁶⁵ “Ahi presente Arthur Gagliardi, com quarenta e nove annos de idade, casado, natural de Italia, negociante, residente nesta capital sabendo ler e escrever.” (MINAS GERAIS, 1920, p. 07)

fossem os personagens mais visíveis diante das autoridades, raramente exerciam funções de comando ou controle sobre a atividade.

Mais do que uma prática ilícita, o Bicho integrava-se às rotinas urbanas da Cidade Jardim, ocupando bares, armazéns, residências e ruas. Sua sobrevivência ao longo das primeiras décadas republicanas revela tanto os limites da ação repressiva do Estado quanto a capacidade de adaptação de uma atividade profundamente enraizada nas experiências cotidianas da população. Ao tornar visíveis sujeitos frequentemente apagados das narrativas sobre a construção da metrópole, esta pesquisa não buscou reescrever a história oficial de Belo Horizonte, mas salienta que, sob as frestas e a calíça da cidade planejada, pulsava uma outra urbe. Uma cidade erguida também pelos passos apressados de garotos recadeiros, pelas conversas em voz baixa nos balcões de botequim e pela discreta circulação de bilhetes amassados.

Ao fim e ao cabo, a longevidade do Jogo do Bicho na República revela que as curvas do cotidiano foram tão determinantes para a paisagem social da capital quanto as linhas retas de Aarão Reis. No rastro desses trabalhadores anônimos, a história descobre que o moderno e o contraventor caminharam juntos, partilhando as mesmas ladeiras na terra das alterosas.

Referências bibliográficas

BRASIL. **Annaes do Parlamento Brasileiro**: Camara dos Srs. Deputados. Terceira sessão da vigésima legislatura. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1888. v. IV (De 3 de agosto a 1 de setembro de 1888). Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=132489&pesq=%22%27jardim%20zoologico%22%20%22vila%20isabel%22&pasta=ano%20188&pagfis=91719>. Acesso em: 08 jun. 2026.

CIDADE Maravilhosa. Intérprete: Beth Carvalho. Compositor: André Filho. *In*: Show da Paz - Cristo Redentor 80 Anos. Intérprete: Beth Carvalho. Local: EMI Records, 2011. Plataforma digital (02:28).

DA COSTA, Ana Carolina Silva; DE OLIVEIRA ARGUELHES, Delmo. **A higienização social através do planejamento urbano de Belo Horizonte nos primeiros anos do século XX**. *Universitas Humanas* (encerrada), v. 5, n. 1, 2008.

DESENFREADA e livre a jogatina em Bello Horizontel: Investigadores policiaes autuados, em flagrante, quando faziam a sua festinha!. **O Globo**, ano II, n. 298, 24 mai. 1926. Edição das 17 horas, p. 06

EDMUNDO, Luís. Capítulo 28: jogadores e jogatinas. *In*: EDMUNDO, Luís. **O Rio de Janeiro do meu tempo**. Brasília: Conselho Editorial Senado Federal, 2003. p. 539-551. Disponível em:

<https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/1071/653819.pdf?sequence=4&isAllowed=y>. Acesso em: 08 jun. 2026.

FOUCAULT, Michel. **A verdade e as forma jurídicas**. 3ª ed. Rio de Janeiro. Nau Editora. 2003, p. 86.

GRANDE Loteria no jardim zoologico sorteio diario. **Gazeta de Notícias**, ano XVIII, n. 146. Rio de Janeiro, 05, jun., 1888, p. 06. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=103730_03&pesq=%22jardim%20zoologico%22%20avestruz&pasta=ano%20189&pagfis=5872. Acesso em: 08 jun. 2026.

ILMA. Camara Municipal: Adiantamento a acta 25ª publicada a 4 do corrente. **Jornal do Commercio**, ano LXIII, n. 249. Rio de Janeiro, 06, set., 1884, p. 02. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22jardim%20zoologico%22%20%22vila%20isabel%22&pagfis=11198. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **Jornal do Commercio**, ano LXVI, n. 8. Rio de Janeiro, 08, jan., 1888, p. 07. Disponível em: https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=364568_07&pesq=%22Companhia%20Jardim%20Zoologico%22&pasta=ano%20188&pagfis=19468. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **O Tempo**, ano II, n. 406. Rio de Janeiro, 06, jul., 1892a, p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22jardim%20zoologico%22&id=3634608647577&pagfis=1249>. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **O Tempo**, ano II, n. 442. Rio de Janeiro, 13, ago., 1892b, p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22jardim%20zoologico%22&id=3634608647577&pagfis=1398>. Acesso em: 08 jun. 2026.

JARDIM Zoologico. **O Tempo**, ano II, n. 443. Rio de Janeiro, 14, ago., 1892c, p. 02. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=218731&Pesq=%22jardim%20zoologico%22&id=3634608647577&pagfis=1402>. Acesso em: 08 jun. 2026.

MAGALHÃES, Felipe Santos. **Ganhou leva... Do vale o impresso ao vale o escrito: Uma história social do jogo do bicho no Rio de Janeiro (1890-1960)**. (2005 183 f.). Tese (Doutorado) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Rio de Janeiro, 2005.

MARTINI, Cristiane Oliveira Pisani. **Festas, Bailes, Partidas E Contradanças: as danças de sala do bello horizonte de 1897 a 1936..** 2010. 154 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Minas Gerais, Escola de Educação Física, Fisioterapia e Terapia Ocupacional, Belo Horizonte, 2010.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais**. Belo Horizonte: Chefia de Polícia, 1842-1956. Notação: BR MGAPM POL-8-Cx.17.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Documentação não encadernada sobre ocorrências policiais.** Belo Horizonte: Chefia de Polícia, 1910. Notação: BR MGAPM POJ-8-Cx.04.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente do Estado pelo Dr. José Francisco Bias Fortes, secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao anno de 1927.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1927. Notação: BR MGAPM SSA-5-004.

MINAS GERAIS. Arquivo Público Mineiro. **Relatório apresentado ao Exmo Sr. Presidente do Estado pelo Dr. José Francisco Bias Fortes, secretário da Segurança e Assistência Pública, referente ao anno de 1928.** Belo Horizonte: Imprensa Oficial, 1928. Notação: BR MGAPM SSA-5-005.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Auto de prisão em flagrante contra Arthur Gagliardi e Valerio Fenati**. 23 jul. 1920. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2422903 .

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Auto de prisão em flagrante de Justiça Pública contra Boschi Paschoal e Gasparo Boschi**. 01 fev. 1923a. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2402399.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Auto de prisão em flagrante de Valerio Fenati por contravenção do jogo do bicho**. 03 ago. 1923b. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2410097.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Elias Bedran Abdon e Elias Joaquim Da Silva**. Belo Horizonte. 17 de set. de 1923c. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2406735.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Vicenzia Scarioli**. Belo Horizonte. 27 de set. de 1923d. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2407027.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Elias Bedran, Abdon Antonio e Paulo Bedran**. Belo Horizonte. 23 de out. de 1924. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2404811.

MINAS GERAIS. Tribunal de Justiça. **Justiça Pública contra Joaquim Valeriano Moura. Belo Horizonte**. 22 de out. de 1926. Fundo: Coordenação de Arquivo Permanente. Notação: Processo nº 2404332.

MORAES, Luan. **A construção histórica do jogo do bicho como contravenção penal.** JusBrasil, 25 ago. 2021. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-construcao-historica-do-jogo-do-bicho-como-contravencao-penal/1191687469> . Acesso em: 01 out. 2025.

O PHAROL. Juiz de Fora, ano XXXV, n. 12, 23 set. 1900. p. 02. Disponível em: [https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%022jogo%20do%](https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%022jogo%20do%20)

20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&hf=memoria.bn.gov.br&pagfis=14607. Acesso em: 26 fev. 2025.

O PHAROL. Juiz de Fora, ano XLI. 21 dez. 1906, p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%22%20%22bello%20horizonte%22&pasta=ano%20190&pagfis=21862>. Acesso em: 08 jun. 2026.

O SONHADOR. O Pharol, ano XXXVII. Juiz de Fora, 04 abr. 1903, p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&pagfis=17229>. Acesso em: 08 jun. 2026.

PÁGINAS. O Pharol, ano XXXVI. Juiz de Fora, 10 jun. 1902, p. 01. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=258822&pesq=%22jogo%20do%20bicho%22%20%22belo%20horizonte%22&pasta=ano%20190&pagfis=16213>. Acesso em: 08 jun. 2026.

PIRANGIBE, Vicente. **Consolidacao das Leis Penaes.** Rio de Janeiro. Livraria Editora Freitas Bastos. 1938.

RIO DE JANEIRO. Conselho Municipal. **Collecção de Leis Municipaes e Vetos de 1893-1896.** Organizada por Alvarenga Fonseca. Rio de Janeiro: Typographia do Jornal do Commercio, de Rodrigues & Comp., 1897. v. II. Disponível em: <https://memoria.bn.gov.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=663816&pesq=Francisco%20Furquim%20Werneck%20de%20Almeida.&pasta=ano%20189&pagfis=481>. Acesso em: 08 jun. 2026.

SILVA, Marina Guedes Costa e. **A moral e os bons costumes:** experiência da cidade nas narrativas policiais (Belo Horizonte, 1897-1926). Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Educação, Belo Horizonte, 2009

Inteligência artificial e capitalismo de vigilância: a captura da intimidade em perspectiva histórico-sociológica

Ana Livia de Almeida Oliveira Rocha

Mestranda em História

Universidade Federal de São João del-Rei (UFSJ)

ana600212@gmail.com

Resumo: O presente artigo investiga o papel das inteligências artificiais na captura e mercantilização da intimidade no interior do chamado capitalismo de vigilância, tomando como objeto de análise termos de uso e políticas de privacidade de plataformas digitais, especialmente aplicativos de relacionamento. Partindo de uma perspectiva da sociologia histórica, argumenta-se que tais documentos podem ser compreendidos como fontes privilegiadas para a análise de um processo de longa duração no qual dimensões da vida privada são progressivamente convertidas em recursos econômicos. A pesquisa sustenta que o avanço das inteligências artificiais, baseadas na extração e processamento de dados comportamentais, não representa uma ruptura, mas a intensificação de dinâmicas históricas de apropriação de dimensões “não-econômicas”. Ao situar as inteligências artificiais como agentes inscritos em relações de poder, o estudo contribui para compreender como as tecnologias digitais participam da constituição de regimes históricos de dominação, nos quais a experiência subjetiva é convertida em dados.

Palavras-chave: Capitalismo de vigilância; Inteligência artificial; Sociologia dos afetos

Introdução: os domínios não-econômicos do capitalismo

A presença do Ouroboros na capa de seu *Capitalismo Canibal* (2024) representa, para a filósofa estadunidense Nancy Fraser, uma imagem pertinente de um sistema que devora as bases de sua própria existência. O símbolo milenar, afirma Fraser, é entendido aqui como metáfora para o capitalismo que tende a consumir as bases naturais, políticas e sociais nas quais se sustenta, gerando, em razão disso, crises cíclicas, intrínsecas ao funcionamento do próprio sistema. Para a autora, portanto, compreender o capitalismo sob a ótica de manifestações meramente econômicas é uma maneira simplificada e restrita que impede a interpretação crítica a toda uma variedade de tendências de crise do capitalismo, incluindo aquelas atreladas aos atuais processos de desdemocratização (FRASER, 2018, p. 156).

Fraser concebe seu argumento baseada também nos expostos do historiador e economista húngaro Karl Polanyi. Em *A grande transformação* (2000), obra seminal publicada pela primeira vez

em 1944, Polanyi faz uma análise histórica e teórica das convulsões sócio-econômicas que ocorreram no século XIX e no início do século XX, investigando as razões pelas quais períodos de grande prosperidade econômica desaguaram em desordem e conflitos políticos, como a Primeira Grande Guerra. Para tanto, Polanyi introduz sua tese central de “duplo movimento”, em que a tentativa de estabelecimento de um mercado autorregulado, especialmente através das afirmações do que designa “mercadorias fictícias” - trabalho, terra e dinheiro -, provocou um contramovimento da sociedade. Nesse sentido, a sujeição dessas “mercadorias fictícias” à lógica de mercado acarreta consequências sociais e ambientais, tais quais a destruição dos laços sociais, a ameaça aos meios de subsistência tradicionais e a instabilidade financeira, que desencadeiam em ações contra essa mesma autorregulação, a saber a promulgação de leis trabalhistas, por exemplo.

Desse modo, assim como Polanyi, Fraser defende que o entendimento do sistema capitalista deve passar por uma teoria crítica que o compreenda em conjunto com seus domínios não-econômicos, interpretando-o como um sistema amplo, uma ordem social institucionalizada, na qual se tem um “subsistema econômico”. Nesse sentido, não se pode abstrair das análises críticas desse subsistema ao menos três domínios necessários para sua própria constituição. Esses domínios base para o subsistema são: a condição da reprodução social, a condição ecológica e a condição política.

O domínio referente à reprodução social diz respeito a atividades - frequentemente não remuneradas e desempenhadas por mulheres - que garantem vínculos sociais e formam os sujeitos humanos, portadores da força de trabalho. Já em relação à condição ecológica, designa a natureza em si, fonte para a vida humana e não humana, fornecedora de recursos materiais para a produção capitalista e base para o escoamento e depósito do lixo dessa produção. Por fim, a condição política refere-se à dependência que o capital possui dos poderes públicos, responsáveis por garantir a jurisdição adequada - como o direito de propriedade - para o funcionamento deste subsistema econômico.

Assim como Polanyi e Fraser, *A Nova Razão de Mundo* (2016), obra escrita pelos filósofos e sociólogos franceses Christian Laval e Pierre Dardot, baseia-se no cruzamento entre domínios econômicos e não-econômicos para pensar o desenvolvimento do sistema capitalista ao longo dos séculos XX e XXI, com especial enfoque na afirmação do neoliberalismo enquanto sistema vigente. Nesse sentido, perde força a separação comumente feita entre mercado e Estado, enquanto atores distintos e conflituosos, e nota-se o importante papel das instituições e dos

agentes políticos, burocráticos, para a manutenção de uma ordem empresarial impelida, no neoliberalismo, para a repressão de políticas públicas e sociais, características do antigo *welfare state*:

Não podemos esquecer jamais que a expansão das finanças de mercado, assim como o financiamento da dívida pública nos mercados de títulos, são fruto de políticas deliberadas. [...] os Estados adotam políticas altamente “intervencionistas”, que visam a alterar profundamente as relações sociais, mudar o papel das instituições de proteção social e educação, orientar as condutas criando uma concorrência generalizada entre os sujeitos, e isso porque eles próprios estão inseridos num campo de concorrência regional e mundial que os leva a agir dessa forma. Mais uma vez, comprovamos as grandes análises de Marx, Weber ou Polanyi segundo as quais o mercado moderno não atua sozinho: ele foi sempre amparado pelo Estado. (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 17).

Ao associar as contribuições de Karl Polanyi, de Nancy Fraser e de Christian Laval e Pierre Dardot, fica claro, portanto, que a compreensão do sistema capitalista, em especial o atual modelo neoliberal, passa pela análise da associação entre diferentes domínios não-econômicos - a reprodução social, a natureza e os governos - ao subsistema econômico, garantindo a manutenção dessa ordem social institucionalizada.

Partindo-se dessa relação entre diferentes domínios, econômicos ou não, o presente artigo investiga o papel das inteligências artificiais na captura e mercantilização da intimidade no interior do chamado capitalismo de vigilância, tomando como objeto de análise termos de uso e políticas de privacidade de plataformas digitais, especialmente aplicativos de relacionamento. Através da sociologia histórica, argumenta-se que tais documentos podem ser compreendidos como fontes privilegiadas para a análise de um processo de longa duração no qual dimensões da vida privada são progressivamente convertidas em recursos econômicos. A pesquisa sustenta que o avanço das inteligências artificiais, baseadas na extração e processamento de dados comportamentais, não representa uma ruptura, mas a intensificação dessa dinâmica histórica de apropriação de dimensões “não-econômicas”. Dessa forma, ao situar as inteligências artificiais como agentes inscritos em relações de poder, o estudo compreende as tecnologias digitais enquanto participantes ativos da constituição de regimes históricos de dominação - no caso, o capitalismo de vigilância - nos quais a experiência subjetiva é convertida em dados e, conseqüentemente, em mercadorias.

“Can machines think?”⁶⁶: inteligência artificial e a nova era do capitalismo

Em *Computing machinery and intelligence*, Alan Turing (1950) questiona a capacidade de máquinas de agirem tal qual um ser pensante. Nesse famoso artigo publicado na revista *Mind*, o matemático britânico reflete sobre a distinção entre humano e máquina e propõe o agora conhecido “teste de Turing”, em que, através de um jogo de imitação, questiona justamente os limites dessa distinção. O artigo é considerado pioneiro nos estudos sobre inteligência artificial (IA).

Diferentemente de Turing, contudo, a pergunta chave desta pesquisa baseia-se não no entendimento técnico a respeito do funcionamento de computadores e sua capacidade de imitação, mas sim na inserção destes em um processo sócio-histórico de longa duração, no qual os vínculos sociais e os afetos são comercializados, inseridos numa lógica de mercantilização da intimidade, através dessas mesmas máquinas.

A mercantilização da intimidade não é um fenômeno recente: o corpo, a sexualidade e o amor, longe de estruturas estáticas, constituem-se historicamente também como sistemas de dominação que se transformam. Silvia Federici (2019), analisando o processo da transição do feudalismo para o capitalismo, mostra como a caça às bruxas e a disciplina dos corpos femininos foram fundamentais para a constituição de um regime de acumulação primitiva baseado na exploração do trabalho reprodutivo e na subordinação das mulheres. Ao reiterar o argumento de Nancy Fraser, Maciel e Mattos (2020) evidenciam justamente essa propensão do capitalismo à mercantilização não regulamentada dos domínios não econômicos ao longo do tempo.

Ainda segundo Mattos, o amor, a sexualidade e as relações de gênero não são concebidos como dimensões puramente individuais ou naturais, mas como construções histórico-sociais atravessadas por relações de poder, reconhecimento e desigualdade (MATTOS, 2016). A esfera amorosa, então, longe de ser uma zona protegida e de autenticidade, é também um campo de conflitos normativos e de disputas atravessados por processos de longa duração.

Shoshana Zuboff (2020) faz uso dessas “commodity actions”, desses domínios não econômicos, para pensar uma nova fronteira do poder: o capitalismo de vigilância. Segundo a filósofa e psicóloga estadunidense, essa nova era opera pela extração de dados comportamentais, transformando-os em predição e mercadoria. A lógica do capitalismo de vigilância baseia-se na

⁶⁶ “As máquinas podem pensar?” (TURING, 1950, p. 433, tradução minha)

descoberta, feita pelo Google no início do século XXI, de traduzir as interações online com os usuários - os dados - em matéria-prima para a criação do superávit comportamental através de IAs e, a partir disso, realizar as transações de mercado com seus reais clientes: os anunciantes. A nova forma de mercado inaugurada pelo Google, portanto, declara que nós - os usuários, as pessoas - e nossas necessidades são menos valiosas do que a predição de nossos comportamentos. Assim,

Não somos mais os sujeitos da realização de valor. Tampouco somos, conforme alguns insistem, o “produto” das vendas do Google [ou de qualquer plataforma online]. Em vez disso, somos os objetos dos quais as matérias-primas são extraídas e expropriadas [através de IAs] para as fábricas de predição do Google. Predições sobre o nosso comportamento são os produtos do Google, e são vendidos aos verdadeiros clientes da empresa, mas não a nós. Nós somos os meios para os fins de outros (ZUBOFF, 2020, p. 115).

Assim, os meios de produção do capitalismo de vigilância concentram-se na “inteligência de máquina”, ou seja, no uso de IAs, abastecidas por meio da vigilância de nossos dados online (mas também off-line), para gerar preditivos cada vez melhores, antevendo “o que vamos sentir, pensar e fazer agora, em breve e mais tarde” (ZUBOFF, 2020, p. 117), e fazendo com que nossos destinos, através da captura de nossa intimidade, sejam narrados e vendidos.

Essas IAs mencionadas por Zuboff podem ser conceituadas, de maneira simplificada, enquanto máquinas que realizam

uma tarefa que humanos executam e que só é possível porque nós, humanos, as ensinamos a fazê-lo. O que as programamos para fazer é reconhecer e agir sobre a correlação entre as coisas (*intelligere*); coisas que para nós, humanos, constituem parte do que constitui a vida e a experiência. Portanto, IA refere-se - para ser mais técnica - a artefatos usados para detectar contextos ou para efetuar ações em respostas a contextos determinados (BARTOLETTI, 2020, p. 21, tradução minha)⁶⁷

No capitalismo de vigilância, essas operações não se restringem, contudo, às práticas de consumo ou ao mercado de publicidade, mas incidem diretamente sobre a vida íntima, o amor e as relações de gênero. Na verdade, nessa nova fronteira do poder, a vida afetiva passou a ser objeto de sistemática mercantilização, traduzida em métricas, algoritmos de compatibilidade e padrões de comportamento mediados pela tecnologia. Nesse sentido, Zuboff agrega um quarto

⁶⁷ “a task that humans perform and which is possible only because we, humans, have taught them to do so. The thing we program them to do is to recognize and act upon the correlation between things (*intelligere*); things that for us, humans, make up some part of what constitutes life and experience. Therefore, AI refers – to put it more technically – to artefacts used to detect contexts or to effect actions in response to detected contexts”.

domínio não econômico, uma quarta mercadoria fictícia, que é, graças ao atual desenvolvimento e uso de IAs, justamente a experiência humana.

Assim sendo, a configuração contemporânea das relações amorosas e de gênero não pode ser compreendida como resultado exclusivo da aceleração tecnológica e da difusão recente das IAs. Trata-se, antes, de um processo histórico de longa duração em que a intimidade vem sendo progressivamente institucionalizada, racionalizada e mercantilizada, sempre em diálogo com as estruturas patriarcais e capitalistas (FEDERICI, 2019; FRASER, 2024). As IAs, nesse sentido, longe de funcionarem como instâncias neutras, devem ser compreendidas como agentes históricos que condensam trajetórias de poder, carregando e reproduzindo preconceitos de gênero e raça, e evidenciando, por isso, que as tecnologias são inscritas em estruturas sociais e históricas (BIRHANE, 2020).

A captura da intimidade, a predição algorítmica e a sociologia das emoções

Eva Illouz, socióloga franco-israelense, é professora de Sociologia na Universidade Hebraica de Jerusalém e na Escola de Estudos Avançados em Ciências Sociais em Paris. Possui trabalhos orientados para a análise, feita a partir de fontes históricas, culturais e midiáticas, de um conjunto inaudito de questões sociológicas que abrangem, fundamentalmente, a articulação entre o capitalismo, a cultura e as emoções e sentimentos. Autora de diversos livros, Illouz construiu uma trajetória interdisciplinar que articula sociologia, psicologia, teoria crítica, estudos culturais e teoria feminista para compreender como o capitalismo molda afetos, desejos e formas de relacionamento na modernidade tardia. Nesse sentido, sua produção intelectual parte da premissa de que as emoções não são fenômenos exclusivamente individuais ou naturais, mas construções históricas e sociais profundamente vinculadas às estruturas econômicas e culturais.

Em *O amor nos tempos do capitalismo* (2011), Eva Illouz investiga de que maneira o capitalismo contemporâneo transformou profundamente as formas de amar e construir relações afetivas. Nesse sentido, o livro parte da hipótese de que a modernidade produziu uma reorganização estrutural da vida emocional, submetendo o amor às lógicas de racionalização, consumo e individualização típicas do capitalismo neoliberal. Illouz argumenta que, ao longo do século XX, especialmente após a consolidação da cultura de massa e da indústria cultural, o amor deixou de ser compreendido apenas como experiência privada e passou a ser organizado por discursos psicológicos, terapêuticos e mercadológicos. O capitalismo, portanto, não apenas

comercializa produtos relacionados ao amor — como filmes, músicas, aplicativos e serviços —, mas também molda as próprias expectativas emocionais dos indivíduos.

Do mesmo modo, em *El fin del amor* (2021), Illouz aprofunda sua análise sobre a crise das relações afetivas na contemporaneidade, examinando como a cultura neoliberal e a racionalidade econômica produziram uma profunda transformação nos vínculos emocionais. O livro não afirma literalmente que o amor desapareceu, mas argumenta que as condições sociais que sustentavam formas relativamente estáveis de relacionamento foram profundamente desestruturadas. Nesse sentido, parte-se da ideia de que a modernidade tardia intensificou processos de individualização, autonomia e liberdade de escolha, o que, embora, tenham ampliado direitos e possibilidades, também fragilizam os vínculos afetivos tradicionais. O sujeito contemporâneo é, assim, incentivado a priorizar a realização pessoal, o desempenho e a liberdade individual, o que torna relações duradouras mais instáveis e negociáveis.

Nesse sentido, embora partam de objetos distintos — Zuboff centrada na extração de dados e na lógica econômica das plataformas digitais, e Illouz dedicada às transformações afetivas e emocionais produzidas pelo capitalismo contemporâneo — ambas autoras convergem na análise de um fenômeno comum: a reorganização da subjetividade humana sob as dinâmicas do capitalismo digital. Em Zuboff, observa-se a constituição de um regime econômico baseado na captura da experiência humana transformada em dados, previsão e mercadoria fictícia. Já Illouz demonstra como o capitalismo contemporâneo invade dimensões íntimas da existência, reorganizando domínios das emoções, desejos e relações afetivas segundo lógicas de racionalização, desempenho e consumo. Em ambos os casos, a subjetividade deixa de ser compreendida como esfera estritamente privada e passa a constituir espaço estratégico de disputa econômica, cultural e política. O capitalismo digital, portanto, não atua apenas sobre o trabalho ou sobre o consumo material, mas sobre modos de sentir, desejar, narrar a si mesmo e construir vínculos.

Lendo os vestígios digitais: caminhos metodológicos para a análise da captura da intimidade

As tecnologias digitais, sua materialidade e seus discursos, refletem e atualizam relações de poder históricas, vinculadas ao capitalismo de vigilância, à mercantilização da intimidade e à reprodução de desigualdades estruturais (BENJAMIN, 2019). Neste quadro, como sublinha Eva Illouz (2016), as experiências do amor e da intimidade constituem-se como construções sociais

atravessadas por disputas de poder e reconhecimento que não se dissipam na era digital, mas que permeiam e transpassam a criação e manutenção de relacionamentos amorosos e afetivos (ILLOUZ, 2021).

Nesse sentido, por se tratar de uma investigação ainda em desenvolvimento, esta seção não pretende apresentar resultados conclusivos, mas explicitar alguns caminhos metodológicos que vêm orientando a construção do objeto da presente pesquisa. Assim sendo, a análise dos termos de uso e das políticas de privacidade das plataformas digitais surge como uma possibilidade inicial para compreender os mecanismos pelos quais as emoções humanas são capturadas, processadas e convertidas em recurso econômico no contexto do capitalismo de vigilância.

Essa compreensão ancora-se especialmente em autores que iluminam o entrelaçamento entre tecnologia, discurso, poder e intimidade. Desse modo, Roger Chartier (1991) é central pois permite tratar as fontes documentais não como registros neutros, mas como construções discursivas inseridas em contextos específicos de produção, circulação e apropriação. Essa perspectiva se mostra particularmente fecunda para a análise de políticas de privacidade e termos de uso das plataformas, pois evidencia que estes não devem ser tomados como descrições transparentes de procedimentos técnicos, mas como textos performativos que buscam legitimar práticas de coleta e monetização de dados íntimos.

Além disso, Michel Foucault, em *História da Sexualidade I* (1985), fornece um marco fundamental ao analisar como a sexualidade foi inscrita em regimes de saber-poder, deslocando-a para o campo das tecnologias de governo. Ao enfatizar a presença do discurso nessas relações, o autor oferece elementos cruciais para pensar a digitalização da intimidade e os modos pelos quais algoritmos e IAs recolhem, classificam e modulam os desejos dos sujeitos através de operações, de saberes exclusivos das *big techs*.

Por fim, outro autor interessante para pensar as políticas de privacidade e os termos de usos enquanto fontes para entender o funcionamento do capitalismo de vigilância é Carlo Ginzburg. Em *Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário*, capítulo do livro *Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história* (1989), o historiador italiano evidencia e define a presença de um novo saber epistemológico nas ciências humanas, a saber o paradigma indiciário. Segundo ele, essa metodologia concentra sua atenção nos detalhes micro, observáveis individualmente, qualitativos e considerados negligenciáveis, que são tomados, então, como peças-chave para proposições sobre o macro, entendendo a causa por seus efeitos.

Associado à Eva Illouz, esse procedimento permite romper com a separação entre experiências individuais e estruturas sociais, nesse caso, através dos vestígios, pistas presentes nos termos de uso e nas políticas de privacidade de aplicativos amorosos, evidenciando o enlace entre discurso-poder no capitalismo de vigilância. A aproximação, portanto, está na atenção dada aos vestígios culturais e aos indícios: para Ginzburg, o historiador trabalha como um investigador que interpreta sinais aparentemente secundários para reconstruir realidades sociais complexas, Illouz realiza procedimento semelhante ao tratar fontes culturais cotidianas como indícios capazes de revelar formas históricas de sensibilidade e poder. Essa aproximação entre os dois autores garante um arcabouço teórico eficaz para o entendimento do processo de captura da intimidade na era das IAs.

A partir dessas referências teóricas e metodológicas, a pesquisa volta-se para a análise de termos de uso e políticas de privacidade de aplicativos de relacionamento que incorporam, em maior ou menor medida, sistemas de inteligência artificial em suas dinâmicas de funcionamento. Mais do que identificar dispositivos técnicos específicos, interessa compreender como esses documentos constroem discursivamente a legitimidade da coleta, armazenamento e processamento de dados relacionados à vida afetiva dos usuários, evidenciando as formas pelas quais experiências íntimas são transformadas em recursos passíveis de extração econômica. Nesse sentido, a investigação procura observar não apenas aquilo que os documentos afirmam explicitamente, mas também seus silêncios, ambiguidades e estratégias discursivas.

Por se tratar de uma pesquisa ainda em estágio inicial, as reflexões aqui apresentadas possuem caráter exploratório. Contudo, parte-se da hipótese de que esses documentos constituem um observatório privilegiado das transformações contemporâneas da intimidade, permitindo compreender como emoções, desejos e relações afetivas passam a ser incorporados às dinâmicas de produção de valor características do capitalismo de vigilância. Assim, a análise dessas fontes poderá contribuir para uma compreensão histórica das novas formas de poder que emergem na intersecção entre inteligência artificial e vida privada.

Conclusão

Ao longo do texto, buscou-se compreender as inteligências artificiais não como fenômenos exclusivamente tecnológicos, mas como elementos inscritos em processos históricos mais amplos de reorganização das relações sociais, econômicas e afetivas. Partindo das contribuições de Karl Polanyi, Nancy Fraser e Christian Laval e Pierre Dardot, argumentou-se

que o capitalismo deve ser entendido para além de sua dimensão estritamente econômica, sendo constituído por uma complexa articulação entre diferentes domínios sociais, ambientais e políticos responsáveis por garantir sua própria reprodução. Nessa perspectiva, as transformações tecnológicas contemporâneas aparecem não como processos autônomos, mas como expressões de dinâmicas históricas vinculadas à expansão das fronteiras dessa mercantilização.

Foi nesse contexto que as reflexões de Shoshana Zuboff permitiram compreender o capitalismo de vigilância como uma nova configuração de poder baseada na captura sistemática da experiência humana. Ao transformar comportamentos, emoções e interações em dados passíveis de extração, processamento e comercialização, as plataformas digitais ampliam a incorporação de dimensões anteriormente consideradas externas ao mercado. A experiência humana, convertida em matéria-prima para sistemas de IA, passa a integrar um regime econômico que encontra valor justamente na capacidade de prever e influenciar condutas.

Ao mesmo tempo, o diálogo com Eva Illouz evidenciou que a intimidade, o amor e os vínculos afetivos constituem domínios historicamente produzidos e atravessados por relações de poder. Longe de representar uma esfera privada imune às transformações econômicas, a vida emocional tem sido progressivamente reorganizada pelas racionalidades do capitalismo contemporâneo. Nesse sentido, a aproximação entre Illouz e Zuboff mostrou-se particularmente produtiva para compreender como o capitalismo digital atua simultaneamente sobre comportamentos, subjetividades e formas de relacionamento, transformando a intimidade em espaço estratégico de produção de valor.

A partir dessa articulação teórica, portanto, defendeu-se a potencialidade dos termos de uso e das políticas de privacidade como fontes para a investigação histórica dessas transformações. Inspirada pelas contribuições de Roger Chartier, Michel Foucault e Carlo Ginzburg, a pesquisa propõe interpretar tais documentos não como registros neutros de procedimentos técnicos, mas como construções discursivas que expressam formas específicas de saber e poder. Neles, podem ser observados indícios dos modos pelos quais as plataformas legitimam a coleta de dados, produzem classificações sobre os sujeitos e instituem novas formas de mediação das experiências afetivas.

Neste quadro, é importante ressaltar, contudo, que as reflexões apresentadas possuem caráter necessariamente exploratório. Trata-se de uma pesquisa ainda em estágio inicial de desenvolvimento, cuja análise empírica encontra-se em processo de construção. Mais do que apresentar conclusões definitivas, este artigo procurou delinear um problema de investigação e

estabelecer um conjunto de referências teóricas e metodológicas capazes de orientar pesquisas futuras. Nesse sentido, a hipótese central permanece aberta à verificação e ao aprofundamento através da análise sistemática dos documentos selecionados.

Acredita-se, por fim, que a investigação das relações entre IAs, capitalismo de vigilância e intimidade pode contribuir para ampliar o campo de estudos históricos sobre tecnologia, subjetividade e poder. Ao deslocar o olhar das inovações técnicas para os processos sociais que lhes conferem sentido, torna-se possível compreender as IAs como parte de uma trajetória histórica mais ampla de mercantilização da vida cotidiana, na qual emoções, desejos e experiências afetivas passam a ocupar posição central nas dinâmicas contemporâneas de acumulação e dominação.

Referências bibliográficas

BARTOLETTI, Ivana. What is AI?. In:_____. **An artificial revolution: on power, politics and AI**. Londres: The Indigo Press, 2020.

BENJAMIN, Ruha. Introduction. In:_____. **Race After Technology: Abolitionist Tools for the New Jim Code**. Londres: Polity Press, 2019, p. 9-52.

BIRHANE, Abeba. Algorithmic Colonization of Africa. **ScriptED**, vol. 17, n. 2, 2020, p. 389-409.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados**, [S. l.], v. 5, n. 11, p. 173-191, 1991. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/8601> Acesso em: 26 de jun. de 2025.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo**. Ensaio sobre a sociedade neoliberal. São Paulo: Boitempo, 2016.

FEDERICI, Silvia. A acumulação de trabalho e a degradação das mulheres. In:_____. **Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva**. São Paulo: Editora Elefante, 2019, p. 108-236.

FOUCAULT, Michel. **História da Sexualidade I: a vontade de saber**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

FRASER, Nancy. **Capitalismo canibal: como nosso sistema está devorando a nossa democracia, o cuidado e o planeta e o que podemos fazer a respeito disso**. São Paulo: Autonomia Literária, 2024.

FRASER, Nancy. Crise de legitimação? Sobre as contradições políticas do capitalismo financeirizado. **Cadernos de Filosofia Alemã**, v. 23, n. 2, p. 153-188, jul./dez. 2018a.

GINZBURG, Carlo. Sinais: Raízes de um Paradigma Indiciário. In:_____. **Mitos, emblemas, sinais: morfologia e história**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989, p. 143-180.

ILLOUZ, Eva. **El fin del amor**: una sociología de las relaciones negativas. Buenos Aires: Katz Editores, 2021.

ILLOUZ, Eva. **O amor nos tempos do capitalismo**. Rio de Janeiro: Zahar, 2011.

MACIEL, Fabrício.; MATTOS, Patrícia. Como pensar o capitalismo contemporâneo? Considerações preliminares. **Sociedade e Estado**, v. 35, n. 3, p. 673–694, 2020.

MATTOS, Patrícia. O reconhecimento na esfera do amor: para uma discussão sobre os paradoxos da transformação da intimidade. **Síntese: Revista de Filosofia**, [S. l.], v. 43, n. 137, p. 421, 2016.

POLANYI, Karl. **A grande transformação**: as origens de nossa época. 2 ed. Rio de Janeiro: Campus, 2000.

TURING, Alan. Computing machinery and intelligence. **Mind**, [s. l.], v. 59, n. 236, p. 433-460, 1950.

ZUBOFF, Shoshana. **A Era do Capitalismo de Vigilância**: A luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2020.

Sharp Objects e o protagonismo feminino na narrativa audiovisual⁶⁸

Rayssa Schuelter Santos

Graduanda em História
Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)
rayssaschsantos@gmail.com

Ana Luiza Silva Nascimento

Graduada em Ciências Sociais
Universidade Federal do Espírito Santo (UFES)
analuizasilvan9@gmail.com

Isaac Harillo Jerez

Doutor em História
Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ)
isaacjerez@cefetmg.br

Resumo: O cinema se constitui em nossa sociedade como um ambiente de possibilidades de representação da realidade, em suas diversas camadas e sob distintas óticas. O gênero, por sua vez, enquanto fenômeno explorado pela cinematografia, resulta em importante fonte para a reflexão sobre a atuação da indústria audiovisual na “construção e difusão das imagens de homens e mulheres ao longo do tempo” (ALVES; COELHO, 2015, p. 174). Historicamente o cinema foi espaço artístico e profissional majoritariamente masculino. Concentrando em torno de homens os cargos de poder e decisão nas produções audiovisuais e no protagonismo frente às câmeras. Em *Sharp Objects*, minissérie produzida e distribuída pela HBO em 2018, a narrativa é construída a partir do ultra-protagonismo de Camille. Transportados para o estado mental de uma mulher atormentada por um passado que não pode superar. O protagonismo feminino da série será pensado neste trabalho, portanto, tanto em função da presença de mulheres na produção, quanto por meio da análise fílmica e representacional.

Palavras-chave: Representação feminina; análise fílmica; *Sharp Objects*.

Introdução

O cinema se constitui em nossa sociedade como um ambiente de possibilidades de representação da realidade, em suas diversas camadas e sob distintas óticas, possuindo uma linguagem “complexa e polissêmica, podendo veicular tanto a ideologia dominante e a sujeição às

⁶⁸ A maior parte deste texto recupera o que fora trabalhado pelos autores no artigo “O protagonismo feminino em *Sharp Objects*”, em fase de publicação na revista *Cefetando*. A retomada daquele artigo inclui aqui alguns elementos novos que foram trabalhados na apresentação do evento, principalmente no que tange à discussão sobre narrativa e do cinema como fonte para o trabalho do historiador.

normas vigentes quanto uma postura dissidente” (KAMITA, 2017, p. 1396). O gênero, por sua vez, enquanto fenômeno explorado pela cinematografia, resulta em importante fonte para a reflexão sobre a atuação da indústria audiovisual na “construção e difusão das imagens de homens e mulheres ao longo do tempo, especialmente levando-se em consideração o poder de alcance do cinema hegemônico em quase todo o mundo” (ALVES; COELHO, 2015, p. 174).

Historicamente o cinema foi espaço artístico e profissional majoritariamente masculino. Concentrando em torno de homens os cargos de poder e decisão nas produções audiovisuais; no protagonismo frente às câmeras; nos lugares mais privilegiados e bem remunerados da indústria, relegou às figuras femininas, com frequência, um papel de apoio ao protagonista masculino.

Nesse sentido, a discussão acerca da presença de mulheres no audiovisual torna-se ainda relevante a partir da observação da disparidade de gênero na ocupação desse espaço, tanto frente quanto atrás das câmeras, como podemos observar na pesquisa *The Celluloid Ceiling*, realizada por Lauzen (2025) desde 1998, que rastreia a presença de mulheres empregadas nas produções hollywoodianas de grande bilheteria.

É possível observar, no entanto, que produções estreladas por mulheres têm obtido maior destaque no cenário audiovisual contemporâneo na última década (BARBOSA, 2023, p. 2), em consonância com o aumento da presença de mulheres em cargos de decisão nas produções. A expansão das plataformas de streaming e dos canais a cabo, que se constituíram como reconhecidas produtoras capazes de inovar e arriscar nas obras distribuídas, bem como oferecer maiores oportunidades para mulheres em posições como a de *showrunner*, parece guardar profundas relações com a transformação desse cenário. (PRESS, 2018 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 86).

Mulheres há muito trabalham – antes e durante a era do streaming – em diferentes contextos de produção, por obras ficcionais “protagonizadas por personagens femininas fortes e complexas, que lideram tramas de diversas índoles e cuja vida profissional é mais relevante que a amorosa” (WEISSMANN, 2016 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 86). Como exemplo dessas produções temos a minissérie produzida e distribuída pela HBO, *Sharp Objects*, de 2018. Baseada no romance homônimo de Gillian Flynn, a produção audiovisual é composta por oito episódios, que contam com a direção de Jean-Marc Vallée, Marti Noxon na posição de *showrunner*, a própria autora da obra literária em que a série foi baseada como uma das roteiristas, além de Amy Adams na produção executiva, também atuando como a personagem protagonista.

Em *Sharp Objects*, a narrativa é construída a partir do ultra-protagonismo de Camille. Transportados para o estado mental de uma mulher atormentada por um passado que não pode superar – passado-presente, portanto –, a obra desenvolve personagens femininas complexas e multifacetadas, explorando suas estratégias para lidar com a dor, os vícios ou as perversões desenvolvidas em um ambiente de profundo silenciamento – a sufocante cidade fictícia de Wind Gap (Missouri).

A trama inicia com a investigação do assassinato de duas jovens moradoras da cidade, através da personagem Camille, interpretada por Amy Adams. A jornalista natural da pequena cidade é forçada por seu chefe – amigo e que cumpre os cuidados de uma figura paterna – a retornar para o ambiente familiar do qual procura escapar e produzir um relato pessoal sobre os últimos acontecimentos. Apesar de ser contada primordialmente através da personagem de Adams, podemos caracterizar a série pelo forte protagonismo de três personagens principais: Adora, interpretada por Patricia Clarkson, mãe de Camille e figura imponente na cidade; Camille, filha mais velha que retorna a seu passado motivada por uma investigação; e Amma, interpretada por Eliza Scanlen, irmã caçula de Camille que também exerce poder em seu meio social.

No entanto, se a obra em um primeiro momento apresenta características típicas de romances policiais e thrillers, ao longo do seu desenvolvimento percebemos que existe outra característica importante que permeia a narrativa, ligando-se às primeiras: a representação feminina das mulheres. Esta, no livro e na série, se relaciona com o modo como, socialmente, as mulheres são orientadas a se portarem, dado que é inegável que, historicamente, há regras de conduta e papéis sociais atribuídos às mulheres. (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 432)

Sharp Objects, enquanto “projeto crítico que procura tornar visível o que passava despercebido – dando a falsa impressão de inexistência – leva em conta não apenas a representação da mulher, mas sua participação na indústria cinematográfica” (KAMITA, 2017, p. 1395). O protagonismo feminino da série será pensado neste trabalho, portanto, tanto em função da presença de mulheres na produção, quanto por meio da análise fílmica e representacional.

Mulheres em funções-chave nas produções audiovisuais

A presença de mulheres nas produções audiovisuais vem se mostrando fundamental para a mudança no modelo das representações femininas e a maneira como se dá essa presença, pelos cargos que ocupam, bem como por seu impacto nas obras, também é objeto de estudo e reflexão

na contemporaneidade. Segundo a pesquisa *The Celluloid Ceiling*, que analisa as mulheres empregadas nas produções hollywoodianas de grande bilheteria, a produção executiva se constitui como um importante cargo na composição da equipe de produção e como janela para a presença de mulheres na equipe, visto que a existência de pelo menos uma mulher entre a produção executiva aumenta a possibilidade de outras mulheres ocuparem funções-chave como direção, roteiro, edição e fotografia (ALVES; COELHO, 2015, p. 168).

Impactando não só na composição das equipes de produção, a presença de mulheres em cargos como roteirista ou diretora influencia na quantidade de personagens femininas na ficção (GLASCOCK, 2011 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 89) e na maneira como essas personagens são construídas. Segundo Lauzen et al (2008 apud HIGUERAS-RUIZ, 2019, p. 89), produções que contam com pelo menos uma mulher roteirista na equipe possuem maiores chances de representar personagens, tanto femininos quanto masculinos, em tramas interpessoais, enquanto produções com uma equipe completamente masculina têm mais chances de representarem as personagens em tramas cujo centro é o trabalho.

A presença de mulheres em cargos-chave das produções audiovisuais resulta por vezes em atos políticos. “Mais do que imagens ou representações das mulheres, os filmes dirigidos por elas são tomados como ações no sentido de visibilidade e da equidade na ocupação de espaços discursivos e midiáticos” (VEIGA, 2019, p. 276). São fundamentais para uma representação mais diversa que explore novas possibilidades do ser mulher e da feminilidade, subvertendo assim os modelos tradicionais de sociedades como a brasileira ou a estadunidense (KAMITA, 2017, p. 1395).

História, poder e narrativa

Tendo em vista o movimento historiográfico da “Nova História”, que emerge em 1970, é possível observar as tensões entre cinema e narrativa. A partir da ampliação de fontes, o cinema passa a ser visto como uma potencialidade de fonte histórica por diversos autores, como, por exemplo, o francês Marc Ferro. Segundo sua análise e proposta de uma contra-história, “o cinema pode apresentar-se em sua forma mais cristalina quando grupos marginalizados pela sociedade assumem o controle da produção de imagens” (MORETTIN, 2003).

Nesse sentido, a disputa de narrativas e, portanto, de poder, na construção de obras audiovisuais pode ser um importante elemento para compreender marginalidades sociais que atravessam a arte e a História. Sobretudo tratando-se de gênero, teorias feministas são uma das ferramentas cruciais que apontam para a falta de neutralidade no processo de construção da história e da narrativa. Segundo Joan Scott (1992), a própria noção de história é construída a partir de pressupostos que naturalizam hierarquias entre masculino e feminino, o que implica não apenas a exclusão das mulheres, mas também a forma como suas experiências são interpretadas. Em paralelo aos silêncios historiográficos em relação às mulheres, a análise cinematográfica também contribui para uma reflexão similar, como, por exemplo, por Sharon Smith em seu ensaio *The Image of Women in Film: Some Suggestions for Future Research* de 1971, onde disserta sobre a forma como as mulheres são retratadas nos filmes, que são majoritariamente criados, escritos e dirigidos por homens.

Retratadas de maneira limitada a sua aparência física, a uma idealização familiar e, normalmente, dependentes de uma narrativa em torno da figura masculina, discussões como as do historiador Marc Ferro fomentam uma nova perspectiva de análise fílmica. Além do mais, é necessário observar a guinada de perspectiva das representatividades femininas no cinema na pós-modernidade e, portanto, a partir da “Nova História”.

Para o autor, o cinema permite o conhecimento de regiões nunca antes exploradas. Descobrir a porta que nos leva a estes novos caminhos significa salientar os “lapsos” deixados pelo diretor e pelo seu produto. Cabe salientar que esses caminhos são indicados de maneira inconsciente pelo diretor. A análise da linguagem cinematográfica comprovaria sua tese. Aliás, é por se manifestar desta forma que a obra cinematográfica constitui um documento privilegiado. Para Ferro, o documento fílmico produzido pelo Estado ou por outras instituições difere do documento escrito que possui a mesma origem. O primeiro “traz sem querer uma informação que vai contra as intenções daquele que filma, ou da firma que mandou filmar”. Não que não haja “lapsos” nos documentos escritos, “mas no filme há lapsos a todo o momento, porque a realidade que se quer representar não chega a esconder uma realidade independente da vontade do operador”. Para ele, estes “lapsos” podem “ocorrer em todos os níveis do filme, como na sua relação com a sociedade. Seus pontos de ajustamento, os das concordâncias e discordâncias com a ideologia, ajudam a descobrir o latente por trás do aparente, o não-visível através do visível” (MORETTIN, 2003, p. 14).

O não-dito no cinema, aquilo que o documento fílmico não mostra por deixar fora do quadro, ou apenas (sub)representa nas suas margens, seria tão representativo quanto os elementos no centro da tela, privilegiados pela trama na condução da composição do enredo pelo

espectador. A história do cinema e o estudo da representação do feminino são também a história das possibilidades de representação silenciadas, sempre devedoras de um sistema dominado por homens na produção, circulação e recepção. Pode ser entendido como práticas de representação. E uma história cultural, tal como a entendemos, tem por principal objecto identificar o modo como em diferentes lugares e momentos uma determinada realidade social é construída, pensada, dada a ler (CHARTIER, 2002, p. 16).

As percepções do social não são de forma alguma discursos neutros: produzem estratégias e práticas (sociais, escolares, políticas) que tendem a impor uma autoridade à custa de outros, por elas menosprezados, a legitimar um projecto reformador ou a justificar, para os próprios indivíduos, as suas escolhas e condutas. Por isso esta investigação sobre as representações supõe-nas como estando sempre colocadas num campo de concorrências e de competições cujos desafios se enunciam em termos de poder e de dominação. As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus e o seu domínio (CHARTIER, 2002, p. 17).

Sharp Objects, neste sentido, pode ser entendido como instrumento de luta e resultado mesmo das lutas travadas pela representação de mulheres na cultura audiovisual. Um movimento que, como veremos, ultrapassa o que diz respeito aos temas mobilizados e às personagens construídas.

Os procedimentos narrativos e as formas de cognoscibilidade presumidas para o espectador operam em um registro diferente daquele delineado por Ismail Xavier como da transparência e da opacidade (XAVIER, 2005). Ao mesmo tempo que rompem com a onisciência do cinema clássico ou com a construção de um observador de segunda ordem – capaz de observar-se ou observar o outro enquanto observa o mundo (LUHMANN, 1993) tão próprias uma e outra da forma industrial do cinema ou do cinema de autor, respectivamente. O mundo do filme será acessado por meio das memórias de uma mulher, daquilo que a atravessa de maneira explícita ou latente, produzindo uma experiência com o tempo e a objetividade do relato muito incomuns em produtos de entretenimento e estranhas ao ofício do historiador.

O protagonismo feminino em Sharp Objects

Segundo Martínez (2021, p. 15) Adora, Camille e Amma funcionam como uma entidade superior interligada que não permite que elas sejam compreendidas separadamente. São

frequentes as leituras da crítica especializada que ressaltam o protagonismo das três personagens, a importância das relações construídas em torno delas - além dos elogios às premiadas atuações.

As protagonistas são personagens complexas, com retratos psicológicos que instigam o espectador e o mantém interessado em descobrir o modo como as personagens pensam e o que as motivam, sendo esse, para Martínez (2021, p. 7), o principal fator que prende o espectador à trama, superando inclusive o ocultamento de informações, a identidade da assassina ou o desafio de montagem da história pelos espectadores a partir de uma trama fragmentada – típico do gênero policial. Dessa forma, a série foi entendida pela crítica tendo como principal atributo a construção de suas personagens, que são, por sua vez, o que move a história (FERNÁNDEZ, 2014 apud MARTÍNEZ, 2021, p. 14). Apesar de se encaixar em uma estrutura formal de um drama policial, poderíamos aproximar a narrativa de outros gêneros literários como o *bildungsroman*.

Entendemos, por outro lado, que a narrativa é construída a partir do “ultra protagonismo” de Camille. Além da sua centralidade no tempo de exposição na tela, é a partir dela que acompanhamos o desenvolver da trama e o desvelar das demais personagens. Mas isso não é feito como na estrutura clássica do cinema hollywoodiano, por meio de um observador onisciente que acompanha de maneira objetiva uma trama linear, onde todos os elementos estão postos estrategicamente de maneira a facilitar a inteligibilidade e a antecipação (BORDWELL, 2005). A perspectiva subjetiva da protagonista é reforçada por meio de enquadramentos extremamente fechados, repetidamente no esquema de campo, contra-campo ou com a câmera simulando o seu ponto de vista enquanto observadora - como nas diversas tomadas realizadas de dentro do carro ou nos flashbacks da capela durante o funeral da irmã.

Em *Objetos Cortantes* somos transportados para o estado mental de uma mulher atormentada por um passado que não pode superar. A percepção do tempo presente é atravessada por lembranças (flashbacks) apresentadas sem nenhum elemento estético que as diferencie. A passagem entre uma e outra é feita por uma montagem fluida, que utiliza da passagem por uma porta, por exemplo, para nos transportar entre as instâncias espaço-temporais. Pontes sonoras entre o tempo presente e as lembranças de Camille são utilizadas com uma frequência incomum nesse tipo de produto de entretenimento, quase sempre marcadas por sons abafados e atravessadas pela respiração da personagem. Logo no primeiro episódio as cenas na banheira, construídas em paralelismo com um lago na infância, ou em momentos em que ouve

músicas com fones, onde o som do ambiente que ouvimos enquanto espectadores se torna abafado como se estivéssemos com os mesmos fones de Camille. A câmera, da mesma forma, nos mostra quase exclusivamente apenas o que ela vê, ou centra-se nela com a presença marcante de primeiros e primeiríssimos planos que nos colocam diretamente diante das emoções da personagem, nos instigando a projetar suas emoções.

O trio de protagonistas possui distintas facetas exploradas pela trama, sem nunca recair sobre clichês reducionistas. Adora, matriarca da família e figura controladora — chegando ao ponto de adoecer as próprias filhas para que possa cuidá-las —, desempenha de maneira exemplar o papel de feminilidade e cuidado que os padrões sociais impõem, exigindo de suas filhas que performem com o mesmo empenho esse ideal de feminilidade e obediência. Amma, a filha mais nova, “apresenta um comportamento paradoxal” (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 432), ao ser pressionada por sua mãe a comportar-se como devido, desenvolve traços opostos de personalidade: perto de Adora é doce, feminina e obediente, já para o resto do mundo assume uma personalidade ríspida, maldosa e arrogante, sendo lida por grande parte dos espectadores, ao final da trama, como a verdadeira assassina das jovens de Wind Gap. Ao refletirmos sobre as motivações de Amma e o perfil das jovens assassinadas – ambas fogem ao padrão de feminilidade imposto –, é possível perceber que a filha busca exercer o mesmo poder que a mãe tem sobre ela, condenando as performances que minimamente rompem com o esperado socialmente (BARBOSA, 2023).

Camille, filha mais velha de Adora, fugiu por anos da cidade e do controle materno. A personagem é marcada por diversos elementos representacionais masculinos que reforçam o distanciamento entre as duas (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 433 e 434). A utilização de calças jeans e roupas tidas como do gênero oposto; a postura corporal e aparência pouco cuidadosa; a profissão de jornalista; o desconforto entre outras mulheres da cidade, quase sempre explorado também pelo contraste no vestuário, nos temas de conversa ou nas escolhas ao longo da vida, abordam também a oposição entre o rural e o urbano nos EUA.

Entendemos, porém, que do ponto de vista da narrativa, principalmente em função do ultra protagonismo, precisamos considerar uma quarta personagem fundamental: a falecida meio-irmã de Camille Preaker, Marian Crellin. Sua presença fantasmagórica – em alguns momentos em sentido literal, podendo ser percebida em diversos planos no presente, mesmo naqueles que escapam à perspectiva da personagem de Adams –, não pode ser ignorada em

momento algum pela família. A morte de Marian estrutura as relações entre elas, exigindo inclusive que uma das filhas vivas assuma o seu lugar nos cuidados e envenenamento realizado pela mãe – primeiro Amma e nos últimos episódios, Camille. As roupas utilizadas por ela formavam parte da estratégia para repelir os cuidados de Adora. Mas agora, com a meio-irmã mais jovem em risco, precisou vestir-se de maneira tão feminina quanto qualquer das frágeis bonecas de porcelana que decoravam o quarto de Marian, ou acompanhavam a terceira jovem assassinada. Só assim foi possível salvar Amma e desvendar os crimes da matriarca.

Sharp Objects destaca-se pela construção de suas protagonistas, explorando distintas e complexas facetas psicológicas, além das “construções sociais e os valores históricos ligados às idealizações femininas” (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 443 e 444). Nesse sentido, compreender as perspectivas acerca da performance de gênero e os “papéis sociais atribuídos às mulheres não são importantes apenas para a representação das personagens femininas, mas para as estruturas globais da obra, uma vez que definem as relações interpessoais” (PEREIRA; ANDRADE, 2020, p. 434) e, em consequência, o desenvolvimento de toda a história. Encontramos na série uma diversidade e profundidade de representações de mulheres. Juntas elas trabalham na “busca para uma nova produção de sentido e questionamentos do senso comum em relação às atribuições de gênero na sociedade” (KAMITA, 2017, p. 1396).

Nesse sentido, observa-se na minissérie Sharp Objects um valioso exemplo de como a atuação de mulheres nas equipes de produção e em cargos de decisão, ocupando espaços de poder, influencia na construção de representações plurais, livres e protagonistas do feminino – nunca, portanto, esgotáveis pela própria narrativa. No audiovisual, como em diversos outros campos onde a desigualdade se manifesta, resulta “indispensável que haja uma multiplicidade de vozes e perspectivas teóricas, sujeitos de diversos lugares de fala” (MOREIRA; GOMES, 2019, p. 336).

Um estudo da recepção e da leitura da obra em diferentes espaços poderia abrir outras chaves de análise. A luta pela representação de mulheres, ao lado da luta de mulheres pela conquista desses lugares de poder, não se encerra na produção. A crítica especializada, os artigos e vídeos rápidos de opinião e o trabalho acadêmico também operam na construção do sentido, hierarquizando obras, atores e maneiras pelas quais o cinema integra nossas práticas culturais.

[...] os caminhos de reflexão que se oferecem ao leitor-espectador são muito ambiciosos, ainda que as perguntas fiquem plantadas e em nenhum caso resolvidas. Após ler o romance ou assistir à série, caberá ao próprio observador

compôr suas próprias respostas, visto que tudo fica aberto em ambas as produções artísticas que se analisam (MARTÍNEZ, 2021, pg. 7).

Referências bibliográficas

- ALVES, Paula; COELHO, Paloma. Discursos, performatividades e padrões visuais no cinema: reflexões sobre as representações de gênero, o mercado cinematográfico e o cinema de mulheres. **Aceno**, Mato Grosso, v. 2, n. 3, p. 159-176, jan./jul. 2015. Disponível em: <https://periodicoscientificos.ufmt.br/ojs/index.php/aceno/article/view/2529>. Acesso em: 22 set. 2024.
- BARBOSA, Karina. Notas sobre imagens de mulheres que encaram meninas mortas: olhar, corpo e enunciação em Sharp Objects e The Killing. **Esferas**, v. 2, n. 27, mai/ago. 2023.
- BENJAMIN, Walter. Sobre o conceito de história. In: LÖWY, Michael. **Walter Benjamin: Aviso de incêndio. Uma leitura das teses “Sobre o conceito de história”**. São Paulo: Boitempo, 2005.
- BORDWELL, David. O cinema clássico hollywoodiano: normas e princípios narrativos. In: RAMOS, Fernão Pessoa. (Org). **Teoria contemporânea do cinema**. São Paulo: Editora Senac, 2005.
- BORDWELL, David & THOMPSON, Kristin. **A arte do cinema: uma introdução**. Campinas: Editora da Unicamp; São Paulo: Editora da USP, 2013.
- CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Alges: Difel, 2002.
- HIGUERAS-RUIZ, María J. Showrunners y personajes femeninos en las series de ficción de la industria televisiva norteamericana: Sharp Objects (Marti Noxon, HBO: 2018) Y Killing Eve (Phoebe Waller-Bridge, BBC America: 2018). **Revista Admira**, Vol. 2, nº 7, pg. 85 a 106, nov 2019. Disponível em: <https://revistascientificas.us.es/index.php/AdMIRA/issue/view/746/214>. Acesso em: 22 set. 2024.
- KAMITA, Rosana C. Relações de gênero no cinema: contestação e resistência. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v. 25, n. 3, p. 1393-1404, set./dez. 2017.
- LAUZEN, Martha M. **The Celluloid Ceiling: Employment of Behind-the-Scenes Women on Top Grossing U.S. Films in 2024**.
- LUHMANN, Niklas. “Deconstruction as second-order observing”, in: **New Literary History**, v. 24, n. 4, p. 763-82.
- MARTÍNEZ, Laura A. Heridas abiertas: de la novela de Flynn a la apuesta de HBO. **Tonos digital**, Vol II, nº 41, jul 2021. Disponível em: https://www.um.es/tonosdigital/pdf/web/tonos41.html?file=https://www.um.es/tonosdigital/znum41/secciones/peri-1-arroyo_heridas.pdf#zoom=100. Acesso em: 22 set. 2024.

MORETTIN, Eduardo Victorio. O cinema como fonte histórica na obra de Marc Ferro. **História: Questões & Debates**, [S. l.], v. 38, n. 1, 2003. DOI: 10.5380/his.v38i0.2713. Disponível em: <https://revistas.ufpr.br/historia/article/view/2713>. Acesso em: 11 jun. 2026.

PEREIRA, M. R.; ANDRADE, A. C. N. B. As relações intersemióticas em Objetos Cortantes: a representação feminina. **Mosaico**. São José do Rio Preto, v. 19, n. 1, p. 429-445, 2020.

SCOTT, J. História das mulheres. In: Peter Burke. **A escrita da história: novas perspectivas**. São Paulo: Unesp, 1992.

VEIGA, Ana Maria. Teoria crítica e feminista: do contracinema ao filme acontecimento. In: HOLANDA, Karla (Org.). **Mulheres de cinema**. Rio de Janeiro: Numa Editora, 2019. p. 261-278.

XAVIER, Ismail. **O discurso cinematográfico: a opacidade e a transparência**. São Paulo: Paz e Terra editora, 2005.

The background is a vibrant, abstract composition of various geometric and organic shapes. In the top left, there are clusters of small pink and blue circles. A large, stylized eye-like shape with concentric circles and a central dot is in the upper center. To the right, a series of parallel lines in red, white, and brown curves across the top. Below this, a large, stylized eye-like shape with concentric circles and a central dot is in the upper center. In the bottom left, there are blue and green wavy lines. In the bottom right, there are pink and blue circles. The overall style is reminiscent of indigenous art or modern abstract design.

XIII

EPHIX

UFMG
2026

ENCONTRO DE PESQUISA EM HISTÓRIA - UFMG

11 a 15 de Maio 2026